

1

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO

E FAMÍLIA

REVISTA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE



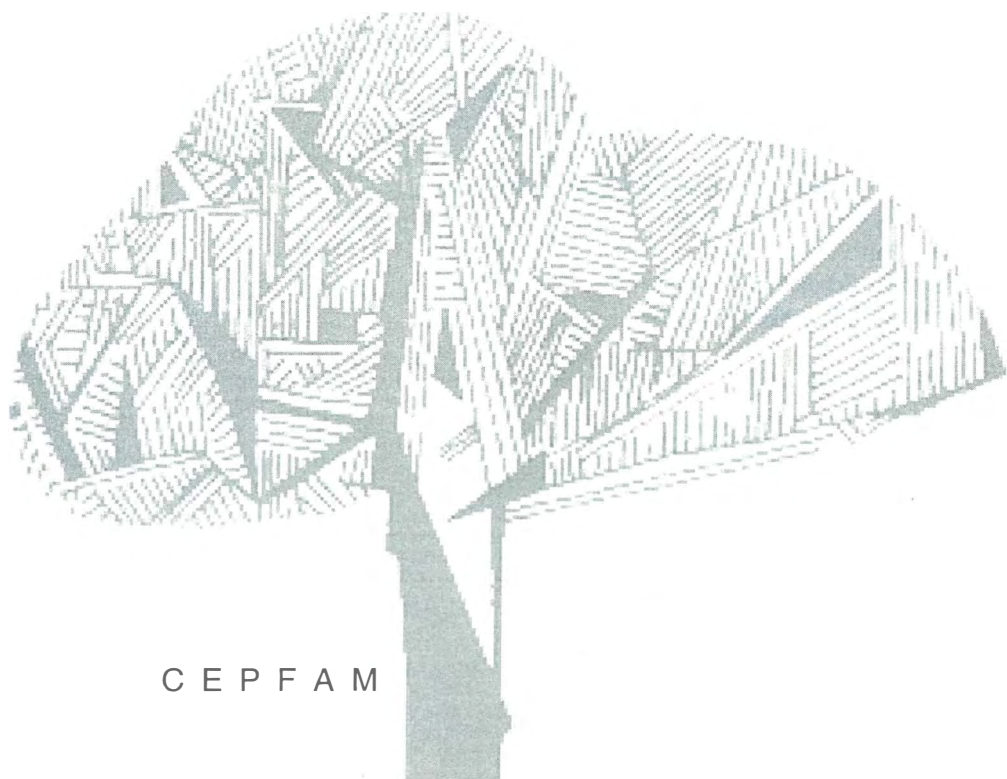
CEPFAM

1

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO

E FAMÍLIA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE



CEPFAM

Título – POPULAÇÃO E SOCIEDADE – N.º 1/1995

Edição

CEPFAM - Centro de Estudos da População e Família

Rua do Campo Alegre, 1055

4150 Porto

Telefone: (02) 6001513

Director: FERNANDO DE SOUSA

Capa: JOÃO MACHADO

Execução: Gráficos Reunidos, Ld.ª – Porto

ISBN 0873/1861

Depósito Legal n.º 94133/95

Tiragem: 1000 exemplares

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	7/8
A SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA PORTUGUESA NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA NO INÍCIO DOS ANOS NOVENTA <i>por J. MANUEL NAZARETH</i>	9
A GRANDE VIRAGEM DO PRESENTE E SUAS CONSEQUÊNCIAS: DE PORTUGAL RURAL PARA PORTUGAL URBANO <i>por FRANÇOIS GUICHARD</i>	27
A POPULAÇÃO PORTUGUESA EM FINAIS DO SÉCULO XVIII <i>por FERNANDO DE SOUSA</i>	41
A POPULAÇÃO PORTUGUESA NOS SÉCULOS XIX E XX. O ACENTUAR DAS ASSIMETRIAS DE CRESCIMENTO REGIONAL <i>por TERESA RODRIGUES</i>	57
A SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA DA FAMÍLIA NOS AÇORES <i>por GILBERTA PAVÃO NUNES ROCHA</i>	73
A POPULAÇÃO PORTUGUESA NA IDADE MÉDIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA <i>por HENRIQUE DAVID</i>	87
RECONSTITUIÇÃO DE PARÓQUIAS – Uma proposta de diálogo entre historiadores e demógrafos <i>por MARIA NORBERTA AMORIM</i>	93
REVISIÓN DE LOS ESTUDOS SOBRE LA MIGRACION PORTUGUESA EN ESPAÑA <i>por LORENZO LÓPEZ TRIGAL</i>	109
LA PRENSA FUENTE PARA LA HISTORIA DE LA POBLACION <i>por CELSO ALMUIÑA</i>	119
SOBRE A DEMOGRAFIA ESCOLAR <i>por JORGE CARVALHO ARROTEIA</i>	131
FAMILIA E EDUCAÇÃO FAMILIAR EM PERSPECTIVA <i>por MARINHA FERNANDES CARNEIRO</i>	141
A DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO E AS ALTERAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO GRANDE PORTO <i>por JOSÉ ALBERTO V. RIO FERNANDES</i>	155
GERAÇÕES E ESPERANÇA DE VIDA – OS EFEITOS DA SUA EVOLUÇÃO EM ALGUNS DISTRITOS DO CONTINENTE (ESTUDOS EXPLORATÓRIO) <i>por MARIA DA GRAÇA DAVID DE MORAIS</i>	163

A CLASSIFICAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL: UMA QUESTÃO EM ABERTO <i>por PAULA GUILHERMINA DE CARVALHO FERNANDES</i>	177
CORRENTES DE OPINIÃO PÚBLICA E EMIGRAÇÃO LEGAL NO DISTRITO DE AVEIRO (1882-1894) <i>por MARIA TERESA BRAGA SOARES LOPES</i>	209
PADRÕES DE MORTALIDADE E TRANSIÇÃO SANITÁRIA NO PORTO (1880-1920) <i>por JOSÉ JOÃO MADURO MAIA</i>	233
ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO DA AMEIXOEIRA (1740-1760) <i>por ANA RITA COELHO RIBEIRO</i>	245
LOS SEFARDIES DE MARRUECOS EN LA GENESIS Y CONSOLIDACION DE LA ACTUAL COLECTIVIDAD JUDIA DE VENEZUELA (1835-1880) <i>por JUAN-BTA. VILAR</i>	265

E N C O N T R O

POPULAÇÃO PORTUGUESA HISTÓRIA E PROSPECTIVA

*Comunicações ao Encontro promovido pelo
CEPFAM - Centro de Estudos da População e Família*

Porto, 19-20 de Dezembro de 1994

Com o Patrocínio de:

JNICT

Fundação Luso-Americana

Fundação Calouste Gulbenkian

Reitoria da Universidade do Porto

Fundação Eng.º António de Almeida

Governo Civil do Porto

NOTA DE ABERTURA

O CEPFAM - Centro de Estudos da População e Família é uma instituição dependente da Reitoria da Universidade do Porto, com uma vocação inter-universitária, cuja existência se deve ao esforço conjugado da Fundação Calouste Gulbenkian, da Fundação Engenheiro António de Almeida e da Universidade do Porto.

Reconhecendo as limitações que se deparam às equipas de investigação que em diferentes Universidades se dedicam ao estudo da população e família, o CEPFAM tem como objectivos fundamentais:

- Racionalizar a investigação e o ensino na área das Ciências da População e da Família;
- Promover estudos que permitam compreender a dinâmica populacional e familiar portuguesa no contexto actual, regressivo e prospectivo;
- Fomentar a interdisciplinaridade na análise das problemáticas em que a população e a família assumem papel relevante;
- Fomentar a cooperação internacional com instituições afins.

Para tal, entre outras acções, o CEPFAM propõe-se:

- Organizar um centro de documentação e informação, mantendo nomeadamente uma biblioteca especializada;
- Organizar regularmente seminários, mesas redondas, conferências nacionais e internacionais;
- Publicar anualmente a revista *População e Sociedade*.

Criado oficialmente por escritura de 27 de Outubro de 1989, o CEPFAM agrega investigadores das universidades do Porto, Nova de Lisboa, Aveiro, Évora, Açores, Trás-os-Montes e Alto Douro e conta com a colaboração pontual de investigadores de outras universidades nacionais e estrangeiras para o desenvolvimento das suas acções.

O CEPFAM desenvolve actualmente o projecto **População Portuguesa - História e Prospectiva**, que tem contado com o financiamento da JNICT e da Fundação Calouste Gulbenkian, para além do esforço continuado da Reitoria da Universidade do Porto. Congregando um conjunto de investigadores que têm orientado a sua investigação, desde há longos anos a esta parte, para os problemas demográficos nas mais diversas vertentes, o CEPFAM procura desenvolver um trabalho de sistematização do conhecimento demográfico relativamente à população portuguesa, o qual deverá culminar com a

publicação de um relatório final que se pretende venha a constituir uma obra de referência para esta área de estudos. Com efeito não se dispõe ainda, relativamente a Portugal, de uma História da População, fornecendo um quadro geral das estruturas e seus movimentos ao longo do tempo, incluindo a componente prospectiva, capaz de servir tanto o grande público como o investigador. E, no entanto, tem-se produzido, nos últimos anos, estudos de grande qualidade sobre aspectos específicos ou períodos circunscritos, tanto em demografia actual como em demografia histórica, embora ainda existam lacunas que importa limitar. Estabelecer conexões entre os conhecimentos já produzidos, procurar superar os hiatos existentes pela investigação em aspectos pouco focalizados, promover uma visão global da população portuguesa nas diversas variáveis e suas tendências para o futuro, constituem os objectivos a atingir pela equipa de investigadores do CEPFAM que subscreve o referido projecto.

É neste contexto que a revista *População e Sociedade* cumpre o seu papel, assumindo-se como um elemento de mediação entre investigadores da área da população e família e o grande público. O primeiro número, que agora se edita, é essencialmente preenchido com as comunicações apresentadas ao I Encontro “População Portuguesa - História e Prospectiva”, realizado em Dezembro de 1994 na Universidade do Porto, integrado nos objectivos do CEPFAM e nas acções do projecto com a mesma designação.

A SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA PORTUGUESA NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA NO INÍCIO DOS ANOS NOVENTA

J. Manuel Nazareth
Universidade Nova de Lisboa

1. VOLUMES, RITMOS DE CRESCIMENTO E DENSIDADES

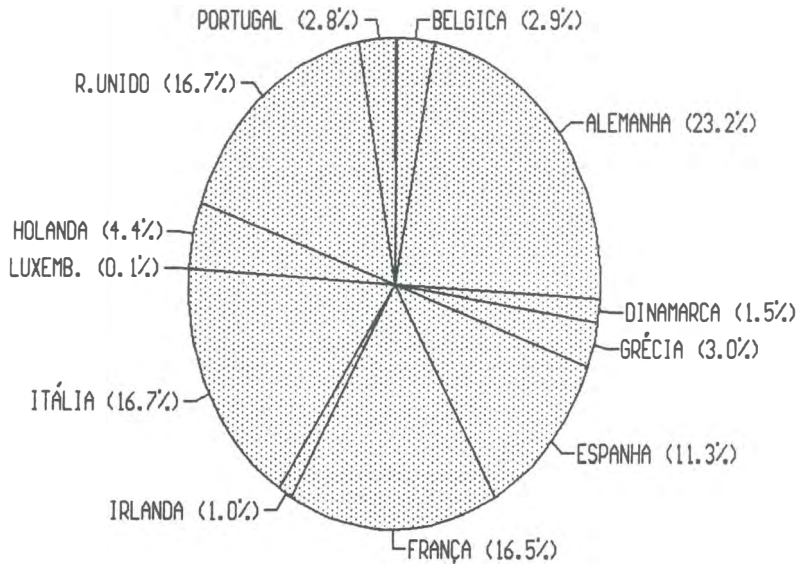
No início da década de noventa a população da União Europeia rondava os 346 milhões de habitantes. A primeira grande característica que encontramos é a existência de uma grande desigualdade nos volumes populacionais dos diferentes países. Na realidade, o país com o maior volume populacional é a Alemanha com 80 274 600 habitantes (23,2% do total). Segue-se um conjunto de três países com cerca de 57 milhões de habitantes – a Itália com 57 788 200 habitantes (16,7% do total), o Reino Unido com 57 686 100 habitantes (16,7% do total) e a França com 57 217 500 habitantes (16,5% do total). A Espanha vem em quinto lugar com 39 055 900 habitantes (11,3% do total). Estes cinco países, no seu conjunto, representam 84,3% do total da população da União Europeia cabendo aos restantes sete países apenas 15,7% da população (ver Quadro nº 1 e Fig. nº 1). Um segundo bloco de países tem um volume ao qual podemos chamar de dimensão média na medida em têm um total de habitantes, em números redondos, entre os 10 e os 15 milhões de habitantes. Por ordem de importância temos: a Holanda com 15 129 200 habitantes (4,4% do total), a Grécia com 10 279 900 habitantes (3,0% do total), a Bélgica com 10 022 000 habitantes (2,9% do total) e Portugal com 9 846 000 habitantes (2,8% do total). Finalmente, os restantes três países – a Dinamarca, a Irlanda e o Luxemburgo – no seu conjunto, não ultrapassam os 10 milhões de habitantes.

QUADRO N.º 1 – POPULAÇÃO TOTAL NOS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA EM 1992

Países	Pop. em 1/1/92 (000)	Pop. em %	Densidade (Hab./Km ²)
BÉLGICA	10 022,0	2,9	326,6
DINAMARCA	5 162,1	1,5	119,4
ALEMANHA	80 274,6	23,2	224,6
GRÉCIA	10 279,9	3,0	77,4
ESPAÑA	39 055,9	11,3	77,2
FRANÇA	57 217,5	16,5	10,2
IRLANDA	3 542,0	1,0	50,8
ITÁLIA	57 788,2	16,7	191,4
LUXEMBURGO	389,8	0,1	147,4
HOLANDA	15 129,2	4,4	364,6
REINO UNIDO	57 686,1	16,7	235,2
PORTUGAL	9 846,0	2,8	107,2
EUR. 12	346 393,3	100,0	152,8

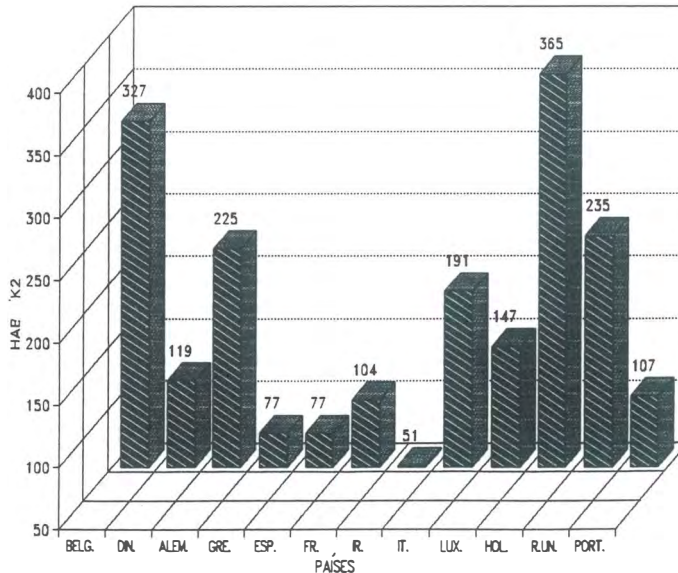
FONTE: EUROSTAT, Statistiques Démographiques 1993, Luxemburgo, 1993 (pags. 9 e 60).

FIGURA N.º 1 – POPULAÇÃO TOTAL DOS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA EM 1992 (EM %)



No entanto, quando analisamos o nível de ocupação do espaço, não são os países que têm a maior dimensão populacional que apresentam as maiores densidades (ver Quadro nº 1 e Figura nº 2). Os países com as maiores densidades populacionais pertencem claramente ao grupo que classificámos anteriormente como intermédio – a Holanda (364,6 hab./km²) e a Bélgica (326,6 hab./km²). Apenas dois países de grande dimensão

FIGURA N.º 2 – DENSIDADES NOS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA EM 1992



populacional têm uma densidade entre 200 e 300 habitantes por km² – a Alemanha e o Reino Unido. Os restantes países têm densidades inferiores a 200 habitantes por km², sendo a Irlanda o país da União Europeia que tem a menor densidade populacional (50,8 hab./km²) com valores muito próximos dos observados na Grécia e na Espanha (cerca de 77 habitantes por km²). Portugal, sendo um país que, em termos de volume populacional, ocupa uma posição intermédia, tem no entanto uma densidade populacional das mais baixas no contexto da Europa dos Doze (107,2 hab./km²).

É verdade que a densidade populacional é um indicador bastante grosseiro de ocupação de espaço visto não ter em conta um conjunto de características físicas determinantes mas, em relação ao objectivo que pretendemos atingir – comparar diferentes níveis de ocupação de espaço com as diversas volumetrias populacionais dos países da União Europeia – podemos considerar este indicador como satisfatório.

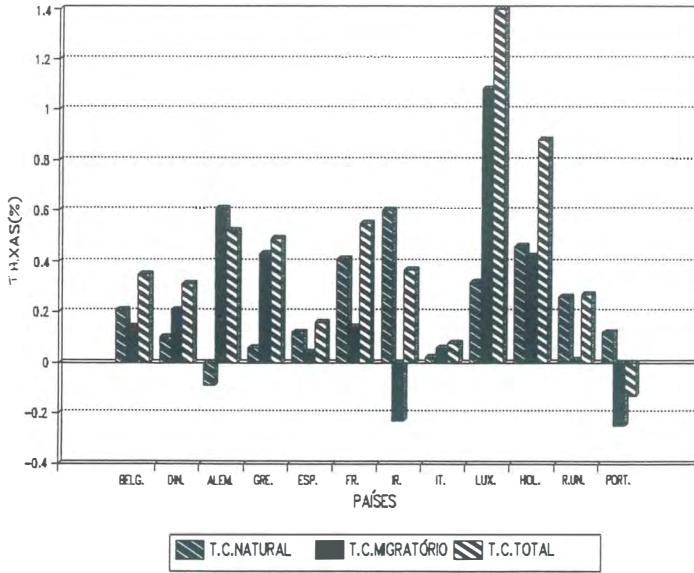
Porém, se a diversidade de volumes populacionais e de ocupação de espaço é bastante acentuada na Europa dos Doze o mesmo não podemos dizer em relação aos ritmos de crescimento populacional. Quando comparamos globalmente os valores encontrados com os observados noutras regiões do mundo a convergência para um mesmo modelo é mais do que evidente. Assim, se observarmos com atenção os dados apresentados no Quadro nº 2 e na Figura nº 3 onde apresentamos, para o ano de 1991, as taxas de crescimento anual médio natural, migratório e total verificamos que as discrepâncias se reduzem consideravelmente por não existirem as grandes assimetrias encontradas na informação anteriormente comentada. O facto de não existirem grandes discrepâncias não quer dizer que os países sejam todos iguais. Apenas se quer assinalar que a dinâmica de crescimento demográfico global dos diversos países da União Europeia tem mais pontos convergentes do que divergentes.

QUADRO N.º 2 – TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL NOS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA EM 1991 (EM PORCENTAGEM)

Países	T. C. Natural	T. C. Migratório	T. C. Total
BÉLGICA	0,21	0,14	0,35
DINAMARCA	0,10	0,21	0,31
ALEMANHA	- 0,09	0,61	0,52
GRÉCIA	0,06	0,43	0,49
ESPAÑA	0,12	0,04	0,16
FRANÇA	0,41	0,14	0,55
IRLANDA	0,60	- 0,23	0,37
ITÁLIA	0,02	0,06	0,08
LUXEMBURGO	0,32	1,08	1,40
HOLANDA	0,46	0,42	0,88
REINO UNIDO	0,26	0,01	0,27
PORTUGAL	0,12	- 0,25	-0,13
EUR. 12	0,15	0,21	0,36

FONTE: EUROSTAT, *Statistiques Rapides – Population et conditions Sociales, 1992-2, Luxemburgo, 1992 (Pag. 4).*

Figura n.º 3 – TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL NA UNIÃO EUROPEIA EM 1991



Assim, no que diz respeito ao crescimento natural, a média da União Europeia é de 0,15% e a quase totalidade dos países têm valores que oscilam entre 0,02% (Itália) e 0,60% (Irlanda). Existe assim uma grande convergência nos ritmos de crescimento natural – tender para um crescimento próximo do zero. Apenas a Alemanha tem uma taxa de crescimento natural negativa (-0,09%) o que significa que ao existir mais óbitos do que nascimentos, já ultrapassou o crescimento zero. Portugal tem uma taxa de crescimento natural praticamente idêntico ao da média da União Europeia (0,12%).

No que diz respeito ao crescimento migratório as divergências encontradas são mais acentuadas do que no crescimento natural. Na realidade, dois países têm uma taxa de crescimento migratório negativa – a Irlanda (-0,23%) e Portugal (-0,25%). Nos outros países da União Europeia, apesar de serem mais recebedores de população do que exportadores, existem algumas diferenças importantes: o Luxemburgo tem um crescimento migratório de 1,08% e a Alemanha tem um crescimento de 0,61%; no extremo oposto, temos países como o Reino Unido, a Espanha e a Itália com valores próximos de zero.

Quanto ao crescimento total a situação observada em 1991 reflete necessariamente o efeito conjugado dos outros dois tipos de crescimento. Assim, todos os países da União Europeia têm um crescimento positivo com excepção de Portugal que é o único país que tem um crescimento total negativo (-0,13%). O crescimento natural positivo observado em Portugal, e que é próximo da Europa dos Doze, é totalmente neutralizado pelo crescimento migratório negativo observado. O crescimento natural negativo da Alemanha é compensado pelo elevado crescimento migratório positivo. O crescimento migratório negativo da Irlanda é compensado pelo crescimento natural relativamente elevado. Saliente-se ainda o facto de o Luxemburgo ter o maior crescimento total (1,40%) devido à acção conjugada do forte crescimento migratório (1,08%) anteriormente assinalado com um crescimento natural significativo (o quarto em importância).

Para se compreender melhor a situação observada em 1991 achámos importante analisar a evolução observada nestas taxas de crescimento nos últimos vinte anos. Nos Quadros nºs 3 e 4 apresentamos a evolução das taxas de crescimento – natural, migratória e total – no período 1970-1991 – nos doze países da União Europeia. Na Figura nº 4 representámos graficamente a evolução do crescimento natural para uma melhor visualização e compreensão das diversidades encontradas.

QUADRO N.º 3 – TAXAS DE CRESCIMENTO NATURAL E MIGRATÓRIO, EM PERCENTAGEM, NOS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA, NO PERÍODO DE 1970 A 1991

Países	Taxas Cresc. Natural			Taxas Cresc. Migratório		
	70	80	91	70	80	91
BÉLGICA	0,24	0,11	0,21	0,03	-0,02	0,14
DINAMARCA	0,46	0,03	0,10	0,24	0,01	0,21
ALEMANHA	0,06	-0,06	-0,09	0,47	0,23	0,61
GRÉCIA	0,81	0,63	0,06	-0,53	0,52	0,43
ESPAÑA	1,13	0,76	0,12	-0,09	0,30	0,04
FRANÇA	0,61	0,47	0,41	0,35	0,08	0,14
IRLANDA	1,04	1,20	0,60	-0,12	-0,02	-0,23
ITÁLIA	0,71	0,15	0,02	-0,07	0,01	0,06
LUXEMBURGO	0,08	0,02	0,32	0,31	0,37	1,08
HOLANDA	1,00	0,48	0,46	0,25	0,36	0,42
REINO UNIDO	0,45	0,16	0,26	0,09	-0,12	0,01
PORTUGAL	1,00	0,65	0,12	-1,69	0,43	-0,25
EUR. 12	0,58	0,27	0,15	0,20	0,18	0,21

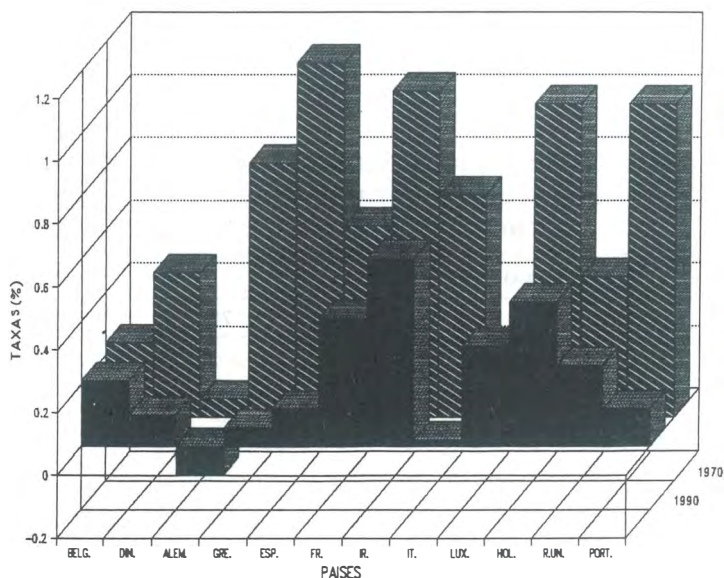
FORTE: CONSEIL DE L' EUROPE, Évolution Démographique récente en Europe et en Amérique du Nord, Straasbourg, 1993 (Pags. 34 e 35); EUROSTAT, Statistique Rapides = Population et Conditions sociales 1992-2, Luxembourg, 1992 (Pag. 4)

QUADRO N.º 4 – TAXAS DE CRESCIMENTO TOTAL, EM PERCENTAGEM, NOS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA, NO PERÍODO 1970 A 1991

Países	Taxas Cresc. Total		
	70	80	91
BÉLGICA	0,27	0,09	0,35
DINAMARCA	0,70	0,04	0,31
ALEMANHA	0,53	0,17	0,52
GRÉCIA	0,28	1,15	0,49
ESPAÑA	1,04	1,06	0,16
FRANÇA	0,96	0,55	0,55
IRLANDA	0,81	1,18	0,37
ITÁLIA	0,77	0,16	0,08
LUXEMBURGO	1,16	0,39	1,40
HOLANDA	1,42	0,84	0,88
REINO UNIDO	0,46	0,04	0,27
PORTUGAL	-0,69	1,08	-0,13
EUR. 12	0,78	0,45	0,36

FORTE: idem Quadro n.º 3

FIGURA N.º 4 – TAXAS DE CRESCIMENTO NATURAL ANUAL, NA UNIÃO EUROPEIA, EM 1991



No que diz respeito ao crescimento natural a tendência global em todos os países da União Europeia, no período 1970-1991, é a existência de um acentuado declínio do ritmo de crescimento natural (o que demonstra que o declínio da fecundidade foi superior ao da mortalidade) se bem que nos últimos anos o ritmo de diminuição se tenha consideravelmente atenuado. Na realidade, em 1970, na totalidade dos países da União Europeia o excedente dos nascimentos em relação óbitos era de 1 758 700 (taxa de crescimento natural = 0,58%), em 1980 era de 863 500 (taxa de crescimento natural = 0,27%) e em 1991 apenas 505 100 (taxa de crescimento natural = 0,15%). Em todos os países da União Europeia esta tendência global é a mesma nos últimos vinte anos. Porém, quando analisamos a evolução dos últimos anos verificamos que em alguns países existem sinais de um ligeiro aumento no crescimento natural, o que significa que num contexto de baixos níveis de mortalidade, ainda com tendência para o declínio, tal facto só pode ser devido a um ligeiro aumento dos níveis de fecundidade. Veremos mais adiante se assim se verifica. Em todo o caso, é um facto que existem países como Alemanha, a Grécia, a Espanha, a França, a Irlanda, a Itália, a Holanda e Portugal onde o declínio é sempre contínuo no período 1970-1991. Nos restantes quatro países observa-se um ligeiro aumento do crescimento natural no decénio 1980-1991: na Bélgica, a inversão da tendência começou em 1985, na Dinamarca em 1989, no Luxemburgo em 1988 e no Reino Unido em 1987.

Quanto ao crescimento migratório já tínhamos assinalado que em 1991 apenas Portugal e a Irlanda têm um saldo migratório negativo quando, nos restantes países da União Europeia, a tendência é para um aumento dos saldos migratórios positivos. Porém, estes dois países não têm uma evolução semelhante: na Irlanda, o crescimento migratório tem sido sempre negativo nos últimos vinte ou trinta anos; Portugal, um país de emigração, na década 70-80, ao receber centenas de milhar de imigrantes teve, sobretudo a partir de 1975, taxas de crescimento migratório positivas, as quais vão

diminuindo lentamente até, mais recentemente, voltar a ter mais emigrantes do que imigrantes. De resto, a generalidade dos países da Europa Comunitária é mais recebedora de população do que exportadora se bem que existam algumas diferenças na evolução dos diferentes países: na Bélgica, entre 1980 e 1987, o crescimento migratório é negativo; na Grécia, país tradicionalmente de emigração, a partir de meados da década de setenta passou a ter saldos positivos; a Espanha tem uma evolução irregular - se analisarmos, ano a ano, a sua evolução encontramos entre 1985 e 1991 saldos migratórios sempre negativos e no entanto em 1991 o saldo aparece como positivo (fenómeno inverso ao observado em Portugal que resulta, em nosso entender, das dificuldades em estimar os movimentos migratórios anuais nos períodos inter-censitários); a França tem uma evolução bastante regular, ou seja, nos últimos vinte anos o crescimento foi sempre positivo e com tendência para uma certa estabilização nos seus valores; a Itália passou de um país de predominantemente de emigração para um país predominantemente de imigração; a Holanda têm vindo a aumentar progressivamente os saldos migratórios positivos; o Reino Unido tem tido uma evolução migratória bastante irregular se bem que com valores pouco expressivos; finalmente, é na Alemanha, na Grécia e no Luxemburgo onde encontramos os maiores crescimentos (nos primeiros dois países devido às migrações oriundas do leste europeu, no Luxemburgo devido a migrações internas no interior da Europa dos Doze – sensivelmente um terço da população é de origem portuguesa).

Em síntese, podemos afirmar que, *apesar da diversidade de situações apontada anteriormente, os países da União Europeia, nos últimos vinte anos convergiam para um modelo único: o crescimento total ser fundamentalmente determinado pelas variações nos movimentos migratórios*, ou seja, as variações observadas nos últimos anos serem mais determinadas pelas oscilações dos movimentos migratórios do que pelas oscilações do movimento natural. Tal não quer dizer que o movimento natural não seja importante. Apenas se quer dizer que, com mais ou menos velocidade, o movimento natural caminha, a diferentes ritmos, para um nível idêntico na Europa dos Doze.

2. MORTALIDADE, NATALIDADE E NUPCIALIDADE

Nos quadros nºs 5, 6 e 7 apresentamos os principais indicadores demográficos na União Europeia em 1991. É possível que no presente momento alguns indicadores já sejam conhecidos para 1992, em particular em Portugal. Contudo, em ordem a garantir uma certa unidade no tratamento das fontes não quisemos introduzir alterações pontuais que em nosso entender não se justificavam face aos objectivos do trabalho.

Assim, no que diz respeito à mortalidade apresentamos no Quadro nº 5 os quatro indicadores mais utilizados na sua caracterização numa óptica comparativa – a Taxa Bruta de Mortalidade, a Taxa de Mortalidade Infantil e a Esperança de Vida à Nascimento para os dois sexos. As diferenças observadas no primeiro indicador – a Taxa Bruta de Mortalidade – tem pouco interesse ser comentado visto ser um instrumento de medida muito sensível aos efeitos de estrutura. Apesar do fenómeno do envelhecimento demográfico ser comum a todos os países (mais adiante nos ocuparemos da análise das estruturas demográficas) as diferenças existentes entre os doze países ainda são bastante grandes de modo a permitir uma comparação directa de níveis através das taxas brutas. O mesmo não acontece com a Taxa de Mortalidade Infantil que, ao relacionar os óbitos no primeiro ano de vida com os nascimentos observados nesse mesmo ano, é

**QUADRO N.º 5 – INDICADORES DE MORTALIDADE NOS PAÍSES
DA UNIÃO EUROPEIA EM 1991**

Países	T. B. Mort. (000)	T. M. Inf. (000)	e (H) 0	e (M) 0
BÉLGICA	10,5	8,4	72,7	79,4
DINAMARCA	11,6	7,3	72,0	77,7
ALEMANHA	11,3	7,2	70,2	76,9
GRÉCIA	9,1	10,0	73,6	78,6
ESPAÑA	8,7	7,8	73,4	80,1
FRANÇA	9,2	7,4	73,0	81,1
IRLANDA	8,9	8,2	71,9	77,4
ITÁLIA	9,5	8,3	73,2	79,7
LUXEMBURGO	9,7	9,2	72,3	78,5
HOLANDA	8,6	6,5	73,7	79,8
REINO UNIDO	11,2	7,3	72,9	78,5
PORTUGAL	10,6	10,8	70,2	77,3
EUR. 12	10,1	7,7	72,7	79,3

FONTE: EUROSTAT, *Statistiques Rapides – Population et conditions Sociales, 1992-2, Luxemburgo, 1992 (Pag. 2 e 4).*

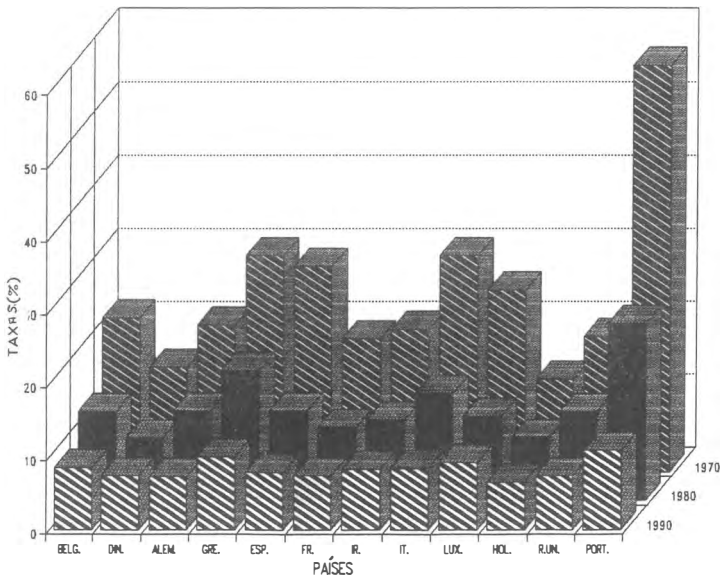
não só um indicador liberto dos efeitos de estrutura como nos dá uma visão importante das diferenças existentes nos níveis de mortalidade, em particular no primeiro ano de vida. Em 1991, Portugal e a Grécia são os únicos países da Comunidade Económica Europeia a ter uma mortalidade infantil igual ou superior a 10 por mil, se bem que a informação já conhecida para 1992 nos indique que tal situação já não se verifica. Se exceptuarmos estes dois casos, os restantes países têm valores que oscilam entre 7,2 por mil (Alemanha) e 9,2 por mil (Luxemburgo), situando-se a média da União Europeia em 7,7 por mil. No Quadro nº 6 e na Figura nº 5 apresentamos a evolução da

**QUADRO N.º 6 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL
NA UNIÃO EUROPEIA, NO PERÍODO 1970-1991**

Países	1970	1980	1991
BÉLGICA	21,1	12,1	8,4
DINAMARCA	14,2	8,4	7,3
ALEMANHA	20,1	12,3	7,2
GRÉCIA	29,6	17,9	10,0
ESPAÑA	28,1	12,3	7,8
FRANÇA	18,2	10,0	7,4
IRLANDA	19,5	11,1	8,2
ITÁLIA	29,6	14,6	8,3
LUXEMBURGO	24,9	11,5	9,2
HOLANDA	12,7	8,6	6,5
REINO UNIDO	18,5	12,1	7,3
PORTUGAL	55,5	24,3	10,8
EUR. 12	23,7	12,6	7,7

FONTE: CONSEIL DE L' EUROPE, *Évolution Démographique récente en Europe et en Amérique du Nord, Strasbourg, 1993 (pag. 69); EUROSTAT, Statistiques Rapides – Population et conditions Sociales, 1992-2, Luxemburgo, 1992 (Pag.4).*

FIGURA N.º 5 – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL, NA UNIÃO EUROPEIA, 1970-1991



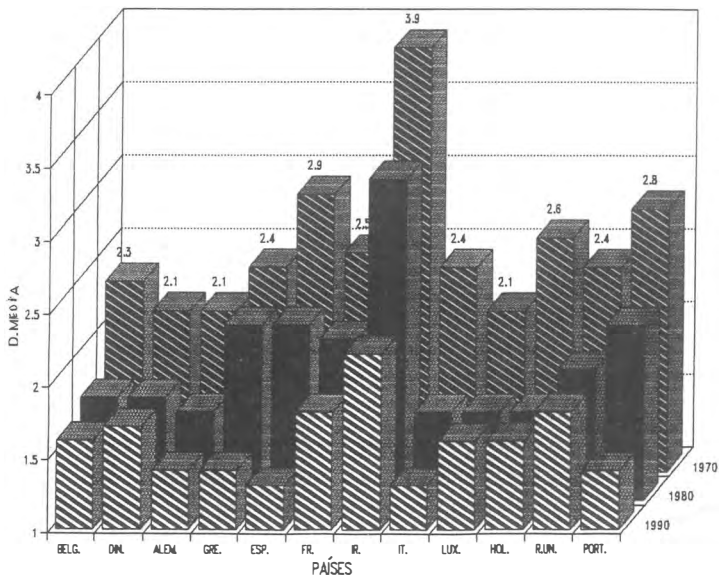
Taxa de Mortalidade Infantil no período 1970-1991. Podemos verificar que, se a tendência é sempre no sentido do declínio, o declínio observado em Portugal é sem dúvida o mais significativo. Em 1970, Portugal tinha uma mortalidade infantil de 55,5 por mil e nenhum país da Europa dos Doze tinha nessa altura taxas superiores a 29,6 por mil (valores observados na Grécia e na Itália).

No que diz respeito à mortalidade geral medida através das esperanças de vida à nascença encontramos algumas diferenças interessantes dentro de um mesmo modelo global de elevados valores de esperança de vida (todos os países têm valores de esperança de vida à nascença superiores a 70 anos). Em primeiro lugar, as diferenças observadas na mortalidade infantil não coincidem com as diferenças observadas na mortalidade geral – a Alemanha, por exemplo, tem a menor mortalidade infantil mas não as mais elevadas esperanças de vida à nascença; no extremo oposto, Portugal e a Grécia também não tem as esperanças de vida mais baixas apesar de terem as taxas de mortalidade infantil mais elevadas. Em segundo lugar, a dispersão de valores é pouco acentuada – no sexo masculino, a esperança de vida à nascença varia entre 70,2 (Alemanha e Portugal) e 73,7 (Holanda); no sexo feminino os valores variam entre 76,9 (Portugal) e 81,1 (França). Em terceiro lugar, podemos observar em todos os países uma acentuada desigualdade sexual face à morte – em todos os países as mulheres duram mais seis a sete anos do que os homens. *Em síntese, podemos afirmar que, apesar das diferenças encontradas, a União Europeia convergiu para um modelo único de mortalidade – mortalidade infantil inferior a 10 por mil, esperança de vida à nascença masculina rondando os 73/74 anos e esperança de vida à nascença feminina rondando os 78/79 anos.*

No que diz respeito aos indicadores de natalidade – a Taxa Bruta de Natalidade e a Descendência Média – apenas o último tem interesse em ser analisado por se encontrar

liberto dos efeitos de estrutura embora seja um indicador obtido por análise transversal e não por análise longitudinal. Em 1991, Portugal, a Grécia, a Espanha, a Alemanha e a Itália têm valores abaixo da média da União Europeia (1,55) e em todos os países os valores observados são insuficientes para renovar as gerações com excepção da Irlanda (o valor necessário para renovar as gerações é de 2,1). A Figura nº 6 mostra-nos a forma acentuada como ocorreu o declínio da fecundidade, em todos os países da Europa dos Doze, nos últimos vinte anos: os declínios mais acentuados ocorreram em Portugal, Espanha, Itália e Irlanda; a estabilização do declínio observado em alguns países a que nos referimos anteriormente não nos parece resultar da emergência de um novo modelo mas de se ter atingido um patamar de baixo nível de fecundidade mais precocemente.

FIGURA N.º 6 – EVOLUÇÃO DA DESCENDÊNCIA MÉDIA, NA UNIÃO EUROPEIA, 1970-1991



Em síntese, podemos afirmar que na Europa dos Doze, se convergiu para um modelo único de baixos níveis de fecundidade onde as gerações não se renovam. As diferenças ainda encontradas nos diferentes países reflectem fundamentalmente os diferentes ritmos com que este processo tem ocorrido nos últimos vinte anos nos diferentes países.

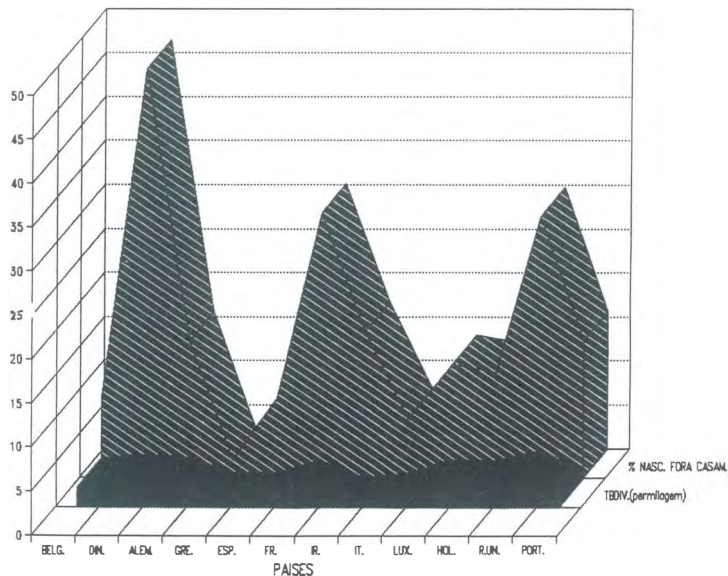
Finalmente existe um conjunto de indicadores no Quadro nº 7 e na Figura nº 7 que estão associados à nupcialidade e ao divórcio – a % de nascimentos fora do casamento, a Taxa Bruta de Divórcio e a Taxa Bruta de Nupcialidade. No que diz respeito ao primeiro indicador o facto mais saliente é o elevado valor observado na Dinamarca – praticamente metade dos nascimentos ocorrerem fora do casamento. Embora a média da União Europeia seja de 19,8% (valor muito próximo do de Portugal – 15,6%) a dispersão observada é enorme. Podemos até afirmar que se trata do indicador onde existem as diferenças mais acentuadas. Além do caso particular da Dinamarca também o Reino Unido e a França têm valores muito elevados (cerca de 30%) por oposição a países como a Grécia (2,0%), a Itália (6,6%), a Bélgica e a Espanha (9,1%). No divórcio a dispersão é bastante menos acentuada sendo as maiores taxas de divórcio as observadas na

QUADRO N.º 7 – INDICADORES DE NATALIDADE E DE NUPCIALIDADE, NOS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA, EM 1991

Países	T. B. Mort. (000)	Descend. Média	% Nascim. fora cas.	T. B. Div. (000)	T. B. Nupc. (000)
BÉLGICA	12,6	1,57	9,1	2,1	6,1
DINAMARCA	12,6	1,68	46,4	2,5	6,0
ALEMANHA	10,4	1,35	15,5	2,2	5,7
GRÉCIA	9,8	1,40	2,0	0,6	6,1
ESPAÑA	9,9	1,28	9,1	0,6	5,6
FRANÇA	13,3	1,77	30,1	1,9	4,9
IRLANDA	15,0	2,18	16,6	–	4,8
ITÁLIA	9,7	1,26	6,6	0,5	5,4
LUXEMBURGO	12,9	1,64	12,9	2,0	6,7
HOLANDA	13,2	1,61			
REINO UNIDO	13,8	1,82	29,7	2,9	6,8
PORTUGAL	11,8	1,42	15,6	1,1	7,3
EUR. 12	11,5	1,55	19,8	1,7	5,8

FONTÉ: *idem* Quadro n.º 5

FIGURA N.º 7 – INDICADORES DE NUPCIALIDADE NA UNIÃO EUROPEIA, EM 1991



Dinamarca e no Reino Unido (2,5 e 2,9 por mil respectivamente) e a menor observada na Itália (0,5% por mil) se bem que exista o caso particular da Irlanda que apresenta um valor nulo por o divórcio não ser oficialmente permitido. Portugal tem um valor de 1,1 por mil, muito próximo da média comunitária. Neste indicador, apesar dos efeitos de estrutura as variações não são muito acentuadas. *Em síntese, podemos concluir que na*

Europa dos Doze em vários países a fecundidade deixou de estar relacionada com o casamento (será que estaremos perante um fenómeno que se irá generalizar a todos os países?). No presente momento apenas podemos concluir que é o indicador demográfico com maiores diferenças de nível na Europa dos Doze (ver Figura nº 7). Por outro lado, se as diferenças entre os níveis de nupcialidade não são importantes entre os diversos países da Europa dos Doze o mesmo não acontece com o divórcio onde as diferenças oscilam entre 0 e 2,9 por mil.

3. O ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO

A forma mais correcta de analisarmos o envelhecimento da população portuguesa, tanto a nível global como a nível regional e temporal, e de compararmos esse envelhecimento com os níveis observados nos diferentes países da União Europeia é através das pirâmides de idades. Mesmo com o recurso ao tratamento informático é um trabalho moroso e que não se justificava no presente trabalho. A análise da evolução temporal e espacial das estruturas de uma população pode ser feita através dos três grandes grupos etários conhecidos pelo nome de «grupos funcionais»: o grupo dos jovens (0-19 anos ou 0-14 anos), o grupo dos potencialmente activos (20-59 anos ou 15-64 anos) e o grupo dos idosos (60 e mais anos ou 65 e mais anos). Devido à idade da reforma variar de país para país, e persistir a «velha polémica» – a idade da reforma deve aumentar ou diminuir? – os dois critérios de agrupamento continuam a existir.

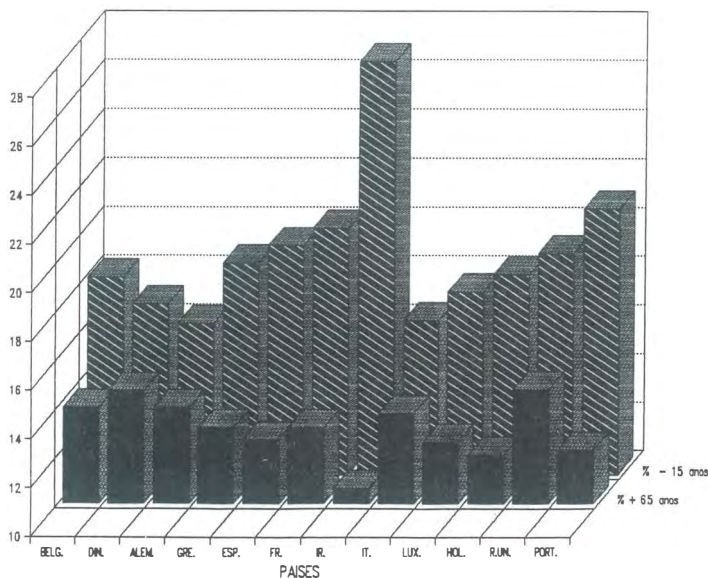
Assim, limitámo-nos a apresentar na Figura nº 9 a pirâmide de idades da população portuguesa sobreposta com a pirâmide de idades da Europa dos Doze (idade a idade e em estruturas relativas). No Quadro nº8 e na Figura nº 8 apresentamos o envelhecimento demográfico na Europa Comunitária em 1991, utilizando o segundo critério de classificação apresentado. A partir deste agrupamento calculámos vários

QUADRO N.º 8 – O ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA, EM 1991

Países	% Popul. - 15 anos	% Popul. + 65 anos	Ind. Env. (1)	Ratios depend. (2)		
				J	V	T
BÉLGICA	18,1	13,9	77	27	20	47
DINAMARCA	17,0	14,6	86	25	21	46
ALEMANHA	16,2	13,9	86	23	20	43
GRÉCIA	18,7	13,1	70	27	19	46
ESPAÑHA	19,4	12,6	65	29	19	48
FRANÇA	20,1	13,1	65	30	20	50
IRLANDA	26,9	10,6	39	43	17	60
ITÁLIA	16,3	13,7	84	23	20	43
LUXEMBURGO	17,5	12,5	71	25	18	43
HOLANDA	18,2	12,0	66	26	17	43
REINO UNIDO	19,1	14,7	77	29	22	51
PORTUGAL	20,9	12,2	58	31	18	49
EUR. 12	18,2	13,6	75	27	20	47

EUROSTAT, Statistiques Démographiques 1992, Luxemburgo; os dados em (1) e (2) foram calculados: Ind. Env.=65±-15 anos * 100; R.D.J. = -15/15-64 anos*100; R.D.V.=+65/15-64 anos*100; R.D.T=R.D.J.+R.D.V.

FIGURA N.º 8 – O ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO NA UNIÃO EUROPEIA, EM 1991



indicadores de envelhecimento. Globalmente falando, a União Europeia tinha em 1991 cerca de 346 milhões de habitantes dos quais cerca de 65 milhões têm mais de 60 anos de idade e 47 milhões mais de 65 anos de idade. Se utilizarmos o critério de análise – 15 anos / 65 e + anos verificamos que, num contexto de elevados níveis de envelhecimento, sem comparação com outras regiões do mundo ou com outras épocas do passado, existem algumas diferenças de nível interessantes. No que diz respeito ao envelhecimento na base, a Alemanha e a Itália são de longe os países mais envelhecidos (16,2 e 16,3% de jovens) estando bastante abaixo da média da União Europeia (18,2%) e a Irlanda é o país mais jovem (26,9% de jovens) o que demonstra claramente o efeito do declínio da fecundidade na Alemanha e na Itália (os mais baixos do mundo) na estrutura etária quando comparado com o declínio tardio observado na Irlanda. Portugal com um valor de 20,9% de jovens tem ainda um valor ligeiramente superior à média da Europa dos Doze mas deixou de ser um dos países com a mais elevada proporção de jovens.

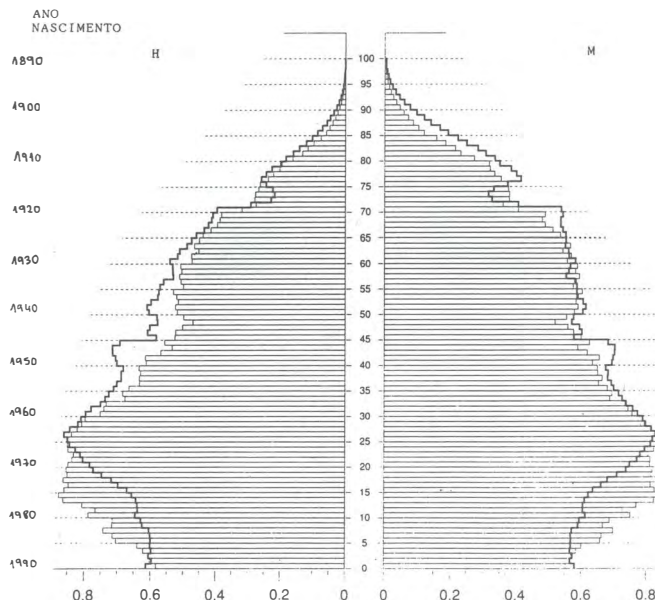
No que diz respeito ao envelhecimento no topo, os países mais envelhecidos são o Reino Unido, a Dinamarca e a Alemanha (com valores rondando os 14%), a média da União Europeia é de 13,6% e os menos envelhecidos são a Irlanda (10,6%), a Holanda (12,0%) e Portugal (12,2%). De qualquer forma a amplitude das diferenças no envelhecimento no topo é bastante menor do que a amplitude das diferenças observadas no envelhecimento na base.

Em síntese, podemos dizer que Portugal é um país claramente envelhecido e que deixou de ser o país mais jovem da União Europeia aproximando-se com grande rapidez (devido ao efeito combinado do declínio da natalidade e da emigração) da média da Europa dos Doze. Tal não quer dizer que o previsível aumento na esperança de vida não tenha efeitos neste processo de natureza complexa. Pelo contrário, num contexto de baixos níveis de fecundidade e onde os movimentos migratórios perderam a impor-

tância numérica dos tempos passados, é de prever que o futuro do envelhecimento seja determinado cada vez mais pela evolução dos níveis de mortalidade.

Na Figura nº 9 pode verificar-se como, quer na base quer no topo das pirâmides de idades, as diferenças entre Portugal e a Europa dos Doze é mínima. As diferenças maiores são as observadas nas gerações nascidas entre 1970 e 1985 e nas gerações nascidas entre 1930 e 1955. Estamos perante uma situação de pirâmides de idades inequivocamente duplamente envelhecidas.

FIGURA N.º 9 – PIRÂMIDES DE IDADES DE PORTUGAL E DA EUROPA DOS DOZE EM 1991



Fonte: EUROSTAT, *Statistiques Démographiques 1993, Luxemburgo, 1993 (Pag. 40)*

4. ESTRUTURAS FAMILIARES

Apesar de no ponto anterior já termos situado alguns aspectos da família portuguesa no contexto da União Europeia, como por exemplo, a nupcialidade, o divórcio, o envelhecimento demográfico e o declínio da fecundidade achámos que, no contexto do conjunto em que este trabalho se insere seria importante tecermos algumas considerações adicionais sobre os aspectos sociodemográficos da família em Portugal situada no contexto da União Europeia.

Assim, para além da situação já apresentada para 1991, podemos observar no Quadro nº 9 a forma como tem evoluído a nupcialidade nos últimos trinta anos. A tendência é para uma *inequívoca baixa generalizada dos níveis de nupcialidade sendo Portugal o país da União Europeia com o maior nível de nupcialidade*. Porém, se a importância do casamento está em baixa generalizada, *a idade média no primeiro casamento, tanto nos homens como nas mulheres, está em alta acentuada, em particular nos últimos 10 anos*. Se em 1960, a idade média no primeiro casamento, na União Europeia, era de 26,9 anos para os homens e de 24,1 anos para as mulheres, em 1991 os valores subiram praticamente três anos. Ao contrário da Grécia, Espanha,

**QUADRO N.º 9 – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE NUPCIALIDADE NOS PAÍSES
DA UNIÃO EUROPEIA, NO PERÍODO 1960-1991**

Taxas	1960	1970	1980	1991
BÉLGICA	7,2	7,6	6,4	6,1
DINAMARCA	7,8	5,2	6,0	6,0
ALEMANHA	9,4	5,9	6,4	5,7
GRÉCIA	7,0	6,5	6,1	6,1
ESPAÑA	7,7	5,9	5,6	5,6
FRANÇA	7,0	6,2	5,0	4,9
IRLANDA	5,5	6,4	5,0	4,8
ITÁLIA	7,7	5,7	5,4	5,4
LUXEMBURGO	7,1	5,9	5,8	6,7
HOLANDA	7,8	6,4	6,1	6,3
REINO UNIDO	7,5	7,4	6,9	6,8
PORTUGAL	7,8	7,4	7,1	7,3
EUR. 12	7,8	6,3	6,0	5,8

FONTE: *idem* Quadro n.º 8

**QUADRO N.º 10 – EVOLUÇÃO DA IDADE MÉDIA NO PRIMEIRO CASAMENTO
NA UNIÃO EUROPEIA, PERÍODO 1960-1991**

Países	Homens			Mulheres		
	1960	1980	1991	1960	1980	1991
BÉLGICA	25,8	24,7	29,6	23,4	22,3	27,1
DINAMARCA	26,0	27,5	33,8	22,9	24,8	31,1
ALEMANHA	25,9	26,1	31,8	24,4	23,4	28,9
GRÉCIA	28,4	27,1	28,8	24,4	22,3	24,5
ESPAÑA	28,8	25,8	28,0	26,1	23,4	25,5
FRANÇA	26,1	25,2	30,5	23,5	23,0	28,1
IRLANDA	30,8	26,1	28,6	27,1	24,1	26,6
ITÁLIA	28,6	27,2	29,3	24,8	24,1	26,1
LUXEMBURGO	25,9	25,9	31,0	23,0	23,0	28,2
HOLANDA	26,6	25,4	31,1	24,3	23,1	28,4
REINO UNIDO	25,7	25,2	27,7	23,3	23,0	25,6
PORTUGAL	26,9	25,1	28,0	24,8	22,6	25,3
EUR. 12	26,9	25,9	29,5	24,1	23,3	26,9

FONTE: MERMET G., *Euroscopie*, Ed. Larousse, Paris, 1992; EUROSTAT, *Statistiques Démographiques 1992*, Luxemburgo

Irlanda e Itália (que já tinham valores elevados) Portugal não é uma excepção e partilha com os restantes países europeus da tendência altista. Tudo indica assim, que um conjunto de factores sociais e económicos estão a fazer com que os nossos jovens difiram cada vez mais no tempo o momento do casamento.

No Quadro nº 11 apresentamos a evolução dos níveis de divórcio também nos últimos trinta anos e verificamos que com exceção da Irlanda (onde o divórcio não é permitido) em todos os países da União Europeia o *divórcio praticamente quadruplicou nos últimos trinta anos.*

QUADRO N.º 11 – EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DE DIVÓRCIO, NO PERÍODO 1960-1991, NA UNIÃO EUROPEIA, EM PERMILAGEM

Países	1960	1970	1980	1991
BÉLGICA	0,5	0,7	1,5	2,1
DINAMARCA	1,5	1,9	2,7	2,5
ALEMANHA	0,9	1,3	1,6	2,2
GRÉCIA	0,3	0,4	0,7	0,6
ESPAÑHA	0,0	0,0	0,3	0,6
FRANÇA	0,6	0,8	1,5	0,9
IRLANDA	–	–	–	–
ITÁLIA	0,0	0,0	0,2	0,5
LUXEMBURGO	0,5	0,6	1,6	2,0
HOLANDA	0,5	0,8	1,8	1,9
REINO UNIDO	0,5	1,1	2,8	2,9
PORTUGAL	0,1	0,1	1,3	1,1
EUR. 12	0,4	0,7	1,3	1,7

FONTE: *idem* Quadro n.º 10

Uma outra informação interessante é análise da repartição das famílias segundo a dimensão. Os isolados, ou seja, as famílias apenas com uma pessoa, representam cerca de 25% das famílias da União Europeia. As situações extremas são a Dinamarca com 56,9% de pessoas a viverem isoladamente e Espanha e Portugal com pouco mais de 10%. As famílias com 2 pessoas representam 28,3% do total sendo a dispersão de valores pouco importante.

QUADRO N.º 12 – REPARTIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A DIMENSÃO NA UNIÃO EUROPEIA, EM 1991, EM PECENTAGEM

Países	Famílias com				
	1 pes.	2 pes.	3 pes.	4 pes.	5+pes
BÉLGICA	23,6	30,0	20,1	16,9	9,4
DINAMARCA	56,9	23,7	8,9	8,2	2,2
ALEMANHA	34,4	30,0	17,2	12,9	5,8
GRÉCIA	16,0	25,9	20,3	24,2	13,5
ESPAÑHA	10,1	22,7	20,1	22,5	24,6
FRANÇA	26,6	30,0	18,0	15,7	9,7
IRLANDA	18,5	21,4	14,6	16,4	29,2
ITÁLIA	21,1	24,3	22,5	22,0	10,0
LUXEMBURGO	23,1	29,1	20,1	17,9	9,7
HOLANDA	26,2	30,3	15,2	18,9	9,3
REINO UNIDO	24,4	32,3	16,6	17,5	9,1
PORTUGAL	12,2	24,3	22,6	22,0	18,9
EUR. 12	25,3	28,3	18,4	17,5	10,4

FONTE: *idem* Quadro n.º 10

Se juntarmos estas duas informações verificamos que na Dinamarca cerca de 80% das famílias não têm uma única criança. Esta situação contrasta violentamente com o observado em Portugal onde temos 36% de famílias nesta situação. Outro aspecto curioso reside no facto de as famílias com mais de 5 pessoas só terem dois dígitos em percentagem na Grécia, Espanha, Itália, Luxemburgo e Portugal.

**QUADRO N.º 13 – TIPO DE MODELO FAMILIAR PREFERIDO
NA UNIÃO EUROPEIA EM 1991**

RESPOSTAS DOS HOMENS						
PAISES	N.º 1	N.2	N.º 3	N.º 4	S.R.	TOTAL
BÉLGICA	28	36	24	9	3	100
DINAMARCA	51	28	12	6	3	100
ESPAÑHA	46	20	28	5	1	100
FRANÇA	43	29	25	2	1	100
GRÉCIA	38	29	28	4	1	100
IRLANDA	31	22	38	5	4	100
ITÁLIA	36	31	30	2	1	100
LUXEMBURGO	19	29	43	4	5	100
HOLANDA	42	28	24	4	2	100
ALEMANHA	25	35	29	4	7	100
REINO UNIDO	51	27	19	2	1	100
PORTUGAL	40	23	29	6	2	100
RESPOSTAS DAS MULHERES						
PAÍSES	N.º 1	N.2	N.º 3	N.º 4	S.R.	TOTAL
BÉLGICA	39	26	26	7	2	100
DINAMARCA	55	24	23	5	3	100
ESPAÑHA	48	18	28	4	2	100
FRANÇA	47	28	22	2	1	100
GRÉCIA	48	29	18	3	2	100
IRLANDA	36	18	40	5	1	100
ITÁLIA	47	30	21	1	1	100
LUXEMBURGO	21	31	36	8	1	100
HOLANDA	44	28	29	3	2	100
ALEMANHA	27	33	34	3	3	100
REINO UNIDO	46	34	17	2	1	100
PORTUGAL	46	24	21	6	3	100
Resposta n.º 1 – Os dois conjuges têm uma profissão que os absorve igualmente; as tarefas domésticas e a assistência aos filhos é partilhada igualmente.						
Resposta n.º 2 – A mulher tem uma profissão que os absorve do que o homem e assume a maior parte das tarefas domésticas e da assistência aos filhos.						
Resposta n.º 3 – Só o homem exerce uma profissão e a mulher ocupa-se da casa.						
Resposta n.º 4 – Outras respostas						

BIBLIOGRAFIA

CONSEIL DE L'EUROPE, *Évolution Démographique récente en Europe et en Amérique du Nord*, Strasbourg, 1992.

EUROSTAT, *Statistiques Rapides – Population et Conditions Sociales – 1992-2*, Luxembourg, 1992.

EUROSTAT, *Statistiques Démographiques 1993*, Luxembourg, 1993.

MERMET G., *Euroscopie*, Ed. Larousse, Paris, 1992.

PUMAIN D., *Spatial analysis and population dynamics*, John Libbey Eurotext/INED, Londres, 1991.

A GRANDE VIRAGEM DO PRESENTE E SUAS CONSEQUÊNCIAS: DE PORTUGAL RURAL PARA PORTUGAL URBANO

François Guichard
(CENPA/CNRS, Bordéus)

O Portugal do Estado Novo era paradigma da ruralidade, pelo menos de duas maneiras: na realidade objectiva e na imagem que os seus dirigentes entendiam dele projectar, ao mesmo tempo no exterior e no interior do país.

Era-o na realidade objectiva, na medida em que a população urbana continuava a ser nitidamente minoritária, como sempre tinha sido até então. Além disso, estava concentrada em poucos núcleos, quase todos de dimensões reduzidas. Eram afinal pouco visíveis no conjunto da paisagem nacional, sobretudo naquele tempo de deslocações lentas e difíceis, em que eram necessárias muitas horas, em comboios antiquados, para ir e vir de Lisboa ao Porto, ou para chegar da fronteira a qualquer cidade.

E era-o na imagem projectada. Imagem enaltecida de um país cuja virtude fundamental devia residir na fidelidade aos valores, tradições e comportamentos mais profundamente enraizados, no apego à terra natal e numa civilização cristã preservada das desagregações sócio-culturais, que os mesmos dirigentes achavam concomitantes das grandes concentrações urbanas modernas. Nada era mais simbólico e genuíno do que a torre da igreja aldeã, vista do pequeníssimo casal onde a família se dedicava a tempo inteiro à sua auto-suficiência. Assim se preservava a autonomia e a harmonia hierárquica interna à custa do duro e rotineiro trabalho de cada um, sob a protecção e garantia do pároco rural, símbolo das estruturas de enquadramento sociais mais comprovadas. Era o exemplo que devia seguir a pátria.

Com tal herança, não é de estranhar a importância – talvez muito mais cultural e psicológica do que económica – que chegou a atingir, durante os primeiros anos que se seguiram ao 25 de Abril, a problemática da transformação rural. Sobretudo através da reforma agrária, que foi então pedra angular do debate nacional.

Hoje em dia, mais de vinte anos volvidos sobre a “revolução dos cravos”, não só esta pertence à história como para a história entrou a reforma agrária, com suas esperanças, desilusões e fracassos. Talvez seja simbólico do que está a acontecer com a vocação agrícola de Portugal no seu conjunto, a respeito da qual cada vez menos se fala de produção e rentabilidade – como se já estivesse perdida a batalha da modernização, quando não da mera sobrevivência – e cada vez mais de salvaguardar o património sócio-cultural e ambiental. É só ver, mero exemplo entre muitos, a maneira como evoluiu em vinte anos a tónica do debate em torno da barragem de Alqueva, desde a salvação do Alentejo graças à rega, dominante nos anos setenta, até ao sonho de um futuro turístico risonho, quase exclusivo nos discursos mais recentes.

Ora, turismo para quem? Salvaguardar o espaço rural para quê, senão para que dele possam usufruir os cidadãos?

Na realidade, tal evolução não surpreende quem verificar a diminuição acelerada da

importância económica e social do sector primário em Portugal. A sua quota-parte na população activa nacional caiu de 44 % em 1960 para 22 % na altura da adesão à CEE, em 1986, e para menos de 12 % em 1992 ¹. Entre estas últimas duas datas, ou seja em apenas meia dúzia de anos, a sua participação no produto interno bruto quase se reduziu para metade, de uns 9 para uns 4,8 %. Por si só, o desequilíbrio entre ambas as proporções – afinal ainda tantos trabalhadores, para tão pouca riqueza produzida – comprova a sensação de que, com efeito, não se trata no conjunto da actividade económica mais dinâmica...

No decorrer dos últimos 15-20 anos, tardia mas rapidamente, Portugal virou de país rural para país urbano. Embora não tenha sido o mais esperado, é com certeza um dos mais nítidos sinais da verdadeira europeização da sociedade nacional – bem como dos seus problemas, actuais e previsíveis : as crises portuguesas mais agudas do porvir já não serão rurais, mas sim urbanas, tal como acontece nos principais países parceiros.

1 – A VITÓRIA DA CIDADE

Uma urbanização tardia, mas conquistadora

Desta transformação fundamental, nem sempre são os censos os melhores instrumentos de medida. As taxas de urbanização que a partir deles foram calculadas são imperfeitas, várias, contraditórias entre si, em resumo pouco satisfatórias, como aliás o reconhecem facilmente os seus próprios autores. É que sempre foi difícil estabelecer um critério único de definição para “aglomerações urbanas” num país onde as formas de povoamento são tão contrastadas. Como encontrar uma regra comum que seja aplicável ao mesmo tempo à extrema dispersão do Noroeste ou da Madeira, característica da Europa húmida e verdejante, e à concentração máxima das povoações rurais alentejanas, tão parecidas às suas homólogas da bacia mediterrânica, desde a Espanha vizinha até ao Médio Oriente?

Neste sentido, continua perfeitamente válida a dualidade tão bem realçada por Orlando Ribeiro, já vai lá meio século, entre Portugal “atlântico” e “mediterrâneo” ², mesmo se já não é a fractura principal do espaço português... e talvez até nunca o foi.

Ora um Estado moderno, seja ele qual for, sendo dono da estatística – ou seja do saber sobre si próprio, e por isto mesmo de um instrumento de poder importantíssimo – nunca gostou de diversificar o tratamento que nesta matéria, tal como em qualquer outra, aplica ao seu território. Seria como atentar à santíssima unicidade da nação. Portugal não escapa à regra; o que não deveria impedir reflexão e ensaios. No entanto foram pouco frequentes ³.

Ou será que a unidade da pátria é tão frágil que poderia ser posta em perigo por uma mera adaptação dos instrumentos de medida às realidades regionais – tal como o poderia ser por uma regionalização efectiva ? No caso português, nem uma nem outra ameaça parecem verdadeiramente credíveis ao observador forense.

Resulta disto tudo que, conforme o critério escolhido, a taxa de urbanização oscilava, na altura do censo de 1981, entre uns 29 e uns 55 %. No primeiro caso, só eram contempladas as aglomerações – a cuja definição aliás faltava clareza, pelo

menos informativa – com um mínimo de 10 000 habitantes, e as sedes de distritos eventualmente mais pequenas. Era a definição clássica do próprio organismo especializado na matéria, o Instituto Nacional de Estatística. No segundo caso, à iniciativa do Gabinete de Estudos do Ministério do Planeamento e Administração do Território (GEPAT), o conceito envolvia uma larga periferia (5 km de raio) em torno de aglomerados escolhidos não só conforme o seu mero peso populacional, como igualmente através de algumas funções exercidas, muito embora também tenham sido pouco divulgados os critérios adoptados.

Se optássemos por definições mais correntes no resto da Europa – as dos 2 000 ou dos 5 000 habitantes aglomerados – a oscilação limitar-se-ia a uns 44-48% de população urbana: o que, quanto a mim, talvez fosse a melhor aproximação da realidade de então⁴.

A morosidade da divulgação dos dados completos de 1991 infelizmente não permite ter ainda uma ideia bem clara da evolução do fenómeno no último decénio intercensitário. Além disso, parece que persistem as mesmas dificuldades em aceitar um critério de cálculo minimamente consensual na matéria. No entanto, todos os sinais convergem para dar a entender que desta vez, o ponto médio da oscilação ultrapassou os 50 %.

Dentro destes sinais, há que realçar o crescimento acelerado e inédito dos aglomerados de 2 000 para 10 000 habitantes, tal como a expansão física de muitas urbes de dimensão média, acima dos 20 000 residentes: trata-se aliás de realidades sensíveis na ocasião de qualquer deslocação na província.

Outro sinal, mais notável ainda, é a rápida urbanização *de facto* do modo de viver de um número crescente de “rurbanos”, ou seja das pessoas que, embora residam fora dos limites visíveis da mancha aglomerada contínua, nela trabalham ou dela dependem de maneira cada vez mais estrita. Até aos anos setenta inclusive, densidades superiores aos 200 ou até aos 500 habitantes ao km² podiam ser genuinamente rurais na quase totalidade da Madeira ou no Minho central. Hoje em dia é cada vez mais duvidoso. Em certas áreas do país, com particular relevo no Noroeste, há uma urbanização funcional do tecido rural ou semi-rural preexistente, mais rápida do que a transformação visual da paisagem.

Por isso parece legítimo apostar para o ano 2000 num Portugal com cerca de dois terços de população urbana, ou pelo menos de população cuja vida diária será organizada de maneira quase exclusiva pelas cidades.

Da bipolarização para uma metropolização linear ?

Hipótese correlativa seria a seguinte : não se trata apenas de uma urbanização mas sim, em muitos casos, de uma metropolização directa. De uma conquista gulosa e desenfreada do espaço, da sociedade e das maneiras de viver pelos maiores aglomerados do litoral : Lisboa, o Porto e seus prolongamentos tentaculares que

acompanham, quando não antecedem, as novas autoestradas e vias rápidas. Processo este que provoca a satelização, progressiva mas em vias de se acelerar, das poucas cidades médias do país.

Os modos e o ritmo desta evolução chegaram ao ponto de Portugal estar a conhecer agora, passadas uma ou duas gerações, um processo que parece muito semelhante ao que conheceu a França nas décadas de 1950 e 1960, e que levou alguns observadores a tocar a rebate contra o perigo de "Paris e o deserto francês". Só que aqui a concentração faz-se em volta de dois pólos urbanos maiores em vez de um só; pólos rivais com certeza, e por isso mesmo dando a impressão de garantir um equilíbrio minimal na dinâmica espacial do país.

Pelo menos, até agora foi assim. Mas se fizéssemos um pouco de prospectiva? Desde a conclusão da autoestrada Porto-Lisboa, no início do actual decénio, e mais ainda com os seus prolongamentos mais recentes, tanto para Sul em direcção a Setúbal e ao Alentejo mais próximo, como para Norte e Nordeste rumo a Braga e Amarante, multiplicam-se frémios de uma evolução que tende para uma aproximação inédita das duas metrópoles. Não nas paisagens, claro está ; mas sim nas funcionalidades.

Com efeito, ambas começam a transferir parte das suas forças humanas e económicas para núcleos urbanos intermédios ou situados na mesma linha axial, que são agora muito mais acessíveis, e onde os custos de implantação são comparativamente cada vez mais vantajosos. Por enquanto isto acontece em direcção a Braga e Aveiro por um lado ; a Setúbal, Santarém e até Leiria por outro. E amanhã para onde ?

Porquê tal desconcentração? É que a própria saturação das áreas metropolitanas lhes torna difícil continuar a assumir directamente todas as funções e a acumular sem limitações homens e actividades, ainda que só nas suas periferias mais imediatas, como era o caso até então. Mas as urbes maiores conservam o controle destas forças de trabalho, de produção, de comercialização, de prestação de serviços de nível intermédio, de formação até, começando a reparti-las doutra maneira, enquanto elas próprias acentuam as suas especializações nas actividades do sector terciário agora chamado de "superior" : os níveis operacionais mais próximos do topo decisional.

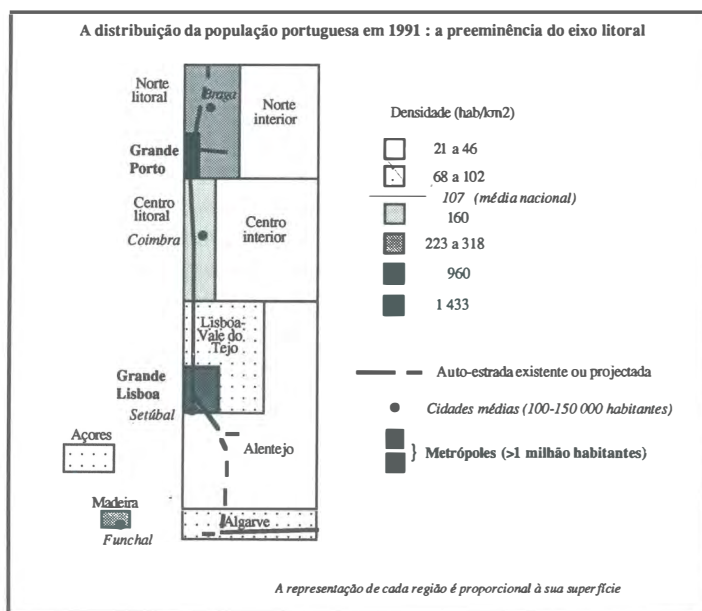
O que está a esboçar-se desta maneira pode ser, a prazo mais ou menos curto, a constituição de um eixo metropolitano único, cuja força, complementaridade e integração já vai crescendo. Eixo litoral e meridiano, cujas periferias são ao mesmo tempo interiores e atlânticas (Ilhas Adjacentes).

Será que esta tendência podia ter sido contrariada, tão grande era a diferença secular entre a força atractiva das duas grandes aglomerações e as fraquezas do restante tecido urbano nacional ? Talvez não. Já há cerca de uma geração que se tomou consciência suficientemente aguda dos desequilíbrios espaciais portugueses para dar início a uma política de ordenamento territorial: lembra-se que as então denominadas Comissões de Planificação Regionais foram instituídas em 1969, nos finais de um decénio durante o qual se tinham esboçado os primeiros esforços coerentes de reflexão na matéria ⁵. Ora, por mais útil, meritório e necessário que tenha sido o processo na altura desencadeado, não parece afinal ter conseguido travar significativamente a aceleração desta dinâmica das desigualdades. Pelo menos é o que dão a entender o quadro e a figura que se seguem...

A repartição regional da população portuguesa e sua evolução recente

Conjunto regional	População residente 1991	% de evolução			Densidade (hab./km ²)
		1960/70	1970/81	1981/91	
Norte (8)	3 479 000	- 0,7	+ 12,9	+ 1,8	163
do qual : interior (2)	474 000	- 20,5	+ 0,3	- 11,2	39
litoral (6)	2 999 000	+ 4,9	+ 15,6	+ 4,3	333
do qual : Grande Porto (1)	1 168 000	+ 11,1	+ 20,4	+ 4,5	1 433
Centro (10)	1 722 000	- 11,3	+ 5	- 2,4	74
do qual : interior (7)	820 000	- 19,1	- 4,3	- 6,9	46
litoral (3)	902 000	+ 0,5	+ 16,3	+ 2,3	160
Lisboa -Vale do Tejo (5)	3 292 000	+ 12	+ 27,9	+ 0,9	250
do qual : Grande Lisboa (2)	2 472 000	+ 23,2	+ 34,6	+ 1,4	960
Alentejo (4)	543 000	- 22,4	- 2	- 6	21
Algarve (1)	341 000	- 14,7	+ 20,5	+ 5,5	68
Portugal Continental (28)	9 371 000	- 2,6	+ 15	+ 0,3	106
Madeira (1)	253 000	- 6,6	+ 0,7	0	318
Açores (1)	238 000	- 16	- 13	- 2	102
Total Portugal (30)	9 863 000	- 3	+ 14	+ 0,3	107

Entre parênteses : número de sub-regiões conforme a nomenclatura europeia de unidades estatísticas (NUT III)



2 – ALGUNS MOTIVOS DA MUDANÇA

Dentro dos fenômenos que são, ao mesmo tempo, raízes e frutos desta mutação capital, parece necessário realçar aqui três, cuja importância talvez seja fulcral: a

transformação da mobilidade espacial, a escolarização generalizada, e a modernização acelerada da economia. Eles estão aliás estritamente interligados e todos resultam, mais ou menos directamente, da dupla abertura nacional : a política, iniciada em 1974, e a económica, simbolizada pela adesão à CEE em 1986.

A transformação da mobilidade espacial

Há cerca de vinte anos que a emigração deixou de ser a via privilegiada de escoamento para os crónicos excedentes populacionais, e a solução principal para as dificuldades económicas nacionais.

Já no passado houve fases em que a corrente emigratória parecia esgotada. Mas foi quase sempre por motivos conjunturais externos, guerras ou crises internacionais. E tal sempre pode acontecer. Aliás, o fim da última grande fase de partidas esteve outra vez directamente ligado à crise energética mundial, a partir de 1973, e ao fecho consecutivo, ora brutal, ora progressivo, dos principais países de destino. Além disso, ninguém é capaz de adivinhar ao certo o que acontecerá uma vez concretizados os acordos de Schengen sobre a livre circulação das pessoas dentro da União Europeia : por isso mesmo há vários anos que se arrasta a sua aplicação efectiva.

Parece no entanto tratar-se desta vez de uma mutação de outra natureza, com motivos estruturais de ordem nacional suficientemente fortes para dar a impressão que estamos perante uma transformação de fundo. Na fase mais aguda dos anos sessenta e inícios dos anos setenta, o fluxo das partidas anuais ultrapassava largamente a centena de milhares ; e antes disso, desde gerações seguidas, raramente tinha sido inferior aos 30 000. Era tema prioritário de inquietação nacional, sobre o qual incidiu vastíssima bibliografia ⁶. Ora, a partir do início dos anos oitenta, este fluxo estabilizou-se para apenas umas 20 000 saídas anuais, das quais mais de metade em migrações temporárias, que correspondem na verdade a idas e voltas periódicas.

Mais ainda : o balanço migratório global até se inverteu, ao ponto de passar a ser regularmente positivo, em proporções que parecem totalmente inéditas. Bem o ilustra a evolução das temáticas agora privilegiadas pelos especialistas. Depois das partidas, e um pouco mais tarde da vida lá fora, eles dedicam-se hoje em dia em prioridade aos retornos e até à imigração. Para Portugal regressam agora, de ano para ano, cerca de duas vezes mais de antigos emigrantes, na maioria idosos, do que o país deixa partir de jovens. Nunca no passado este fenómeno chegou a atingir tamanha importância. Por um lado, é evidente que a distância não facilitava o regresso, já que quase todas as partidas eram na altura para destinos transoceânicos, e que não se tinha entrado na era do avião. Mas por outro lado, verdade era que naquelas épocas (com realço particular para o período 1870-1930), o país natal não tinha conhecido, no tempo de uma vida de trabalho, progressos materiais tão espectaculares que o tornassem deveras atraente. Com toda a certeza, é deste ponto de vista que a mutação recente mais se pode justificar.

Os precedentes candidatos à partida eram quase todos rurais desprovidos de qualquer formação profissional, a não ser a construída com a própria experiência da casa e do campo. Ora esta muito pouco ia servir lá fora, já que a maioria dos empregos possíveis foram encontrados na construção civil ou na indústria. Pelo contrário, os emigrantes actuais são maioritariamente urbanos, e de ano para ano mais qualificados.

Por outro lado, os antigos camponeses que regressam na idade da reforma tendem cada vez mais a optar por residir nas vilas e burgos das suas regiões de origem, em vez de regressar à aldeia isolada ou ao casal escondido que tinham deixado, ambos desta vez ameaçados por um abandono definitivo. Aliás, já tinha sido na periferia destes aglomerados mais animados que eles tinham construído essa casa nova que absorveu grande parte das modestas poupanças acumuladas no decorrer de tantos anos de duro trabalho e de fracas condições de vida. Bem à beira da estrada e próximo de comodidades, comércio e serviços de natureza já urbana. Neste regresso, raramente vêm acompanhados pelos filhos, ou netos, já demasiado integrados e amadurecidos no país onde cresceram – geralmente em grandes cidades – para aceitar outra transplantação, ainda por cima pouco atraídos pela pacata e algo antiquada atmosfera provinciana que lhes foi apresentada, férias a fio, como única faceta da terra de origem ⁷.

Apesar de tudo, alguns destes jovens começam agora a perceber que Portugal não se resume à ruralidade do interior e que até, em relação ao desemprego angustiante que se alastra nas terras onde vivem, se trata talvez de um país onde a crise ainda não chegou a ser tão forte. Por isso, desde o início da década de noventa passa a ser mais consistente uma corrente de atracção específica dos agora chamados "lusos-descendentes": neste caso já não se pode falar em "regresso". Mas os destinos não são os mesmos: estes dirigem-se mais directamente ainda para a cidade, e até para a aglomeração metropolitana litoral, que não só lhes pode oferecer mais empregos, como melhor corresponde ao modelo de modernidade em que foram educados lá fora.

Seja como for, uma geração volvida, quem deixou o campo, sonhando a ele regressar para o melhor, acaba por desistir definitivamente do projecto inicial e por integrar a civilização urbana, à qual a sua descendência já pertence.

Portugal enfim, tal como Espanha e Itália, de país de partida transformou-se entretanto em terra receptora. Primeiro houve os retornados, regressados em urgência na altura das descolonizações de 1974-75: também eles, apesar de terem raízes muitas vezes nordestinas e rurais, escolheram uma fixação urbana, tanto mais facilmente quanto era quase sempre em cidades que já viviam no Ultramar ⁸. E agora o país recebe um fluxo crescente de imigrantes, de momento quase todos lusófonos, oriundos ora do Brasil, ora da África, com maioria de cabo-verdianos. Uns ficam de maneira duradoura, para outros trata-se de uma escala em direcção a outros destinos europeus, como Espanha ou Paris. Vivem em situação muitas vezes precária, quando não à margem da legalidade, e por isso também da estatística. São talvez hoje em dia cerca de cem ou de duzentos mil a residir em Portugal. E eles também se concentram quase todos na esfera urbana, sobretudo lisboeta ⁹.

Assim a atracção da cidade, e mais ainda da área metropolitana, substitui doravante a emigração como forma dominante da mobilidade portuguesa, qualquer que seja a via: chegada do estrangeiro, êxodo rural directo ou, de maneira cada vez mais frequente, saltos ascendentes na escala da hierarquia urbana nacional.

A escolarização maciça

Tem o mesmo resultado a generalização do ensino, até que enfim conseguida no decorrer dos mesmos últimos vinte anos. Até então na retaguarda do Velho Continente em matéria de educação, Portugal felizmente desenvolveu nesta matéria um esforço

notabilíssimo desde os finais dos anos sessenta e sobretudo após o 25 de Abril, passando a ser "a escola para todos" um leitmotiv unanimamente partilhado, o alicerce ao mesmo tempo do progresso sócio-cultural, do desenvolvimento económico e do enraizamento da democracia. De maneira que neste domínio também, hoje em dia o país quase alcançou o nível médio dos seus parceiros da União Europeia. Pelo menos do ponto de vista quantitativo. Ainda bem.

Mas isso significa também que se acelera nas mesmas proporções a tendência para a urbanização generalizada : da formação, do mercado do trabalho, dos modos de vida – desejados, senão sempre alcançáveis –, enfim dos modelos de comportamento, tanto individuais como colectivos.

Eram as crianças do mundo rural que a escola de outrora menos atingia. Agora prepara-as quase sistematicamente para profissões do sector terciário, que só poderão exercer no mundo urbano.

A escolarização condu-las assim a deixar o campo ou a aldeia. Primeiro são dirigidas para as vilas onde foram implantados os colégios, e a seguir para as cidades dotadas de liceus, escolas politécnicas e até universidades novas. Muitos burgos ontem adormecidos e que pareciam sem futuro hoje estão por isso animados por uma onda inédita de juventude, e um consecutivo dinamismo.

Mas o tecido de actividades de que dispõem estes organismos urbanos da província, uns meramente embrionários, outros ainda incompletos, nem por isso é suficiente para lhes permitir oferecer respostas adaptadas às novas necessidades de emprego que vão assim surgindo com tanta força. Nem o será, com toda a probabilidade, ao fim dos poucos anos de formação que proporcionam.

Chega então a altura do segundo deslize – e este tem todas as probabilidades de ser definitivo – desta vez para os conjuntos urbanos mais importantes do litoral ou as suas periferias, únicos espaços considerados capazes de proporcionar as oportunidades de trabalho adequadas à formação recebida.

A modernização económica

A transformação acelerada da economia portuguesa fortalece esta tendência. Com efeito, ela conduz a minorar a sua parte de competitividade tradicional, ligada à utilização de uma mão de obra tão barata quanto pouco formada. Aumenta em proporção a importância dos investimentos tecnológicos e financeiros, bem como as exigências em matéria de competência humana. A necessidade de modernização atinge agora um nível inédito na história nacional. Mas esta tendência adapta-se mal ao tecido produtivo herdado do passado, disperso como é por uma multidão de fábricas muitas vezes espalhadas no seio mesmo do mundo rural, pequeníssimas, envelhecidas, incómodas e ainda por cima pouco acessíveis.

Na indústria, bem como nos segmentos mais modernos do sector primário (o vinho, os lacticínios, a fruticultura, a valorização da madeira por exemplo), assiste-se à transformação mais ou menos rápida do que foram meras produções no esboço de verdadeiras filières, de cadeias complexas integrando vertical e horizontalmente sectores de actividades complementares que dantes funcionavam de maneira muito mais autónoma. O conjunto insere-se directamente nos mercados extra-regionais, quando não internacionais, em vez de se limitar ao tecido próximo de fornecedores,

compradores e assistência técnico-financeira, como podia muito bem fazê-lo ainda há pouco. Isto tudo desenvolve uma gestão cada vez mais sofisticada, que precisa de mergulhar no ambiente urbano e até metropolitano, ou de lhe estar pelo menos directa e eficazmente ligado. Cada vez mais, quem manda é a urbe.

Mas o motor principal desta evolução é evidentemente a progressão constante das actividades de serviço, de dia para dia mais complexas, mais tipicamente urbanas ainda, e já responsáveis por si só em 1992 de 60 % do PIB português, quando seis anos antes nem chegavam à uns 52 %.

3 – NOVOS AMBIENTES DE VIDA, NOVAS MANEIRAS DE VIVER

Assim a urbanização não se limita à forma directa e imediatamente perceptível que se traduz no espaço pela ampliação física das aglomerações. Também tem uma forma indirecta, mais insidiosa e no entanto bastante eficaz, que ganha constantemente terreno ao ritmo da saturação das urbes maiores, e que se pode medir pela alternância dos engarrafamentos periurbanos, cedo de manhã e ao fim da tarde. Trata-se de uma disseminação periférica "rurbana", esta inserção dentro de uma paisagem com aparência ainda rural, de gente que na realidade trabalha na cidade, ou para a cidade, em função dela, conforme os impulsos e constrangimentos que ela impõe.

A terceira forma da conquista urbana é mais insidiosa ainda, e esta tem poucos limites, a não ser nas margens extremas do tecido social. Trata-se da difusão dos valores e das modas citadinas pelos suportes mais variados da informação, desde a escola até à publicidade, passando pela televisão e pelos contactos mantidos com os conhecidos ou familiares que já na cidade vivem.

A lei da cidade, a partir do momento em que passa a ser dominante – é o que se vive neste momento em Portugal – e qualquer que seja o seu modo de actuar, estende-se então, muito para além dos seus limites espaciais, à sociedade inteira. E de maneira irremediável, tanto quanto sabemos pela experiência alheia. A lei da maioria, tal como em democracia, passa a ser a lei de todos ; só que de momento, nesta matéria, não se vê hipótese séria de alternância...

Resulta disto uma série complexa de transformações de ordem estrutural, social e cultural, ampliando-se mutuamente e reagindo umas sobre as outras. As consequências espaciais, estas, obrigam a repensar a gestão do ordenamento territorial, desde a escala local até à nacional. Não é tarefa fácil.

Resultados de natureza funcional

Algumas mutações alteram o esquema organizacional. No contexto geral de retracção das actividades agrícolas tradicionais, só parecem ter futuro os segmentos que passam a depender das tecnologias e dos mercados urbanos, ainda nem que seja só pela via lateral da oferta turístico-cultural, promovida a actividade complementar : reservas naturais, turismo verde, lazeres aquáticos, promoção do artesanato e do património por exemplo. Agudizam-se as dificuldades do tecido semi-rural das indústrias dispersas assentadas em prioridade na mão de obra barata, como no caso dos têxteis, ainda responsáveis de cerca de um terço das exportações portuguesas.

A preeminência do sector terciário na economia está a transformar-se em preponderância absoluta, não só no que se refere à formação e aos empregos (disponíveis e esperados), como também na medida em que os seus suportes técnicos e modos de trabalho se impuseram como fulcrais no funcionamento das próprias actividades produtivas: gestão, informática, transmissão de dados, conexão sistemática dos postos de trabalho em redes interligadas, sempre mais alargadas, complexas e sofisticadas...

A necessidade de uma circulação rápida, fácil e contínua – dos homens, dos produtos, das informações – é uma prioridade cada vez mais imperiosa na vida diária das empresas, impondo as suas exigências acima de considerações de natureza mais estática que dantes eram tidas por fundamentais, tais como as vantagens da localização ou até os custos de produção.

Sendo assim, a nova estruturação do espaço passa a depender sobretudo da qualidade e eficiência dos eixos de toda a natureza que permitem a circulação, e em primeiro lugar das vias rodoviárias. Reduzem-se em proporção equivalente a autonomia e o valor intrínseco dos sítios, dos lugares. Afinal não é processo inteiramente novo: a potência da cidade mede-se mais à intensidade dos fluxos que provoca, do que ao seu tamanho próprio. O que é novo é a generalização – a todas as actividades, a toda a sociedade e ao espaço inteiro, por cima de quaisquer limites e fronteiras – desta hierarquização do espaço pelo movimento, em substituição da antiga preeminência da substância local.

Resultados de natureza demográfica

É outra dimensão da mudança. Pelas vantagens que proporcionou, pelos seus constrangimentos também, pelas alterações culturais que provocou, a urbanização teve um papel determinante na recente diminuição da fecundidade portuguesa, tão impressionante quanto rápida: depois de tanto tempo ter nutrido a emigração, ela passou a ser das mais baixas da Europa inteira.

Também reveladora, para uma população ainda há pouco muito jovem, é a nova importância que adquiriram os problemas ligados à terceira idade. A inauguração de instalações específicas, o desenvolvimento de actividades complementares, a organização de redes de apoio especializadas, tudo isto ganha terreno de dia para dia nas crónicas da imprensa regional, nos orçamentos dos municípios e das freguesias, nos discursos dos autarcas, e até nos projectos de investimentos privados. Convém lembrar como, há uns dez anos atrás, era um tema quase totalmente ausente das preocupações de uns e de outros: na altura, o que importava era a escola, a estrada, a modernização do equipamento, as iniciativas em prol da produção...¹⁰.

Assim, na gestão colectiva dos factos sociais, as questões ligadas à população inactiva revestem uma importância crescente. Nisto também Portugal encontra agora problemas característicos da normalidade europeia actual. Ora, pela natureza própria dos investimentos e serviços que requerem, as respostas possíveis são forçosamente concentradas no espaço: disto sai mais uma vez reforçada a função polarizadora da cidade.

Resultados de ordem sócio-psicológico

Modificam-se com rapidez os comportamentos tradicionais legados pela civilização rural. O viver na cidade, e mais ainda na grande cidade, acelera a deslocação dos antigos

núcleos de unidade, familiares e sociais. Gerações, casais, sexos, pessoas passam a ser cada vez mais autônomos uns dos outros. Os valores e as hierarquias herdadas parecem demasiado inoperantes, porque desajustados ao meio ambiente urbano, aos seus ritmos sincopados e a esta individualização crescente do destino de cada um. Por isso eles são num primeiro momento contestados, e numa segunda etapa meramente postos de lado, quer sejam de natureza familiar (o estatuto privilegiado do pai, por exemplo), quer de âmbito colectivo (e em primeiro plano a prática religiosa regular, dantes normativa). Deixam lugar à procura isolada, e por vezes errática, de novos horizontes de referência...

A necessária e difícil redefinição dos espaços

Estas transformações todas inscrevem-se de maneira cada vez mais nítida na utilização dos espaços, sobretudo desde a década de oitenta. Isto chegou a alterar rapidamente, e por vezes profundamente, a natureza dos problemas em função dos quais se tinham forjado os padrões de raciocínio dos técnicos de planeamento, cuja maioria foi formada no decurso dos vinte anos anteriores. Eles têm as mesmas dificuldades que os cidadãos ordinários para integrar mentalmente as novas dinâmicas em acção, mas além disso dispõem de poucos instrumentos adequados para as medir convenientemente. Não só devem inventar respostas para problemas inéditos, como devem tentar convencer responsáveis eleitos, sempre confrontados às urgências do imediato, das virtudes de uma programação com prazos por vezes morosos. A tarefa não é nada fácil, nem em Portugal, nem em parte nenhuma.

Passa assim a ser patente que a urbanização, mesmo se generalizada, não constitui por si só um elemento suficiente em prol de uma polarização harmoniosa do espaço nacional. Não é, por virtude própria, suficientemente geradora de empregos, de serviços e de qualidade de vida, para que garanta a possibilidade para a maioria de continuar a viver na sua região de origem.

Claro que é imprescindível a modernização das vias de comunicação, que encurta as distâncias e permite ao progresso de se generalizar para o conjunto do tecido social. No entanto, o seu primeiro efeito é permitir um abandono ainda mais apressado das periferias, e acelerar a aglutinação no centro – ou então, sendo o resultado equivalente, agrava e sistematiza a dependência das periferias em relação ao centro.

A relativa desconcentração do alojamento nas áreas metropolitanas resulta em grande parte desta diminuição das distâncias-tempo. Esta de facto favorece o crescimento dos aglomerados mais pequenos, mas é correndo o perigo de transformá-los em satélites, de dia para dia mais estritamente dependentes do núcleo central – quando não de convertê-los em simples dormitórios desprovidos de vida própria – enquanto que o isolamento anterior pelo menos lhes assegurava uma relativa autonomia. A este respeito, é esclarecedor o aparente dinamismo que acompanha de maneira tão sistemática a chegada, a qualquer aglomeração, das novas faixas betuminosas que progredem como raios concêntricos a partir do Porto. É por exemplo o caso do espantoso surto actual de construções em Braga, com toda a evidência consequência directa da chegada da autoestrada. Ficando agora a antiga cidade arquiépiscopal a meia hora do coração da metrópole portuense, ela está em vias de se transformar num mero subúrbio, na realidade do dia a dia, muito mais depressa aliás do que na percepção que dela têm até os próprios interessados.

Outro exemplo da rapidez com que se transforma a problemática do uso do espaço em Portugal, em consequência da explosão urbana, é a multiplicação das residências secundárias adquiridas por residentes das grandes aglomerações. Este fenómeno começa a atingir proporções não só inéditas, como ainda há bem pouco tempo inacreditáveis, por parecerem exclusivas de países com alto nível de vida e importante classe social média. Por si só, é assim revelador do espantoso progresso material de que beneficiou recentemente uma parte significativa, se bem que minoritária, da sociedade portuguesa.

Transformam-se agora por inteiro porções do litoral, vertentes agrestes, velhas aldeias ontem quase abandonadas. Resultam disto novas exigências em matéria de infraestruturas e equipamentos, que nem sequer tinham sido previstas. Novos valores patrimoniais e ambientais chegam a suscitar uma adesão que não se suspeitava possível, mas também se desenvolvem novas formas de especulação fundiária e imobiliária em áreas até aí por elas poupadas. Surgem para os municípios novas oportunidades de rendimentos, mas também novos perigos para alguns equilíbrios locais já ameaçados por outras fragilidades. A conquista do espaço rural pela cidade também se faz desta maneira.

São meros exemplos do novo ordenamento sócio-espacial que se esboça ; podiam ser multiplicados. Eles têm em comum uma grande fluidez. É tanto mais incerta a importância que vão atingir estes fenómenos, quanto faltam na maioria dos casos os instrumentos de medida adequados. Mas já se adivinha, e por vezes se sabe, de que maneira a sua irrupção tem por primeiro resultado desatualizar certos planos de ordenamento regionais e locais que foi tão difícil elaborar, fazer aceitar, enfim tornar operacionais.

Daí decorre uma sucessão de perturbações, quando não de disfuncionamentos, no seio das esferas decisórias. Tais problemas são agravados pelos conflitos, latentes ou abertos, por um lado entre administrações que continuam a ter dificuldades em comunicar entre si, e por outro lado entre o conjunto da máquina administrativa estatal – com particular relevo para os técnicos de planeamento – e autarcas locais cada vez mais ciosos das suas prerrogativas. Certamente por falta do escalão regional previsto pela Constituição, mas cuja implantação sempre foi adiada, o carácter "municipalista" da democracia portuguesa não pode deixar de se reforçar de dia para dia : os 305 concelhos aparecem de facto como os únicos verdadeiros contra-poderes face à velha tradição centralizadora nacional.

Mas como planear, com tantos limites rígidos, uma dinâmica espacial agora organizada com base em fluxos ?

Inquietações prospectivas

Apesar destas rivalidades, uns e outros sempre continuam a ter que dar prioridade aos problemas das áreas onde as urgências se amontoam da maneira mais visível, premente e imediata. Ou seja, aos das zonas mais povoadas : as aglomerações metropolitanas, cujo potencial de concentração vai assim aumentando em proporção aos investimentos neles realizados.

Ontem, o perigo para Portugal residia no agravamento da dualidade sócio-espacial: por um lado uma minoria próspera e modernizada no litoral, por outro lado largas

periferias atrasadas cumulando as dificuldades, no interior e nos arquipélagos oceânicos. A evolução actual talvez autorize a pensar que o perigo de amanhã poderá ser menos provocante do ponto de vista social, até porque não há dúvida nenhuma de que o nível médio de vida melhorou de maneira sensível no decorrer da última geração, ainda que não tenha sido de maneira igualmente repartida. Mas pode passar a ser pior ainda do ponto de vista espacial, se o esvaziamento das periferias prosseguir ao mesmo ritmo, sem freio nem derivativos adaptados à sua rapidez actual.

Ora, pelo menos na nossa civilização ocidental, poucos exemplos houve de cidades-oásis, capazes de salvaguardar a sua prosperidade no meio do esgotamento envolvente. O futuro de Portugal está claramente ligado ao do Porto e de Lisboa ; mas Lisboa e o Porto não terão futuro num país desertificado.

NOTAS

1. Portugal. *Relatório anual da OCDE*, Paris, Junho de 1994.
2. Orlando RIBEIRO, *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*, 1.^a éd., 1945 ; 6.^a éd., Lisboa, Sá da Costa, 1991.
3. O próprio signatário destas linhas tentou provocar um debate público sobre o referido assunto em duas ocasiões: em 1983, na sua tese de doutoramento e no ano seguinte, com a complicitade de Pierre Laborde, durante um colóquio no Porto: François GUICHARD, *Porto, la ville dans sa région. Contribution à l'étude de l'organisation de l'espace dans le Portugal du Nord*, 2 vol., Paris, Centre Culturel Portugais/Fondation Gulbenkian, 1992 (cf. nomeadamente o vol. I, p. 143-153); François GUICHARD e Pierre LABORDE, "Pôles urbains et inégalités régionales: le cas du Portugal du Nord et de l'Aquitaine", in *1^{as} Jornadas de Estudo Norte de Portugal/Aquitânia - Actas*, Março de 1984, Porto, CENPA, 1986, p. 269-278 + 4 mapas desdobráveis. O debate esperado ficou muito limitado, o que em parte se explica pela língua utilizada e, porque não, por defeitos próprios das exposições. Mas infelizmente – a não ser que a culpa seja da debilidade da minha informação – o tema também não ressurgiu muito vivo noutros sítios e noutras penas. Nem por isso desespero de vê-lo renascer qualquer dia... mesmo que seja por historiadores !
4. Sobre este assunto, bem como sobre muitos outros afins aos quais se alude mais adiante, o leitor felizmente dispõe agora de duas recentes e excelentes obras de síntese, que enriquecem e em grande parte renovam a literatura geográfica portuguesa relativa ao desenvolvimento urbano e à reestruturação do espaço nacional: as de Teresa BARATA SALGUEIRO, *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*, Porto, Afrontamento, 1992, e de Jorge GASPAS, *As regiões portuguesas*, Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1993.
5. Dentro dos quais vale talvez a pena recordar, pelo impacto que teve na altura e pelas múltiplas pistas que abriu, o trabalho de Eugénio de CASTRO CALDAS e Manuel de SANTOS LOUREIRO, *Regiões homogêneas no Continente português. Primeiro ensaio de delimitação*, Lisboa, Fundação Gulbenkian, 1966.
6. Cf. por exemplo a elucidativa, embora incompleta e já em parte envelhecida, panorâmica de Maria Beatriz ROCHA TRINDADE e Jorge ARROTEIA, *Bibliografia da emigração portuguesa*, Lisboa, Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas, 1984. Dentro da extensa produção nacional e estrangeira que acabou por constituir um conjunto extremamente rico e muitas vezes de grande qualidade, sobretudo quanto aos trabalhos realizados a partir dos anos setenta, o leitor encontrará várias sínteses sólidas e cómodas como as de Joel SERRÃO, *A emigração portuguesa. Sondagem histórica*, Lisboa, Horizonte, várias edições desde 1972, ou de Jorge ARROTEIA, *A emigração portuguesa, suas origens e distribuição*, Lisboa, ICALP, 1983.
7. A literatura é rica agora a propósito dos retornos de emigrantes, salientando-se as várias pesquisas desenvolvidas pelas equipas dirigidas por Manuela SILVA e Maria Beatriz ROCHA TRINDADE, ou por Michel POINARD, *Les Portugais dans l'émigration. Une géographie de l'absence*, Toulouse, 1991. É também

- estimulante a reflexão em torno da problemática das casas de emigrantes que conduzem, por exemplo, Carolina LEITE, Isabel RAPOSO e Roselyne de VILANOVA, *Maisons de rêve. Portugal, enquête sur les migrants bâtisseurs*, Paris, Créaphis, 1994. Cf. ainda vários estudos publicados nos últimos dez anos em revistas como *Análise Social* (Lisboa), *Sociedade e Território* (Porto) ou nos "Cadernos" do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (Lisboa).
8. Veja-se por exemplo a este respeito François GUICHARD, "Origine et réinstallation au Portugal des rapatriés d'Afrique", in *Finisterra*, n.º 28, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1979, p. 258-268; R. P. PIRES e outros, *Os retornados. Um estudo sociográfico*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1987; Maria Emilia ARROZ, "O recenseamento eleitoral e o retorno de portugueses residentes no estrangeiro", in *Finisterra*, n.º 45, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1988, p. 153-163.
 9. Outra vez se devem realçar os numerosos e utilíssimos trabalhos publicados pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. Dentro dos mais recentes sobre este tema : Maria do Céu ESTEVES (coord. por), *Portugal, País de Imigração*, Lisboa, IED, 1991, e Luis de FRANÇA (coord. por), *A Comunidade Cabo Verdiana em Portugal*, Lisboa, IED, 1992.
 10. Por ter sido descoberta muito recentemente pelos meios de comunicação social, autarcas e poderes públicos, não podemos deixar de lembrar que esta evolução foi detectada e anunciada desde há muito pelos demógrafos, com particular relevo pelos cuidadosos trabalhos de J. Manuel NAZARETH: *O envelhecimento da população portuguesa*, Lisboa, Presença, 1979, ou *Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do século XX*, vol. III de "Portugal. Os próximos vinte anos", Lisboa, Fundação Gulbenkian, 1988.

A POPULAÇÃO PORTUGUESA EM FINAIS DO SÉCULO XVIII

Fernando de Sousa
Universidade do Porto

“Entre os objectos mais importantes de huma republica deve ser numerada a População do seu paiz; porque sem a força que rezulta da população, he impossivel que a Republica possa conservar-se por muitos annos, sem ser dominada dos vizinhos, aos quaes a fraqueza dos Estados confinantes costuma fazer inimigos”.

(António Henriques da Silveira, “Racional discurso, sobre a Agricultura, e População da Provincia do Alem-Tejo”, *Memorias Economicas*, I, Lisboa, 1789).

“a felicidade da Republica não se mede pelas suas grandes conquistas, nem pela extensão dos seus limites, ou pelas minas de ouro, ou prata, que possui; mas sim pela sua povoação, e pelos braços que nella trabalham”.

(José Verissimo Alvares da Silva, “Memoria das Verdadeiras causas porque o Luxo tem sido nocivo aos Portuguezes”, *Memorias Economicas*, I, Lisboa, 1789)

1. Introdução

Se o século XVIII, na sugestiva frase de Mols, é a primeira época a ressentir-se “da fascinação dos numerosos exactos”¹, tal não parece aplicar-se a Portugal.

Com efeito, ao longo de quase todo o Setecentismo português, os números não surgem como dados rigorosos, estatísticos, enquanto expressão de uma mentalidade quantitativa, mas como conjuntos de algarismos representativos dos factos sociais, que permitem, apenas, estimar, ainda que grosseiramente, os tributos a recolher e os efectivos a recrutar.

Daí o carácter precário da sua importância, logo desprezados uma vez atingido o objectivo que se pretendia. Não só desprezados, destruídos, pois, ao contrário de outros países como a Espanha ou a França, as receitas dos impostos anual ou periodicamente cobrados pelo Estado, as séries de dízimos levantadas nas dioceses, as listas dos numeramentos de carácter militar ou eclesiástico chegaram até nós, em número tão reduzido, que só a destruição de tais fontes pode explicar tal facto.

Sob o aspecto demográfico, a preocupação do número dificilmente ultrapassou a esfera restrita do numeramento dos fogos. Quer para o Estado, quer para a Igreja, o fogo é, afinal, a célula significativa, se não única da sociedade portuguesa.

A sociedade organiza-se em função da família, não do indivíduo. O indivíduo conta, apenas, na medida em que, solteiro, casado ou viúvo, se assume como cabeça de casal, isto é, economicamente capaz de satisfazer os encargos ou tributos que ao Estado e à Igreja dizem respeito.

Os numeramentos ressentem-se, ainda, da pouca importância que era atribuída ao conhecimento da população do Reino, pelo que, até finais de Setecentos, de âmbito nacional ou regionais, são raros aqueles que chegaram até nós e se revelam dignos de crédito.

2. Da importância da população...

Contudo, no último quartel do século XVIII, – época em que Portugal, beneficiando de uma conjuntura internacional favorável e da política económica pombalina, conheceu um significativo desenvolvimento comercial e industrial –, a preocupação por tudo quanto se pode medir ou exprimir quantitativamente, até então, praticamente apanágio das actividades económicas, vai alargar-se à descrição e notação dos homens.

Para uma melhor compreensão desta nova atitude, importa sublinhar que, a partir de 1772-1775, começam a detectar-se traços de uma renovação mental da sociedade portuguesa, a qual, no domínio das ciências, vai caracterizar-se por uma maior exigência crítica, pela valorização da observação e da experiência.

A criação das faculdades de matemática e filosofia, na sequência da reforma da Universidade de Coimbra, iniciada em 1772, assim como a fundação da Academia Real da Ciências, em 1779, vão dar um novo alento ao ensino das ciências exactas e naturais.

“O primeiro passo de huma Nação, para aproveitar as suas vantagens, he conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerrão, o que de si produzem, o de que são capazes. A Historia Natural he a unica sciencia que taes luzes pôde dar; e sem hum conhecimento solido nesta parte, tudo se ficará devendo aos acasos, que raras vezes bastão para fazer a fortuna, e riqueza de hum povo”².

Tal não quer dizer que não continue a verificar-se a persistência de uma mentalidade tradicional, crédula, erudita no pior sentido do termo, desprovida de qualquer formação metódica e crítica, receptiva ao maravilhoso e ao fantástico, à genealogia lendária e aos episódios ou acontecimentos heróicos, divorciada da observação científica, da datação segura, da notação precisa, a mentalidade das tradicionais corografias e descrições geográficas, impressivas mas imprecisas, generalistas mas sempre lacunares, que repetem e eternizam erros grosseiros vindos de tratados anteriores, que registam avaliações desmesuradas e inverosímeis nos domínios da economia e da demografia, contraditórias até na mesma obra, e para as quais os números constituem elementares ordens de grandeza que, muitas vezes, pouco têm a ver com a realidade que pretendem traduzir.

Mas o conhecimento da realidade afirma-se de um modo mais profundo. As descrições “físicas”, económicas ou sociais, tornam-se mais precisas. A indagação e apreensão das causas que estão na base dos temas ou problemas analisados, apresentam-se mais cuidadas e específicas. A preocupação de carácter quantitativo, estatístico, revela-se mais generalizada, a fim de justificar ou fundamentar o diagnóstico do corpo social. Os números deixam de ser unicamente “um elemento de descrição regional ou local”, ou um “objecto de colecção”, e passam a formar a “base de um cálculo”³.

Esta nova mentalidade, “estrangeirada”, de raiz iluminista, este espírito crítico que procura compreender e explicar racionalmente os fenómenos naturais e sociais, este “ousar saber”, que é e será, ainda, por muito tempo, privilégio de alguns, ou seja, dos que se socorrem “de luzes, de observação, de experiência”⁴, detecta-se nos estudos de carácter económico, social e demográfico e vai levar mesmo à autonomização da própria economia enquanto disciplina científica.

A população, que já constituira um dos fios condutores do mercantilismo – o número dos homens faz a riqueza do Estado –, com as doutrinas fisiocráticas, então em voga, transforma-se numa das preocupações fundamentais do Estado. Para este, “he de sua primeira necessidade o ter muitos vassalos; porque he somente nos seus braços

que reside a Força e a Riqueza de huma Nação". Mas a população só cresce "em proporção da facilidade que há d'empregar e sustentar os homens" ⁵, "em proporção da massa geral das subsistências" ⁶, é uma consequência da agricultura.

Para que a população aumente, torna-se necessário desenvolver a economia, principalmente a agricultura, que constitui o "primeiro ramo da indústria", a verdadeira riqueza do Estado. Ora, a produção agrícola, mais que da adopção de novas técnicas, da introdução de outras culturas ou de um aproveitamento mais intensivo dos terrenos já cultivados, depende, principalmente, do "rompimento" dos incultos e baldios. Rompimento efectivado através do homem, que tem a vantagem não só de mobilizar novos braços e contribuir para a extinção da pobreza, mendicidade e vagabundagem, como de aumentar as rendas e tributos do Estado. Torna-se necessário eliminar as causas físicas e morais que impedem a expansão da agricultura, porque está é que assegura a população, a qual se pretende numerosa, sem dúvida, mas, igualmente, próspera.

A agricultura e a população constituem, pois, a base da riqueza – o homem, afirma Arthur Young na sua *Political Arithmetic* (1774-1779), obra que, através da tradução francesa, tanto influenciou os economistas portugueses de finais de Setecentos, como Mordau, José António de Sá e Chichorro, não tem qualquer utilidade senão produzir um excedente de riqueza – e da força do Estado, o principal se não o "único elemento de prosperidade das nações". A riqueza pública da nação tem de se definir "em proporção a sua povoação", pois só o desenvolvimento daquela poderá adiantar esta.

Em conclusão, os fisiocratas e agraristas portugueses de finais do século XVIII, assim como estadistas da envergadura de Rodrigo de Sousa Coutinho, vão defender que a população, "um dos objectos mais interessantes de uma República", depende da agricultura, que a felicidade de um Estado se mede pela sua população, e que a sua falta ou redução põe em causa a independência nacional e impede o progresso da agricultura, "a mais importante de todas as artes. A população é, assim, "a primeira fonte da força e riqueza dos Estados" ⁷.

Assim se explica o carácter *necessário* e *confidencial* dos censos.

Necessário porque é preciso conhecer "o estado dos campos", "as forças do Reino", a fim de se verificar, é certo, "a consistência do Património da Coroa", mas também para determinar as medidas necessárias à boa "administração da agricultura" ⁸. As reformas que se pretendem efectuar, a adequada gestão dos negócios públicos, as medidas destinadas a garantir a saúde pública, o incremento agrícola, passam obrigatoriamente pelo conhecimento da população. Conhecimento tão mais necessário quanto a população portuguesa, segundo os economistas políticos do tempo, se encontrava em declínio.

Confidencial porque a divulgação dos resultados apurados atenta contra a segurança do Estado – sobretudo, de pequenos Estados como Portugal –, porque permite medir "a grandeza e a força" da nação e, mesmo, planear mais eficazmente as operações militares, em caso de conflito, por parte de um Estado invasor. Não é por acaso que José Cornide, na viagem que fez a Portugal, precedendo a invasão espanhola de 1801, tenha registado, por freguesias, concelhos e comarcas, o número de fogos do Reino.

Surgia assim e pela primeira vez, a necessidade de se levantar a população das diversas comarcas ou províncias do Reino, não com fins imediatos de natureza fiscal, militar ou eclesiástica, não certamente, com objectivos meramente demográficos, mas "para beneficio dos Povos" e da República.

A mentalidade quantitativa estatística, que já se afirmara e desenvolvera esplendorosamente no mundo das finanças públicas e da economia, bem patente nos orçamentos

gerais do Estado, em livros de contabilidade, nos livros de registo de mercadorias, rendimentos e direitos das alfândegas, nas listas de preços dos produtos mais variados, nos inventários de bens e rendas do Estado, dos municípios e de particulares, e que, a partir de 1774, vai estar na origem das *Balanças do Comércio*, fontes de excepcional importância para o estudo de tal sector económico, chega, finalmente à população.

3. ... À contagem dos homens

Em 1771, terá sido efectuado um levantamento geral do Reino, não de carácter "económico" mas "imperfeitamente militar". É a este numeramento que Soares de Barros parece referir-se, quando fala das *listas* das freguesias e *fogos* do Reino, elaboradas pouco antes da divisão dos bispados, possivelmente, com o fim de servir de base à criação das novas dioceses, a partir do desmembramento das já existentes (1770-1774) e que teria apurado 633 432 fogos ⁹.

É, também, a partir de 1771, que passam a ser remetidas à Intendência-Geral da Polícia as listas dos baptismos, casamentos e óbitos das diferentes circunscrições do reino, – à semelhança do que acontecia em França, desde 1770 –, e que estão na base das notícias relativas ao movimento da população, que a *Gazeta de Lisboa*, um pouco mais tarde, por curiosidade, inseria nas suas páginas.

Esforço estatístico destinado, efectivamente a conhecer, anualmente, a evolução da população, ou tentativa de, face aos maus resultados obtidos com o censo de 1771, procurar detectar o volume da população portuguesa, através da prática fundada no levantamento dos baptismos, casamentos e óbitos e no célebre coeficiente ou multiplicador universal, método utilizado em França desde meados do século XVIII?

Em 1776, foram recolhidas as *listas* dos povos de todas as comarcas do Reino, graças "ao talento de indagação, e à curiosidade sempre activa" de Pina Manique. Tal levantamento apurou 744 980 fogos, total de pouco crédito, pois, as listas referentes às comarcas de Pinhel, Lamego, Tomar, Leiria e Setúbal não chegaram a apurar-se, tendo de se recorrer à *Geografia Historica*, de Caetano de Lima, para se suprir tal lacuna, o que demonstra o carácter precário do levantamento de 1771 ¹⁰.

Após 1780, acelera-se um conjunto de dispositivos favoráveis ao conhecimento total ou parcial da população portuguesa, quer através de medidas da Intendência da Polícia, quer das propostas programáticas da Academia Real das Ciências para a elaboração de levantamentos de comarcas e regiões, quer através de um interesse particular que este campo de observação representava para o Corpo Real de Engenheiros. Entre informações de âmbito restrito ou documentos de maior abrangência geográfica, dispomos de variadas fontes de teor demográfico.

Ainda nesse ano, surge, por exemplo, um *Plano de Divisão e Trasladação* das paróquias de Lisboa, que fornece o número de fogos de todas as freguesias da capital.

A 3 de Fevereiro e 31 de Julho de 1781, Pina Manique dá instruções aos provedores, para que lhe sejam enviados os mapas estatísticos dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos nas comarcas e ouvidorias do Reino. Ordens reiteradas a 15 de Junho de 1782, desta vez, a todos os corregedores das comarcas do Reino, para que, em 1783, aqueles magistrados enviassem à Intendência uma relação individual das almas existentes em cada comarca, referida a 1782, da qual constassem os varões, as fêmeas e o número de nascimentos e óbitos relativos ao mesmo ano, e que seria pedida aos

párcos. Para tal, deviam os corregedores enviar cartas circulares aos juizes de fora e juizes ordinários, a fim de estas fornecerem, até 20 de Dezembro de 1783, a relação exacta dos *habitadores* dos seus respectivos distritos, com a declaração dos chefes de família e seus filhos/as, o número de criados/as, escravos/as, religiosos/as, e eclesiásticos. Por ordem de um de Julho do mesmo ano, Pina Manique solicitava, ainda, o envio do número de casamentos efectuados em 1782. E, a partir deste ano – insistia aquele magistrado –, casamentos, nascimentos e óbitos tinham de ser enviados, anualmente, no mês de Fevereiro, à Intendência Geral da Polícia da Corte e Reino.

Tratava-se, pois, de um autêntico recenseamento, acompanhado da intenção de se detectar o movimento anual da população, a demonstrar que as medidas tomadas nesse sentido, em 1771, não tinham obtido qualquer êxito. Desconhecemos a extensão e valor dos resultados que as instruções de 1781-1782 tiveram. Mas sabemos que as mesmas foram cumpridas, pelo menos, nalgumas províncias do Reino.

Assim, foram levantados, cuidadosamente, os mapas da população da comarca de Guimarães, anualmente, entre 1781-1790, indicando, por concelhos, homens e mulheres, religiosos/as, clérigos, ordinandos, assim como os nascimentos – meninos/as – casamentos e óbitos – masculinos e femininos ¹¹.

Na sequência das mesmas ordens, D. Manuel do Cenáculo promove um inquérito na diocese de Beja, a fim de apurar os habitantes e os óbitos anuais das suas paróquias, entre 1780-1786, tendo sido postos à disposição de Pina Manique os resultados finais ¹².

E, em 1789, o desembargador Almeida Pais, na diligência de que foi incumbido, qual a de averiguar as causas que deram origem ao “despovoamento e ruína” da agricultura do Alentejo, regista, em 1788, a população da comarca de Beja e o movimento anual dos nascimentos e óbitos, incluindo os expostos, no concelho de Beja, entre 1781-1788, o que leva a entender que tais dados já se encontravam levantados ¹³.

Numa linha fisiocrática, considerando a população estreitamente relacionada com a produção agrícola, “porque braços, e terra juntos, são como calor, e humidade de cuja fermentação tomam vida as essências elementares”, o intendente da Agricultura, Ferrari Mordau, elabora o primeiro esboço conhecido de um cadastro do Reino, no seu *Despertador da Agricultura*, de 1782. Entre judiciosas sentenças no sentido de canalizar para a agricultura as forças vivas do Reino, propõe a elaboração de uma carta-resumo da população, que deveria apurar, por comarcas, os diversos tipos de povoações, os corpos colectivos (conventos, recolhimentos, colégios, hospitais, etc.) a população segundo os sexos, o número de nascimentos e óbitos, além dos religiosos e certos grupos socioprofissionais como os lavradores, artistas, criados e trabalhadores ¹⁴.

Para esse mesmo ano, 1782, e já no labor propiciado pela actividade da Academia Real das Ciências, Francisco Rebelo da Fonseca apresenta a *Descrição economica do territorio que vulgarmente se chama Alto- Douro*, onde inclui os totais da população residente nas freguesias da região. O levantamento baseava-se nos róis de confessados, pelo que só foram incluídos os efectivos maiores de confissão ¹⁵.

Em 1783, José António de Sá, “o primeiro entre os portugueses” a apresentar um modelo para as observações filosófico-políticas que se devem fazer no reino – obra que passou a exercer uma grande influência nos economistas políticos da época –, entre os princípios que enuncia, inclui a averiguação do “número das gentes da provincia”, as famílias existentes em cada povo, ocupação dos habitantes, etc. ¹⁶.

No ano seguinte, dando cumprimento a este programa teórico, um discípulo de Domingos Vandelli efectua a *Viagem mineralogico-botanica ... de Coimbra a Coja*, na

qual regista o levantamento do número de fogos desta última vila, assim como as almas, fornecendo, ainda, outros interessantes dados de natureza sociodemográfica, nomeadamente, a estrutura profissional e o movimento dos totais anuais de baptismos, casamentos e óbitos, entre 1777 e 1783 ¹⁷.

Entre 1785 e 1791, Lima Bezerra, em *Os Estrangeiros no Lima*, na descrição enfadonha que faz da Ribeira Lima, incluindo Viana do Castelo (então, Viana da Foz do Lima), e na qual, como escreveu Ivo Carneiro, a região é um “pretexto” e a erudição o “texto”, espraia-se em largas considerações sobre a população, o comércio, a agricultura, e a nobreza do reino. Procurando combinar “as notícias mais seguras que encontrou nos escritores de boa nota sobre as matérias”, a verdade é que, em termos de população deixa muito a desejar, estimando, por exemplo, o número de habitantes de Portugal nuns exageradíssimos 3,8 milhões ¹⁸.

Em 1786, é ainda José António de Sá que efectua a excelente *Descrição economica da Torre de Moncorvo*. Nela se apresenta o mapa da população, por freguesias, discriminando o número de fogos e os indivíduos maiores e menores de comunhão e incluindo, também, o movimento natural de nascimentos, óbitos e casamentos ocorridos no ano de 1784. E, pouco depois, este mesmo autor vai escrever a *Memoria academica da provincia de Traz os Montes*, a qual nos fornece informações de carácter estatístico, incluindo a população ¹⁹.

Em 1787, José Diogo de Mascarenhas Neto produz, relativamente à comarca de Guimarães, onde exerceu funções de corregedor, uma estatística de grande qualidade, segundo Balbi, a primeira no género efectuada em Portugal, de que se conhece, apenas, o *Mappa statistico da comarca de Guimarães*, o qual, em termos demográficos, indica o número de fogos, homens, mulheres e eclesiásticos daquela circunscrição ²⁰.

No âmbito corográfico, uma das melhores obras deste período, que constitui um marco de referência pela subtilidade e abrangência do poder de observação do seu autor, é a rigorosa *Descrição topographica e historica da cidade do Porto*, de Agostinho Rebelo da Costa, de 1788. Abundante em números e apreciações qualitativas, interessa tanto à demografia como à história económica, constituindo um testemunho precioso sobre a dinâmica urbana e seus reflexos sobre a região. No capítulo populacional, refere o total de fogos (que identifica, como outros autores, com “vizinhos” ou “famílias”) e almas existentes nas freguesias da cidade do Porto em 1787, discrimina os sexos dos residentes e inclui o total de casamentos, nascimentos e mortes ocorridos em 1786. A grande inovação deste estudo está no facto do autor se basear em estimativas a que chega depois de corrigir os dados fornecidos pelos catálogos (róis) e livros de registo paroquial, que reputa de má qualidade, por serem “irregulares no seu método” e lacunares, e ainda, de não praticar, na informação quantitativa, os tradicionais arredondamentos dos números ²¹.

Nesse mesmo ano, surge uma fonte igualmente importante para o Sul do País, o *Mappa do Reino do Algarve*, códice manuscrito que se encontra em publicação. Com grandes potencialidades de tipo demográfico, indica o número de homens e mulheres, por concelhos. A população encontra-se distribuída por fogos, filiações ou outros graus de relação com o cabeça de fogo. Referem-se as idades até aos 100 anos, a classificação profissional dos residentes e ainda o número de nascimentos e óbitos ocorridos na província, em 1788. Embora com uma estrutura semelhante à dos róis de confessados, a grande inovação deste documento relaciona-se com o seu alcance global, ao arrolar de forma sistemática toda a população de uma província ²².

Ainda em 1788, o desembargador Gervásio de Almeida Pais, já referido, nas suas excelentes e bem documentadas *Observações e exames feitos sobre as causas do atrasamento e ruína da agricultura e povoação na Provincia do Alentejo*, oferece-nos preciosas informações estatísticas quanto à população da comarca de Beja.

O ano de 1788 continua, todavia, a produzir descrições de qualidade. Em Salvaterra de Magos, são os engenheiros militares Teodoro Marques Pereira da Silva e Inácio José Leão que realizam o levantamento nominal da população da vila. Apuram o número de fogos, os cabeças de casal ou donos de casas, os residentes por sexos, distinguindo o seu estado religioso, os clérigos e frades. Procedem à classificação socioprofissional da população, repartida por grupos de idade decenais entre 1 e 110 anos. E referem, também, o total de nascimentos e óbitos do ano de 1788, distinguindo a mortalidade dos menores e maiores de 7 anos ²³.

A partir de 1788 e até 1826, nos sucessivos almanaques para os diversos anos, começam a divulgar-se informações curiosas, de natureza estatística, sobre comércio, população, etc.. O almanaque de 1788 introduz uma rubrica intitulada *Aritmética Política*, indicando os níveis de natalidade e mortalidade, bem como uma estimativa da duração média de vida das populações. Este tipo de informação prossegue nos anos imediatos, até 1790, desta feita, indicando o número de nascimentos, casamentos e óbitos registados na cidade de Lisboa. O *Almanach* de 1790 inclui ainda registos demográficos sobre as freguesias de Lisboa e do bispado de Portalegre, bem como o número de freguesias do reino. A mesma informação sobre várias localidades é apresentada em 1791, dando especial relevo à população da ilha de São Miguel, nos Açores.

Entretanto, a acção dos engenheiros militares prossegue. Em 1789, à semelhança do arrolamento efectuado em Salvaterra de Magos, Teodoro Pereira da Silva e Inácio Leão realizam o levantamento da vila de Coruche. O esquema seguido, bem como o tipo de informação são idênticos ao de Salvaterra. E em 1790, realiza-se o levantamento da vila de Samora Correia em moldes iguais aos utilizados anteriormente ²⁴.

Em 1792, apresenta-se o levantamento dos residentes em Leiria e mais dez freguesias da Alta Estremadura, referentes a 1791. Indica-se o total de homens e mulheres, distinguindo maiores e menores de 7 anos, e o movimento natural da população. Provavelmente na sequência de um levantamento ordenado pela Intendência Geral da Polícia, o *Almanach* referente ao ano de 1793 informa, por bispados, o número de freguesias do reino.

A partir de 1791-1792 deparamo-nos com vários levantamentos, alguns dos quais se relacionam directamente com a legislação de 1790 (carta de lei de 19 de Julho) e de 1792 (alvará de 7 de Janeiro), que previa uma demarcação do reino, através de uma nova divisão que corrigisse o labirinto das isenções, jurisdições e encravamentos de circunscrições tão criticado na época, dada a irracionalidade administrativa que então vigorava.

Nesta linha, em 1791, José António de Sá elabora o plano de correição da comarca de Moncorvo. Nele inclui um levantamento do número de habitantes de cada fogo, os respectivos cabeças de casal e seus filhos, criados e outros. Indica as idades, o ofício, a naturalidade, o estado religioso, a distribuição da população masculina por grandes grupos de idades (menores de 20, entre 20 e 50 e maiores de 50 anos). Refere, ainda, o total de óbitos, nascimentos e matrimónios da região, apresentando como modelo um mapa da população do concelho de Vila Flor.

Ainda de acordo com a mesma orientação, em 1792, o corregedor António Xavier Teixeira Homem traça o mapa da população da comarca de Viana. Mapa que ultrapassa

o âmbito populacional para se espalhar pelas actividades económicas, apresentando diversos quadros de produções. Para a população, a informação é dada por concelho, de acordo com as relações fornecidas pelos párocos, distinguindo homens e mulheres em quatro grandes grupos etários, de 1 a 14 anos, de 14 a 30, de 30 a 70 e mais de 70 anos ²⁵.

Nesse mesmo ano, Tomás António Portugal chama a atenção para a necessidade de uma numeração geral do Reino, da qual constassem o número de homens e mulheres, estado civil – os solteiros, divididos em maiores e menores de 15 anos –, respectivas profissões e os nascimentos, casamentos, óbitos – e causas que originaram estes –, que ocorriam, anualmente, no reino ²⁶.

Para o Alentejo, temos conhecimento que Torres Salgueiro, provedor de Évora, também em 1792, em resposta à provisão de 20 de Abril do mesmo ano, levantou os dados de natureza demográfica, social e económica relativos à comarca de Vila Viçosa, de que resultou uma “excelente informação”, a *Estatística, sobre a agricultura, população e c. da comarca de Villa Viçosa*, publicada em 1820, mas, lamentavelmente, desprovida dos quadros estatísticos ²⁷.

Ainda em 1792, o marechal de campo Francisco Xavier de Noronha redige um parecer sobre o método mais vantajoso para se verificar a população do Reino, ponderando que, para tal exame, os magistrados mais indicados seriam os corregedores e provedores, por terem o perfeito conhecimento das vintenas da sua área de jurisdição e poderem dispor dos “socorros” dos párocos, que lhes dariam as “clarezas necessarias”. Por outro lado, devia-se lançar mão dos livros das ordenanças, existentes nas câmaras e dos quais constavam os fogos e moradores de cada concelho ²⁸.

O numeramento desse ano, efectuado pela Intendência Geral da Polícia, apurou, em todos os bispados do Reino, prelazia de Tomar e mais alguns isentos, 3 974 freguesias e 637 382 fogos ²⁹.

Finalmente, em 1793, são nomeados os juizes demarcantes para as diversas comarcas do Reino: José de Abreu Bacelar Chichorro, para a Estremadura; João Bernardo da Costa Falcão, para a Beira; Francisco António de Faria, para o Minho; Columbano Pinto Ribeiro de Castro, para Trás-os-Montes; Joaquim José Marques Torres Salgueiro, para o Alentejo; e José António Barahona Fernandes, para o Algarve.

Cada um destes magistrados estava incumbido de efectuar averiguações de carácter administrativo, económico e social, exigindo-se ainda o levantamento da população residente. Uma sequência de acontecimentos, contudo, virá a impedir, limitar, ou, pelo menos, adiar esses trabalhos.

Em relação ao Algarve não se conhecem quaisquer resultados, sendo de colocar a hipótese de tal levantamento ser considerado dispensável, tendo em atenção a existência do excelente Mapa do Reino de Algarve, de 1788, atrás referido.

Quanto ao Alentejo, há notícias certas de Torres Salgueiro, apesar da hostilidade das autoridades regionais, ter efectuado o levantamento da população da província em 1794-1795. Perdeu-se, contudo, a documentação relativa a esta vasta região, sobrevivendo apenas os dados referentes ao concelho de Serpa, posteriormente utilizados por José da Graça Afreixo, na sua *Memoria historico-economica do concelho de Serpa* ³⁰.

Sobre a Estremadura não se conhece qualquer cômputo global, embora Bacelar Chichorro tenha redigido uma memória importante em que expende doutrina sobre o caminho a seguir para esse efeito. Sendo esta memória dividida em duas partes, Chichorro apresenta, na primeira, a sua doutrina sobre o conceito de “riqueza pública” e os meios de a obter. Para a segunda parte, propunha-se fazer uma “espécie de aritmé-

tica política a cada uma das vilas da província”, registando os templos, pontes, fábricas e manufacturas gerais, terras cultas e incultas, o estado da sua lavoura; a quantidade de géneros recolhidos, povoação, comércio, direitos, bens da coroa e das ordens religiosas, apresentando, no final, os mapas gerais de povoação, e dos frutos”³¹. Este projecto, contudo, não chegou a realizar-se, pois, para além das dificuldades encontradas nos magistrados locais, Chichorro terá tentado o recenseamento por 1797-1798, isto é, numa altura em que a população andava já muito alvoroçada com boatos de guerra eminente.

Para a Beira, não se conhece qualquer documentação que directamente expresse a actividade do juiz demarcante. Mas sabe-se que, na sequência das suas instruções, o juiz de fora de Recardães, José António Leão, efectuou o levantamento da respectiva vila e termo para o ano de 1793. Inclui a população por sexos e grupos de idade, – os homens de um a 14 anos, 14-60 e mais de 60; as mulheres de um a 12 anos, 12-60 e mais de 60 anos – o respectivo estado civil e ainda os nascimentos (legítimos, ilegítimos e expostos), os óbitos (naturais e por acidente) e os casamentos entre 1789 e 1793. E, em 1795, Jerónimo Couceiro de Almeida, secretário da demarcação da Beira, apurou a tábua da população da cidade de Coimbra e seu termo, designando o total de homens e mulheres por grupos de idade idênticos aos utilizados em relação a Recardães, bem como o seu respectivo estado civil³².

Deste vasto e interessantíssimo projecto da “demarcação” do Reino, conhecem-se, ainda, duas descrições de grande qualidade, que atestam as invulgares capacidades intelectuais e técnicas dos seus responsáveis e nos dão um relato qualitativo e quantitativo minucioso sobre as duas grandes províncias do Norte de Portugal, o Minho e Trás-os-Montes.

Assim, em 1794-1795, Columbano Pinto de Castro, num trabalho excepcional que acusa os ensinamentos colhidos na obra e nos contactos pessoais mantidos com José António de Sâ – exerceu funções de provedor em Moncorvo quando este aí se encontrava como corregedor –, leva a efeito o recenseamento sistemático da população de toda a província de Trás-os-Montes. No respectivo *Mappa do estado actual da provincia de Tras-os-Montes*, por vintenas, concelhos e comarcas, apresenta a população distribuída por sexos e profissões, bem como o total de óbitos (divididos entre maiores e menores de comunhão) e os nascimentos ocorridos em cada concelho, entre 1768 - 1772 e 1788-1792, para além de conter, ainda, valiosas informações de carácter administrativo e económico³³.

Nos mesmos anos, levantamento semelhante foi realizado por Francisco António de Faria e pelo tenente de engenharia Custódio Vilas Boas para a província do Minho. Desta vez, o levantamento foi acompanhado por um magnífico estudo cartográfico da região, efectuado por Vilas Boas, e cuja realização se reporta aos mesmos anos. Para cada uma das comarcas designa-se o número de fogos, os homens e mulheres maiores e menores de 14 anos, o total de almas, os clérigos, os conventos de frades e freiras, religiosos e religiosas, os recolhimentos e recolhidas. Incluem-se dados sobre as cidades, as vilas com juiz de fora, os concelhos, coutos e honras, julgados e freguesias, priorados, abadias, reitorias, curatos, párcos, rendimentos dos dizimos, comendas da Ordem de Cristo e da Ordem de Malta, feiras, e outras informações, embora sem a elaboração da memória económica de que se conhece apenas o plano, datado de 1799 e publicado nesse mesmo ano³⁴.

António Cruz, ao dar à luz o *Cadastro da Provincia do Minho*, desconhecendo o plano nacional em que este se inseria, influenciado pela aprovação, em 1799, do plano

organizado por Vilas Boas para uma descrição geográfica e económica da província, e pela data de 1800, registada no mapa cartográfico do Minho, que reproduz, concluiu apressadamente que aquele censo representava a parte demográfica da descrição e que, portanto, datava de 1800 ³⁵.

Ora, na última década do século XVIII, apenas se efectivou, para o Minho, um só recenseamento, que data de 1794-1795. E o facto de nos surgirem dois cálculos totais da população, que seriam, um, de 1798, outro, de 1800, não nos permite concluir que estamos perante dois recenseamentos distintos – ou três, se tivermos em consideração o de 1794 –, outrossim, que se trata, apenas, de duas versões de um só censo, registadas, em épocas diferentes, nas cartas geográficas de Vilas Boas.

Com efeito, os mapas da povoação do Minho e os papéis relativos à descrição económica da província, enviados pelas câmaras a António de Faria, na sequência do inquérito que este mandara imprimir e distribuir por todos os concelhos minhotos, encontravam-se já recolhidos em 1795, pelo que aquele magistrado enviou toda a documentação para Lisboa.

Esses fundos documentais, após terem passado por outras mãos, foram entregues, em 17 de Agosto de 1796, a Vilas Boas, que continuava a trabalhar na carta geográfica do Minho, faltando-lhe, então, para completar aquela, levantar parte da comarca de Guimarães e a comarca de Penafiel ³⁶.

O estudo cartográfico da província termina em 1798, tendo Vilas Boas registado no mapa, por comarcas, o quadro da população do Minho, anotando que, para o apuramento da mesma, se teria servido do concurso de párocos, de pessoas inteligentes e de um "laborioso trabalho".

Em cópia posterior do mesmo mapa, foi registado, novamente, o quadro da população da província, referido a 1800 e que difere, apenas, em 80 pessoas, do total da população inserido no mapa de 1798, o que indicia uma mera correcção numérica ³⁷.

Assim, numa fase primária, em 1798, os resultados do censo de 1794-1795 foram integrados no mapa do Minho, resultados que acusam, até, um grosseiro erro na contagem dos fogos da comarca de Guimarães, justificável, devido à demarcação dos concelhos, então em curso. Numa segunda fase, após tratamento mais cuidadoso das fontes originais, os resultados do mesmo censo passaram a fazer parte de uma cópia da carta geográfica de Vilas Boas, atribuindo-se-lhe a data de 1800.

Outras fontes, aliás, para além das informações do juiz demarcante, António de Faria – para não falarmos na ameaça de guerra que pairava sobre o Reino, nos anos de 1799-1800, confirmada pelo próprio Vilas Boas e que dificultaria terrivelmente qualquer levantamento demográfico –, confirmam que o recenseamento do Minho é de 1794-1795:

- o cardeal Saraiva, autor da obra *Os Frades julgados no Tribunal da Razão*, indica, para a população e para o clero regular e secular do Minho, os mesmos números que os referidos a 1800, na carta de Vilas Boas, mas, expressamente declara "o exacto e miudo recenseamento, que fez o engenheiro Custódio José Gomes de Vilas Boas em 1794" ³⁸.
- no Arquivo Histórico Militar encontra-se a *Relação das jurisdições e freguesias da provincia do Minho em 1794*, cópia fiel do cadastro publicado por António Cruz, ignorando apenas o sexo feminino, a denunciar, portanto, o seu fim militar ³⁹.

- Vilas Boas, em 1802, numa carta-resposta atinente à obra do encaçamento do Cávado, fala da “numeração de 1794” e aponta, para este ano, o número de fogos de Esposende, iguais aos registados no Cadastro 40.
- finalmente, e datada de 1800, conhecemos uma fonte manuscrita da autoria de Vilas Boas, que diz respeito ao Alto-Minho, indicando a população das vilas e concelhos das comarcas de Valença e Viana, nesse ano, números totalmente diferentes dos que se encontram no Cadastro de 1794-1795 41.

O apuramento da população a norte do Douro, na última década do século XVIII, data, pois, de 1794-1795.

Os censos do Minho e de Trás-os-Montes constituem, pois, a nível populacional, os únicos recenseamentos provinciais que se conhecem, limitados resultados de uma demarcação e levantamento da população que se pretendiam extensivos a todo o Reino.

Que, em 1798, não se tinham contado, ainda, os portugueses, demonstra-o o censo de Pina Manique, por fogos, com propósitos deliberadamente militares e efectuado através dos corregedores, juizes de fora e juizes ordinários, oficiais do exército e capitães-mores, prometendo o Intendente Geral da Polícia, aos magistrados da administração local, promoções imediatas, caso se desempenhassem, diligente e rapidamente, da missão que lhes era confiada.

O cômputo final registou 4 239 freguesias – número superior ao real, já que, algumas freguesias, distribuídas por mais que um concelho, foram contadas duas vezes – e 746 864 fogos, total a necessitar igualmente, de algumas correcções.

Os valores globais, apresentados no *Almanach para o anno de 1802* – aqui, registando 4 262 freguesias e 760 402 fogos –, transcritos integralmente por José Cornide, em apêndice aos três volumes do seu *Estado de Portugal en el año de 1800*, conheceu edição autónoma, da responsabilidade de Verissimo Serrão, sem qualquer aparato crítico e que erradamente o apresentou como inédito 42. E, até 1801, não se renovam quaisquer tentativas sérias que visem o conhecimento global da população portuguesa.

Numa perspectiva militar, registe-se, para 1799, o mapa geral da população da comarca de Castelo Branco, por freguesias, distinguindo homens e mulheres, elaborado por José Pereira de Lacerda. Esta tarefa visava dar cumprimento ao alvará de 22 de Fevereiro desse mesmo ano, tendo em vista o recrutamento do corpo da legião de tropas ligeiras 43.

Nesse mesmo ano, era aprovado, através da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, o minucioso plano de Vilas Boas para uma descrição geográfico-económica do Minho – plano, sem dúvida, inspirado na obra teorizadora de José António de Sá–, que, a nível demográfico, pretendia renovar o Cadastro de 1794 e recolher o número de óbitos, casamentos e nascimentos da província de “ha 10 anos a esta parte”. Plano ambicioso que, infelizmente, não chegou a concretizar-se.

Em 1801, é ainda Columbano Pinto Ribeiro de Castro, que, enquanto corregedor da comarca da Feira, seguindo o modelo já utilizado por si na descrição de Trás-os-Montes, nos fornece uma rigorosa *Descrição da Comarca da Feira*, fornecendo-nos o volume da população – fogos, almas, homens e mulheres –, a classificação socioprofissional da população activa, e outras informações de carácter estatístico, que vão desde as rendas do condado e almoxarifados até ao rendimento dos dízimos 44.

Ainda em 1801, como resultado de um longo trabalho iniciado em 1794 ⁴⁵, – e que visava a um plano geral de correição, aprovado em 1797 –, são publicadas, da autoria de José António de Sá, as *Instruções Gerais para se formar o Cadastro ou Mapa Arithmetico – Politico do Reino*, as quais, no capítulo relativo à povoação, sintetizam todas as considerações que aquele magistrado até aí tecera sobre este tema, precognizando o apuramento do número de “pessoas”, ou “habitantes”, as suas idades, sexos, estados e “classe”, os nascimentos, casamentos, mortes, causas do despovoamento de alguns lugares, etc.

Tornava-se necessário que, para a averiguação da população, como dos outros objectos do Cadastro do Reino, se escolhessem “comissários”, ou seja, “ministros e pessoas inteligentes nas materias respectivas”. A responsabilidade de tal apuramento seria, assim, do Estado, na continuação do plano da demarcação das províncias, iniciado em 1793, mas que não dera os resultados previstos.

Nesse sentido, a “saudosíssima lei de 9 de Junho de 1801” determinava que, em cada comarca do Reino, existisse um matemático, que fosse o seu cosmógrafo, a fim de se levantar o cadastro das terras. Procurava-se, deste modo, criar um serviço especial “para as averiguações estatísticas”, à semelhança dos departamentos oficiais responsáveis pela Estatística, que, em 1800, tinham sido fundados na França e Inglaterra. O projecto, contudo, não vingou, ou pelas despesas que ocasionava, ou porque, não estando “em harmonia com as instituições ... podia produzir conflictos de jurisdicção” ⁴⁶.

Mas, para já, terminado o conflito com a Espanha, que ocorrera em 1801, a *Guerra das Laranjas*, e estabelecida a paz com o reino vizinho, não seria possível, pelo menos no que dizia respeito à população, proceder ao recenseamento geral do reino, através das autoridades eclesiásticas, uma vez que ninguém melhor que os párocos podia fornecer, com “maior certeza e comodidade”, o número de habitantes das freguesias de Portugal ?

4. Conclusão

A análise das doutrinas da população e dos levantamentos, nacionais e regionais, efectuados, a nível demográfico, no último quartel do século XVIII, em Portugal, permite-nos chegar a algumas conclusões.

Em primeiro lugar, importa referir que ganha corpo a tese de que já não basta mais, quanto ao apuramento da população, a simples contagem por fogos, vinda da Idade Média, mas que se torna necessário ir mais longe, isto é, recensear toda a população, homens, mulheres e crianças.

O *fogo*, unidade de contagem privilegiada e quase exclusiva do Antigo Regime, cede o passo, rapidamente, à quantificação das *almas*, isto é, das *pessoas* ou *habitantes*.

Se o *fogo* continua a ser sinónimo de *vizinho* e *família*, as *almas* perdem o significado de maiores de comunhão ou de confissão e passam a identificar-se com os homens e as mulheres existentes, com as *pessoas* ou *habitantes*. E o tradicional vocábulo *povoação* vai dar lugar à designação de *recenseamento*.

Estes novos conceitos, fruto da renovação mental e conceptual que caracteriza os finais de Setecentos, não traduzem, apenas, uma mudança formal, mas trazem consigo, no domínio da população, uma maior exigência, um maior rigor.

As estimativas cedem lugar ao cálculo, os números que exprimem os fogos, as almas ou os habitantes libertam-se dos habituais e grosseiros arredondamentos – embora mantendo a atracção pelos números pares, e nas idades, pelos números terminados em 0 e 5 – e ganham outra segurança, uma vez que a população, para além de entendida numa perspectiva eclesiástica, tributária ou militar, passa a ser considerada, também, como uma das variáveis a ter em conta nos planos de desenvolvimento económico.

A quantificação da população, integrada, logicamente, na problemática mais ampla da quantificação da realidade económica e social do reino, passa a ser, deste modo, um instrumento essencial da política económica do Governo e um dos fundamentos de uma administração eficaz.

Sabemos que, lamentavelmente, este esforço quantitativo não é, ainda, uma conquista definitiva, irreversível, uma aquisição para sempre. Com efeito, o reinado do fogo, a estimativa grosseira, no plano demográfico, continuará a manter-se durante parte da segunda metade do século XIX, por razões que têm a ver com a instabilidade política, as guerras civis, enfim, a debilidade da administração pública.

Sabemos, também, que, por tais razões, este retrocesso estatístico não se circunscreverá, apenas à população, mas outrossim, abrangerá, como em Espanha, todos os elementos susceptíveis de permitir a avaliação da riqueza de Portugal, desde o comércio externo e a indústria, até à avaliação das colheitas e à estrutura da propriedade ⁴⁷.

Contudo, para já, as últimas décadas do século XIX encerram a primeira tentativa séria e continuada de se “medir” o País, muito especialmente, a sua população.

Sendo assim, é de admirar que, como corolário deste notável esforço estatístico-demográfico, tenha surgido, em 1801, o primeiro recenseamento da população portuguesa, graças à determinação desse estadista excepcional que dá pelo nome de Rodrigo de Sousa Coutinho, nomeado, a 6 de Janeiro desse ano, secretário de Estado da Fazenda e presidente do Real Erário ?

NOTAS

1. Roger Mols, *Introduction a la démographie historique des villes d'Europe*, II, Louvain, 1955, p. 15.
2. José Correia da Serra, no Discurso Preliminar às *Memórias Economicas da Academia Real das Sciencias*, t. I, Lisboa, 1789, p. VIII.
3. Mols, ob. cit., III, 1955, p. 125.
4. Discurso de José Correia da Serra, *Memórias Economicas*, I, p. X.
5. José Bacelar Chichorro, *Memoria ... da Estremadura*, Lisboa, 1943, p. 45 e 49.
6. “Viagem mineralogico-botanica...”, *Jornal Encyclopedico*, Lisboa, Setembro de 1789, p. 307.
7. Ver António Henriques da Silveira, Araújo Travaços, Domingos Vandelli, Álvares da Silva e Soares de Barros nas memórias que publicaram na época; Gervásio Pais *Observações e exames feitos sobre as causas do atrasamento e ruína da agricultura e povoação na provincia de Alentejo, especialmente nas terras da comarca de Beja, onde os abuzos são semelhantes aos que se praticão nas outras comarcas da mesma provincia, códice ms. da BNL*; e D. Rodrigo de Souza Coutinho. *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*, II tomos, Lisboa, 1993 (introdução de André Mansuy Diniz Silva).

8. Ferrari Mordau, *Despertador da agricultura*, Lisboa, 1951, p. 101.
9. José Joaquim Soares de Barros, "Memorias sobre as cauzas da differente população de Portugal", *Memorias Economicas*, I, Lisboa, 1789, p. 139; e Tomás António Portugal, "Observações...", *Memorias Economicas*, III, Lisboa, 1791, p. 300.
10. Soares de Barros, "Memoria sobre as cauzas ..." ob. e vol. cit., p. 138-139.
11. *Mappa da população da comarca de Guimarães*, ms. do A.H.M.
12. Jacques Marcadé, *Une comarque portugaise...*, Paris, 1971, p. 54-57.
13. Gervásio Pais, *Observações e exames feitos... na provincia do Alentejo...*
14. Cf. *O Despertador da agricultura de Portugal, obra nova e a riqueza do Reino dedicada ao serenissimo Principe do Brazil Nosso Senhor no deliciosissimo dia natalicio de sua alteza real*, por Dom Luis Ferrari de Mordau, Lisboa, 1782, e *Suplemento*, transcritos por Moses Bensabat Amzalak, O "Despertador da agricultura de Portugal" e o seu autor D. Luiz Ferrari Mordau, Lisboa, 1951.
15. *Memorias economicas*, t. III, Lisboa, 1791.
16. *Compendio de observações...*, Lisboa, 1783.
17. *Jornal encyclopedico*, Lisboa, Setembro de 1789; e *Memórias económicas inéditas (1780-1808)*, Lisboa, 1987.
18. *Os Estrangeiros no Lima*, 2 t., 1785-1791.
19. *Memorias economicas*, III.
20. Cândido Xavier, "Considerações sobre a statistica", *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, t. X., Paris, 1820.
21. Agostinho Rebelo da Costa, *Descripção topographica e historica da cidade do Porto*, Porto, 1788.
22. Códice 922 da Biblioteca Nacional de Lisboa. Cf. Fernando de Sousa, *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, Porto, 1979.
23. Cf. Fernando de Sousa, ob. cit., e J. Manuel Nazareth e Fernando de Sousa, *Salvaterra de Magos nos finais do séc. XVIII: aspectos sócio-demográficos*, "Análise Social", XVII, 2ª, Lisboa, 1981.
24. Cf. Fernando de Sousa, ob. cit.; J. Manuel Nazareth e Fernando de Sousa, *Coruche nos finais do séc. XVIII: aspectos sócio-demográficos*, "Cadernos de História Económica e Social", nº 4, Lisboa, 1983; J. Manuel Nazareth e Fernando de Sousa, *Samora Correia nos finais do séc. XVIII: aspectos sócio-demográficos*, "Estudos e Documentos do ICS", nº 17, Lisboa, 1987.
25. *Mappas da população, produccoens, fundos das confrarias...* por António Xavier de Moraes Pinto Teixeira Homem, códice ms. 902 da BNL.
26. *Observações...*, ob. e vol. cit., p. 299-300.
27. *Jornal Encyclopédico de Lisboa*, t. II, Lisboa, 1820.
28. *Parecer sobre a propozição do methodo ... para se verificar a população do Reyno...*, ms. do A.H.M.
29. *Povoação do Reyno, 1792*, ms. do A.H.M.
30. Coimbra, 1884, p. 26.
31. Cf. *Memoria economico-politica da provincia da Extremadura traçada sobre as instruções regias de 17 de janeiro de 1793 por José de Abreu Bacellar Chichorro, ministro encarregado da divisão das comarcas, e objectos d'economia politica da mesma provincia*, 1795, p. 28 (edição de M. B. Amzalak, Lisboa, 1943).
32. *Memorias sobre o estado actual da villa de Recardaens e annexas*, 1794, ms. da B.A.R., cx. 104; Cf. Fernando de Sousa, ob. cit.; e *Taboa da população das nove freguesias da cidade de Coimbra, aros e arrabaldes; predios urbanos e rusticos*, manuscrito da B.A.R., cx. 104.

33. Para um estudo e edição crítica desta fonte, cf. José Maria Amado Mendes, *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII segundo um manuscrito de 1796*, Coimbra, 1981.
34. Ver análise crítica de Fernando de Sousa, ob. cit.. Cf. ainda António Cruz, *Geografia e economia da província do Minho nos fins do século XVIII*, Porto, 1970.
35. *Geografia e economia da província do Minho nos fins do séc. XVIII*, Porto, 1970.
36. B.A.R., cx. 104 e 105. Consulte, ainda, de Custódio Vilas Boas, *Memoire sur les forces militaires de la province du Minho...*, datada de 1796, publicada por António Pedro Vicente, "Memórias políticas, geográficas e militares de Portugal – 1762/1796", *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 41^a vol., Lisboa, 1971, p. 204.
37. Mapas da província de Entre Douro e Minho, datados de 1798, existentes no Instituto Geográfico e Cadastral, registados sob os números 60 e 61, por Gabriel Mendes, *Catálogo de Cartas antigas da Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral*, Lisboa, 1969 (dactilografado). O resumo do quadro da população do Minho, que nos aparece na carta de Vilas-Boas, foi publicado por Cândido José Xavier, em anexo às "Considerações sobre a statistica", *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*, X, Paris, 1820. Os mapas que referem a população do Minho ao ano de 1800, podem ser consultados no I.G.C., A.H.M. e B.N.L.
38. Lisboa, 1814, nota (1) à p. 15 e nota (3) à p. 20.
39. *Censo da provincia do Miho em 1794*, códice ms. do A.H.M.
40. Arquivo Distrital de Braga, ms. 912/7.
41. *O Alto Minho em finais de Setecentos*, de Fernando de Sousa e Jorge Fernandes Alves (em publicação)..
42. Publicado no *Memorial Historico Español*, XXVI, XXVII e XXVIII, Madrid (1893, 1894 e 1898; e de Veríssimo Serrão, *A população de Portugal em 1789*, Paris, 1970.
43. *Mappa geral da grandeza do território e população, que contém a comarca de Castello-Branco*, 1799, ms. do Arquivo Histórico Militar; cf. Fernando de Sousa, ob. cit.
44. *Descrição da Comarca da Feira*, códice ms. do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, publicado na dissertação de mestrado de Jorge Manuel Garcia Vicente, *Unidade e Diversidade regional: Feira (1757-1833)* e por Inês Amorim, "Descrição da comarca da Feira - 1801", *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, vol. XI, Porto, 1994.
45. *Index geral dos titulos e provas do plano de correição*, B.A.R., cx. 103. E *Cadastro do Reino 1801-1812*, Lisboa, 1945, p. 6-7.
46. Cândido José Xavier, "Considerações sobre a statistica", ob. e vol. cit., p. 149.
47. Ver, de Fernando de Sousa, *a História da Estatística em Portugal*, Lisboa, 1995; *Estatísticas historicas de España (siglos XIX-XX)*, Madrid, 1989; e Joel Serrão, *Demografia portuguesa*, Lisboa, 1973.

A POPULAÇÃO PORTUGUESA NOS SÉCULOS XIX E XX. O ACENTUAR DAS ASSIMETRIAS DE CRESCIMENTO REGIONAL

Teresa Rodrigues
Universidade Nova de Lisboa

Vários estudos têm procurado traçar as grandes linhas de evolução demográfica da população portuguesa nos últimos dois séculos. Porém, apesar da relativa abundância de dados, a dispersão e diversidade dos mesmos, aliada a níveis de qualidade diversos, dificultam a tarefa do investigador, sobretudo quando pretende efectuar comparações num espaço temporal alargado.

Em relação à 1ª metade do século XIX ele é confrontado com o problema de controlar a informação e torná-la compatível, por forma a conseguir uma análise que, privilegiando a longa duração, permita a desejada visão de conjunto das características demográficas da população sem esquecer as especificidades locais.

Das dificuldades em compatibilizar a complexa rede de dados resulta que alguns aspectos básicos da evolução e comportamento demográfico dos portugueses de Oitocentos permaneçam pouco conhecidos, sobretudo quando descemos à escala regional.

De facto, no que concerne a questão das fontes existentes para acompanhar o evoluir das gentes portuguesas ao longo dos séculos XIX e XX há que considerar duas fases distintas de abordagem, correspondentes à passagem da era proto-estatística à da estatística moderna, iniciada em 1864 com a realização do primeiro recenseamento geral o que, no entanto, não significa que possamos encontrar graus de rigor idêntico entre todos os dados censitários disponíveis para datas posteriores.

Nas páginas seguintes tentaremos analisar os valores totais dos efectivos recenseados nas diferentes datas, de molde a obter uma imagem de conjunto sobre as grandes linhas de evolução populacional entre 1800 e o final destes século.

A partir de alguns indicadores seleccionados foi possível desagregar a informação em distritos ou áreas de crescimento diferenciado e verificar as razões que explicam a diversidade nacional.

Tendo em vista uma maior clareza de análise tomamos cada século como unidade autónoma. Para cada um enumeram-se as causas prováveis das oscilações observadas ao longo do tempo; verifica-se depois a importância relativa dos factores intervenientes nas diferenças registadas, com especial destaque para o comportamento de certas variáveis microdemográficas e para a estreita relação entre crescimento populacional e desenvolvimento económico.

1. O Portugal de Oitocentos. O crescimento regional diferenciado.

A população do continente português aumenta apenas 72% entre 1801 e 1900, variação a que corresponde um ritmo de crescimento médio fixado em 0,55% ao ano.

Valor modesto, sobretudo quando comparado ao de outros Estados europeus pela mesma época. Esse facto explica o declínio relativo do peso percentual que representa a população portuguesa no contexto europeu: 1,6% em 1800, 1,3% em 1850 e apenas 1,2% em 1900. As causas dessa diversidade prendem-se com uma multiplicidade de factores políticos e sobretudo socioeconómicos.

O ritmo lento de crescimento típico de sociedades de Antigo Regime demográfico sofre também em Portugal uma mutação significativa a partir do século XVIII, com a atenuação da intensidade das crises de mortalidade catastrófica, associada a condições precárias de existência e uma esperança de vida que oscila entre os 25 e os 35 anos. No entanto, em Portugal não se verificam as condições necessárias para possibilitarem uma revolução demográfica efectuada nos moldes tradicionais europeus. Na segunda metade de Oitocentos, o crescimento acentua-se, basicamente devido à redução da mortalidade, a qual permite compensar o aumento do fluxo emigratório característico da Centúria.

As taxas anuais médias apresentadas no Quadro 1 comprovam a aceleração do crescimento na 2^a metade de Oitocentos, iniciada a partir de 1835. Os contemporâneos reconhecem os factores básicos que explicam os diferentes ritmos observados ao longo do século. Do conjunto de reflexões vindas a lume com esse propósito destaque-se, a título meramente exemplificativo, as considerações tecidas nas páginas introdutórias à publicação dos resultados do III^o Recenseamento Geral da População em 1890.

Quadro 1 – Evolução e ritmos de crescimento em Portugal (1801-1900)

Anos	População	T.C.A.M.(%)
1801	2912673	
1811	2877071	- 0,12
1819	3013900	0,43
1821	026450	0,21
1835	3061684	0,08
1851	3471199	0,79
1861	3693362	0,62
1864	3829618	1,21
1878	4160315	0,59
1890	4654095	0,94
1900	5016267	0,75

Fonte: (1)

Nelas, o redactor distingue três períodos da vida portuguesa, que marcam as grandes etapas de crescimento populacional. Uma primeira fase, que se estende de 1801 a 1834, durante a qual o Reino foi atingido por três invasões estrangeiras, uma guerra civil e um violentíssimo surto de cólera; um segundo período, eivado de dificuldades económicas diversas, estendendo-se até 1852 ; e, finalmente, uma fase de paz, em que se assiste à melhoria progressiva e contínua das condições económicas, até à feitura do Censo.

Na realidade, ao iniciar-se a centúria, a economia portuguesa continuava assente numa agricultura arcaica. O século XIX reflectiu a estagnação de Setecentos, não obstante as políticas de fomento industrial do Conde da Ericeira e do Marquês do Pombal, que não vingaram por lhes ter faltado a base agrícola e a necessária revolução dos transportes internos que viabilizassem as alterações propostas. O problema português continuará a ser, por muito tempo ainda, a desarticulação entre os vários sectores da economia, agravada pelos efeitos nefastos da conjuntura politicamente instável.

Mas se as dificuldades económicas caracterizam toda a 1ª metade do século, a partir de meados do mesmo começam a esboçar-se as condições necessárias à futura implantação da indústria moderna. Desde logo se evidenciam os três grandes núcleos industriais (Lisboa, Porto e Covilhã), sendo os dois primeiros de importância crescente a nível nacional.

A modificação sensível na política económica portuguesa, ocorrida durante a década de 50 e parte da seguinte favorece o desenvolvimento das vias de comunicação internas. Tal política irá imprimir uma prosperidade relativa a todos os sectores económicos, embora a escalas diversas. No período da Regeneração lançam-se as bases da estrutura capitalista moderna. Mas a crise mundial que marca a segunda parte dos anos 60 atinge também Portugal, provocando a descida do produto nacional *per capita* e das relações comerciais com o exterior, acompanhadas pela desaceleração do desenvolvimento industrial e em parte resultantes do carácter especulativo do investimento.

Nova fase de expansão económica se inicia a partir de 1870, pela convergência de uma fase agrícola próspera com uma conjuntura externa favorável. A primeira influi no aumento das exportações de matérias-primas, na procura interna consequente à subida do Produto Interno Bruto, bem como no redimensionamento do mercado nacional. A segunda transparece na descida dos preços de certas matérias-primas e bens intermédios e na reorientação dos investimentos das economias industrializadas da Europa para a sua periferia.

O Inquérito Industrial efectuado em 1881 retrata a nova realidade da economia nacional, evidenciando a centralização dos sectores de maior vitalidade nos dois grandes centros de Lisboa e Porto, embora qualitativamente muito diversos. Com efeito, essa dicotomia persistirá para além do final de Oitocentos e retrata de forma exemplar as diferenças entre o norte e o sul de Portugal, entendidos como regiões polarizadas pelas duas cidades, estruturadas de forma desigual, escassamente articuladas e com um grau de autonomia ainda considerável ².

Ao terminar a centúria, Portugal enfrenta a crise provocada pelo Ultimato e pela diminuição das remessas do Brasil. A actividade mais afectada é a agricultura ligada à exportação. A década prossegue com novo incremento industrial, tornado possível pela canalização dos excedentes tradicionais do sector primário para a indústria nacional, apoiada numa política proteccionista.

Este movimento de modernização tem consequências diversas na sociedade portuguesa, nomeadamente na estrutura populacional, que se altera como consequência da nova geografia dos recursos materiais. O processo de industrialização, sem dúvida o fenómeno marcante neste final do século, altera as formas de mobilidade geográfica e tendências de crescimento, para que os recursos humanos possam corresponder às exigências do novo quadro socioeconómico ³.

Quadro 2 – Taxas de Crescimento anual médio, por distritos, de 1837 a 1900

Distritos	1837-64	1864-78	1878-90	1890-900
Aveiro	0,24	0,53	0,94	0,50
Beja	1,02	0,34	0,86	0,25
Braga	0,30	0,23	0,48	0,53
Bragança	0,96	0,43	0,53	0,32
Castelo Branco	0,82	0,62	1,39	0,54
Coimbra	0,51	0,59	0,68	0,52
Évora	0,73	0,27	0,86	0,72
Faro	1,19	1,02	1,16	1,09
Guarda	0,31	0,59	0,76	0,51
Leiria	1,26	0,75	0,99	1,01
Lisboa	0,32	0,91	1,72	1,49
Portalegre	0,64	0,40	0,92	1,00
Porto	0,68	0,84	1,41	0,97
Santarém	1,21	0,83	1,20	1,08
Viana do Castelo	0,41	0,22	0,24	1,02
Vila Real	0,76	0,37	0,46	0,26
Viseu	0,76	0,36	0,43	0,30
Portugal	0,64	0,59	0,95	0,75

Fonte: IVº Recenseamento Geral da População, vol.I, pp.112-113

Até 1864 o crescimento demográfico não parece direccionado, mas a partir dos anos 60 surge cada vez mais vincada a diferença entre os distritos de maior dinamismo, situados no litoral e para sul, face aos restantes, sobressaindo ainda pólos isolados no interior, como o de Castelo Branco.

O final da década de 70 marca em Portugal o início de uma fase positiva, que se prolonga até 1911. Os anos que medeiam entre os recenseamentos de 1878 e 1890 correspondem a nível regional às maiores taxas, embora se vislumbre já a desaceleração do processo nos distritos do norte e interior. Viana, Vila Real, Viseu, Braga e Bragança apresentam valores inferiores a metade da média portuguesa.

Época áurea das zonas de Lisboa, Porto e Castelo Branco, em clara alusão ao impacto positivo originado pelo processo de desenvolvimento industrial, que já influíra nos resultados obtidos a partir de 1864. Ainda com taxas superiores às nacionais temos Leiria e Santarém. O ritmo de evolução verificado em certos distritos do litoral norte (Aveiro) dilui-se na última década de Oitocentos.

Com efeito, o confronto dos efectivos recenseados em 1890 e em 1900 assinala o acentuar da diversidade regional, com destaque para a dicotomia entre o norte interior e o sul litoral, donde se exclui o distrito do Porto, por causas evidentes.

A partir de 1890 o crescimento global é influenciado pela emigração e pelas migrações internas, efectuadas em direcção às áreas mais industrializadas e urbanizadas. As principais vítimas neste processo serão o norte e o interior norte e centro, onde a saída de efectivos é dupla, para fora do distrito e para fora do Reino.

No entanto, este último tende a homogeneizar-se no que respeita aos comportamentos colectivos face à vida e à morte. À medida que avança o século XIX esbata-se as diferenças regionais em relação aos níveis das variáveis microdemográficas.

As taxas de natalidade ultrapassam 30‰, valor elevado em termos europeus e que não irá descer significativamente até 1920. O declínio observado na década de 90 decorre da intensidade da emigração.

Ao terminar o século seis distritos apresentam um forte crescimento natural: Aveiro, Coimbra, Leiria, Castelo Branco, Santarém e Faro. Lisboa tem o saldo inferior e os restantes valores intermédios. Estes resultados não coincidem com os dados disponíveis sobre os saldos naturais por distrito.

De facto, é possível estabelecer três zonas de comportamento distinto, onde o tipo de actividade económica predominante e o isolamento geográfico parecem ter um papel decisivo. Um primeiro grupo inclui os distritos de interior, como Bragança, Guarda, Castelo Branco e Beja, e é definido por altos níveis de natalidade e mortalidade ; o segundo, de saldo fisiológico claramente positivo, cobre a faixa litoral entre Viana do Castelo e Santarém; por último, um grupo de distritos dispersos em termos geográficos, com valores menos elevados em ambas as variáveis, onde se incluem Lisboa e Porto ⁴.

As discrepâncias observadas dependem da influência local e conjuntural dos movimentos migratórios, existentes estruturalmente na sociedade portuguesa, mas que sofrem nesse momento alterações quantitativas e qualitativas ⁵.

Até 1865 a emigração portuguesa manteve um carácter tradicional, na linha das formas de colonização herdadas da Época Moderna. Mais tarde, até 1877, verificam-se saídas anuais que atingem 8 a 9 mil emigrantes legais, recrutados sobretudo nos distritos do noroeste e Lisboa (neste último caso os valores reais foram alterados pela forma de registo das saídas do país pelo porto). Inicia-se então a terceira fase que termina em 1890, durante a qual as médias anuais excedem os 12 mil emigrantes. O fenómeno estende-se aos distritos do interior. Finalmente, no último decénio, o número de emigrantes ronda 22 mil e atinge o sul. Faro, Lisboa e Porto são excepções à norma e não acompanham a subida geral das taxas brutas de emigração, para o que terá contribuído o facto de serem zonas atractivas em termos de mercado de trabalho.

Mas os valores apontados excluem os clandestinos, cujo número se crê ir em crescendo ao longo do século XIX. Este aspecto prende-se com a mobilidade interna, fenómeno pouco estudado pela diversidade e carácter indirecto das informações a considerar. No entanto, alguns indicadores confirmam a existência de fluxos migratórios de norte para sul, do interior para o litoral, para as cidades e pólos económicos mais activos, sobretudo de feição industrial. Assim, as deslocações internas seriam as grandes responsáveis pelo crescimento urbano, cuja intensidade se vê acrescida a partir de 1878. Emigração e crescimento urbano são, efectivamente, dois grandes fenómenos oitocentistas ⁶.

A leitura atenta da distribuição relativa da população do Continente nos vários distritos corrobora as tendências de crescimento regional diferenciado já apontadas e testemunha as alterações sofridas ao longo de quase um século. Aumenta o peso relativo dos distritos de Lisboa e Porto. Em 1837 neles residem 23,1% dos portugueses, contra mais de 26% em 1900. Trata-se de um fenómeno contínuo liderado por Lisboa, de forma cada vez mais inequívoca e progressivamente acelerada ⁷.

De facto, acentua-se durante a 2ª metade de Oitocentos a macrocefalia do distrito de Lisboa. Mas este processo não é homogéneo a toda a superfície e, tal como noutros distritos, consolida-se à custa de desigualdades de crescimento interno.

O aumento da população portuguesa privilegiou as áreas urbanas (que no seu conjunto crescem 55% na 2ª metade de XIX), em relação às rurais (com uma variação percentual de apenas 22%). A esmagadora maioria dos distritos têm acréscimos superiores

nas zonas urbanas, exceptuando Évora e Faro. Só em Castelo Branco, Viana e Viseu o território cresce uniformemente. Ao invés, a taxa de variação apresenta resultados muito elevados no que respeita à população urbana de Aveiro, Leiria, Santarém, zonas internamente activas e também próximas da influência dos distritos do Porto e Lisboa, que lideram o processo de desenvolvimento nacional e quase duplicam em menos de quarenta anos ⁸.

Com efeito, o processo de urbanização oitocentista surge intimamente ligado a aspectos socioeconómicos, traduzidos em fenómenos tão diversos como as migrações, a industrialização, as actividades portuárias ou o regime de propriedade e aproveitamento do solo. O futuro das localidades variou com a carga positiva ou negativa dada pela junção desses múltiplos factores.

Em 1864, a cidade de Lisboa conta 190 mil residentes, a do Porto cerca de 80 mil, cinco cidades registam uma população da ordem dos 10 a 20 mil, outros doze núcleos têm entre 4 e 10 mil habitantes. Em dezanove aglomerados vivem 11% dos portugueses, 5,5% dos quais em Lisboa. Esta escassa urbanização, polarizada entre Lisboa e Porto, pouco se alterara desde o princípio da centúria e indicia outro desfazamento de Portugal no contexto europeu. Apesar da recuperação em finais de Oitocentos este continua a ser mais um país de vilas e grandes aldeias do que de verdadeiras cidades.

Mas mais importante que o fenómeno de crescimento urbano serão as migrações. Elas condicionaram o ritmo e sobretudo as formas e direcções do crescimento populacional português durante toda a Época Contemporânea e a sua importância ver-se-á acrescida nos últimos cem anos.

2. O Portugal do Século XX. O acentuar das assimetrias. ⁹

Ao iniciar-se a centúria viviam em Portugal quase cinco milhões e meio de indivíduos. A terminar o século XX, os valores do Censo de 1991 estimam em 9,9 milhões o número total de residentes.

O acréscimo populacional das gentes portuguesas cifra-se em 4,4 milhões, ou seja, num aumento de 81% em 91 anos, ao qual corresponde um ritmo de crescimento anual médio da ordem dos 0,7 %. No entanto, este último valor não só esconde profundas diferenças entre os processos de crescimento observados nos nove períodos intercensitários, como anula os distintos processos de evolução demográfica que caracterizam as regiões em que se subdivide o País.

Quadro 3 – Evolução da população portuguesa no século XX

ANOS	TOTAL DE EFECTIVOS	T.C.A.M. (%)
1900	5 423 132	–
1911	5 960 056	0,86
1920	6 032 991	0,14
1930	6 825 881	1,24
1940	7 722 152	1,24
1950	8 441 312	0,89
1960	8 851 289	0,48
1970	8 663 252	-0,21
1981	9 833 014	1,29
1991	9 862 670	0,03

Fonte: IV^a a XIII^a Recenseamentos Gerais da População, INE, Lisboa.

O ritmo de crescimento português ao longo do século actual nunca foi muito elevado, sendo de destacar, no entanto, como épocas áureas os períodos que decorrem entre as décadas 20 e 50, bem como a segunda metade dos anos 70. De sublinhar ainda, agora por razões opostas, os anos 60, durante os quais a população decresce, na sequência do aumento sensível do fluxo de saídas do território nacional.

Até 1911 mantiveram-se as características e ritmos registados na segunda metade da centúria anterior (0,92% em média anual, entre 1851 e 1900), contra os 0,86% verificados entre 1900 e 1911¹⁰. A mortalidade continuou a descer, num período em que os níveis de natalidade se mantinham ainda bastante elevados. A continuação da primeira fase do processo de transição demográfica iniciada no final de Oitocentos fomentou o aumento populacional, apesar dos valores que então atinge o movimento emigratório, de saldo claramente negativo.

Causas do foro socioeconómico e questões de política internacional justificam, por sua vez, a inversão da tendência demográfica no período que decorre entre a realização dos recenseamentos de 1911 e 1920. Nos anos que antecedem a I Guerra Mundial intensifica-se a emigração, de que resultam saldos migratórios líquidos muito negativos. A natalidade sofre também uma ligeira quebra. Aos efeitos nefastos da variável migratória sobre o número de efectivos residentes junta-se a instabilidade geral devida ao conflito bélico mundial em curso, embora sem consequências directas para Portugal em termos de vidas humanas.

Portugal é agravado por entraves de âmbito económico. O desemprego, o racionamento de bens alimentares e a escassez de certos produtos básicos provocaram uma descida generalizada do nível de vida das gentes portuguesas.

Estes factores terão facilitado e mesmo agravado os efeitos da gripe pneumónica ocorrida em 1918 e que será a última grande crise de mortalidade de tipo antigo em Portugal. Nos poucos meses em que se manteve activa, a gripe causou milhares de mortes por todo o País e inverteu a tendência decrescente que desde os últimos anos de Oitocentos registavam os níveis da mortalidade geral.

Porém, uma vez finda a fase adversa de múltiplas causas, a população portuguesa volta a crescer, a um ritmo que nem a eclosão da IIIª Guerra Mundial conseguirá travar. Pelo contrário, a crise económica de 1929-1931, o encerrar das fronteiras à emigração e os anos de conflito militar, retiveram no território vastas camadas de jovens e população em idade activa. Verificou-se uma drástica quebra dos níveis emigratórios, registaram-se algumas entradas de efectivos (refugiados e fugidos à guerra) e saldos fisiológicos positivos, já que a natalidade continuou a suplantar os valores da mortalidade. Mesmo quando ambas as variáveis microdemográficas se encontravam já em descida, mantinha-se francamente positiva a vantagem da natalidade sobre a mortalidade.

Entre 1920 e 1950, a TBN (Taxa Bruta de Natalidade) desce 21,7%, enquanto a TBM (Taxa Bruta de Mortalidade) declina 25,3%. Diminui, no entanto, a distância entre ambas. Nos anos 20 estima-se em 12,4 % a diferença entre natalidade e mortalidade. Na década seguinte a distância entre ambas é de 11,4 % e reduz-se ainda entre 1940 e 1950, fixando-se em 10,4 %¹¹.

Os anos 40 registam já alguns sintomas de abrandamento demográfico, causadas pela diminuição dos ritmos de crescimento natural e sobretudo pelo retomar do processo emigratório, que se acentuam em seguida.

A migração líquida ao longo das décadas de 50 e 60 foi deficitária em quase um milhão e trezentos mil homens, vindo juntar-se à descida continua da mortalidade e da

natalidade. A primeira apresenta variações negativas de 1,4% e 2,6% no primeiro e segundo decênios, manifestando a segunda descidas mais moderadas, de apenas 4 e 2,1%, respectivamente. Aliadas ao pendor negativo do saldo migratório, estas duas ocorrências simultâneas limitam o crescimento populacional entre 1950 e 1960 e provocam a descida do número de efectivos recenseados a 1 de Dezembro de 1970.

De facto, até 1975, o crescimento da população portuguesa esteve dependente da intensidade dos movimentos migratórios, que em certas partes do território ocasionaram fases prolongadas de saldo negativo, generalizados ao todo nacional na década de 60 e primeiros anos da seguinte.

A tendência negativa só se inverte em meados da década de 70, na sequência das alterações provocadas pelo 25 de Abril de 1974. Aliás, a leitura correcta do evoluir demográfico no período intercensitário 1970-1981 permite destacar três fases intermédias claramente distintas ¹². Até Abril de 74 o crescimento global foi quase nulo, à semelhança do verificado nas décadas anteriores. As elevadíssimas taxas de emigração surgem como principais responsáveis pela lentidão com que evolui o total de efectivos residentes em Portugal. De seguida, as sequelas da revolução estendem-se em termos populacionais até aos primeiros meses de 1976, com o retorno de habitantes das ex-colónias a causarem ritmos de crescimento global muito elevados. A população portuguesa aumenta mais de 2,6% no próprio ano de 1974 e 4,4% no seguinte. Por fim, a partir de 1976 e até 1981, os saldos globais são cada vez menos expressivos e semelhantes aos do início da década.

Quadro 4 – Taxas de crescimento total anual médio, por distritos, de 1900 a 1981 (em %)

Distritos	1900-30	1930-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-81
Aveiro	0,83	1,01	1,10	0,82	0,42	1,40
Beja	1,30	1,38	0,45	0,50	2,95	0,83
Braga	0,48	1,65	1,14	0,89	0,26	1,36
Bragança	0,04	1,35	0,67	0,22	2,50	0,20
Castelo Branco	0,63	1,51	0,64	0,25	2,11	0,81
Coimbra	0,35	0,98	0,54	0,12	0,73	0,97
Évora	1,10	1,61	0,55	0,09	2,00	0,22
Faro	0,46	0,78	0,27	0,42	1,56	1,92
Guarda	0,06	1,31	0,40	0,85	2,82	0,25
Leiria	0,82	1,46	1,01	0,21	0,65	1,10
Lisboa	0,86	1,56	1,49	1,24	1,35	2,62
Portalegre	0,90	1,36	0,59	0,61	2,48	0,31
Porto	1,00	1,56	1,14	1,25	1,00	1,73
Santarém	0,97	1,20	0,77	0,03	0,70	0,63
Setúbal	–	1,50	1,89	1,48	2,26	3,38
Viana do Castelo	0,21	1,15	0,68	0,06	0,98	0,11
Vila Real	0,21	1,30	0,93	0,18	1,98	0,08
Viseu	0,25	0,60	0,53	0,25	1,56	0,25
Angra do Heroísmo	0,08	0,95	1,00	1,07	1,08	1,40
Horta	0,37	0,68	0,41	1,08	1,84	1,40
Ponta Delgada	0,16	1,46	1,27	0,27	1,29	1,40
Funchal	1,16	1,62	0,79	0,03	0,61	0,28
Portugal	0,77	1,24	0,89	0,48	0,21	1,29

Fonte: V^oa X111^o Recenseamentos Gerais da População

Porém, a sequência de fases de crescimento variável veio provocar em termos reais ritmos de crescimento populacional bastante elevados, só igualáveis aos verificados nos anos 30.

Originam-o o retorno de meio milhão de residentes nas ex-colónias, o abrandar dos fluxos emigratórios, secundado já no final do decénio pelos primeiros indícios de retorno de emigrantes provenientes da Europa. Estas fortes movimentações populares decorrem num período assinalado pelo abrandamento da descida dos valores globais da natalidade e sobretudo da mortalidade (-6,3%).

Com efeito, passada a fase de euforia, a partir de 1976 a população portuguesa aumenta cada vez menos e acabará por estagnar. Prova-o a taxa de crescimento anual médio registada entre os dois últimos censos. Entre 1981 e 1991, o número de recenseados não chega a aumentar trinta milhares (a diferença real cifra-se em 29 656 indivíduos), a que correspondem ritmos de crescimento médio de 0,03% ao ano, muito próximos do zero.

O fenómeno de estabilização demográfica explica-se pela rapidez com que o nosso País se aproximou no decurso dos anos 80 dos comportamentos europeus face à vida e à morte. Enquanto os níveis de mortalidade descem menos de 9%, os da natalidade são em 1991 28,5% inferiores aos verificados na década anterior.

A população portuguesa envelhece, porque nascem cada vez menos crianças e se morre cada vez mais tarde. De acordo com os resultados do último recenseamento geral, quase um quinto da população apresenta idades superiores a 60 anos, enquanto os jovens dificilmente ultrapassam 25% dos recenseados. Por cada três jovens existem dois idosos, diferença que tenderá a esbater-se ainda mais nos próximos anos, caso se mantenham as tendências manifestadas nos comportamentos colectivos perante fecundidade e não se verifiquem mudanças substanciais nos saldos do movimento migratório ¹³.

Quando analisadas à escala regional, cada uma destas grandes divisões temporais esconde processos internos de evolução por vezes muito diferentes ou até opostos à tendência nacional.

Portugal continuou a ser ao longo de grande parte do século XX um País de migrantes. Os fluxos e refluxos das correntes migratórias condicionaram o evoluir do número de habitantes, bem como a sua composição etária e por sexos e a sua distribuição no território.

As migrações limitaram o ritmo de crescimento; provocaram o envelhecimento progressivo (embora acentuado nas últimas décadas) da estrutura etária; causaram desequilíbrios à escala local, na medida em que foram predominantemente masculinas; levaram à redistribuição das gentes no espaço interno, em direcção aos grandes núcleos economicamente desenvolvidos e industrializados; provocaram o aumento das percentagens da população urbana, o abandono progressivo dos campos e a consequente desertificação de certas áreas do interior ¹⁴.

A intensidade dos fenómenos migratórios que varrem o País de Norte a Sul e no sentido Leste / Oeste, onde se situam as principais cidades e vilas, prolonga-se além-fronteiras e condiciona evoluções regionais distintas, que cumpre assinalar, porque nem sempre se efectuaram no mesmo sentido e com a mesma intensidade.

Os movimentos migratórios explicam os distintos resultados obtidos, já que as taxas de crescimento natural médio são em todos os distritos de sinal positivo. Sem o efeito migratório, o aumento teria sido quase uniforme.

**Quadro 5 – Taxas de crescimento natural anual médio,
por distritos, de 1900 a 1981 (em%)**

Distritos	1900-30	1930-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-81
Aveiro	1,28	1,40	1,37	1,59	1,59	1,03
Beja	1,35	1,42	1,01	0,94	0,54	0,14
Braga	1,01	1,63	1,58	1,99	2,02	1,55
Bragança	0,92	1,37	1,29	1,54	1,04	0,53
Castelo Branco	1,20	1,43	1,24	1,08	0,62	0,05
Coimbra	0,85	0,85	0,78	0,86	0,80	0,77
Évora	1,23	1,26	0,96	0,80	0,56	0,42
Faro	1,20	0,97	0,74	0,62	0,36	0,31
Guarda	0,89	1,26	1,20	1,08	0,64	0,05
Leiria	1,28	1,37	1,27	1,23	0,99	0,56
Lisboa	0,76	0,27	0,24	0,62	0,98	1,11
Portalegre	1,20	1,27	0,93	0,76	0,44	0,05
Porto	1,07	1,19	1,13	1,63	1,74	1,34
Santarém	1,25	1,19	1,02	0,97	0,69	0,32
Setúbal	–	1,22	1,03	0,98	0,86	0,57
Viana do Castelo	0,85	1,17	1,14	1,27	1,08	0,65
Vila Real	0,89	1,29	1,35	1,57	1,32	0,77
Viseu	0,97	1,23	1,24	1,28	1,10	0,72
Angra do Heroísmo	0,60	0,87	1,11	1,57	1,20	0,95
Horta	0,41	0,85	0,90	0,86	0,73	0,95
Ponta Delgada	0,94	1,35	1,49	1,95	1,83	0,95
Funchal	1,53	1,85	1,50	1,70	1,71	1,09
Portugal	1,04	1,15	1,05	1,22	1,15	0,85

Fonte: V^oa X111^o Recenseamentos Gerais da População

Refira-se tão só que o Alentejo, a zona do Porto e o Arquipélago da Madeira registaram os aumentos mais significativos nas primeiras três décadas da centúria, enquanto a Guarda e todas as ilhas dos Açores, excepto o Grupo Oriental, regrediam ¹⁵.

As diferenças inter-regionais acentuam-se a partir da década de 30.

O abrandar dos fluxos emigratórios e as diferenças entre o saldo natural e o global justificam-se quase na íntegra pelos movimentos populacionais registados no interior do território.

Os entraves à emigração que caracterizam os anos 30 permitiram o aumento global dos efectivos em todos os distritos entre os censos de 1930 e 1940, que pouco se afastam dos saldos do crescimento natural.

No entanto, as áreas de maior desenvolvimento económico e urbano, como Lisboa, Porto, Setúbal e Coimbra, as taxas de crescimento total excedem as do saldo fisiológico, uma vez que estes distritos funcionavam como receptáculo de gentes naturais de outras zonas. Inicia-se o processo de litoralização das gentes portuguesas.

Com efeito, entre 1940 e 1950 os distritos junto ao litoral registam subidas populacionais de monta. Embora os saldos naturais da década sejam positivos em todo o Portugal, nas zonas do interior e nas ilhas o acréscimo de efectivos é francamente inferior ao previsto pelos saldos fisiológicos aí observados, o que indicia o retomar das vagas emigratórias, a que se junta a saída dos naturais para regiões com melhores oportunidades de sobrevivência. Os distritos de Lisboa e Setúbal são os principais beneficiários dos fluxos de imigrantes, seguidos de longe pelo Porto.

Quadro 6 – Taxas de crescimento migratório anual médio, por distritos, de 1900 a 1981 (em %)

Distritos	1900-30	1930-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-81
Aveiro	0,45	0,39	0,27	0,77	1,10	0,37
Beja	0,05	0,04	0,56	1,44	3,49	0,97
Braga	0,53	0,02	0,44	1,10	1,76	0,19
Bragança	0,88	0,02	0,62	1,32	3,54	0,33
Castelo Branco	0,57	0,08	0,60	1,33	2,73	0,86
Coimbra	0,50	0,13	0,24	0,98	1,53	0,20
Évora	0,13	0,35	0,41	0,89	2,56	0,20
Faro	0,74	0,19	0,47	1,04	1,92	1,61
Guarda	0,95	0,05	0,80	1,93	3,46	0,30
Leiria	0,46	0,09	0,26	1,02	1,64	0,54
Lisboa	0,10	1,29	1,25	0,62	0,37	1,51
Po ^o talegre	0,30	0,09	0,34	1,37	2,92	0,36
Porto	0,07	0,37	0,01	0,38	0,74	0,39
Santarém	0,28	0,01	0,25	0,94	1,39	0,31
Setúbal	–	0,28	0,86	0,50	1,40	2,81
Viana do Castelo	0,64	0,02	0,46	1,33	2,06	0,54
Vila Real	0,68	0,01	0,42	1,39	3,30	0,85
Viseu	0,72	0,63	0,71	1,53	2,66	0,47
Angra do Heroísmo	0,68	0,08	0,11	0,50	2,28	2,35
Horta	0,78	0,17	0,49	1,94	2,57	2,35
Ponta Delgada	0,78	0,11	0,22	1,68	3,12	2,35
Funchal	0,37	0,23	0,71	1,73	2,32	0,81
Portugal	0,27	0,09	0,16	0,74	1,36	0,44

Fonte: V^oa X111^o Recenseamentos Gerais da População

Este panorama consolida-se na década imediata. Nos anos 50 abranda o ritmo de crescimento e só onze distritos apresentam saldos globais positivos, embora os saldos fisiológicos continuem a ser largamente favoráveis à subida do número de residentes. Na maior parte dos casos, as taxas de crescimento natural excedem as verificadas no período intercensitário anterior, para o que contribui a pela diminuição dos níveis da mortalidade, numa época em que a natalidade era ainda elevada.

O confronto dos resultados dos recenseamentos de 1950 e 1960 evidencia a dicotomia já então evidente entre os ritmos evolutivos da faixa litoral e o interior do País. Os distritos que crescem nesses anos são Braga, Porto, Aveiro, Leiria, Santarém, Lisboa e Setúbal. Nos Açores (distritos de Ponta Delgada e Angra) e em Trás os Montes, a população também cresce, à custa de saldos naturais bastante favoráveis e/ou de um relativo afastamento dos principais pólos de atracção imigratória.

De facto, assiste-se em Portugal nos decénios imediatos a uma progressiva concentração populacional em torno de dois núcleos aglutinadores, liderados pelos concelhos de Lisboa e Porto. Nos anos 60 só cinco distritos apresentam taxas de crescimento positivo. Para além dos dois já referidos surgem Braga, Aveiro e Setúbal. O facto de todos eles serem contíguos aos dois primeiros reforça a tendência de bipolarização.

Nos restantes observa-se um declínio generalizado do total de efectivos, a ritmos especialmente gravosos nas províncias de Trás os Montes, Beira Interior, e no Alto e Baixo Alentejo, onde se observam descidas de 2% ao ano. Porém, são igualmente atingidas certas áreas de vocação litoral, de que o Algarve constitui talvez o melhor exemplo.

Ao confrontar as taxas de crescimento anual médio com os níveis da emigração em cada distrito ¹⁶, evidencia-se a principal causa do fenómeno. O fluxo de saídas do País acentua-se, como vimos, atingindo valores absolutos inéditos na história portuguesa. Mesmo os distritos mais dinâmicos e atractivos registam um aumento da emigração, que em certos casos foi colmatada com gente doutras zonas, como aconteceu na zona de Lisboa e Setúbal, onde os saldos migratórios permitiram por si só contínuo acréscimo do número de efectivos.

O efeito combinado da redução dos ritmos de crescimento natural e as verdadeiras punções que se verificam em certas zonas do interior em termos de saldo migratório explicam o sentido negativo global que manifestam dezassete dos vinte e dois distritos portugueses nos anos 60. Portugal desertifica-se em todo o seu espaço interior e parte do litoral, assim como nos arquipélagos da Madeira e dos Açores.

No penúltimo decénio, a análise dos resultados censitários permite detectar um acréscimo demográfico generalizado. Em termos nacionais reduzem-se a menos de metade os níveis da emigração, culminando num saldo migratório positivo, muito acentuado após o 25 de Abril de 1974. Reduz-se igualmente o ritmo de crescimento natural, anunciando a entrada de Portugal no grupo dos países europeus envelhecidos ¹⁷.

Desta duplicidade de ocorrências resultam índices de crescimento global positivos em quase toda a faixa litoral, de Norte a Sul. De sublinhar ainda a dinâmica registada em Setúbal (3,38% ao ano), Lisboa (2,62%) e Faro (1,92%). O Porto vem em quarto lugar, com um crescimento anual médio de 1,73%, o que é devido à menor relevância dos seus saldos migratórios, já que em termos de saldo fisiológico é, em conjunto com o distrito de Braga, dos mais dinâmicos. Por seu turno, o crescimento migratório é extremamente elevado nos outros três distritos, sendo ele que justifica os resultados finais neles observados. Com efeito, os retornos de alguns emigrantes e sobretudo dos residentes nas ex-colónias veio agravar as discrepâncias entre as várias regiões do País.

Entre 1970 e 1981 diminui a população residente em nove distritos e é muito escasso o acréscimo verificado em outros cinco. Eles apresentam-se contíguos em termos de localização geográfica, se exceptuarmos, como é evidente, as Regiões Autónomas da Madeira (onde se verifica um crescimento mínimo) e dos Açores (cujo número de habitantes é em 1981 cerca de 14% inferior ao que fora em 1970).

As áreas continentais a que nos referimos cobrem o extremo norte do território, desde Viana do Castelo, que quase não cresce (apenas 1,1%), passando por toda a província transmontana. Em Vila Real reduz-se o total de efectivos e em Bragança o aumento não excede 2% em mais de dez anos. Panorama similar se observa nas Beiras. O distrito da Guarda decai em termos populacionais 2,5% e no de Castelo Branco as perdas excedem 8%. No Alentejo contíguo Portalegre também perde residentes, cerca de 3%. O mesmo acontece em Beja, embora com maior intensidade, a orçar 8% do total de recenseados em 1970. A separá-las fica Évora, mas também aí o ritmo de crescimento é muito baixo, a manifestar em 1981 uma recuperação de apenas 2,2% em relação aos resultados obtidos uma década antes.

Estas diferenças internas tornam-se mais preocupantes, caso se analisem os resultados das taxas de crescimento natural médio. Elas permitem constatar que o

decréscimo global nas zonas interiores foi provocado não apenas pela saída de naturais, mas, mais grave, que essas saídas foram familiares e com carácter definitivo, como comprovam os saldos naturais quase nulos que nelas podemos encontrar. Vejam-se os casos da Guarda, de Castelo Branco e de Portalegre, com acréscimos da ordem dos 0,5% entre 1970 e 1981, ou ainda Beja.

A par do processo de abandono do interior intensifica-se o processo de envelhecimento das populações. O fenómeno atinge todo o espaço nacional, mas é especialmente evidente e gravoso nas áreas em processo de estagnação ou declínio demográfico. De facto, a repulsão populacional origina sempre um envelhecimento no topo da pirâmide etária de cada região, ou seja, a existência de percentagens cada vez mais significativas de idosos face ao total de efectivos. Do mesmo modo, a atração provoca um rejuvenescimento etário na zona onde ocorre, já que os grupos atraídos são sobretudo jovens em idade activa e fecunda.

Neste sentido, a faixa litoral continuou a crescer, em larga medida à custa do interior, embora em simultâneo se acentue o processo de envelhecimento, causado pela descida geral dos níveis da fecundidade. O fenómeno não pareceu tão evidente até aos anos 60, mas surge a partir daí com crescente evidência, permitindo dividir o País em dois, através de um eixo litoral / interior, embora esbatido na última década, de acordo com os resultados do censo de 1991.

Quadro 7 – Taxas de crescimento anual médio em Portugal entre 1981 e 1991

NUTS nível III	%
Minho-Lima	0,27
Cávado	0,72
Ave	0,63
Grande Porto	0,44
Tamega	0,23
Entre Douro e Vouga	0,63
Douro	0,91
AHO Trás os Montes	1,46
Baixo Vouga	0,40
Baixo Mondego	0,04
Pinhal Litoral	0,33
Pinhal Interior Norte	0,86
Pinhal Interior Sul	1,73
Dão-Lafões	0,44
Serra da Estrela	0,53
Beira Interior Norte	0,93
Beira Interior Sul	0,61
Cova da Beira	0,69
Oeste	0,13
Grande Lisboa	0,12
Penins. Setúbal	0,92
Médio Tejo	0,31
Lezíria do Tejo	0,05
Alentejo Litoral	0,46
AHO Alentejo	0,54
Alentejo Central	0,41
Baixo Alentejo	1,05
Algarve	0,54
Reg. Aut. Madeira	0,02
Reg. Aut. Açores	0,23

Fonte: XIV^o Recenseamento Geral da População

Até 1970, o envelhecimento na base, ou seja, a diminuição da importância relativa dos primeiros grupos etários, separa os distritos em três grupos : o Norte e as ilhas, onde se apresentam elevadas percentagens de população infantil e juvenil ; o Sul , onde esses indivíduos representavam menos de um terço do total ; e, por fim, o centro (Coimbra, Leiria, Viseu e Castelo Branco), a registar valores médios. Na década de 70 tendem a uniformizar-se os padrões de fecundidade, pelo que se atenuam as assimetrias, devido ao acelerar do processo de envelhecimento na base dos distritos tradicionalmente pouco tocados pelo fenómeno.

De facto, a partir de 1981 os dados existentes permitem detectar um processo de uniformização dos comportamentos demográficos, em termos de fecundidade, mas também de mortalidade. Este facto reduz a importância que devemos atribuir ao crescimento natural em relação às características que definem a evolução do número de efectivos residentes no espaço português. De tal forma que as assimetrias regionais observadas até 1991 nos ritmos de crescimento dependem quase em absoluto dos diferentes impulsos dados pelos movimentos migratórios ¹⁸.

Tendo em conta que a emigração viu reduzido o seu impacto em termos absolutos e relativos, devemos sublinhar o papel da transferência interna de efectivos das zonas interiores para ocidente. A mobilidade interna foi a causa próxima para a continuada desertificação de algumas regiões e explica também o aumento artificial dos efectivos encontrados em certas partes do País, nomeadamente nas zonas onde se situam os grandes centros urbanos industrializados.

Assim, a evolução regional portuguesa no último decénio pode ser definida através de algumas características basilares ¹⁹ :

- * Prossegue o abandono do interior em favor do litoral, embora o abrandar do ritmo de crescimento geral condicione o volume desse fenómeno.

- * Observam-se pela primeira vez saldos de decrescimento nos concelhos de Lisboa e Porto, a indiciar a terciarização do tecido urbano nas partes centrais das grandes cidades e a concomitante transferência de população para concelhos limítrofes, onde residem (Áreas Metropolitanas).

- * Assinalam-se ritmos intensos de declínio populacional em várias regiões do interior, como no Alto Trás os Montes e Douro interior. Todo o Alentejo perde população, excepto os concelhos de Évora e Vila Viçosa, de Castro Verde, a Sul, e de Santiago do Cacém e Sines, situados no litoral.

- * O mesmo princípio de clara preponderância do crescimento litoral quando comparado ao interior é válido no caso algarvio. O Algarve é a região que mais aumenta no contexto nacional (0,54% por ano, entre 1981 e 1991). Mas as áreas agrícolas e para interior perdem efectivos, enquanto os concelhos de Faro, Albufeira e Portimão apresentam variações anuais muito significativas e sempre superiores a 1%.

- * No panorama insular assinalam-se processos distintos, segundo as ilhas. Aumenta a população em Porto Santo à média de 1% por ano. Cresce também o número de residentes no Corvo e na Terceira, no arquipélago açoriano. Aliás, o total de efectivos declina nos Açores, se considerado como um todo e aproxima-se do valor nacional na Região Autónoma da Madeira.

- * Estes fenómenos têm consequências directas no grau de envelhecimento da população, visível quer a nível nacional, quer local. À escala nacional, o peso dos jovens na população decresceu 21,6% nos últimos dez anos, devido ao declínio muito rápido dos níveis de fecundidade. Em simultâneo cresce 19,3% a percentagem de idosos, devido ao aumento da esperança de vida das gentes portuguesas ²⁰.

A nível regional estas duas ocorrências simultâneas afectam todo o País, embora com intensidades diferentes. O envelhecimento da base e do topo da pirâmide é evidente, mesmo nas zonas consideradas favorecidas em termos de desenvolvimento económico.

O Centro e o Sul são as áreas mais afectadas pela diminuição do peso relativo dos grupos mais jovens. Estes representam menos de um quinto do total de efectivos recenseados em dezassete dos vinte e sete Nut's em que se divide o País, todos eles situados a sul de Coimbra.

Por sua vez, os idosos surgem em percentagens significativas em todo o território, embora excedam 20% dos recenseados em certas zonas do interior (Pinhal interior, Beira interior e Alto Alentejo, Baixo Alentejo).

Quando comparamos estes resultados com os de 1981 verificam-se variações por vezes muito acentuadas. O peso relativo dos jovens declina em toda a parte, enquanto sobem vertiginosamente as camadas com 65 ou mais anos. Acentua-se o processo de duplo envelhecimento da população portuguesa ²¹.

Assim sendo, são as migrações internas que fomentam a diversidade entre os vários espaços. Num panorama que tende a ser pouco favorável ao aumento do número de indivíduos, caso não se alterem os comportamentos colectivos face à fecundidade, o futuro próximo de cada região e as suas respectivas potencialidades de desenvolvimento parecem estar dependentes de uma política racional, que permita redistribuir de forma harmoniosa a população no espaço. Esse processo deverá ter por finalidade viabilizar o melhor aproveitamento económico possível dos recursos localmente disponíveis.

O papel determinante que durante muitas décadas coube à emigração, tende agora a ficar basicamente ligado à direcção que no futuro próximo possam tomar os movimentos migratórios internos.

Dezembro 1994

NOTAS

1. Maria Luís Rocha Pinto e Teresa Rodrigues, "A evolução da população portuguesa ao longo do século XIX - Uma perspectiva global", in *Forum Sociológico*, n.º 3, Lisboa, 1993, p.155.
2. David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional - Portugal 1810-1913*, vol.II, Lisboa, Vega, 1989, p. 121.
3. Vejam-se, entre outras, as sínteses de Armando de Castro, *A Revolução Industrial em Portugal no século XIX*, 4.ª ed., Porto, Ed. Lumiar, 1978; David Justino, *ob. cit.*; Jaime Reis, "O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)", in *Análise Social*, vol. XX (80), Lisboa, 1984, pp. 7-28; Joel Serrão, *Temas Oitocentistas*, vol. I, Lisboa, Liv. Horizonte, 1980; Joel Serrão e Gabriela Martins, *Da Indústria Portuguesa do Antigo Regime ao Capitalismo*, Lisboa, Liv. Horizonte, 1978; Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX e Portugal na Alvorada do século XX*, 3.ª ed., Lisboa, Regra do Jogo, 1981; Miriam Halpern Pereira, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico - Portugal na segunda metade do século XIX*, 2.ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1983; Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4.ª ed., Lisboa, Arcádia, 1980.
4. Miriam Halpern Pereira, *ob.cit.*, p.24.
5. Vários investigadores se debruçaram sobre a evolução da emigração portuguesa, segundo perspectivas diversas, como Joel Serrão, V. Magalhães Godinho e Jorge Arroiteia. Importa a evolução quantitativa, mas também as implicações sociais e económicas, exemplarmente descritas na literatura da época.
6. Miriam Halpern Pereira, *ob.cit.*, p.24.

7. Teresa Rodrigues, "Um espaço urbano em expansão. Da Lisboa de Quinhentos à Lisboa do Século XX", in *Revista Penélope - Fazer e desfazer a História*, nº13, Lisboa, 1994, p.98.
8. *Idem*, p.99.
9. Uma primeira versão sobre as características de evolução populacional portuguesa no século XX foi por nós elaborada in *Revista História* nº Março, 1995 (no Prelo): "Os portugueses do século XX - A perspectiva demográfica"
10. Teresa Rodrigues, *Lisboa no Século XIX - Dinâmica Populacional e Crises de Mortalidade*, tese de Dout. em História Económica e Social - Época Contemporânea, apres. na F.C.S.H. - U.N.L., Lisboa, 1993, p. 23.
11. Cf. Maria José Carrilho e João Peixoto, "L'évolution démographique au Portugal", relatório do Gabinete de Estudos Demográficos, INE, Junho de 1991 (polic)
12. J. Manuel Nazareth, *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Ed. Presença, 1988, pp.111-121.
13. Maria João Valente Rosa, "O desafio social do envelhecimento demográfico", in *Análise Social*, vol. XXVIII (122), 1993 (3.º), 679-689.
14. Este tipo de questões merece uma atenção especial, que não se enquadra nos objectivos possíveis da breve síntese aqui apresentada sobre o evoluir das gentes portuguesas. Dada a sua extrema complexidade e a importância que revestem a vários níveis nas formas evolutivas da sociedade e economia portuguesas, haverá que abordá-las de forma directa e exclusiva.
15. J. Manuel Nazareth, "A demografia portuguesa do século XX: principais linhas de evolução e transformação", in *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89), 1985, 3.º - 4.º - 5.º, pp. 963-980.
16. *Idem*, p. 980 - Quadro com as "Taxas de emigração anual média, por distritos, de 1900 a 1980 (em percentagem)".
17. J. Manuel Nazareth, "Conjuntura demográfica da população portuguesa no período de 1970-1980: aspectos globais", in *Análise Social*, vol. XX (81-82), 1984, 2.º - 3.º, pp.2 37-262.
18. Altera-se no Censo de 1991 a base de recolha dos dados demográficos, no cumprimento das directivas comunitárias. Esse facto impede-nos de estabelecer comparações directas entre os valores de 1991 e os restantes censos, para o que seria necessário reconstituir os distritos a partir da informação por concelhos, o que não é compatível com os objectivos desta síntese.
19. Maria Luís Rocha Pinto, "As tendências demográficas", in *Portugal. 20 anos de democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 296-306.
20. Entenda-se por jovem todo o indivíduo com menos de 15 anos e por idoso os com pelo menos 65 anos de vida.
21. Maria João Valente Rosa, *ob. cit.*, Quadro da p. 682.

A SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA DA FAMÍLIA NOS AÇORES ¹

Gilberta Pavão Nunes Rocha
Universidade dos Açores

Este trabalho tem como principal objectivo uma análise da Família no âmbito da Demografia, de um modo particular no que respeita à dimensão e caracterização da estrutura demográfica do agregado familiar açoriano nos finais deste século. Todavia, pareceu-nos ser igualmente importante apresentar a dinâmica populacional dos últimos cinquenta anos e sua interligação à estrutura da família, realçando as variáveis demográficas que em nosso entender mais contribuíram para a situação actualmente existente nesta instituição.

Neste sentido, iremos apresentar a evolução da população e do número de famílias nos Açores entre 1940 e 1991, fazer uma breve análise da dimensão familiar, bem como da estrutura etária e por sexo das famílias em 1991.

A pluralidade do arquipélago leva-nos a apresentar a informação para cada uma das ilhas, como sempre temos feito ³. Embora nesta análise se privilegie os quantitativos globais da Região, não deixaremos de salientar, nos casos que nos pareçam mais relevantes, a especificidade de algumas ilhas ou grupos de ilhas.

Sendo uma apresentação maioritariamente quantitativa, ela não pode deixar de reflectir as alterações da sociedade açoriana na segunda metade deste século, alterações de natureza económica, mas também, e em nosso entender preponderantemente, de natureza social e cultural.

Pensamos assim contribuir não só para um melhor entendimento da problemática familiar nesta Região, como consequência das alterações demográficas mais recentes, como apelar ao desenvolvimento de estudos mais aprofundados, cuja interligação nos parece ser fundamental para se compreender a sociedade deste arquipélago.

Muito ficará assim por dizer, nomeadamente no que respeita à percepção de cada grupo relativamente a estas diferenças, ou ainda sobre aspectos do relacionamento entre os vários membros que compõem o agregado familiar, em suma as principais modificações no que respeita aos valores na Família e sobre a Família.

Sabemos também que estamos a englobar pessoas que têm outras diferenças, quer se atenda ao nível de rendimento, grau de habilitações, tipo de habitat ou outras características, e que aqui surgem homogeneizadas. Esta ressalva tem como objectivo alertar para outra das limitações deste trabalho, onde em vez de "família" seria mais correcto falar de "famílias".

Se atendermos aos valores constantes do Quadro1, verifica-se que a população dos Açores aumenta entre 1940 e 1960 e que declina desta última data até aos nossos dias.

Esta tendência geral não se apresenta perfeitamente idêntica em todas as ilhas, onde encontramos algumas diferenças que passamos a salientar. Com efeito, e no que respeita ao primeiro período – 1940-1960 – a tendência acima referida contempla unicamente as ilhas de Santa Maria, S. Miguel e Terceira, embora estas no seu conjunto correspondam a cerca de três quartos da população açoriana. Nas restantes ilhas verifica-se um acréscimo de 1940 para 1950, seguido de uma diminuição de 1950 para 1960.

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DOS AÇORES, POR ILHA 1940-1991
(POP. Residente)

	1940	1950	1960	1970	1981	1991
AÇORES	287091	318511	327480	289096	243410	237795
S.MA	8067	11839	13233	9762	6500	5922
S. MG	147959	165218	168691	151454	131908	125915
TER	53233	60372	71610	65852	53570	55706
GRA	9193	9617	8669	7420	5377	5189
S.JO	15798	16507	15895	13186	10361	10219
PIC	21423	22557	21837	18490	15483	15202
FAI	23280	23923	20281	17068	15489	14920
FLO	7447	7850	6582	5379	4352	4329
COR	691	728	681	485	370	393

O declínio observado para a globalidade do arquipélago a partir da década de sessenta, e que atinge todas as ilhas entre 1960 e 1981, encontra uma pequena exceção para a Terceira e Corvo ao longo dos anos oitenta, embora o aumento observado nestas ilhas entre 1981 e 1991 registre um ritmo bastante atenuado.

Se atendermos agora à evolução no número de famílias, que apresentamos no Quadro 2, constata-se algumas diferenças relativamente ao que acabamos de observar para a totalidade da população.

Na Região, e no que respeita ao primeiro período – 1940-1960– a tendência é a mesma, ou seja, aumenta o número de famílias tal como aumenta a população. Entre 1960 e 1981 diminuem as famílias, como também diminui a população. De 1981 para 1991 aumenta o número de famílias contrariamente ao que acontece com a população. Em termos gerais, e na nossa óptica, a grande diferença está, pois, na falta de correspondência entre a evolução quantitativa da população e a da família nos últimos dez anos.

QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DO Nº DE FAMILIAS NOS AÇORES, POR ILHA, 1940-1991

	1940	1950	1960	1970	1981	1991
AÇORES	61885	71587	76621	66503	62123	63555
SMA	1749	2510	2978	2277	1845	1726
SMG	30573	35941	37041	31698	30811	30704
TER	12062	14241	17592	16010	14420	16092
GRA	2375	2584	2548	2276	1753	1797
S.JO	3521	3662	3776	3334	2913	3049
PIC	4894	5344	5427	4769	4555	4498
FAI	5008	5366	5326	4511	4469	4263
FLO	1552	1808	1766	1501	1249	1296
COR	151	161	167	127	108	130

A nível de ilha as desigualdades são um pouco mais acentuadas, até porque mesmo na população já encontramos algumas diferenças dignas de registo, como acima referimos. Entre 1940 e 1960, a grande maioria das ilhas apresenta um acréscimo

significativo no número de famílias, com excepção para a Graciosa e o Faial, nas quais observamos uma ligeira diminuição. Nos anos compreendidos entre 1960 e 1981, que como vimos é um período de declínio generalizado, a única excepção respeita à ilha do Faial, que regista um aumento no número de famílias durante a década de sessenta.

Mas é nos anos oitenta que assistimos a diferenças mais acentuadas entre as ilhas, já que Santa Maria, S. Miguel, Pico e Faial apresentam uma tendência divergente da globalidade do arquipélago e da das restantes ilhas, com uma diminuição no quantitativo das respectivas famílias.

Estas duas situações serão melhor percebidas se atendermos aos valores das Taxas de Crescimento Anual Médio (TCAM) nas várias décadas, tanto a para a população como para a famílias, que apresentamos no Quadro 3.

QUADRO 3 – TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO DA POPULAÇÃO E DAS FAMÍLIAS, NOS AÇORES, POR ILHAS 1940-1991 (%)

	1940/50		1950/60		1960/70		1970/81		1981/91	
	POP	FAM	POP	FAM	POP	FAM	POP	FAM	POP	FAM
AÇORES	+1.0	+1.5	+0.3	+0.7	-1.2	-1.4	-1.7	-0.7	-0.2	+0.2
SMA	+3.9	+3.7	+1.1	+1.7	-3.0	-2.6	-4.0	-2.1	-0.9	-0.7
SMG	+1.1	+1.6	+0.2	+0.3	-1.1	-1.5	-1.4	-0.3	-0.3	-0.03
TER	+1.3	+1.7	+1.7	+2.1	-0.8	-0.9	-2.0	-1.0	+0.4	+1.1
GRA	+0.5	+0.9	-1.0	-0.1	-1.5	-1.1	-3.2	-2.6	-0.4	+0.3
SJO	+0.4	+0.4	-0.4	+0.3	-1.9	-1.2	-2.4	-1.3	-0.1	+0.5
PIC	+0.5	+0.9	-0.3	+0.2	-1.7	-1.3	-1.8	-0.5	-0.2	-0.1
FAI	+0.3	+0.7	-1.6	-0.1	-1.7	-1.7	-1.0	-0.1	-0.4	-0.5
FLO	+0.5	+1.5	-1.8	-0.2	-2.0	-1.6	-2.1	-1.8	-0.1	+0.4
COR	+0.5	+0.6	-0.7	+2.0	-3.3	-2.7	-2.7	-1.6	+0.6	+1.9

Utilizando ainda a mesma periodicidade, verifica-se que entre 1940 e 1960, quando aumenta tanto o volume da população como o número de famílias, como acabámos de observar, o ritmo de crescimento destas é mais elevado do que o da população, facto que encontra uma única e ligeira excepção em Santa Maria nos anos quarenta.

De 1960 para 1981 verifica-se um declínio mais ou menos generalizado tanto no número de habitantes das diversas ilhas como nas respectivas famílias. Nos anos sessenta o ritmo é mais intenso nestas, enquanto que nos anos setenta é na população que encontramos os maiores ritmos de decréscimo.

Na última década, os ritmos de evolução são mais fracos, mas de tendências diferenciadas como já referimos e está bem patente nos quantitativos da TCAM constantes no Quadro 3, que acima apresentámos.

Se atendermos à situação de cada uma das ilhas, e ainda com a mesma periodicidade, além do caso excepcional de Santa Maria, a que acima aludimos, podemos observar que na década de cinquenta nem sempre estamos perante uma evolução de sentido positivo. No entanto, nestes casos o número de famílias diminui menos do que o da população, pelo que o fenómeno não se apresenta com um significado muito dis-

tinto do que observámos para a globalidade da Região, ou seja, prepondera o acréscimo, ainda que relativo, do número de famílias.

Nos anos que medeiam 1960 e 1981, a primeira década apresenta uma enorme heterogeneidade, verificando-se, todavia, que de um modo geral é mais acentuado o ritmo de decréscimo nas famílias. Em sentido inverso, nos anos setenta diminui mais a população de todas as ilhas, o que justifica o que dissemos para o arquipélago no seu conjunto.

Entre 1981 e 1991, a tendência geral é para o aumento no número das famílias, contrariamente ao que acontece com a população. Existem, porém, diferenças entre as ilhas que não correspondem, em nossa opinião, a um entendimento totalmente distinto dos fenómenos que justificam as respectivas evoluções, embora estas apresentem algumas diferenças entre si, que a seguir especificamos.

Em primeiro lugar, quando se observa uma diminuição da população e um aumento no número de famílias, como na Graciosa, em S. Jorge e nas Flores. Em segundo lugar, quando aumenta a população e aumentam as famílias, como na Terceira e no Corvo e, por último, quando diminui a população e diminuem as famílias, como em Santa Maria, em S. Miguel, no Pico e no Faial. Em qualquer das ilhas, com excepção para o Faial, o confronto dos ritmos de crescimento do volume da população e das famílias aponta para o aumento, absoluto ou relativo, no número das famílias.

Assim, os períodos de 1940 a 1960 e de 1981 a 1991, registam semelhanças e diferenças nas tendências demográficas que queremos agora aprofundar. A desigualdade respeita à evolução da população, que no primeiro período aumenta e no segundo diminui. A similitude verifica-se no aumento do número de famílias que se verifica em ambos períodos, embora no primeiro corresponda a um aumento absoluto enquanto que no segundo, pelo menos em algumas ilhas, só se assista a um aumento relativo, ou seja, o ritmo de crescimento no número de famílias é superior ao verificado para a população.

Assim, iremos em seguida analisar a dinâmica demográfica destes dois períodos, não considerando os anos intermédios – 1960-1981 – que se apresentam bastante distintos como acabámos de observar.

O forte aumento demográfico de meados do século deve-se fundamentalmente ao estancar da emigração, numa época onde a fecundidade é bastante elevada, pois as Taxas Brutas de Natalidade (TBN) quase atingem os 40‰ para a globalidade do arquipélago.

Embora este quantitativo dependa preponderantemente do nível da natalidade registado em S. Miguel, que é mais elevado do que aqueles que observamos nas outras ilhas, a realidade é que em nenhuma delas se pode dizer que o número de nascimentos apresenta um declínio significativo e persistente, que na verdade só iremos verificar algumas décadas mais tarde. Neste sentido, a desigualdade deste fenómeno está, em parte, associada à nupcialidade e à mobilidade de épocas anteriores, com reflexos significativos na estrutura etária e por sexos ⁴.

Não podemos, no entanto, negligenciar o facto de que os maiores níveis da natalidade registados em S. Miguel distinguem esta das demais ilhas dos Açores. Com efeito, nela encontramos uma fecundidade com valores mais elevados, o que é visível desde épocas recuadas, como nos finais do séc. XVIII ou em meados do séc. XIX ⁵.

No período agora em análise, confirma-se esta situação através da utilização de indicadores mais sofisticados, como a Descendência Média. A título de exemplo, e no que respeita ao ano de 1940, o número de filhos por mulher no ex-distrito de Ponta Delgada (que reflecte a realidade da ilha de S. Miguel como consequência do diminuto peso demográfico de Santa Maria no conjunto do distrito), atinge o valor de 4.1, enquanto

que nos ex-distritos de Angra do Heroísmo e da Horta, os quantitativos deste indicador são de, respectivamente, 3.3 e 2.8. Aliás, esta diversidade populacional do arquipélago açoriano, e que não se limita ao estudo desta variável microdemográfica, foi profundamente analisada por J. Manuel Nazareth no trabalho realizado para as características populacionais do conjunto dos distritos portugueses durante os anos setenta ⁶.

Apesar da mortalidade também registar quantitativos muito significativos, com um Esperança de Vida à Nascimento um pouco superior aos 50 anos no conjunto da Região, e também com algumas diferenças entre as várias ilhas, o movimento natural é francamente positivo. Na mortalidade sobressai igualmente a singularidade da ilha micalense, com níveis de superiores aos da maioria das outras ilhas, principalmente se atendermos à mortalidade infantil ⁷.

Assim, a um movimento natural positivo vem somar-se uma forte diminuição das saídas, principalmente da emigração, o que não quer dizer que não existisse alguma mobilidade, nomeadamente se considerarmos os movimentos internos, quer com o continente e outras regiões portuguesas, quer entre as ilhas açorianas ⁸.

Neste contexto demográfico, estamos perante uma população bastante jovem, que na sua idade activa tem dificuldades em abandonar o arquipélago, verificando-se um aumento significativo da nupcialidade e uma diminuição acentuada no número de celibatários, principalmente do sexo feminino, que em períodos anteriores regista percentagens bastante elevadas em algumas ilhas ⁹.

Esta dinâmica demográfica explica, pois, em nosso entender, tanto o aumento da população, como o das famílias, neste caso com a constituição de novos lares, embora se possa também pensar na coabitação de casais, mormente filhos casados a viverem com os pais, mas que sabemos que tanto nos Açores como na generalidade do país, ou de outros países, não são preponderantes nesta como em outras épocas, nomeadamente nas Idades Moderna e Contemporânea.

Na década de oitenta, as variáveis microdemográficas têm não só valores muito diferentes como evoluções igualmente distintas das observadas no período anteriormente referido. No início dos anos noventa, a natalidade e a mortalidade registam quantitativos baixos, com Taxas Brutas para a globalidade do arquipélago da ordem dos 16‰ e 11‰, respectivamente, o que faz com que o movimento natural também seja bastante menor, com valores negativos em algumas ilhas, como é o caso da Graciosa, do Pico e das Flores entre 1981 e 1991 ¹⁰.

A mobilidade é superior à verificada nos anos quarenta e cinquenta, não obstante o acentuado declínio da emigração, principalmente se compararmos com os valores registados durante as décadas de sessenta e setenta, de um modo particular entre 1965 e 1975.

Temos, pois, neste último período, uma população que diminui e que envelhece. Apesar de actualmente ser bastante reduzido o número de celibatários e a nupcialidade ser mais intensa do que em períodos anteriores, apresentando-se relativamente estável e até com uma certa diminuição nos últimos anos da década de oitenta, ela já não interfere, como acontecia no passado, no aumento da fecundidade. O recente decréscimo da população deve-se, assim, e preponderantemente, à evolução observada na natalidade, que apresenta neste último decénio um declínio muito significativo, como consequência de um controlo dos nascimentos no interior do casamento. Esta situação é já bastante visível mesmo na ilha de S. Miguel que, apesar de registar ainda um dos níveis de fecundidade mais elevados da região e do país, apresenta uma diminuição

bastante acentuada, particularmente desde meados dos anos oitenta, com um ritmo que faz antever um rápida igualização deste fenómeno no contexto nacional e europeu.

Sendo o decréscimo da natalidade uma das principais justificações para compreendermos o declínio e envelhecimento da população, não podemos esquecer também a tendência observada na mortalidade, cuja diminuição nos últimos anos é igualmente significativa.

Assim, se a evolução do volume da população parece perfeitamente justificada pelas alterações mais recentes que pudemos observar nas variáveis microdemográficas, já o aumento do número de famílias não nos surge tão claro. Pensamos, no entanto, que algumas das características anteriormente referidas, nos ajudam a perceber a tendência de aumento que verificámos nas famílias. Neste sentido, não podemos deixar de referir o aumento da nupcialidade, principalmente a verificada nos anos setenta e princípio de oitenta, que se não teve consequências relevantes nos níveis da natalidade, deve ter contribuído para a criação de novos agregados familiares. Por outro lado, não podemos também aqui negligenciar a diminuição da mortalidade que pensamos ter igualmente um efeito positivo no acréscimo no número de famílias, principalmente das mais idosas.

Para aprofundarmos um pouco mais as modificações respeitantes à família, ou mais concretamente, aos agregados familiares, iremos agora atender a alguns aspectos da sua dimensão e estrutura interna.

A importância da consideração do agregado familiar é, em nosso entender, extremamente relevante. Embora a família não se confine ao conjunto daqueles que residem em comum, parece-nos que não podem existir dúvidas quanto às relações que se estabelecem entre os vários membros que habitam a mesma casa. Ao longo dos tempos temos visto a importância que é dada a esta questão, nomeadamente na consideração da família nuclear, desde há muito preponderante, como da família extensa, que em alguns períodos mais recuados teve um papel significativo, isto independentemente das divergências existentes entre vários autores quanto ao peso de cada uma delas, nomeadamente nos períodos medieval e moderno.

Não é, obviamente, nossa intenção desenvolver aqui esta questão, tanto mais que nos iremos debruçar fundamentalmente sobre a realidade açoriana no ano de 1991, e em aspectos bastante restritos, como inicialmente afirmámos. Serve-nos, todavia, como ponto de reflexão para as diversas situações que iremos apresentar, onde pontificam a diversidade de características dos agregados familiares.

A dimensão das famílias açorianas apresenta-se bastante diferenciada ao longo destes últimos cinquenta anos, conforme se pode constatar no Quadro 4.

QUADRO 4 – EVOLUÇÃO DA DIMENSÃO DAS FAMÍLIAS NOS AÇORES (%)

1940, 1960, 1981, 1991							
N.º PESSOAS							
	1	2	3	4	5	6	7+
1940	5,8	14,1	17,7	17,0	14,7	11,4	19,2
1960	4,9	15,0	17,9	18,2	14,9	11,1	18,1
1981	10,9	20,9	18,5	17,2	12,3	8,3	12,0
1991	11,0	21,2	18,9	19,6	12,9	7,6	8,8

Entre 1940 e 1960 as diferenças são praticamente irrelevantes, com uma forte preponderância das famílias de grande dimensão, pois os quantitativos mais elevados respeitam aos agregados familiares com 7 e mais pessoas.

É no período de 1960 a 1981 que se dão as mudanças mais significativas, passando a ter maior importância relativa os agregados de menor dimensão, com particular relevo para aqueles que têm duas pessoas. Entre 1981 e 1991, acentua-se a tendência dos anos anteriores, sendo de salientar a diminuição observada nos agregados com maior número de elementos.

Com efeito, entre o princípio e o fim do período em questão, ou seja, ao longo de cinquenta anos, verifica-se uma alteração radical na importância relativa dos agregados de maior e de menor dimensão. Sublinhemos não só a situação das famílias com 7 e mais elementos, que passam do quantitativo mais elevado para o mais baixo, mas também das de 3 e 4 pessoas, que não obstante terem ainda um dos maiores pesos relativos, registam um valor que é inferior ao dos agregados com 2 pessoas, que em 1940 se apresentavam em penúltimo lugar.

Nos quadros seguintes iremos apresentar o peso relativo das famílias com 1, 2, 3 e 7 e mais pessoas, precisamente as que julgamos serem as mais representativas do que temos vindo a expor. Como tem acontecido ao longo deste trabalho os dados contemplam a situação por ilha, que especificam a situação anteriormente referida para a globalidade da Região, e onde podemos detectar também as desigualdades existentes no arquipélago.

No Quadro 5, respeitante à evolução do peso relativo dos agregados familiares com uma única pessoa, encontramos logo em 1940 uma grande heterogeneidade entre as várias ilhas, sendo de sublinhar os casos extremos observados em S. Miguel e Pico, com percentagens de 4.6% e 19.7%, respectivamente. A situação observada nesta última ilha – o Pico, surge-nos de facto excepcional, já que nas restantes os valores são iguais ou inferiores a 10%.

QUADRO 5 – EVOLUÇÃO DA IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS FAMÍLIAS COM UMA PESSOA, NOS AÇORES, POR ILHA 1940, 1960, 1981 e 1991

	1940	1960	1981	1991
AÇORES	5,8	4,9	10,9	11,0
SMA	7,0	5,5	14,1	11,2
SMG	4,6	3,7	9,5	9,9
TER	6,2	4,5	10,0	11,0
GRA	10,3	9,0	14,4	16,8
S. JO	8,1	7,7	13,9	13,8
PIC	19,7	6,3	13,2	11,9
FAI	6,1	7,3	15,8	12,1
FLO	7,0	6,8	15,8	12,7
COR	7,3	4,3	8,3	11,5

Em 1960 existe uma maior homogeneidade entre as ilhas, sendo a importância relativa deste tipo de famílias bastante menor do que em 1940, apesar de S. Miguel registar igualmente um quantitativo significativamente menor do que as outras ilhas. Nos anos seguintes a principal alteração respeita ao aumento generalizado do peso

destes agregados familiares, embora continuemos a encontrar os valores mais baixos na ilha de S. Miguel, que numa óptica comparativa se apresenta relativamente distinta, não obstante se insira na evolução que é comum em todo o arquipélago.

Quanto às famílias com duas pessoas, que apresentamos no Quadro 6, constata-se que aumenta a sua importância ao longo do período em questão, e que as grandes mudanças se fazem entre 1960 e 1981, parecendo-nos que a desigualdade entre as ilhas é menor do que a observada nos agregados com uma pessoa que apresentámos no Quadro 5. Todavia, S. Miguel continua a diferenciar-se das restantes ilhas por ter percentagens mais baixas nas famílias de menor dimensão.

**QUADRO 6 – EVOLUÇÃO DA IMPORTÂNCIA RELATIVA
DAS FAMÍLIAS COM DUAS PESSOAS, NOS AÇORES, POR ILHA
1940, 1960, 1981 e 1991**

	1940	1960	1981	1991
AÇORES	14,1	15,0	20,9	21,2
SMA	15,8	13,8	22,6	25,0
SMG	12,7	12,5	17,4	17,9
TER	16,2	16,2	22,2	19,5
GRA	18,4	24,1	34,1	33,3
S. JO	15,2	15,8	24,9	24,6
PIC	14,4	17,1	26,3	25,7
FAI	14,4	19,7	27,0	22,7
FLO	13,2	19,4	27,0	26,5
COR	9,9	8,7	29,6	38,5

Atendendo aos quantitativos constantes no Quadro 7, respeitantes às famílias com três elementos, a tendência geral é para um aumento da sua importância relativa ao longo do período considerado, embora com um ritmo de acréscimo bastante mais atenuado e uma ligeira diversidade entre as ilhas, principalmente se considerarmos os valores observados em S. Miguel, que continuam a ser comparativamente mais baixos do que nas restantes ilhas.

**QUADRO 7 – EVOLUÇÃO DA IMPORTÂNCIA RELATIVA
DAS FAMÍLIAS COM TRÊS PESSOAS, NOS AÇORES, POR ILHA
1940, 1960, 1981 e 1991**

	1940	1960	1981	1991
AÇORES	17,7	17,9	18,5	18,9
SMA	15,8	17,1	19,5	20,1
SMG	16,8	14,7	16,7	16,5
TER	19,8	20,1	20,8	21,9
GRA	21,1	25,8	19,7	19,5
S. JO	16,6	19,3	20,0	21,2
PIC	18,0	21,7	20,1	20,4
FAI	18,0	21,0	22,1	20,5
FLO	16,6	22,9	22,1	20,2
COR	18,5	21,7	23,1	18,5

Se passarmos agora para os agregados familiares de maior dimensão, nomeadamente os que têm 7 e mais pessoas, a tendência é obviamente inversa, com um declínio relativamente acentuado entre 1940 e 1991, particularmente visível a partir da década de sessenta. Se desde o ano inicial – 1940 – S. Miguel regista a percentagem mais elevada, a sua singularidade tem vindo a acentuar-se, pois é sem qualquer dúvida, e não obstante a forte diminuição que também nela se verifica, a ilha onde as famílias numerosas são ainda bastante significativas.

QUADRO 8 – EVOLUÇÃO DA IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS FAMÍLIAS COM SETE PESSOAS OU MAIS, NOS AÇORES, POR ILHA 1940, 1960, 1981 e 1991

	1940	1960	1981	1991
AÇORES	19,2	18,1	12,0	8,8
SMA	21,0	17,8	10,4	5,0
SMG	21,8	23,8	16,3	13,1
TER	15,3	13,8	8,2	4,5
GRA	11,8	5,3	4,7	2,2
S. JO	18,9	17,2	8,7	5,5
PIC	17,1	11,9	6,8	5,5
FAI	17,1	11,4	5,4	5,6
FLO	22,7	8,8	5,4	5,2
COR	19,9	1,9	6,5	2,3

Aprofundando um pouco mais esta problemática, iremos abandonar a visão diacrónica e situarmo-nos na estrutura interna das famílias das várias ilhas na actualidade – 1991 – tendo em conta as variáveis idade e sexo, sempre privilegiadas nos estudos de âmbito demográfico.

No que respeita à idade, começamos por atender à classificação que apresentamos no Quadro 9, que relaciona esta variável com a dimensão familiar que analisamos anteriormente. Como dissemos no início, iremos atender prioritariamente à situação global dos Açores, não obstante a apresentação dos quantitativos das várias ilhas, que só pontualmente serão referenciadas.

QUADRO 9 – IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS FAMÍLIAS POR CARACTERÍSTICAS ETÁRIAS NOS AÇORES, POR ILHA EM 1991.

	1 adulto	1 adulto + criança	2 adultos	2 adultos + criança	3 adultos	3 adultos + criança
AÇORES	11,0	0,9	20,8	24,4	19,8	23,1
S. MA	11,2	1,0	24,6	28,2	16,5	18,6
S. MG	9,9	0,9	17,5	25,5	18,7	27,5
TER	11,0	1,3	22,4	25,9	20,8	18,8
GRA	16,8	0,2	33,1	21,3	16,6	12,0
S. JO	13,8	1,1	24,0	21,3	20,4	19,4
PIC	11,9	0,5	25,3	18,6	23,4	20,4
FAI	12,1	0,7	22,3	21,7	21,4	21,8
FLO	12,7	0,6	25,8	17,9	22,3	20,6

São preponderantes as famílias com dois adultos e crianças, que julgamos corresponderem às famílias nucleares clássicas, com pai, mãe e filhos. No entanto, a sua importância quantitativa não difere muito das que têm no seu seio: três adultos com crianças; dois adultos e três adultos. Nestes últimos casos podemos pensar que estamos fundamentalmente perante agregados familiares com as seguintes características: três adultos com crianças, ou seja, pai, mãe, filhos e um avô ou avó; dois adultos, marido e mulher; três adultos, pai, mãe e filho ou filha ou marido e mulher e um dos progenitores.

Assim, e sabendo que muitas outras situações existem, podemos pensar que os casos que especificamos são os preponderantes em cada uma das classificações.

O entendimento que se tem da problemática familiar, em que se privilegia família nuclear clássica – nomeadamente as relações que se estabelecem entre os vários elementos, quer se atenda ao casal e ao papel que cada um desempenha nos diferentes aspectos da vida quotidiana, quer entre estes e os filhos, mormente na sua educação, disponibilidade que lhes deve ser dispensada ou a participação dos filhos na resolução dos problemas domésticos – são, em nosso entender, manifestamente insuficientes, mesmo que nos cinjamos àqueles que por viverem debaixo do mesmo tecto, têm forçosamente um grau de convivência que não se limita às relações de parentesco.

As características estruturais do agregado familiar conduzem-nos, como vimos, a situações perfeitamente distintas, com necessidades materiais e afectivas que não são perfeitamente idênticas entre si e, na nossa perspectiva, têm de ser contempladas, porque elas são uma realidade efectiva que não pode ser ignorada nem sequer minimizada.

Estes razões atingem também uma grande acuidade se consideramos os agregados que têm uma única pessoa, que apesar de registarem uma percentagem menor do que os acima referidos, representam um número relativamente elevado, da ordem dos 11% se atendermos à globalidade da Região.

É relativamente a estes que iremos desenvolver um pouco a nossa abordagem, especificando as suas características por sexo e grupos de idade, neste caso com base na classificação demográfica que distingue a população Activa da população Idosa (Velha).

QUADRO 10 – IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS FAMÍLIAS COM UM ADULTO, POR SEXO, NAS VÁRIAS ILHAS DOS AÇORES EM 1991.

	H	M
AÇORES	3,9	7,1
SMA	4,5	6,7
SMG	2,9	7,0
TER	4,1	6,9
GRA	6,1	6,2
S. JO	7,0	6,9
PIC	5,0	6,8
FAI	4,5	2,1
FLO	5,7	6,9
COR	7,7	3,9

Se considerarmos uma repartição por sexo, e tendo em conta a globalidade das famílias, verifica-se que são as mulheres que registam na maioria das ilhas os valores mais elevados. Sublinhamos o caso de S. Miguel onde a desigualdade entre os sexos é manifesta.

Se atendermos aos dois grandes grupos de idade, cujos quantitativos constam no Quadro 11, verifica-se que preponderam as pessoas com 65 e mais anos.

QUADRO 11 – DISTRIBUIÇÕES POR NÍVEIS ETÁRIOS DAS FAMÍLIAS COM UM ADULTO, NAS VÁRIAS ILHAS DOS AÇORES EM 1991.

	15-65 Anos	65+ Anos
AÇORES	42,2	57,4
SMA	54,1	45,9
SMG	39,7	60,3
TER	48,0	52,0
GRA	34,2	65,8
S. JO	50,1	49,9
PIC	37,5	62,5
FAI	40,4	59,6
FLO	40,2	59,8
COR	80,0	20,0

Se no interior deste grupo fizermos interferir a variável sexo, a desigualdade é ainda mais acentuada do que a que verificámos para a globalidade dos agregados familiares com um única pessoa. São, pois, as mulheres idosas as principais representantes deste tipo de famílias. São fundamentalmente elas que vivem sós.

QUADRO 12 – IMPORTÂNCIA RELATIVA DOS QUE TÊM MAIS DE 65 ANOS EM CADA UM DOS SEXOS NOS AÇORES, POR ILHA EM 1991.

	H %	M %
AÇORES	40,6	66,7
SMA	26,7	63,3
SMG	43,7	67,2
TER	36,7	61,3
GRA	41,8	79,6
S. JO	34,4	65,6
PIC	50,0	72,0
FAI	43,0	69,4
FLO	43,2	73,3
COR	20,0	20,0

A análise das famílias com um e dois adultos, por grandes grupos de idade, que apresentamos no Quadro 13, permitem-nos conhecer um pouco melhor a realidade dos idosos, pois no caso de dois adultos são também os mais velhos que são preponderantes.

Se somarmos as duas colunas dos grupos que têm 65 e mais anos, os quantitativos são consequentemente mais elevados, e não muito distintos dos que observamos para os outros agregados familiares.

**QUADRO 13 – IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS FAMÍLIAS SEM CRIANÇAS
POR NÍVEIS ETÁRIOS, NAS VÁRIAS ILHAS DOS AÇORES, EM 1991.**

	1 Adulto		2 Adultos*		1 e 2 Adultos com + 65 an.
	15-64	65 +	15-64	65 +	
AÇORES	4,7	6,3	9,7	11,1	17,4
SMA	6,1	5,2	13,6	11,0	16,2
SMG	3,9	6,0	7,9	9,6	15,6
TER	5,3	5,7	11,1	11,3	17,0
GRA	5,7	11,0	13,6	19,5	30,5
S. JO	6,9	6,9	11,3	12,8	19,7
PIC	4,4	7,4	11,3	14,0	21,4
FAI	4,6	6,8	9,5	11,7	18,5
FLO	5,1	7,6	10,6	15,3	22,9
COR	9,2	2,3	12,3	25,4	27,7

Ainda que possam existir diferenças relevantes entre a vida dos idosos que vivem sós e aqueles que vivem com o cônjuge, são realidades bem diferentes daquelas que correspondem aos casais com filhos, designadamente os mais jovens com crianças.

Sabemos que não abarcamos todas as situações, nem mesmo numa óptica estritamente demográfica. Parece-nos, contudo, que podemos detectar famílias com características particulares que requerem um entendimento e, porventura, uma política e consequentes meios de acção próprios.

Assim, além da família nuclear clássica, com marido, mulher e filhos, estes já em número reduzido, temos de atender às famílias monoparentais, onde preponderam os idosos; às dos casais sem filhos ou cujos filhos já não residem com os pais, e onde os mais idosos têm também uma importância numérica mais acentuada; às famílias onde coabitam três gerações, cuja especificidade não pode ser ignorada, pois o relacionamento entre os vários membros deve ser mais complexo, e até aqueles agregados onde existe um adulto com uma criança, que apesar do seu diminuto valor percentual no conjunto dos agregados familiares, apresentam concerteza uma singularidade vivencial que requer um entendimento particular.

Sem qualquer pretensão de análise dos vários tipos de famílias acima pontuados, que sai dos objectivos deste trabalho, não queremos deixar de sublinhar alguns dos aspectos que reputamos fundamentais e que podem servir como ponto de partida para outros estudos e consequentes políticas familiares.

Na primeira situação – casal com filhos menores, relevamos as alterações consequentes à entrada da mulher no mercado de trabalho, que nos últimos anos tem vindo a aumentar substancialmente nos Açores. Esta realidade, que regista ainda uma tendência de acréscimo, só encontra alguns obstáculos no aumento do desemprego

que se tem vindo a verificar nos últimos anos, também na Região, e que atinge de um modo muito particular o sexo feminino, nomeadamente as mais jovens, na busca do primeiro emprego.

Neste sentido, alteram-se o quotidiano e os valores dos vários membros das famílias. O papel do homem e da mulher nas tarefas domésticas diárias, o relacionamento entre o casal e fundamentalmente entre estes e os filhos, onde um dos factores dominantes é a falta de disponibilidade, tanto mais importante quando se vive épocas de transição, que obrigam uma maior atenção de modo a que se possa compreender as alterações operadas com vista a uma adaptação e adequação de comportamentos.

A situação acima referida pode se tornar ainda mais complexa se passarmos agora para um outro tipo de agregado familiar onde coabitam três gerações. Aqui a diversidade é ainda maior e muito dependente das características do idoso e seu grau de dependência. Aos benefícios de natureza afectiva e de memória familiar, não se pode deixar de acrescentar a maior complexidade das relações, tanto mais acentuadas quando se vive períodos de transição, de modos de vida e de valores, como é o caso dos Açores nos últimos anos. Esta é visível tanto no meio rural como no urbano, cada vez mais homogeneizados, numa época onde a geografia é, em grande parte, substituída pela comunicação.

Quanto ao que vivem sós, particularmente os idosos, que vimos serem preponderantes, sublinhamos a situação dos de idade mais avançada ou com um maior grau de dependência e que necessitam de um apoio não só afectivo como material, que substitua as respectivas incapacidades. Atendendo ao caso das mulheres, que são em maior número, não podemos negligenciar que a grande maioria nunca teve qualquer actividade profissional, tendo dedicado grande parte da sua vida à casa e à família. É, pois, natural que sejam maiores as suas limitações materiais e psicológicas, de adaptação a um mundo que se tornou substancialmente diferente.

Nos casais idosos, cremos que de um modo geral a situação pode ser menos grave, mas está igualmente associada ao grau de dependência de um ou de ambos os membros.

Por fim, a situação de um adulto com uma criança, consequência de viuvez, divórcio ou separação, que ao sobrecarregar o adulto com todas as tarefas familiares, pode torná-lo menos disponível para a resolução de uma ruptura que deve ter tido consequências materiais e psicológicas que se estendem igualmente aos filhos.

Sendo este último caso pouco frequente, na medida em que o divórcio e a separação são ainda bastante reduzidos nos Açores, verificámos que ele apresenta uma tendência crescente na última década, o que faz antever um aumento relativamente significativo destes agregados familiares nos próximos anos ¹¹.

A evolução das variáveis demográficas, económicas, sociais e culturais, que conduziram às situações anteriormente referidos, fazem-nos prospectivar um futuro ainda mais diverso e complexo que urge aprofundar.

NOTAS

1. Comunicação apresentada no Seminário "A família no processo de desenvolvimento", realização da Câmara Municipal da Povoação, Povoação, Janeiro de 1995, com algumas alterações.
2. Professora Associada do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores.
3. cf entre outros Gilberta Pavão Nunes Rocha, *Dinâmica Populacional dos Açores no Sec XX – Unidade, Permanência e Diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1991; "Emigração e População Açoriana" in *Arquipélago, Série Ciências Sociais*, n.º 3-4, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1989; "A Transição Demográfica nos Açores" in *Arquipélago, Série Ciências Sociais*, n.º 5, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1990; Os Açores na viragem do Século – 1864-1930" in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990.
4. cf Gilberta Pavão Nunes Rocha, *Dinâmica Populacional dos Açores no sec. XX...* op. cit.
5. cf. Gilberta Pavão Nunes Rocha, Vitor Luís Gaspar Rodrigues, "Contributo para o estudo da população dos Açores nos finais do séc. XVIII" in *Actas do III Colóquio Internacional de História do Atlântico*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1994; "A população dos Açores no ano de 1849" in *Arquipélago*, nº especial, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1983.
6. cf. J. Manuel Nazareth, *O Envelhecimento da População Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1979.
7. cf. Gilberta Pavão Nunes Rocha, *Dinâmica Populacional dos Açores ...*op. cit.
8. cf. idem.
9. cf. Gilberta Pavão Nunes Rocha, "Estruturas Demográficas das Ilhas Portuguesas através dos Censos" in *Arquipélago, Série Ciências Sociais*, n.º 6, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1991; "A Sociedade Açoriana – uma perspectiva quantitativa da sua evolução (1864-1940)", in *Revista da Associação Portuguesa de Professores de História*, (no prelo); *Dinâmica Populacional ...*, op cit.
10. cf. Gilberta Pavão Nunes Rocha, Octávio H. Ribeiro de Medeiros, *Diagnóstico Sócio-Económico da Região Autónoma dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto de Acção Social (no prelo) * Pelo menos um adulto com mais de 65 anos.
11. idem.

A POPULAÇÃO PORTUGUESA NA IDADE MÉDIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Henrique David
Universidade do Porto

Este texto tem como objectivo único referenciar os trabalhos em que são avançados quantitativos, totais ou parciais, sobre a população portuguesa na Idade Média.

A primeira fonte a ser utilizada com esse objectivo foi o *rol dos besteiros do conto*, datável de 1421-1422 ¹. Rebello da Silva propôs um valor ligeiramente superior a um milhão de habitantes para a população portuguesa ², para tal socorreu-se da relação estabelecida por Soares de Barros, entre o número de besteiros e o de habitantes de Lisboa e Porto [1:212,5] ³.

A proposta de Rebello da Silva foi criticada por Gama Barros ⁴ e por Costa Lobo ⁵, nomeadamente no que diz respeito à arbitrariedade do cálculo de um coeficiente multiplicador. Pese toda a polémica, este valor é aceite por Lúcio de Azevedo ⁶ e por Oliveira Marques ⁷.

No que diz respeito a este tipo de fontes há ainda a referir um outro arrolamento de besteiros, que no entanto só oferece informação para uma zona que compreende parte do Ribatejo e da Beira Litoral, e que é datável entre 1260 e 1279 ⁸. Este rol foi utilizado por Oliveira Marques, juntamente com a listagem dos tabeliães existentes no Reino (com exclusão do Algarve) em 1287-1290 (documentos publicados em apêndice), para apresentar conclusões sobre a distribuição relativa da população pelo território e a importância comercial e industrial dos respectivos centros, sem, no entanto, estabelecer quantitativos populacionais ⁹.

Outras fontes utilizadas pelos investigadores foram as Inquirições. Dado que este tipo de informação não é extensivo a todo o território, ele só pode ser trabalhado por regiões. Assim sendo, Avelino de Jesus da Costa explorou minuciosamente as Inquirições de 1220 e 1258, conjuntamente com os censuais de Braga e Guimarães, propondo um número de 108970 habitantes nos 21794 fogos do território compreendido entre Lima e Ave e entre Ave e Vizela ¹⁰. Para tal atribuiu o número de cinco habitantes por fogo, “por ser a conclusão a que chegou Ferdinand Lot para os meios rurais da França no séc. XIV” ¹¹. Esta relação entre número de habitantes e fogos é outro problema de muito difícil resolução, quer pela ausência de fontes que a tal nos habilitem, quer pela sua quase certa variação no tempo e no espaço.

Outras duas conclusões foram aduzidas por Avelino de Jesus da Costa: que a população do território abrangido pelos censuais de Braga e Guimarães se manteve praticamente estacionária desde meados do séc. XI a meados do séc. XIII ¹²; e que no Minho (e talvez em todo o Reino) a população rural continuou estável nos três séculos decorridos entre 1220-1258 e 1527-1531 ¹³.

Estas fontes foram tratadas por Maria Helena da Cruz Coelho para o estudo da população da região de Guimarães ¹⁴ e da Terra da Nóbrega ¹⁵, tendo a autora optado pelo mesmo coeficiente de conversão de fogos em habitantes. São ainda apresentados

dados sobre o número de fogos por freguesia e avançados valores de densidade populacional.

Partindo da análise das Inquirições de 1258, José Mattoso, Luís Krus e Amélia Aguiar Andrade, propõem um total de 1980 habitantes (396 casais, atribuindo o índice 5 para o número de moradores por casal), a que corresponderia uma média de 30 habitantes por Km² para o espaço actualmente ocupado pelo concelho de Paços de Ferreira ¹⁶.

Estes mesmos autores, estudando as Inquirições do séc. XIII para a Terra de Santa Maria, dão-nos informações sobre a distribuição espacial da população, número de povoados, valores médios das áreas das freguesias e, ainda, da densidade populacional, partindo de uma relação estabelecida com os valores obtidos para Paços de Ferreira ¹⁷.

Trabalhando sobre a Arquidiocese de Braga no século XV, José Marques deu-nos a conhecer fontes documentais eclesiásticas, bracarenses que permitiram um conhecimento do número de vizinhos de Braga e seu termo em 1477, 1493, 1506 e 1514 ¹⁸. Este autor aproveitou para precisar melhor a afirmação de Avelino de Jesus da Costa acerca do estacionamento da população rural no período compreendido entre 1220-1258 e 1527-1531. Antes do mais, porque teria havido grandes alterações no cômputo geral da população, nomeadamente no período a seguir à Peste Negra e à peste de 1361 ¹⁹, fixando "em meados do século XV o início da recuperação na sede do arcebispado" ²⁰; depois, porque, "em 1527-1531 ainda se não tinha atingido o nível demográfico dos meados do século XIII", em parte devido à crise intercalar de 1506-1514 ²¹.

O Numeramento da Beira Interior de 1496, inquérito mandado fazer por D. Manuel e que abrangeu a correição e comarca de Castelo Branco, Guarda e Pinhel, foi inicialmente apreciado por Virgínia Rau, ao mesmo tempo que analisou quer a relação entre fogo, morador e vizinho, quer o coeficiente habitante/ fogo, chamando a atenção para as múltiplas razões que conduzem a um "valor problemático" para este último ²².

Anos volvidos, João José Alves Dias estudou minuciosamente este Numeramento, apresentando, para a Beira Interior, uma população compreendida entre 56991 e 81415 habitantes (resultantes da multiplicação dos 16283 fogos pelo factor 3,5 ou 5, respectivamente) ²³.

José Mattoso, para além de analisar os diversos ritmos de crescimento da população entre finais do século XI e o primeiro quartel do século XIV, apresenta uma estimativa da população portuguesa (com excepção do Algarve), na segunda metade do século XIII ²⁴. Para tal, tomou como ponto de partida os 108970 habitantes propostos por Avelino de Jesus da Costa para a região entre Lima e Vizela ²⁵; daí "previu" uma população de 120000 habitantes para o Entre Douro e Lima (excluída a diocese do Porto), o que dividindo pela área de 3000 km² ²⁶ deu para densidade populacional dessa região 40 hab./km². Em seguida, por uma relação de proporcionalidade entre o número de km² que corresponderiam, em cada região, a um tabelião (do numeramento de tabeliões de 1287-1290) ²⁷ e a densidade populacional, tendo como base o Entre Douro e Lima, calculou as densidades populacionais para as outras regiões. Por fim, multiplicando cada uma das densidades populacionais pelas respectivas áreas propôs as populações. Diz o autor: "Os quase 700 000 habitantes aqui encontrados, representam, decerto, um quantitativo inferior à população real, mas as densidades apontadas poderão considerar-se uma ordem de grandeza verosímil, em termos comparativos" ²⁸.

Pese embora as dificuldades apresentadas, nomeadamente o número de isentos que, por diversas razões, possam escapar aos levantamentos, as fontes de natureza fiscal são das mais úteis neste tipo de investigação, o que levou diversos investigadores

a debruçarem-se sobre elas. O número de vizinhos de Arruda dos Vinhos em 1369-1371, bem como a sua estratificação económico-social, é-nos dado a conhecer por A. H. de Oliveira Marques; partiu de um mandato de D. Fernando que tinha como objectivo conseguir os fundos e a mão-de-obra necessários para a construção das muralhas da cidade de Lisboa ²⁹.

Ao estudarem o "Livro da Abertura da Rua Nova", que nos dá a conhecer aqueles que contribuíram para tal obra, Luís Carlos Amaral e Luís Miguel Duarte propõem "como hipótese, para ser discutida, ...que os estratos de camponeses médios e pobres, de mesteirais e de outras profissões modestas no termo do Porto em 1438-1440 deviam situar-se entre 20 000 e 25 000 almas" ³⁰.

Analisando a estratificação económico-demográfica do concelho de Loulé em 1505, João José Alves Dias proporciona-nos dados sobre o número de fogos existentes na vila de Loulé e na freguesia de Salir ³¹.

Ana Maria Rodrigues calculou o número de chefes de família de Torres Vedras em 1381, a partir de uma finta lançada sobre os moradores desta vila, e comparou os resultados obtidos com os de 1309, resultantes de uma inquirição mandada realizar pelo bispo de Lisboa a todas as unidades de produção agrícola da vila e do seu termo. Informações de índole sócio-económica complementam este trabalho ³².

O número de vizinhos de Alenquer, em finais do século XV, bem como a sua estratificação social, é-nos avançado por Vitorino Magalhães Godinho ³³.

Embora feita com intuítos eminentemente económicos, a análise, da autoria de Iria Gonçalves, do empréstimo concedido a D. Afonso V nos anos de 1475 e 1476 pelo almoxarifado de Évora, destinado às lutas que então se travavam com Castela, fornece-nos dados quantitativos sobre os diversos estratos da população eborense ³⁴.

A vila de Ponte de Lima teria, por volta de 1412, pelo menos quatro centenas de fogos, segundo Amélia Aguiar Andrade ³⁵.

A falta de documentação que possibilite uma avaliação, com um mínimo de segurança, do número de habitantes, levou alguns investigadores a avançarem com valores que não passam de meras propostas. Estão entre estas as apresentadas por Rita Costa Gomes para a Guarda, ao afirmar que a cidade do século XIV "talvez chegasse apenas, em previsão pessimista, aos 1000 habitantes", ou que "poder-se-á admitir a existência, no final do século XIV, de cerca de 1200 habitantes" ³⁶; e por Armindo de Sousa para a cidade do Porto: "creio realista afirmar que em todo o período deste capítulo, 1114-1495, a cidade do Porto nunca ultrapassou a cifra de 4000 habitantes" ³⁷.

Não queremos terminar estas breves notas bibliográficas sem deixar de referir que o cálculo da população portuguesa na Idade Média é tarefa de grande dificuldade. Até 1527, altura em que se realiza o primeiro numeramento geral, apenas se conhecem duas fontes que abrangem todo o País – a lista das igrejas de 1320-1321 e o rol dos besteiros do conto de 1421-1422.

Ora estas fontes, embora ofereçam dados inestimáveis sobre a distribuição da população pelo território ou das suas variações ao longo da Idade Média, de que são exemplo os trabalhos de A. H. de Oliveira Marques já citados, apresentam a dificuldade de cálculo de um coeficiente multiplicador que possibilite a sua conversão em número de habitantes.

As outras fontes – róis de besteiros, arrolamento de tabeliães, inquirições, censuais – para além de parciais, no que se refere ao território abrangido, apresentam problemas

semelhantes. Pensamos, no entanto, que a conjugação da informação das inquirições, censuais e outras fontes eclesiásticas poderá ser das mais produtivas, como demonstram os trabalhos de Avelino de Jesus da Costa, José Marques e Maria Helena da Cruz Coelho.

Por fim, uma última referência às fontes de tipo fiscal. Dado que eram (juntamente com as inquirições) as que implicavam um mais rigoroso levantamento do número de fogos, são do maior valor para o conhecimento das populações medievais. Tal como diz M.-A. Arnould: “os levantamentos de fogos são por excelência as fontes da história demográfica dos meios rurais da Baixa Idade Média”³⁸. Ora, no que diz respeito a Portugal, as que até hoje são conhecidas e foram objecto de estudo, não só dizem respeito a zonas do território muito limitadas, como a épocas muito diversas.

NOTAS

* Muito agradecemos à Prof.^a Doutora Maria Helena da Cruz Coelho as suas sugestões para este trabalho.

1. SOUSA, António Caetano de – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2^a ed., tomo III, I Parte, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, 1948, pp. 451-455 (1^a ed., 1743)
2. SILVA, L. A. Rebelo da – *Memoria sobre a População e a Agricultura de Portugal desde a Fundação da Monarchia até 1865. Parte I (De 1097-1640)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, pp. 42-72.
3. BARROS, Jozê Joaquim Soares de – *Memoria sobre as cauzas da diferente população de Portugal em diversos tempos da Monarquia*, in “Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa”, Lisboa, tomo I, 1789, pp. 123-151.
4. BARROS, Henrique da Gama – *Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV*, tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1896, pp. 244 e 307.
5. LOBO, A. de Sousa Silva Costa – *Historia da Sociedade em Portugal no seculo XV*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903, Caps. I e II.
6. AZEVEDO, J. Lúcio de – *Organização Económica*, in “Historia de Portugal”, direcção de Damião Peres, vol. II, Barcelos, Portucalense Editora, 1929, p. 415.
7. MARQUES, A. H. de Oliveira – *A População Portuguesa nos Fins do Século XIII*, in “Ensaio de História Medieval Portuguesa”, 2^a ed., Lisboa, Editorial Vega, 1980, p. 54 (1^a ed., 1958).
8. Referido por Rebelo da Silva (*op. cit.*, p. 43) e publicado por Gama Barros (*op. cit.*, p. 233).
9. MARQUES, A. H. de Oliveira – *op. cit.*, pp. 51-92.
10. COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, Separata da Revista “Biblos”, XXIII, vol. I, Coimbra, 1959, pp. 207-237.
11. IDEM, *op. cit.*, p. 231.
12. IDEM, *op. cit.*, p. 233.
13. IDEM, *op. cit.*, p. 225.
14. COELHO, Maria Helena da Cruz – *A população e a propriedade na região de Guimarães durante o século XIII*, in “Homens, Espaços e Poderes (séculos XI-XVI) I – Notas do viver social”, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 139-169 (1^a ed., 1979).
15. COELHO, Maria Helena da Cruz – *A Terra e os homens da Nóbrega no século XIII*, in “Homens, Espaços e Poderes (séculos XI-XVI), I – Notas do viver social” Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 170-198.

16. MATTOSO, JOSÉ; KRUS, LUÍS; ANDRADE, Amélia AGUIAR - Paços de Ferreira na Idade Média: Uma sociedade e uma economia agrárias, s/l, s/e, p. 182 (Separata de Paços de Ferreira - Estudos Monográficos).
17. MATTOSO, JOSÉ; KRUS, LUÍS; ANDRADE, Amélia AGUIAR - O castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII, Lisboa, Editorial Estampa, 1989, pp. 71-76.
18. MARQUES, José – A Arquidiocese de Braga no séc. XV, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp. 267-317.
19. Sobre este assunto, ver, nomeadamente: GONÇALVES, Iria Vicente – Consequências demográficas da Peste Negra, in "Actas do Congresso Histórico de Portugal Medieval", tomo I, nº especial da Revista "Bracara Augusta", vol. XIV-XV (Janeiro - Dezembro 1963), pp. 214-220; MARQUES, A. H. de Oliveira – Demografia – Na Idade Média, in "Dicionário de História de Portugal", direcção de Joel Serrão, vol. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, pp. 795-796; IDEM - Portugal na crise dos séculos XIV e XV (vol. IV da "Nova História de Portugal", direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Editorial Presença, 1986, pp. 15-46; COELHO, Maria Helena da Cruz - O Baixo Mondego nos finais da Idade Média (Estudo de História Rural), vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras, 1983, pp. 69-81, no qual são apresentados dados quantitativos sobre terras abandonadas, bem como a sua localização geográfica.
20. MARQUES, José - op. cit., p. 291.
21. IDEM, op. cit., p. 307.
22. RAU, Virgínia – Para a história da população portuguesa dos séculos XV e XVI (resultados e problemas de métodos), in "Estudos de História Medieval", Lisboa, Editorial Presença, 1985, pp. 96-127 (1ª ed., 1965)
23. DIAS, João José Alves – A Beira Interior em 1496 (Sociedade, Administração e Demografia), in "Arquipélago", Revista da Universidade dos Açores, Série Ciências Humanas, nº IV (Janeiro 1982), pp. 95-193.
24. MATTOSO, José – Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325. Vol II – Composição, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, pp. 15-28.
25. COSTA, Avelino de Jesus da – op. cit., p. 231.
26. MARQUES, A. H. de Oliveira – A População Portuguesa..., p. 69.
27. IDEM, op. cit., p. 69.
28. MATTOSO, José – op. cit., p. 18.
29. MARQUES, A. H. de Oliveira – Estratificação Económico-Social de uma Vila Portuguesa da Idade Média, in "Ensaio de História Medieval Portuguesa", 2ª ed., Lisboa, Editorial Vega, 1980, pp. 121-133 (1ª ed., 1963).
30. AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel – Os homens que pagaram a Rua Nova (Fiscalidade, Sociedade e Ordenamento Territorial no Porto Quatrocentista), in "Revista de História", Centro de História da Universidade do Porto, vol. VI, Porto, 1985, pp. 7-96.
31. DIAS, João José Alves – Estratificação económico-demográfica do concelho de Loulé em 1505, in "História & Crítica", nº 13 (Junho 1986), pp. 59-64.
32. RODRIGUES, Ana Maria – A População de Torres Vedras em 1381, in "Revista de História Económica e Social", nº 25 (Janeiro-Abril 1989), pp. 15-46.
33. GODINHO, Vitorino Magalhães – Complexo Histórico-Geográfico, in "Dicionário de História de Portugal", direcção de Joel Serrão, vol. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 646.
34. GONÇALVES, Iria – O empréstimo concedido a D. Afonso V nos anos de 1475 e 1476 pelo almoxarifado de Évora, "Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal", nº 30, Lisboa, 1964 (estudo publicado em "Ciência e Técnica Fiscal", n.ºs 68-69, Agosto-Setembro 1964).
35. ANDRADE, Amélia Aguiar – Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 149.
36. GOMES, Rita Costa – A Guarda Medieval 1200-1500, "Cadernos da Revista de História Económica e Social", n.ºs 9-10, Lisboa, 1987, pp. 103-104.
37. SOUSA, Armindo de – Tempos Medievais, in "História do Porto", direcção de Luís A. de Oliveira Ramos, Porto, Porto Editora, 1994, p. 193.
38. ARNOULD, M.A. – Les relevés de feux (fasc. 18 da "Typologie des Sources du Moyen Âge Occidental", direcção de L. Genicot), Turnhout (Bélgica), Éditions Brepols, 1976, p. 79.

RECONSTITUIÇÃO DE PARÓQUIAS

Uma proposta de diálogo entre historiadores e demógrafos

Maria Norberta Amorim
Universidade do Minho

“El método de reconstitución de las familias, que forma la entraña de la demografía histórica, ha sido concebido para el estudio de la fecundidad, no para el de la mortalidad (...). Así, las monografías parroquiales han renovado nuestro conocimiento de las actitudes y de los mecanismos reproductores de la especie, pero han añadido bien poco a lo que ya se sabía acerca de su extinción. (...) Las investigaciones individuales componen un rompecabezas de imposible ensamblamiento. Las monografías no han franqueado el acceso a la síntesis. Los árboles impiden ver el bosque”. Desta forma se exprimia Jordi Nadal em 1980 no Prólogo de *Las crisis de mortalidad en la España interior (siglos XVI-XIX)* de Vicente Pérez Moreda.

Passada mais de uma década, não repugna subscrever as palavras de Jordi Nadal. A *metodologia de reconstituição de famílias* de Fleury-Henry pode nestes últimos anos ter dado alguns frutos em termos de História da Família de Antigo Regime ou, mais geralmente, em História Social. No entanto, no que respeita à Demografia pré-censitária, não está preparada para permitir visões de síntese sobre populações partindo da análise aprofundada das variáveis reguladoras - nupcialidade, fecundidade, mobilidade e mortalidade. Se essas visões de síntese não são conseguidas, compreensivelmente, o historiador demógrafo pouco será levado a sério por aqueles que analisam censos de população de validade testada.

Os problemas com as fontes são determinantes. Não se dispendo de registo sistemático sobre a mobilidade geográfica, como se dispõe de registo de baptizados, casamentos ou óbitos, o estudo da mortalidade através da metodologia de reconstituição de famílias surge naturalmente comprometido, como comprometida estará, à partida, qualquer visão de conjunto que não passe por recurso a algum tipo de recenseamento.

A morosidade do processo de reconstituição de famílias pela metodologia de Henry e o seu custo acarretam ainda o frequente problema de falta de representatividade das observações. Trabalhando quase sempre sobre pequenas paróquias rurais o historiador demógrafo afasta-se claramente do seu colega que se debruça sobre grandes espaços geográficos, recorrendo aos modernos censos da população.

Torna-se difícil assim o diálogo entre especialistas que trabalham sobre população, uns dispendo de estatísticas já levantadas, outros tendo de as organizar de forma morosa a partir de cada acto vital. Diálogo que se torna ainda mais difícil mercê das diferentes formações académicas de uns e de outros. A sensibilidade para os números não é geralmente apanágio dos historiadores, mas são eles que manejam com à vontade a informação histórica. Sem crítica de fontes a Demografia Histórica, como qualquer outra disciplina histórica, perde naturalmente sentido.

Por outro lado, os demógrafos do contemporâneo não deixam de levantar questões para as quais não encontram respostas no espaço temporal em que se movimentam.

São as raízes dos comportamentos diferenciais, são as variáveis de difícil medida, como as variáveis culturais, que se lhes escapam. As vantagens científicas da aproximação entre demógrafos do passado e do presente parecem óbvias, mas será necessário que os primeiros trabalhem com metodologias que permitam uma aproximação aos segundos.

Nesse sentido proponho o tratamento dos registos vitais usando a metodologia de *reconstituição de paróquias*.

A **reconstituição de paróquias** é o passo, facilitado pela Informática, que se segue à reconstituição de famílias. Através da reconstituição de paróquias poder-se-á em maior aproximação não só estudar os fenómenos da Fecundidade e da Nupcialidade, mas também os da Mortalidade e Mobilidade, ao mesmo tempo que se oferece à análise social uma plataforma segura de inserção.

Reconstituir paróquias significa primeiro organizar os dados dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos em fichas de famílias e depois cruzar informações de forma a acompanhar, em encadeamento genealógico, a história de vida de cada residente, tenha ele nascido na paróquia, entrado nela pelo casamento ou simplesmente nela ter falecido. Por outras palavras, reconstituir paróquias é formar, em larga diacronia, uma "base de dados" com fichas biográficas de residentes em que se projecta marcar um início e um fim de observação, com as combinações possíveis entre nascimento ou imigração, por um lado, e falecimento ou emigração, por outro.

Embora as fontes que servem de base à reconstituição de paróquias sejam os registos de nascimentos, casamentos e óbitos em séries contínuas, a mobilidade é um fenómeno só indirectamente abordável por aqueles registos e, por isso, só o cruzamento de fontes diversas, permite marcar com maior precisão as ausências e as entradas dos migrantes. As fichas biográficas são facilmente abertas ao cruzamento de fontes, com dados quantitativos ou qualitativos, e a explorações multidisciplinares, podendo atingir-se diferentes níveis de apuramento de resultados em várias direcções de investigação.

A metodologia de reconstituição de paróquias deu os seus primeiros passos há cerca de duas décadas quando, pouco entrosada no ambiente académico, comecei a trabalhar sobre os registos vitais da paróquia transmontana de Rebordãos.

Virgínia Rau tinha trazido de França para o Centro de Estudos Históricos, anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no final dos anos cinquenta, um "plano de investigação demográfica", apoiado na metodologia Fleury-Henry, "para a recolha sistemática dos elementos fornecidos pelos livros de registos paroquiais de Lisboa durante o século XVIII, organizando um ficheiro dos assentos dos três tipos de registos: baptismos, casamentos e óbitos" ¹. Nenhuma indicação adiantava Virgínia Rau sobre o cruzamento dos ficheiros com vista à reconstituição de famílias. Os cerca de 9000 verbetes recolhidos por Maria da Lourdes Akola Neto para cobrir apenas um quarto de século da freguesia de Santa Catarina de Lisboa ² seriam de certo desmotivantes para o prosseguimento da tarefa mas, estou em crer, que o principal obstáculo residiu na difícil aplicabilidade da metodologia Fleury-Henry aos registos paroquiais portugueses.

Embora sem viabilidade de estudos de síntese, o trabalho de fichar actos de nascimentos, casamentos e óbitos e proceder em seguida aos consequentes estudos agregativos iria apresentar-se, durante bastante tempo, para os licenciandos dos cursos de História das Faculdades de Letras do País, como uma via interessante e relativamente segura para a obtenção do respectivo diploma. Particularmente na Faculdade de Letras de Coimbra mais de meia centena desses trabalhos foram elaborados antes de

1974, com escolha espontânea, sem plano de conjunto, mas que constituem hoje um património que é importante rentabilizar.

Como licencianda da Faculdade de Letras do Porto, em 1968/69, surgia-me igualmente, como opção, a recolha em fichas do movimento de nascimentos, casamentos e óbitos no espaço de algumas décadas de Antigo Regime. A residência em Bragança condicionou a escolha de Rebordãos e o isolamento permitiu a reflexão independente sobre a problemática da organização da informação recolhida.

Relendo agora o que em 1971 escrevi em **tentativa de um método**³, concluo que a actual reconstituição de paróquias não é mais do que o desenvolvimento dessa "tentativa" em ambiente informático.

De facto, os objectivos de base que foram defendidos em **Rebordãos** divergem de forma clara dos de Henry, condicionando uma forma diferente de organização da informação.

Parece-me oportuno fazer sobressair algumas partes mais significativas da *tentativa de um método* de 1971:

(...) Nós estudávamos no espaço de dois séculos uma pequena vila rural, em que todos se conhecem de modo profundo, e nós também, a dada altura, sentimos que se nos tornavam familiares esses casais que tinham filhos, que apadrinhavam outros, que serviam de testemunhas nos casamentos e, finalmente, viamos morrer, para acompanhar depois em idêntico ciclo os seus descendentes.

Fora de uma orientação que agora encontramos nos estudos de Louis Henry (Michel Fleury e Louis Henry, *Des registres paroissiaux à l'histoire de la population. Manuel de dépouillement de l'état civil ancien*, Paris, 1956), **começámos a vislumbrar um trabalho em que reuníramos em síntese todos esses dados dispersos, mas susceptíveis de adquirir um novo significado se relacionados em toda a sua dimensão.**

O primeiro passo já estava dado: a elaboração dos ficheiros dos baptizados, casamentos e óbitos e exploração simples dos seus dados.

Em que sentido poderíamos desenhar um segundo passo?

(...) **Chegámos à conclusão de que se conseguíssemos identificar o mais completamente possível as pessoas que morriam, teríamos ao nosso alcance um vasto campo de pesquisa.**

(...) **Para a reconstituição de famílias, as primeiras fichas simples que fomos utilizar foram as dos baptizados**, embora parecesse lógica uma utilização, em primeiro lugar, das fichas de casamento. (...) Assim, a partir da primeira ficha de baptizado, elaborámos a primeira ficha de família. Dividimos esta em duas partes principais: a da esquerda destinada aos pais e todas as indicações com estes relacionadas; a da direita, destinada aos filhos, com margem igualmente para as referências que a estes dizem respeito.

(...) No caso de filhos de pai incógnito elaborávamos outro ficheiro, agora segundo o nome da mãe.

As fichas que fomos utilizar seguidamente foram as dos casamentos.

(...) As fichas de óbito seriam as últimas a ser observadas.

(...) Deficiência do nosso trabalho é, certamente, o seu particularismo restrito a uma freguesia. Se fosse possível o levantamento completo das populações de uma área relativamente limitada que se detecta em parte pelo estudo dos casamentos, as nossas conclusões seriam mais precisas e rigorosas.

Como se verifica, em 1971, os objectivos da minha investigação apontavam numa linha diferente dos da metodologia francesa. Não era só a vida conjugal no passado moderno que interessava acompanhar de forma rigorosa. A meta a atingir seria o acompanhamento do indivíduo, ao longo de um percurso mais ou menos marcado por actos registáveis – chegar à biografia dos indivíduos, a partir da reconstituição das estruturas familiares.

Também em 1971 tinha inventariado as principais dificuldades de identificação nos registos portugueses e perspectivado o caminho difícil de apuramento da investigação.

Assim, em **Rebordãos**, comecei por passar para fichas de acto os assentos de nascimentos, casamentos e óbitos, em procedimento corrente para quem se dispõe a fazer um cuidado estudo agregativo desses fenómenos, mas o levantamento de dois séculos levou-me a vislumbrar as potencialidades do cruzamento dessas fontes.

Cheguei assim à **reconstituição de famílias** mas, diferentemente de Louis Henry, procedi primeiro ao cruzamento dos dados dos registos de baptizados antes de utilizar os registos de outro tipo – casamentos e óbitos.

Dado que a procriação é um fenómeno renovável, tratei primeiro de ordenar em uma só ficha os nascimentos sucessivos em cada família, recolhendo para cada um dos seus membros as informações pertinentes dos sucessivos assentos. Esta divergência em relação ao “método francês” que utiliza primeiro os casamentos no cruzamento de dados, tem uma lógica evidente e algumas vantagens. A questão prática de organizar as fichas de família (que não incluem “campos” para o cálculo estatístico da fecundidade) em folhas brancas ligadas em cadernos amovíveis, alfabetados e de fácil manejo, seriados em função do nome próprio do chefe, não será uma questão menor quando se lida com dezenas de milhar de actos. No entanto, a questão prática não é a mais saliente. Se temos por objectivo o estudo dos comportamentos demográficos dos indivíduos que viveram num zona determinada em determinado período, a forma de o conseguir é estudar sistematicamente todas as “entradas iniciais” e “saídas definitivas”, com os eventos registáveis intermédios. A entrada mais natural de um indivíduo numa paróquia é o nascimento e esse nascimento tanto pode verificar-se em famílias legítimas como ilegítimas, em famílias que realizaram o seu casamento na zona em observação ou fora dela, sendo o casamento um acto marcadamente social. Numa ordem lógica de organização de dados devem ser, quanto a mim, os registos de baptizados os primeiros a ser tratados, pesem embora eventuais indefinições que só o cruzamento posterior com outro tipo de registos poderá resolver.

As fichas de acto de casamento foram depois, eventualmente, complementando as fichas de família em organização, permitindo datar o enlace e, pela referência à filiação dos nubentes, encontrar a data de nascimento destes, se naturais da paróquia. O ficheiro de actos de casamento, ele próprio, no caso de **Rebordãos**, foi enriquecido pelo cruzamento com as fichas de família, com a inclusão da data de nascimento de cada cônjuge, se natural da paróquia, o que permitiu um estudo do fenómeno da Nupcialidade, particularmente da idade média ao primeiro casamento, com maior comodidade, sem recorrer posteriormente às fichas de família.

O cruzamento com os registos de óbitos foi de maior complexidade, apontando-se os principais problemas de identificação ao óbito dos registos portugueses.

O preenchimento de fichas de acto, a organização de fichas familiares por cruzamento dos diferentes actos e o posterior enriquecimento das fichas de casamento e óbito a partir das fichas familiares, num processo de acompanhamento da vida dos indivíduos, permitiu elaborar um monografia que seguia o modelo clássico mas que procurava ultrapassá-lo nas suas tentativas de quantificar a população em momentos particularmente escolhidos, traçando as respectivas pirâmides de idades. Foi bastante penoso o trabalho de contagem exaustiva de residentes por processos manuais, mas parecia-me um importante avanço metodológico para a História das Populações.

Depois de Rebordãos o meu interesse pelos registos paroquiais não esmoreceu. Vivendo em Bragança, pensei que seria interessante estudar o pequeno número de paróquias transmontanas que dispunham de registos em continuidade aceitável, recolhidos no Paço Episcopal. Por ordem alfabética das existências, foi escolhida a pequena paróquia de Cardanha, do concelho de Torre de Moncorvo. A mudança de residência no ano de 1983 para Guimarães e a visita ao rico arquivo Alfredo Pimenta,

desafiaram-me ao estudo de uma paróquia urbana, a da Senhora da Oliveira desta cidade em que me confrontei com a complexidade da organização da informação paroquial num meio de grande fluidez demográfica.

O volume de dados em presença na paróquia urbana levou-me a reflectir sobre a forma de tornar mais expedita a investigação sem que a mesma perdesse o rigor. Optei por preparar a publicação de Cardanha ⁴ com uma introdução metodológica em que propunha já, embora não fosse esse o procedimento seguido no caso vertente, a organização directa da informação dos baptizados em *fichas de família-rascunho*, prescindindo de fichas de acto. Os casamentos e óbitos continuariam a ser fichados e a respectiva informação posteriormente cruzada nas fichas-rascunho.

Depois seguir-se-ia a cópia da informação organizada para fichas de família, adaptadas da ficha de família de Louis Henry.

Alguns críticos têm entendido como arriscado prescindir de fichar isoladamente os baptizados. Acontece que os dados dos registos de baptizados apenas não se apresentam como redundantes para cada família, tratando-se de secundogénitos, naqueles aspectos que dizem estritamente respeito à própria criança baptizada, ou seja o nome e a data de nascimento da mesma. O que interessa primeiro é identificar a Família, distinguindo-a de qualquer outra com cônjuges homónimos e evitando criar estruturas “fantasmas” por falta de identificação com as anteriores, e isso é mais fácil quando se fazem os cruzamentos a partir da fonte, da letra e dos hábitos de cada redactor paroquial, ao invés de normalizar milhares de fichas com informação repetida para só mais tarde desenvolver o penoso trabalho de integrar os filhos no conjunto familiar. Para o historiador, face ao problema da crítica de fontes, perde peso o argumento de que a identificação é mais segura quando se dispõe à partida das fichas individuais para os três tipos de actos. Ao invés, a revisão contínua e progressiva da informação que o cruzamento sequencial exige, é um caminho bem mais seguro.

Foi já prescindindo de fichas de nascimento que desenvolvi o trabalho de “reconstituição de famílias” sobre **Poiares de Freixo**, trabalho que surgiu da necessidade de fazer uma avaliação mais baseada do que teriam sido os comportamentos demográficos de Antigo Regime no Nordeste Transmontano. Atingidos em parte esses objectivos, foi o trabalho mais gratificante de quantos desenvolvi por processos manuais, dada a qualidade das fontes, os quase trezentos anos de observação, a dimensão da população e as características de sua mobilidade ⁵.

Um novo problema que se me colocou quando passei a desenvolver o estudo do meio urbano de Guimarães e do seu enquadramento rural foi o **cruzamento interparoquial**. É relativamente frequente, nesse espaço, o trânsito de famílias e alguns problemas metodológicos se colocam quando encaramos o problema do conjunto.

O aparecimento de dois trabalhos sobre a metodologia de “reconstituição de famílias” em datas próximas ⁶ reflectem não só o amadurecimento da metodologia provocado por **Poiares**, mas também essa preocupação. O cruzamento interparoquial implica que se façam algumas opções que facilitem mais tarde a análise demográfica. Na monografia sobre **Guimarães** ⁷ ainda em tratamento manual, procedi à reconstituição de famílias, paróquia a paróquia. No caso de famílias móveis, trasladei para a ficha da paróquia onde se registou o primeiro filho da família todas as informações sobre a mesma registadas na outra ou nas outras paróquias de residência posterior, apontando nas fichas correspondentes a referência à primeira paróquia, onde a história mais completa da Família poderia ser encontrada.

Na passagem das *fichas de família-rasquinho* para as fichas de família normalizadas, tendentes estas aos estudos de Fecundidade, apenas foram considerados os casos em que não havia remetimento para ficha anterior.

A reconstituição de famílias de dez paróquias da zona de Guimarães, sendo quatro urbanas, quatro rurais e duas de características mistas, urbanas e rurais, foi um trabalho que um investigador só desenvolve em regra uma vez na vida. Depois de tratar manualmente mais de uma centena de milhar de actos registados, a rigidez do trabalho consequente, que não permite sem redobrado esforço novos ensaios de periodização e análise comparativa, que deixa muitos pontos obscuros nos campos da mortalidade e mobilidade, que não propicia a visão de síntese, que não permite o aproveitamento adequado da informação de ordem sociológica, apesar do seu ineditismo e de resultados compensatórios em vastas áreas, comporta alguma dose de frustração.

A ultrapassagem de todos ou quase todos esses problemas é dada pelas novas tecnologias informáticas e foi sobre o Sul do Pico que desde 1985 apoiada por dois colegas de formação específica, primeiro Luis Lima e depois Cecília Moreira, venho ensaiando os processos que conduziram à **reconstituição de paróquias**⁸.

A Metodologia que proponho para organização da informação paroquial tem em conta as características dos registos portugueses, com um quadro favorável à identificação dos casais ao baptismo dos filhos, a identificação clara dos nubentes por filiação e anteriores núpcias e as dificuldades eventuais de identificação ao óbito de indivíduos sem referências familiares.

Encontrando-se os registos portugueses para a maioria das dioceses em microfilme, dada a ausência prática de ambiguidades no processo de atribuição de novos filhos aos casais identificados a partir do registo do primeiro filho, bem como na identificação dos nubentes, podemos usar um processo de exploração sistemática hierarquizada dos três tipos de actos – começar pela organização da informação dos registos de baptismos, passando depois aos casamentos e posteriormente aos óbitos.

Embora a “base de dados” que primeiro utilizámos (neste momento estamos a ensaiar outros recursos) – a dBasell-Plus, possa permitir um processo mais célere de procura de fichas indexadas dos agregados conjugais em procriação, continuo a achar conveniente organizar cadernos alfabetados de folhas amovíveis, ordenados segundo o nome próprio dos pais, conforme o método manual que iniciei há duas décadas atrás, que funcionam como duplicado das fichas electrónicas, facilitando as comparações entre fichas diferentes e obviando a eventuais “acidentes” no computador.

O facto de ordenar os ficheiros segundo o nome próprio dos pais e não pelo apelido dos mesmos, prende-se com a ausência na sociedade portuguesa de normas simples na transmissão dos apelidos e na frequente oscilação de posição relativa quando um indivíduo usa vários apelidos. Penso que, nos casos de convivência estreita e responsável entre gerações, faria sentido que um dos netos usasse predominantemente o apelido de um dos avós, enquanto se tomavam outras opções para os restantes irmãos.

A metodologia de reconstituição de paróquias

A reconstituição de paróquias processa-se em três fases, cada uma com etapas próprias.

A primeira fase corresponde à reconstituição de famílias e supõe um trabalho aturado de crítica e cruzamento de fontes.

A segunda fase é inteiramente automática e consiste em, a partir do cruzamento entre as fichas de FAMILIA, organizar, em fichas de INDIVÍDUO, a informação sobre os actos vitais dos naturais da área em estudo, com os respectivos elos genealógicos.

A última fase é um trabalho sistemático sobre essas fichas individuais para inclusão dos imigrantes, apuramentos finais e marcação manual de início e fim de observação nos casos pertinentes.

Primeira fase:

Reconstituição de famílias

A maior parte dos investigadores que usa esta metodologia prefere ainda hoje reconstituir as famílias manualmente e só depois usar os recursos informáticos para passar à reconstituição das paróquias, embora tudo esteja preparado para um trabalho interactivo no computador em todas as fases e etapas do processo. De facto, a delicadeza da identificação dos indivíduos parece ser mais compatível com a morosidade de um trabalho manual em suporte de papel em que o pensamento acompanha facilmente a acção, em que as lógicas de cada passo se dominam e em que podem visualizar-se ao mesmo tempo várias fichas sem grande aparato técnico. Por isso, parece mais indicado apresentar aqui o processo manual de reconstituição de famílias, só usando as bases de dados para agilizar algum procedimento, quando se achar isso útil.

Começamos naturalmente por preparar o ambiente de trabalho, tanto no que diz respeito às fontes ou reproduções das mesmas, como em relação às fichas de papel e canetas de diferentes cores, como também à definição da estrutura dos ficheiros. Nos trabalhos anteriores já referidos e de uma forma mais sistemática em **Guimarães**⁹ apresentei em pormenor a técnica manual a seguir.

A *primeira etapa* da reconstituição de famílias, consistirá em organizar os agregados conjugais a partir do/s registo/s da/s criança/s nascida/s em cada um deles.

A abertura das primeiras fichas de família, a procura posterior sistemática dos casais em procriação para, após a identificação, se lhe atribuírem os novos filhos ou, na ausência de identificação a abertura de fichas novas, será um trabalho que perderá muito da sua morosidade se usarmos as fotocópias dos registos de baptismos, mesmo que se opte por organizar a informação manualmente. Repare-se na economia de tempo que significa primeiro prescindir das fichas de acto para filhos legítimos e depois o facto de apenas em função do registo do primeiro filho conhecido se escreverem os elementos que identificam o agregado (que podem incluir os nomes e apelidos complexos dos pais, profissões ou títulos, nacionalidades, residência; eventualmente nomes e apelidos complexos, profissões ou títulos, nacionalidades e residências dos avós paternos e maternos), quando há a possibilidade de contar mais de uma dezena de filhos. Considere-se, contudo, que estamos a falar de informação redundante. Sempre que num registo de um filho secundogénito se encontram informações pertinentes, antes não referidas, elas serão acrescentadas na ficha.

No entanto, para paróquias com mais de mil habitantes o processo manual de integração dos filhos nos agregados pode ser bastante moroso e incómodo, podendo ser aconselhável organizar no computador, inter-activamente, a informação, duplicando-a, passo a passo, a caneta azul, para as fichas de papel identificadas pelo mesmo número. De facto, quando lidamos com um paróquia com centenas de habitantes, o achamento,

ou não achamento, da família que procuramos num ficheiro manual ordenado por ordem alfabeto-cronológica, pode levar apenas alguns segundos, menos tempo do que levaríamos a desenvolver o mesmo processo na “base de dados”. Quando lidamos com milhares de habitantes, o tempo dispendido não é proporcional, podendo chegar a largos minutos.

No caso de filiação ilegítima, pode só tornar-se seguro atribuir uma nova maternidade a uma mulher já conhecida, quando há referência à sua filiação. O processo de organizar um ficheiro manual para as famílias ilegítimas seriado pelo nome das mães não é rentável, dada a frequência dos nomes próprios femininos. Daí a necessidade de elaborar fichas de acto, electrónicas ou de papel, para os filhos ilegítimos e enjeitados, com todos os dados de identificação anotados. Esses dados desempenham o papel de recurso sistemático nas tentativas, a desenvolver na “base de dados”, de identificar a mesma mulher em sucessivas maternidades.

Mesmo no caso de filhos legítimos, não podemos excluir a hipótese de um ou outro caso ambíguo, mormente em períodos anteriores ao século XVIII, quando certos redactores paroquiais não indicam o nome da mãe e existem homónimos em fase de procriação.

A opção pela inclusão de um filho numa estrutura familiar e não em outra poderá basear-se no intervalo em relação ao nascimento anterior, na ausência de dados sobre profissão do pai ou residência familiar. No ficheiro manual de famílias, ao usarmos o lápis introduzimos a dúvida, dúvida que pode ser expressa no ficheiro electrónico num campo para observações.

Quando não há uma segurança razoável para incluir uma criança numa família conhecida, é preferível abrir uma nova ficha, destinada eventualmente a ser eliminada com o avanço da reconstituição.

A *segunda etapa* da reconstituição de famílias constará em cruzar os dados dos casamentos com a informação organizada a partir dos baptismos. No entanto, esse cruzamento não se poderá estabelecer em todos os casos. Dos casais cuja data de casamento conhecemos, uns terão sido fecundos na área observada, outros terão sido estéreis nessa mesma área e outros terão fixado residência no exterior. Só para o primeiro caso é, naturalmente, possível, nesta fase, estabelecer cruzamento com a informação já organizada. Para os outros casos há que ir anexando as respectivas fichas de família às já conhecidas pelo baptismo de filhos.

A informação pertinente contida nos registos de casamento condiciona duas abordagens que dá vantagem serem sequenciais, caso a caso. A primeira na perspectiva do casal e a segunda na perspectiva de cada um dos cônjuges .

Nesta fase limitar-nos-emos a procurar identificar os nubentes com os pais de família conhecidos pelo registo de filhos, explorando-as, portanto, apenas na perspectiva do casal. Estabelecida essa identificação, enriquecemos a respectiva ficha de família com os dados agora conhecidos, usando caneta verde.

Se o casal não é ainda conhecido, abrimos uma ficha, sempre usando a cor verde, nos próprios cadernos onde organizamos os dados das famílias fecundas ou num caderno complementar, conforme acharmos mais conveniente.

Nesta fase, não se torna necessário estabelecer, no tratamento manual, qualquer tipo de cruzamento entre fichas.

A *terceira etapa* da reconstituição de famílias consiste no tratamento possível dos registos de óbitos. Dada a eventual deficiente identificação de defuntos nos registos

portugueses, só o confronto de um grande número de variáveis e a exclusão sucessiva de hipóteses podem, em certos casos, permitir ultrapassar as dificuldades, o que aconselha a que os registos de óbitos sejam explorados em duas fases. Nesta fase, apenas se o cruzamento entre os diferentes registos vitais de um mesmo indivíduo se pode estabelecer sem ambiguidades, damos como completo o trabalho de identificação, o que equivale a dizer que só tratamos os casos "fáceis", deixando os casos "difíceis" para fase posterior.

Mediante uma simbologia adequada, as fotocópias dos registos (ou as fichas de acto) poderão indicar-nos esses casos difíceis.

Se os defuntos têm indicação de naturalidade, se em relação aos solteiros há indicação de filiação e em relação aos casados e viúvos há indicação de cônjuge, não teremos grande dificuldade em organizar a informação dos registos de óbitos. Os problemas mais difíceis surgem na identificação dos defuntos dos quais não conhecemos laços familiares, nem idade, mas supomos naturais da paróquia.

Se, para uma mulher, não é indicado o nome do marido, mesmo que outros dados sobre os filhos nos possam permitir uma identificação segura, não teremos facilidade em encontrá-la no nosso ficheiro, ordenado segundo os nomes dos maridos. As mesmas dificuldades encontraremos ao pretender encontrar um filho solteiro de uma mãe viúva, sem indicação do nome do pai. Estas limitações não constituem problema e serão ultrapassadas em ulterior etapa. O que importa é assinalar convenientemente os assentos que não forem tratados de forma adequada.

Reparemos que, na reconstituição de famílias feita exclusivamente por processos manuais, até final desta terceira etapa, nenhum cruzamento entre fichas foi estabelecido. Teremos agora, numa *quarta etapa*, de proceder a esses cruzamentos.

Sistematicamente, da primeira à última ficha de família, veremos se, para cada cônjuge natural da área em estudo, há indicação de filiação e, se tal se verificar, fazemos o cruzamento possível de dados. Apontamos a data de casamento, o nome do cônjuge e a data de óbito na ficha de origem e a data de nascimento na ficha da segunda geração.

Só depois dos cruzamentos efectuados, copiaremos os dados organizados para o ficheiro electrónico de FAMÍLIAS. Este trabalho pode ser levado a cabo por pessoal técnico, na medida em que não envolve nenhuma decisão e os erros eventuais serão detectados facilmente nas operações posteriores.

No fim desta primeira fase teremos procedido a uma **reconstituição de famílias** e indicadores clássicos para o estudo da Nupcialidade e Fecundidade estariam já ao nosso alcance. No entanto, as fases posteriores da **reconstituição de paróquias**, poderão permitir, em alguns casos, completar informação sobre o ciclo familiar e irão, principalmente, permitir ou facilitar todos os estudos sobre comportamentos individuais, quer se trate de casamento, óbito ou migração.

Segunda fase

Cruzamento automático entre fichas de famílias

Foi desenvolvido primeiro por Luis Lima e depois por Cecília Moreira um programa em dBasIII-Plus para cruzamento da informação entre as fichas de FAMILIA, obedecendo a dois princípios:

1. Para todo e qualquer filho de cada uma das famílias conhecidas será passada a informação pertinente para uma ficha do ficheiro de INDIVIDUOS – nome próprio, sexo, número da ficha de origem, filiação, profissão dos pais e residência dos mesmos; eventualmente, data de nascimento, data de casamento, data de óbito e estado civil ao mesmo. Nenhuma informação sobre pais/mães de família será passada directamente para o ficheiro de INDIVIDUOS.

2. Se para um filho de uma determinada família há conhecimento da data de nascimento e da data de casamento ou data de óbito, todas as outras fichas de FAMILIA são pesquisadas na tentativa de encontrar essas mesmas datas em referência a pais ou mães de família com o mesmo nome.

Se o cruzamento se estabelece entre duas ou mais fichas, é recolhida a informação pertinente, na ordem adequada, para a ficha correspondente de INDIVÍDUO.

Nenhuma identificação automática se processa quando apenas conhecemos uma data registada do ciclo de vida de um filho de uma família conhecida.

Terceira e última fase

Revisão e apuramento da informação e marcação manual de início e fim de observação nos casos pertinentes

A primeira etapa desta fase consiste em desenvolver tentativas no sentido de identificar aqueles defuntos supostamente naturais da paróquia cujo registo de óbito não indica laços familiares directos.

Pode trazer vantagens fazer previamente duas ordenações do ficheiro de INDIVIDUOS, ou seja dois novos ficheiros, um ordenado segundo a data de óbito e outro segundo a data de nascimento.

Deve-se ter o cuidado de eliminar posteriormente o ficheiro original e apenas proceder a modificações sobre um dos outros, a fim de não utilizar mais tarde versões não actualizadas.

Trabalhando sobre o ficheiro ordenado segundo as datas de óbito, iremos sistematicamente observando se, para os defuntos identificados, o cruzamento automático se estabeleceu sem problemas, ao mesmo tempo que, recorrendo ao ficheiro ordenado segundo as datas de nascimento, procuraremos relacionar os defuntos não identificados com os nascidos sem óbito conhecido.

O êxito da tentativa de relacionar indivíduos sem fim conhecido com homónimos contemporâneos, cujo registo de óbito não aponta relações familiares directas, depende muito da dimensão da paróquia, da frequência dos nomes próprios em cada sexo, da frequência ou ausência de apelidos, de informações complementares sobre residência, testamentos e, principalmente, indicação de idade ao óbito. Pode acontecer que, no fim desta fase, tenhamos de manter um ficheiro AUXILIAR, com um número de fichas considerável, em que inserimos todos os indivíduos supostamente naturais da paróquia mas não identificados.

A segunda etapa desta fase consiste, em listar no ficheiro de FAMILIAS todos os pais/mães de família para os quais não conhecemos data de nascimento, data de casamento ou data de óbito (apenas conhecidos por actos vitais de filhos), com vista a passagem para o ficheiro de INDIVIDUOS.

Se os indivíduos em causa são declaradamente originários do exterior, damos-lhe entrada no ficheiro de INDIVIDUOS, com todas as informações pertinentes, podendo esta operação ser automática.

Se supomos que os indivíduos em causa são originários da paróquia em estudo, desenvolveremos tentativas de identificação com contemporâneos de destino desconhecido, a partir das indicações de que dispomos, nomeadamente os nomes, apelidos e residências.

Aqui também a dimensão da paróquia e a frequência dos nomes podem facilitar ou dificultar o processo. Casos não identificados irão engrossar o ficheiro AUXILIAR.

No final desta segunda etapa teremos a certeza de que todos os nascidos na paróquia em estudo terão uma única ficha aberta no ficheiro de INDIVIDUOS e que no mesmo ficheiro encontraremos todos aqueles que vieram do exterior e aí registaram o seu casamento e/ou o seu óbito e/ou o nascimento de algum filho. Não teremos, contudo, a certeza se toda a informação está correctamente organizada.

A terceira etapa consiste na revisão, uma a uma, das fichas de INDIVIDUO, acompanhada da marcação de início e/ou fim de observação nos casos pertinentes.

Independentemente de eventuais apuramentos decorrentes do cruzamento com outras fontes, consideramos uma paróquia **reconstituída** quando, para cada residente, temos uma ficha **fechada** ou seja quando, caso a caso, dispomos de uma data de *início de observação* (que pode ser precisa, como a data do nascimento, ou aproximada) e uma data de *fim de observação* (que pode ser precisa, como a data de óbito, ou aproximada).

A partir dos registos portugueses poderão ser raros os casos em que conseguiremos fechar todas as fichas individuais ao longo de trezentos ou quatrocentos anos. O comportamento de algumas gerações poderá ser conhecido em grande aproximação, enquanto a indeterminação sobre o destino de outras, decorrente do desconhecimento dos que morrem na infância, pode não ser ultrapassada. É importante precisar os períodos de paróquia "reconstituída" e os períodos que permitem apenas considerá-la "em vias de reconstituição".

Se tivermos trabalhado o ficheiro ordenado pelas datas de óbito, faremos agora uma nova ordenação do mesmo, privilegiando a data de nascimento, depois a data de casamento e por fim a de óbito. As primeiras fichas desse ficheiro reportar-se-ão aos casos de indivíduos sem nascimento conhecido, quer sejam os nascidos na paróquia antes do início do registo de baptismos, ou os nascidos no exterior.

Nos primeiros casos, de naturais da paróquia, se a entrada foi feita directamente para o ficheiro de INDIVIDUOS (uma das duas opções consideradas), teremos agora de marcar um início de observação (INICIO – OBS) e, eventualmente, um fim de observação (FIM – OBS), este nos casos em que não se dispõe de registo de óbito.

Se a família de origem do indivíduo em causa é estável, poderemos optar por considerar, como início de observação, a data do primeiro registo de baptismo conhecido na paróquia.

Na ausência de registo de óbito, o fim de observação será o último registo de acto familiar conhecido em que o indivíduo em causa é dado como residente, nomeadamente registos de nascimento, casamento ou óbito de filhos, óbito do cônjuge ou o último registo de casamento do próprio.

Nos casos de indivíduos nascidos no exterior e conhecidos por registo de casamento próprio, baptismo, casamento ou óbito de filhos, ou óbito de cônjuge, marcaremos como início de observação a primeira daquelas datas eventualmente conhecidas.

Se não se dispõe para os mesmos de registo de óbito, o fim de observação será a última data em que o conhecemos como residente.

Quando, no processo sistemático de revisão e encerramento das fichas, tivermos chegado aos indivíduos com nascimento registado na paróquia, e independentemente de verificarmos, caso a caso, se os cruzamentos automáticos se processaram, uma mais complexa problemática teremos de enfrentar antes de nos dispormos a *fechar* todas as fichas.

Uma primeira questão prende-se com o registo de todos os falecidos e com a possibilidade de identificação dos mesmos. Se não dispomos de registo sistemático de mortalidade infantil e/ou se mantemos um ficheiro AUXILIAR com grande número de fichas, pode não ter significado a tentativa de marcar um fim de observação em todos os casos.

No entanto, se há registo sistemático de mortalidade infantil e se a identificação ao óbito se apresentou sem ambiguidades, podemos intentar *fechar* todas as fichas.

Para os indivíduos casados ou viúvos o fim da observação será marcado seguindo os critérios usados para os casos já descritos de indivíduos nascidos no exterior. O fim de observação será a última data em que o conhecemos como residente.

Para os indivíduos solteiros podem verificar-se dois enquadramentos distintos. O indivíduo integra-se numa família móvel ou numa família estável.

No primeiro caso, o seu afastamento da paróquia ter-se-á verificado na situação de dependência e poderemos considerar como fim de observação a última data familiar registada, fim de observação que será comum a todos os membros do agregado.

No segundo caso, o afastamento ter-se-á verificado numa situação independente e pode colocar-se o problema de aceitar convencionalmente uma idade média para o fim de observação que tentará levar em conta os motivos mais frequentes de afastamento na sociedade em causa, quer os matrimoniais, quer os profissionais e também as respectivas frequências.

A *quarta etapa* consiste em, nas fichas de FAMILIAS, marcar inícios e fins de observação nos casos pertinentes, classificando-as depois para efeitos de estudos de Fecundidade. Note-se que é em função dos eventuais benefícios decorrentes do apuramento de resultados na última fase da reconstituição de paróquias que surge a conveniência em proceder só nesta etapa às operações que se seguem e não imediatamente após termos concluído a reconstituição de famílias.

Quando não dispomos de data de casamento ou data de óbito do primeiro cônjuge falecido, o início ou o fim de observação serão marcados, respectivamente, com a primeira ou a última data que indica a residência do agregado na paróquia, como a data de nascimento, a data de óbito ou a data de casamento de um filho.

Na classificação das FAMILIAS legítimas, para efeitos de estudo da Fecundidade, propomos que sejam considerados sete tipos diferentes, tratados depois informaticamente de forma específica. A utilização de *números* em vez da classificação clássica de Henry, prende-se com a maior vantagem no tratamento informático posterior.

TIPO 1. Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de nascimento da mulher e data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

TIPO 2. Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de nascimento da mulher.

TIPO 3. Famílias das quais conhecemos a data de casamento e a data de nascimento da mulher e desconhecemos a data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

TIPO 4. Famílias das conhecemos a data de casamento e desconhecemos a data de nascimento da mulher e a data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

TIPO 5. Famílias das quais conhecemos o nascimento de filhos, a data de nascimento da mulher, a data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de casamento.

TIPO 6. Famílias das quais conhecemos o nascimento de filhos, a data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de casamento e a data de nascimento da mulher.

TIPO 7. Todas as famílias que não se enquadram nas classes anteriores e todas aquelas nas quais se detecte sub-registo de baptizado de filhos.

Note-se que alguns nascimentos “perdidos”, podem ser satisfatoriamente “recuperados” se há indicação de idade ao óbito, principalmente no caso de crianças, e as fichas respectivas podem merecer outra classificação.

Chegados ao fim de todo este processo, o tratamento informático dos processos individuais não se reveste de complexidade. Na estrutura do ficheiro de INDIVIDUOS encontram-se criados campos para o lançamento automático das idades aos actos recorrendo a uma programação simples.

Os estudos sobre Fecundidade, nomeadamente o cálculo das taxas de fecundidade legítima, exigem, naturalmente, uma programação mais complexa já desenvolvida pelos especialistas que me apoiam.

A metodologia descrita para uma paróquia aplica-se sem dificuldade a um conjunto de paróquias.

A reconstituição de famílias, seguindo as fontes, é desenvolvida paróquia a paróquia, mas as fichas de FAMILIA e de INDIVIDUOS serão numeradas tendo em vista toda a área em estudo, alargando-se os cruzamentos a esse contexto.

Todas as operações posteriores à reconstituição de famílias poderão estender-se ao conjunto das paróquias, tendo-se desde o início o cuidado de considerar como “natural” todo o indivíduo nascido na área. Contudo, em todas as circunstâncias, dever-se-á indicar, nos campos próprios, as paróquias em que os actos sucedem.

O tratamento num mesmo ficheiro de várias paróquias facilitará os estudos urbanos, podendo aconselhar-se também no caso de paróquias rurais contíguas onde se verifique frequente trânsito de residência.

Da aplicação da metodologia de reconstituição de paróquias a registos paroquiais do *Sul do Pico* (Amorim, 1992) ou de *S. Pedro de Alvito* (Miranda, 1993), duas monografias já publicadas que cobrem um horizonte trissecular e quadrissecular, respectivamente, ressalta a operacionalidade dessa metodologia para a abordagem dos fenómenos demográficos, mesmo os de tratamento mais difícil em análise longitudinal, como são o da mobilidade ou o da mortalidade. O alargamento em curso deste tipo de estudos a novos e mais dilatados espaços geográficos poderá permitir ir dando uma resposta sucessivamente valorativa aos desafios que o difícil diálogo entre demógrafos do passado e do presente ainda agora coloca aos primeiros.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Maria Norberta, *Rebordãos e a sua População nos séculos XVII e XVIII. Estudo Demográfico*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1973.
- AMORIM, Maria Norberta, *Método de exploração dos livros de registos paroquiais e Cardanha e a sua População de 1573 a 1800*, Centro de Estudos Demográficos do I.N.E., Lisboa, 1980.
- AMORIM, Maria Norberta, "S. Pedro de Poiares de 1561 a 1830", in *Brigantia*, Bragança, 1983 a 1984.
- AMORIM, Maria Norberta, *Método de exploração dos livros de registos paroquiais e reconstituição de famílias*, ed. autor, Guimarães, 1982.
- AMORIM, Maria Norberta, "Identificação de pessoas em duas paróquias do Norte de Portugal (1580-1820)", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, Guimarães, 1983.
- AMORIM, Maria Norberta, "Demografia Histórica – fontes e métodos manuais de reconstituição de famílias", in *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, I.N.E., Lisboa, 1981-82.
- AMORIM, Maria Norberta, "Demografia Histórica e Micro-Informática. Uma experiência sobre uma paróquia açoriana" (em colaboração com o informático Luis Lima), *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIV, Angra do Heroísmo, 1986.
- AMORIM, Maria Norberta, *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico*, I.N.I.C., Lisboa, 1987.
- AMORIM, Maria Norberta, "A família e a sua relação com o meio. Uma experiência com genealogias numa paróquia reconstituída (1675-1980)", *Cadernos do Noroeste*, Vol. 3, números 1 e 2, Universidade do Minho, Braga, 1990.
- AMORIM, Maria Norberta, "Perspectivas da aplicação da metodologia da Demografia Histórica no estudo das populações", *Cadernos do Noroeste*, Vol. 3, números 1 e 2, Universidade do Minho, Braga, 1990.
- AMORIM, Maria Norberta, "Demografia Histórica (Antigo Regime)", *Ler História*, 21, 1991.
- AMORIM, Maria Norberta, "Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registos portugueses", *Boletim de la Asociación de Demografía Histórica*, 1991, IX-1.
- AMORIM, Maria Norberta, *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*, Braga, Universidade do Minho, 1991.
- AMORIM, Maria Norberta, *Evolução da População em Três Paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 1992.
- AMORIM, Maria Norberta, "Reconstituição de paróquias e estudo das migrações internas. O caso de uma paróquia minhota no Antigo Regime", *Cadernos do Noroeste*, Vol. 5 (1-2), 1992, pp.125-140
- MIRANDA, Fernando, *Estudo demográfico de Alvito S. Pedro e anexa (1567-1989)*, Barcelos, 1993.
- NEFO, Maria de Lourdes Akola, *A freguesia de Santa Catarina de Lisboa no primeiro quartel do século XVIII. Ensaio de Demografia Histórica*, publicações do Centro de Estudos Demográficos do I. N. E., Lisboa, 1959.
- PÉREZ MOREDA, Vicente, *Las crisis de mortalidad en la España interior. Siglos XVI-XIX*, Siglo Veintiuno Editores, Madrid, 1980.
- RAU, Virginia, *Estudos de História Económica*, Ática, Lisboa, 1961, p. 95.

NOTAS

1. Virgínia Rau, *Estudos de História Económica*, Ática, Lisboa, 1961, p. 95.
2. Maria de Lourdes Akola Neto, *A freguesia de Santa Catarina de Lisboa no primeiro quartel do século XVIII. Ensaio de Demografia Histórica*, publicações do Centro de Estudos Demográficos do I. N. E., Lisboa, 1959.
3. *Rebordãos...*, ob. cit., p. 38-40.
4. *Método de exploração dos livros de registos paroquiais. Cardanha e a sua população de 1573 a 1800*, Publicações do Centro de Estudos Demográficos do I. N. E., Lisboa, 1980.
5. "S. Pedro de Poiares de 1561 a 1830", *Brigantia*, Bragança, 1983-84.
6. "Demografia Histórica- fontes e métodos manuais de reconstituição de famílias", *Revista do Centro de Estudos Demográficos* do I. N. E., Lisboa, 1981-82 e *Método de exploração dos livros de registos paroquiais e reconstituição de famílias*, ed. aut., Guimarães, 1982.
7. *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico*, I. N. I. C., Lisboa, 1987.
8. M. Norberta Amorim e Luis Lima, "Demografia Histórica e Micro-Informática. Uma experiência sobre uma Paróquia Açoriana", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, 1986, p. 191-209.
9. Ob. cit., p. 6-28.

REVISIÓN DE LOS ESTUDIOS SOBRE LA MIGRACIÓN PORTUGUESA EN ESPAÑA

Lorenzo LÓPEZ TRIGAL
Universidad de León

Si la migración con destino al exterior ha sido una constante en la historia de los pueblos ibéricos, en la última década el fenómeno se ha traducido en el predominio de la inmigración de extranjeros en la balanza migratoria de España y de Portugal: de países expulsores en gran medida, con varios millones de nacionales residentes en el exterior en ambos casos, se ha pasado a países con atracción de personas extranjeras, (se estima en una cifra cercana al millón de extranjeros residentes entre los dos Estados), por lo que por primera vez en la etapa contemporánea el saldo migratorio es positivo a nivel del territorio nacional. Fenómeno éste de cierta notabilidad por los flujos de personas originarias especialmente de fuera del ámbito europeo, que atañe en un proceso paralelo además a otros países mediterráneos como Italia y Grecia.

Mientras que la inmigración de europeos comunitarios, en buena medida de la tercera edad y de profesionales, se encuentra estacionaria en estos últimos años, se multiplica la de trabajadores procedentes de países del Tercer Mundo, acompañados (o no) de sus familias; de manera que en la actualidad este segundo grupo de inmigrantes económicos es ya mayoritario, máxime si en la observación estadística, como se aprecia en España, se suma la de los inmigrantes ilegales o clandestinos que puede doblar la cantidad de los legalizados, y se suma también la de los procedentes de Portugal, pues, en efecto, las características laborales y culturales de la mayor parte del grupo de inmigrantes portugueses en España les traslada a las filas de este tipo de inmigración laboral y económica.

Planteado así el fenómeno de la migración exterior bajo estas nuevas características y tendencias, se va a tratar en esta comunicación, en primer término, del estado de la investigación española sobre migraciones de extranjeros, de forma muy abreviada, y del particular flujo de portugueses hacia España y partimos de la constatación de que estamos ante una nueva etapa en las migraciones exteriores, tal como se ha investigado en la última década. En efecto, la tendencia creciente en la llegada de inmigrantes extranjeros a España durante las dos últimas décadas ha culminado a fines de los años ochenta y primeros de los noventa con un interés especial a nivel de estudios, seminarios y publicaciones científicas, correspondiente también con el de los mismos medios de comunicación por su predisposición al tratamiento del tema a través de innumerables reportajes y entrevistas en la radio, televisión, prensa diaria y revistas e incluso con la promoción de algún film con esta temática específica. En segundo término, dedicaremos unas líneas y gráficas a la síntesis de los datos, la dinámica del flujo, y rasgos de la movilidad de portugueses hacia España.

En primer término, mostramos una selección de **estudios sobre las migraciones extranjeras en España** que nos parece más relevante y necesario indicar ante los colegas portugueses:

1. Después del incremento año tras año en las cifras de extranjeros en España, se acerca por primera vez a la inmigración, el Colectivo IOE (1987), que supone ciertamente

una llamada al tema que despierta la curiosidad del investigador, a la vez que la de los medios de difusión, a través de un relatorio de la situación general y regional de cada comunidad de inmigrantes establecida en España. Este informe sociológico se basa en el padrón de 1986 para la población residente legalizada, pero es excesivo en las cifras estimadas para la inmigración ilegal no empadronada; no obstante, tiene la virtud de impulsar una respuesta inmediata entre la opinión pública y entre los estudiosos de la Demografía, la Sociología, la Antropología Social, la Geografía, la Economía y el Derecho Internacional Privado.

2. Francisco MUÑOZ-PÉREZ y Antonio IZQUIERDO ESCRIBANO (1989), el primero demógrafo del INED de París, el segundo sociólogo de la Universidad Complutense de Madrid, publican un artículo esencial acerca del giro en el flujo de las migraciones exteriores que desde 1975 pasa a ser de signo inmigrante, aunque persiste la salida de emigrantes estacionales hacia Europa. Aborda la difícil medición de los extranjeros, su distribución territorial, las comunidades nacionales, la actividad económica de los inmigrantes trabajadores. También el mismo IZQUIERDO ESCRIBANO (1992) en un libro que resume una amplia investigación de varios años, comienza con el texto anterior, proseguirá con un análisis preciso y riguroso de las fuentes de la estadística migratoria legal y la estimación de la ilegal o irregular, para finalizar con un resumen del informe encargado por la CE sobre las políticas migratorias en España.

3. Los estudios de geógrafos como Carmen BEL ADELL (1989), que presenta los factores que explican la intensidad de llegada de extranjeros, su descripción por orígenes, y la cualificación de los trabajadores con permisos de trabajo, y de V. GOZÁLVEZ PÉREZ (1990, 1992) que, dentro de un proyecto amplio de estudio sobre la inmigración africana, trata acerca de las limitaciones de las fuentes estadísticas, una distribución espacial muy desequilibrada, una aproximación a la inmigración ilegal, las características de la población censada, los permisos de trabajo y la incidencia de los trabajadores extranjeros sobre el paro. Asimismo los relatorios de las *III Jornadas de la Población Española* (1991) y asimismo las *IV Jornadas de la Población Española* (1993), recogen sendas ponencias y comunicaciones sobre la inmigración en España, que vienen a ser un exponente paradigmático de la preocupación que sobre tema tan relevante trata el grupo de Población de la Asociación de Geógrafos Españoles, junto a otras contribuciones de demógrafos. En ellas se tratan de las fuentes de investigación para el estudio de la inmigración así como de la estructura demográfica y distribución geográfica de las diversas comunidades de inmigrantes.

4. Desde la Antropología Social, un grupo de la Universidad Autónoma de Madrid, nos ofrecen ya resultados amplios de investigación general, como se aprecia en los artículos de Carlos GIMÉNEZ ROMERO (1991, 1992), el primero de ellos sobre la incidencia de la mano de obra extranjera en el mercado laboral, su reparto sectorial y territorial, el acceso al empleo, el perfil socioeconómico y la segmentación laboral; mientras en el segundo se centra en el fenómeno de los trabajadores agrícolas, su particular distribución territorial por zonas de regadío, además de ciertas implicaciones laborales y culturales.

5. En el capítulo de Varia se pueden seleccionar las aportaciones de números monográficos de revistas como *Economía y Sociología del Trabajo* (Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, Madrid, 1991), *Estudios Geográficos* (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1993) o *Polígonos* (Universidad de León, 1993), entre otras más. También los textos presentados a diferentes Cursos de Verano que imparten las

Universidades con algunos Seminarios, Jornadas y Foros de Debate específicos, promovidos desde diferentes instancias académicas y oficiales, con títulos como "Migraciones Internacionales en la Europa Comunitaria", "Movilidad Migración en la frontera del siglo XXI", "Migraciones Internacionales, racismo y xenofobia", "Trabajadores inmigrantes en la agricultura mediterránea", o "Inmigración en España en los 90", que nos indican la diversidad de las aproximaciones.

6. Es preciso añadir la aparición también de un análisis más particular de la inmigración, de un lado, según su procedencia o país de origen, tal como veremos la comunidad portuguesa o también ciertas comunidades africanas, en especial la marroquí (por ejemplo, el Equipo dirigido por el profesor Vicente Gozávez Pérez, del Departamento de Geografía Humana de la Universidad de Alicante); y, de otro lado, según sus destinos en áreas regionales, provinciales o locales, donde se aplica el estudio a partir de fuentes padronales y de distintas instituciones, encuestas y trabajo de campo, como son particularmente las obras de L. LÓPEZ TRIGAL (1991) en León, o con más amplitud C. GIMÉNEZ ROMERO (Coordinador) (1993) para la Comunidad Autónoma de Madrid.

Tras la anterior síntesis general, cabe recoger las **investigaciones en relación a la inmigración portuguesa**, a partir de un tratamiento monográfico y particular, ya sea a escala de España o de ciertas áreas:

1. Como precedente se puede indicar el estudio que Carminda CAVACO (1971) realiza sobre la migración estacionaria de trabajadores del Sotavento algarvío con destino a la flota de pesca y fábricas conserveras de la costa atlántica andaluza, que tiene origen en el siglo XVIII y que hasta 1970 se había mantenido un flujo que enlaza también con la costa marroquí. Hoy en día esta procedencia portuguesa en el área del suroeste peninsular español se traslada esencialmente a los trabajos de temporada en la agricultura litoral de Huelva. (En este sentido, hasta ahora no existen investigaciones que se ciñan a la inmigración portuguesa temporera o definitiva en las provincias rayanas españolas).

2. En la línea de análisis social existen informes y alguna publicación referente a problemas de integración y xenofobia en relación a inmigrantes portugueses de etnia gitana, como las dirigidas por F. CANO CONTRERAS (1987) y M. GAVIRIA (1990), el primero presenta la experiencia del asentamiento para gitanos y portugueses en Pamplona del Poblado de Santa Lucía, una alternativa de vivienda provisional y de carácter social y cultural, donde residen desde hace algunos años un grupo de unas 45 familias, en su mayoría de nacionalidad portuguesa. El segundo es una publicación basada en informes sobre el chabolismo y la infravivienda (últimos "ghettos") en Navarra y el área urbana de Pamplona en particular. Asimismo, los informes del grupo EDIS (1987, 1989), que abordan los problemas de escolarización de niños portugueses en España.

3. De otro signo, son ciertas contribuciones presentadas en forma de notas breves suscritas desde distintos enfoques. Así desde la Geografía, J. GONZÁLEZ VECÍN y otros (1988), referida a la inmigración en los valles mineros leoneses medida a partir del Registro Consular; C. J. PARDO ABAD (1992) sobre la distribución espacial de los emigrantes portugueses en España; y la aportación pionera del francés M. POINARD (1991) sobre la población portuguesa en el censo de Andorra, donde tras la española es la emigración más numerosa actualmente. O asimismo desde el Derecho Internacional Privado la aportación de J. J. OLIVARES D'ANGELO (1985) en relación a la libre circulación de trabajadores portugueses.

4. El grupo de investigación de Antropología Social de la Universidad Autónoma de Madrid, liderado por C. Giménez, ha aportado intensas investigaciones de campo y reflexiones sobre aspectos muy diversos de las comunidades de inmigrantes en la Comunidad Autónoma de Madrid. Para la comunidad portuguesa, la investigación la ha llevado básicamente José Antonio PERALES (1992 y capítulo correspondiente de la obra colectiva C. GIMÉNEZ ROMERO 1993), quien en su primer trabajo informa para la Administración regional sobre la pobreza y la marginación social de la población asentada y la población nómada y en parte ilegal en Madrid, con núcleos de chabolistas en la periferia tal como el de Pitis, uno de los mayores enclaves de este tipo en el que los portugueses son mayoría, concluyendo en propuestas de integración de esta población de unos dos mil marginados. El segundo estudio es más amplio y describe la evolución y distribución de la colonia portuguesa, su estratificación social, situación jurídica, laboral y residencial, condiciones familiares y de nivel de vida en cuanto a vivienda, educación, sanidad y tiempo libre, el asociacionismo y las relaciones con la población madrileña, para concluir sobre los problemas y carencias en relación con la integración y marginación. En suma, esta investigación antropológica ha tratado de definir las características de esta inmigración con base en una amplia información recogida y de trabajo de campo y de ofrecer posibles estrategias de intervención a la Consejería de Integración Social de la Comunidad Autónoma de Madrid. Un análisis, pues, de tipo aplicado a las políticas migratorias y sociales.

5. Igualmente, nosotros hemos puesto en marcha diferentes análisis sobre la inmigración extranjera, primeramente, en un estudio sobre la radicada en la provincia de León, ya citada anteriormente. En una segunda etapa, desde el equipo de Evaluación del Programa Hispano-Luso para la Acción Educativa y Cultural, L. LÓPEZ TRIGAL, director (1992), en el que participan Bonifacio Rodríguez, Mario de Miguel, María Sol Teruelo, Jorge Arrosteia e Ignacio Prieto, cuyo trabajo global no ha sido publicado, con excepción del capítulo de los caracteres de la migración que dos de nosotros hemos preparado, L. LÓPEZ TRIGAL, I. PRIETO SARRO (1993 a. b. c.) con precisiones sobre la migración portuguesa y caboverdiana en España y en distintas áreas de ésta. A la vez, los mismos autores (1993 d.) nos hemos acercado a otra faceta de la presencia portuguesa en ciertos municipios leoneses donde suponen tasas importantes de residentes cara a las elecciones europeas y locales. Otra investigación, en prensa en este momento, es la comunicación presentada en la Universidad de Cadiz sobre portugueses y africanos lusoparlantes en España, L. LÓPEZ TRIGAL (1994).

Una tercera etapa en esta línea, la marca un proyecto de investigación interuniversitaria e interdisciplinar sobre "la migración de portugueses en España", L. LÓPEZ TRIGAL, Director (1994), a cargo de un equipo formado por los españoles José Cortizo, Carlos J. Pardo Abad, Ignacio Prieto, Tomás Vidal y por los portugueses Jorge Arrosteia y Francisco Cepeda. A partir del trabajo de encuestas, fuentes diversas en especial los padrones de población, los objetivos perseguidos han sido el conocimiento de la evolución del colectivo entre 1960-1991, la distribución espacial, la incidencia demográfica en las áreas de origen y de destino, los procesos de retorno o regreso, los recorridos migratorios y las perspectivas de movilidad en el futuro. Además de la escala nacional se analizan en particular los destinos de Madrid y de León y en las áreas de salida el distrito de Bragança y las Tierras de Montesinho. La complejidad y procedencia luso-española de nuestro equipo ha posibilitado que el tratamiento del tema haya sido

global, tanto para la migración en sus lugares de destino como de origen, lo cual entiendo es bien necesario para este tipo de investigaciones.

Del conjunto de los estudios anteriores sobre la migración portuguesa en España se desprenden una serie de **resultados**, que en principio constatan que las observaciones escritas en 1977 por Joel Serrão sobre la emigración de portugueses hacia las tierras de España han sido en la actualidad superadas. En efecto, en un primer lugar, este particular flujo migratorio “ya no está aún por estudiar”, sino que aunque caben, como es obvio, nuevas investigaciones y en especial tesis doctorales en la materia, desde distintos ámbitos y enfoques universitarios hay ya abiertas diferentes líneas de investigación más o menos consolidadas. En un segundo término, la salida de portugueses hacia España “no está compensada por la tradicional salida de españoles, principalmente de gallegos, hacia Portugal” pues el número de inmigrantes portugueses excede ampliamente al de españoles. En tercer lugar, “ya no se limita sólo a los naturales intercambios entre gentes de las áreas de frontera”, ya que los destinos de portugueses se reparten cada vez más por todo el territorio español, incluso fuera de la Península Ibérica. En este tenor de cuestiones, se hace necesaria una revisión de las fuentes estadísticas de este grupo de inmigrantes, de sus áreas de destino y de sus caracteres de asentamiento e integración para situar el fenómeno en toda su complejidad, aunque sea de modo resumido tal como exponemos a continuación.

El problema de las **fuentes estadísticas** es notable en este caso, pues se hace necesaria una cierta labor “detectivesca” que en todo caso aporte estimaciones ajustadas y difícilmente cifras estadísticas exactas o con un mínimo margen de error, máxime a escala del Estado y de las Comunidades Autónomas, donde el trabajo de campo se ve dificultado por su amplitud. A nivel estatal, las fuentes españolas se basan en la población censada (Instituto Nacional de Estadística), cuyos Anuarios nos acercan al número de extranjeros portugueses inscritos y residentes en censos y padrones municipales. El Ministerio de Trabajo - Dirección de Migraciones, se basa en las anteriores cifras y ofrece la estimación del stock de trabajadores extranjeros así como la estadística del flujo o número de permisos de trabajo tramitados, tal como se aprecia en la publicación del *Anuario de Migraciones*. Por su parte, el Ministerio del Interior aporta el stock y el flujo de los permisos de estancia de extranjeros. Desde el lado de las fuentes portuguesas se manejan los mismos censos y padrones y la estadística española, pero también se aportan estimaciones propias derivadas básicamente de los registros consulares.

Pues bien, los datos y estimaciones ofrecidos de portugueses en España a lo largo de la última década, son bien diferentes según las distintas fuentes y conceptos de que se trate (residente, trabajador, permanente, temporero). En 1984, IOE-CARITAS daba la estimación de 76.524, de ellos 7.135 nacionalizados y unos 45.000 indocumentados. El INE recoge para 1985, 23.342 residentes, para 1989, 32.936 y para 1992, 28.631; con una oscilación que puede deberse tanto a retornos a Portugal como al proceso de regularizados en su situación. El Instituto Español de Emigración (ahora con la denominación de Dirección General de Migraciones) presenta en 1990 la cifra de 57.047, que se reparten entre 33.268 regulares y 23.779 irregulares. Por su lado, la Embajada de Portugal en Madrid recoge distintas apreciaciones, una primera, la procedente de Consulados, año 1987, en un número de 66.225 (la mitad aproximadamente de las 121.340 inscripciones consulares); una segunda, estimada en 1992, para unos 57.000 emigrantes, de ellos 37.616 residentes; y aún otras estimaciones se aproximan a los

70.000 individuos. En este desconcierto de datos no cabe, en todo caso, sumando regularizados y no regularizados, mermar su número de los 50.000 ni sobrepasarlo de los 70.000, variando la cifra global en los años 90.

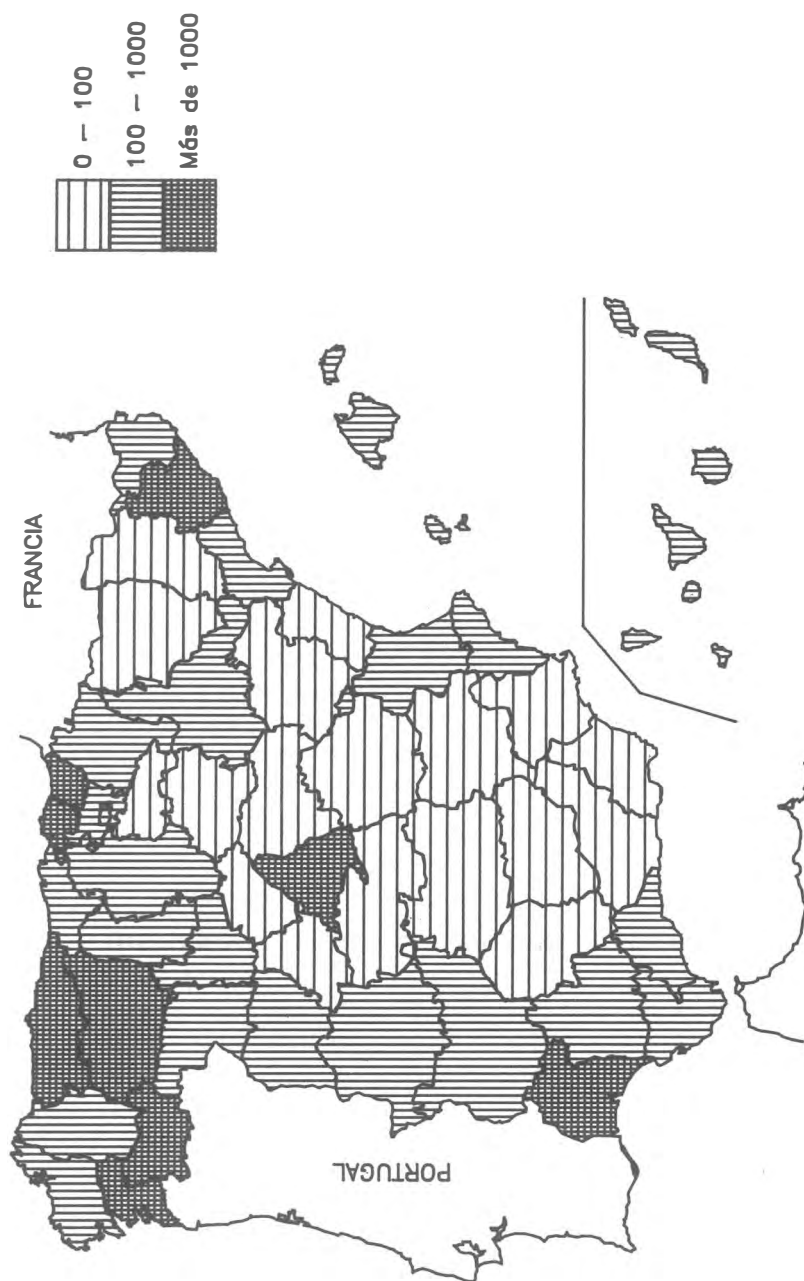
La evolución del flujo año tras año es notoria, pues en el último medio siglo transcurrido se puede observar cómo en las estadísticas oficiales del número de “nacidos en Portugal y residentes en España” (dato que hay que advertir no corresponde a la exactitud del fenómeno migratorio), según los Anuarios del INE, se parte de 10.518 personas en el año 1942 (lo que equivale a la primera comunidad con un 24,2 % de los extranjeros en España), 14.570 en 1950, 16.871 en 1955, 14.798 en 1960, 19.427 en 1965, 25.483 en 1970, 22.823 en 1976, 24.094 en 1980, 23.342 en 1985, 32.936 en 1989, y 28.631 en 1992, siendo ya el 7,2 % de los extranjeros y la comunidad portuguesa la número cuatro, tras la marroquí, la británica y la alemana. A lo largo de este periodo ha disminuido, pues, el porcentaje y orden de participación de los distintos grupos extranjeros.

Del mismo modo, en cuanto a **las áreas de destino** la tendencia ha ido cambiando. Mientras que en 1950 las provincias de la raya española con Portugal dominaban como destino de un 73,9 % de los portugueses, en 1990 aunque siguen siendo el primer destino (en especial Pontevedra y Orense) ha bajado su participación al 34,1 %, mientras que se incrementa el destino de las áreas metropolitanas de Madrid y Barcelona con un 20,1 %, y el de Asturias y León, 13,3 %, tercer área de destino que conecta en realidad con Burgos y el País Vasco y Navarra. De modo que los destinos actuales tienen su mayor representación en la franja norte de España que va desde Vigo-Pontevedra, Orense, Bierzo-León, Asturias Central, Noroeste de Burgos, Gran Bilbao, Comarca de San Sebastián, Pamplona. Área ésta que representa la mayor parte de los destinos, coincidiendo esencialmente con el corredor que une el norte de Portugal (área prioritaria de la inmigración) con Europa, coincidente con la primera ruta de la emigración portuguesa en España. En segundo orden de creciente importancia, Madrid y Barcelona. Y en un tercer orden, destinos muy dispersos del norte de Galicia, de Huelva, de Extremadura, de Sevilla y otros como la Comunidad de Valencia, Zaragoza o Canarias.

En relación a ciertos **rasgos de la migración** portuguesa más destacables, señalemos que ambos Estados al ser miembros de la Comunidad Europea han de coincidir en sus políticas migratorias básicas, como el control de los flujos extracomunitarios en la medida que los acepte el mercado de trabajo, de un lado, y la integración de los inmigrantes que están regularizados, de otro lado, además del eje de la cooperación al desarrollo. Primera cuestión, por tanto, que a pesar de ser la inmigración portuguesa de tipo económico, ésta se enmarca en el ámbito de ciudadanos comunitarios y se conduce por políticas diferentes a los inmigrantes del Tercer Mundo. De otro lado, el perfil del emigrante medio de la comunidad portuguesa es del tipo de población joven que ha ido formando familia, con un nivel de vida en mejora progresiva, con trabajo dedicado a actividades diversas de construcción, minería, servicio doméstico y hostelería, y si es temporero con actividad radicada en la agricultura.

Está planteada también una casuística de problemas que aparecen a nivel de la clandestinidad que ha adoptado parte de esta comunidad portuguesa, con extremos de no integración y mendicidad del grupo gitano y otros. Su generalmente desigual y mínima formación escolar y cultural va mitigándose, debido en especial a su dilatada estancia y existencia de programas para adultos y sobre todo por el modélico Programa

RESIDENTES PORTUGUESES EN ESPAÑA, 1990



de Acción Educativa y Cultural que viene difundiendo cada vez a mayor número de localidades, desde que comienza en el curso 1988-89, cubriendo en el séptimo curso de su vigencia una cincuentena de lugares de las provincias de León (donde hay ya 1600 alumnos), Asturias, Burgos, Navarra, Guipúzcoa, Cantabria, Orense, Madrid, Zaragoza, en número de 56 centros escolares de Primaria y 4 de Secundaria (en localidades de León), atendidos por 53 profesores portugueses. Se va ampliando en los últimos años una problemática laboral, derivada de la crisis minera e industrial en España. Problemas de vivienda de las familias portuguesas que residen en las ciudades, en especial no resueltos todavía en la periferia de Madrid. Conflictos también a nivel de la integración en la sociedad autóctona, siendo ésta muy desigual, hasta el punto que existen lugares como las cuencas mineras de León donde está plenamente integrada la comunidad y ya son muy numerosos los matrimonios mixtos, mientras que hay una total marginación social en otros ámbitos como el madrileño y ciertas periferias urbanas del Norte de España.

Después de estas consideraciones sobre la migración de portugueses, las perspectivas de ésta dependerán, además de los condicionantes de la propia sociedad y economía portuguesa, de factores particulares que atañen a su destino en España: La vecindad de las regiones y ciudades españolas, que a la vez sirven de ruta de la emigración portuguesa hacia el resto de Europa. Las crisis profundas de la minería del carbón y de las industrias tradicionales del norte de España reducirán, no obstante, el flujo y atracción de estas áreas e incluso es de prever en determinadas áreas, como León y Asturias, un desplazamiento hacia otros destinos de la emigración o un retorno de ésta a Portugal. Existen, en cambio, buenas perspectivas para el trabajo de servicios en las ciudades y de temporeros en las zonas agrarias. Por todo lo cual, cabe advertir en el futuro inmediato una reubicación de la inmigración portuguesa en España, aproximándose más al modelo de la distribución espacial del resto de las comunidades de extranjeros, concentradas en las áreas mediterráneas y en las grandes ciudades.

BIBLIOGRAFÍA y DOCUMENTACIÓN INÉDITA

- BEL ADELL, M. C. (1989): "Extranjeros en España". *Papeles de Geografía*, 15, pp. 21-32.
- CANO CONTRERAS, F. Director (1987): *El reto de los marginados*. Pamplona, Centro de Promoción de Minorías Étnicas, 246 pp.
- CAVACO, C. (1971): "Migrações internacionais de trabalhadores do sotavento do Algarve". *Finisterra*, 11, pp. 41-83.
- Colectivo I.O.E. (1987): "Los inmigrantes en España". *Documentación Social*, 66.
- EDIS (1987): *Situación y necesidades educativas de los niños portugueses residentes en España*. Madrid.
- EDIS (1989): *Evaluación del Programa de integración de la población portuguesa escolarizada en Centros Públicos*. Madrid, Ministerio de Educación y Ciencia. Inédito.
- GAVIRIA, M. y otros (1990): *Vivienda social y trabajo social*. Pamplona, Editorial Popular.

- GIMÉNEZ ROMERO, C. (1991): "Perfil sociodemográfico y líneas de integración social de la población inmigrante del Tercer Mundo y Portugal en la Comunidad Autónoma de Madrid". En Varios Autores, *El Ingreso Madrileño de Integración*. Madrid, Comunidad Autónoma de Madrid, Consejería de Integración Social, pp. 267-281.
- GIMÉNEZ ROMERO, C. (1992): "Trabajadores extranjeros en la agricultura española, enclaves e implicaciones". *Estudios Regionales*, 31, pp. 121-147.
- GIMÉNEZ ROMERO, C. (1992) "Inmigrantes extranjeros: un nuevo componente del mercado de trabajo". *Economistas*, 52, pp. 222-231.
- GIMÉNEZ ROMERO, C. (Coordinador) (1993): *Inmigrantes extranjeros en Madrid*. Madrid, Comunidad Autónoma de Madrid, 2 vols., 1154 pp.
- GOZALVEZ PÉREZ, V. (1990): "El reciente incremento de la población extranjera en España y su incidencia laboral". *Investigaciones Geográficas*, 8, pp. 7-36.
- GOZALVEZ PÉREZ, V. (1992): "Inmigraciones recientes de extranjeros a España". En *Actas III Jornadas de la Población Española*. Málaga, Universidad de Málaga-AGE, pp. 9-38.
- GOZALVEZ VECIN, J. y otros (1988): "La inmigración portuguesa en las cuencas mineras de León". *Estudios Humanísticos. Geografía, Historia, Arte*, 10, pp. 77-92.
- IZQUIERDO ESCRIBANO, A. (1992): *La inmigración en España, 1980-1990*. Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 262 pp.
- LOPEZ TRIGAL, L. (1991): *La inmigración extranjera en León*. León, Universidad de León, 71 pp.
- LOPEZ TRIGAL, L. (Director) (1992): *Evaluación del Programa Hispano-Luso para la Acción Educativa y Cultural*. León, Ministerio de Educación y Ciencia, 2 vols, 351 pp. Inédito.
- LOPEZ TRIGAL, L., PRIETO SARRO, I. (1993 a): "Caracterización de la inmigración portuguesa y cabo-verdiana en León". En *Actas IV Jornadas de la Población Española*. La Laguna, Universidad de La Laguna-AGE, pp. 611-617.
- LOPEZ TRIGAL, L., PRIETO SARRO, I. (1993 b): "Inmigración portuguesa en ciudades del Norte de España". En *Actas XIII Congreso Nacional de Geografía*. Sevilla, Universidad de Sevilla-AGE, pp. 507-511.
- LOPEZ TRIGAL, L., PRIETO SARRO, I. (1993 c): "Portugueses y caboverdianos en España". *Estudios Geográficos*, 210, pp. 75-96.
- LOPEZ TRIGAL, L., PRIETO SARRO, I. (1993 d): "Portugueses que deciden". *La Comarca del Bierzo*, 17, pp. 12-21.
- LOPEZ TRIGAL, L. (Director) (1994): *La migración de portugueses en España*. León, Universidad de León, pp. 191.
- LOPEZ TRIGAL, L. (1994): "Portugueses y africanos lusoparlantes en la inmigración en España". En Varios Autores, *Inmigración en España en los 90*. Cádiz, Universidad de Cádiz, (en prensa).
- MINISTERIO DE TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL-DIRECCIÓN GENERAL DE MIGRACIONES: *Anuario de Migraciones*. Madrid, varios años.
- MUÑOZ-PÉREZ, F., IZQUIERDO ESCRIBANO, A. (1989): "L'Espagne, pays d'immigration". *Population*, 44, 2, pp. 257-288.
- OLIVARES D'ANGELO, J. (1985): "España, país de acogida de trabajadores extranjeros: situación de portugueses". En *IX Jornadas de Profesores de Derecho Internacional*. San Sebastián, Universidad del País Vasco. Inédito.

- PARDO ABAD, C. J. (1992): "Inmigrantes portugueses en España: Distribución geográfica y consideraciones socioeconómicas". En *Actas V Coloquio Ibérico de Geografía*. León, Universidad de León, pp. 415-422.
- PERALES, J. A. (1992): "Los portugueses. Informe sobre la pobreza y la exclusión social de los inmigrantes portugueses de la Comunidad de Madrid". En *La exclusión*. Madrid, Comunidad de Madrid, pp. 251-265.
- POINARD, M. (1991): "La population portugaise en Andorre". *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*. Tome 62, 2, pp. 217-225.

LA PRENSA FUENTE PARA LA HISTORIA DE LA POBLACIÓN

Celso Almuña
Universidad de Valladolid

Entre las múltiples funciones de la prensa escrita, desde luego no la primigenia ni la principal; pero si de no poca utilidad, está la de servir al historiador como fuente para la reconstrucción del pasado, después de haber vencido éste no pocas reticencias, la mayoría hijas de un incorrecto uso de las mismas ¹.

Si de lo genérico descendemos a campos históricos más acotados, también la prensa escrita, estimo, puede ser aprovechada con ventaja por parte de la Historia de la Población en sus variadas vertientes, aunque lógicamente por unas parcelas concretas más que por otras. A buen seguro, de entrada, habría que desconfiar de la fiabilidad de ciertos aspectos cuantitativos, pero también sernos extremadamente útil e incluso imprescindible para multitud de aspectos de carácter cualitativo: actitudes sociales con respecto a cuestiones tales como natalidad, emigración, etc. En este sentido, esta fuente nos va a resultar fundamental e insustituible. Se impone, por tanto, matizaciones y algunas reflexiones previas, antes de pasar a cuestiones prácticas de indole metodológico.

Para impulsar el desarrollo de una ciencia, aparte de replantearse constantemente los horizontes teórico-metodológicos, junto a la renovación y precisión del aparato conceptual, no cabe duda que la aportación de nuevas fuentes y/o relecturas más diferenciadas es un buen camino para la ampliación de conocimientos.

La Historia de la Población en general y de la Demografía en concreto, pese a su relativa juventud como ciencia autónoma, ha alcanzado sin duda un importante desarrollo científico en el último cuarto de siglo ². La explotación de fuentes clásicas, en muchos casos apenas inexploradas, aun permite sin duda esperar pingües resultados en un futuro inmediato. Sin embargo, la incorporación de estas nuevas fuentes, junto a las clásicas, vendrán, sin duda, a completar a las anteriores y, lo que es más importante, permitir nuevas perspectivas científicas. No se trata, por tanto, de un proceso acumulativo y menos sustitutivo, si no de abrir nuevas ventanas hacia nuevos horizontes.

La más elemental prudencia metodológica, si se quiere para ser más precisos técnicamente, en la primera fase de la investigación o heurística se impone junto al inventario preciso de fuentes disponibles para el tema en cuestión, inmediatamente un discernimiento (conocimiento) de dichas fuentes. Comprobar el grado de fiabilidad (sin olvidarnos que una fuente falsa y/o parcial puede sernos de suma utilidad), así como valorar el alcance y posibilidades de las mismas. En una palabra, en nuestro caso, conocer el Medio (publicación periódica) y sus virtualidades. Máxime si tenemos en cuenta que lo más específico y por lo tanto de utilidad para nuestro caso va a ser todo aquello relacionado con la conformación de corrientes sociales de opinión con respecto a los temas críticos de cada momento: pandemias, poblacionismo, xenofobias, etc. En estos casos, más que ningún otro es preciso saber quién y qué está por detrás.

Dicho de otra forma, no se puede recurrir directamente a un periódico (sea diario, hebdomario o mensual) como si de un libro de bautizos o padrón municipal se tratase.

Independientemente que ambos, al mismo tiempo, precisen un conocimiento previo acerca de las condiciones de su confección, grado de fiabilidad, etc. no siempre tampoco fáciles de complementar.

1. Conocimiento de la fuente.

Parece, pues, imprescindible que el primer paso antes de poder aprovechar la rica información de la fuente periodística es conocer el Medio, al menos en aquellos aspectos que van a condicionar y mejor valorar la información que nos va a proporcionar.

Hay que tener en cuenta que estamos ante una fuente no precisamente estática y pasiva. No se trata de un libro registro confeccionado con mayor o menor precisión por el registrador de turno. Aunque ciertamente también el grado de precisión varía de unas fuentes periodísticas a otras. Aquí nos topamos con unas fuentes diversas (incluso contradictorias en muchos casos) y dinámicas, es decir, creadoras de opiniones (hasta puede que divergentes) las cuales van a condicionar o, tal vez, más modestamente, influir en una u otra orientación o comportamientos poblacionales. Esta segunda vertiente es sin duda la más genuina e importante de este tipo de fuentes.

Desde este planteamiento limitado del cual partimos, el grado de conocimiento que precisamos, puesto que no vamos incluso a pivotar de una forma total nuestra investigación sobre esta fuente, podríamos aceptar el no ser tan exigentes como cuando se trata de utilizar la prensa como fuente histórica para otra serie de parcelas históricas mucho más complejas, escurridizas o tal vez simplemente menos aprehensibles; aunque no debemos olvidar que la historia de la población está muy interrelacionada -a modo de punta de iceberg- con toda otra serie de factores que en muchos casos su grado de implicaciones y sutilezas es muy posible que nos exija un conocimiento muy minucioso para aclarar aspectos, en otro caso, difíciles de dilucidar.

Así varios de los aspectos que nos serían preciso conocer de una ficha hemerográfica completa podremos reducirlos únicamente a los más definitivos y claves para nuestros intereses parciales³.

Una primera pista para conocer a nuestro informante es ya el mismo **título**, subtítulo y/o posibles lemas, los cuales nos pueden proporcionar una pista acerca del tipo de publicación: católica, obrera, etc. de suma utilidad.

Sin duda, que la **cronología** es un dato imprescindible. Siempre lo es en cualquier tipo de historia. No menor lo es el tipo de **periodicidad**. Como regla general, cuanto más frecuente es la periodicidad igualmente menor es la precisión de los datos, aunque mayor las posibilidades de crear corrientes de opinión. Regla de oro que, a mi entender, siempre se debería tener presente.

Es natural que una publicación de periodicidad anual (anuario), por sus mismas características de resumen de un periodo temporal largo, así como por el tiempo disponible para su elaboración y sobre todo la gran ventaja de poder contemplar el fenómeno desde una larga perspectiva, siempre ofrecerá en este sentido muchas mayores garantías que su antagonico el diario.

Este precisamente por la lucha constante contra el reloj (falta de tiempo), por no poder verificar análisis en profundidad (so pena de aburrir y perder en definitiva lectores) y por tener que practicar un constante surfing informativo al cabalgar sobre un impredecible movimiento, sin saber bien la dirección de las cambiantes fuerzas sociales,

imponen en la praxis que esa inmediatez lastre la precisión en aras de la opinión. Aquí lo que se pierde en precisión se gana en impacto social.

En medio de ambos extremos está toda otra serie de periodicidades que sin duda dejan su impronta, quiérase o no; pero que tampoco impide que existan excepciones dignas de ser tenidas en cuenta. Incluso me atrevería a precisar más. El momento de aparición (matutino/vespertino, día de la semana, etc) puede influir, y de hecho influye, para llevar una mayor o menor carga de sensacionalismo y/o de impacto social.

Habría también incluso que afinar un tanto y saber exactamente qué **colección** estamos consultando, lógicamente cuando exista más de una edición. No todas las ediciones son iguales, puesto que en ese caso en pureza no existiría más que una. Suelen introducirse ciertas variaciones en cuanto a ganar a los lectores más rezagados (avanzada la mañana) y/o de áreas geográficas con unas especiales características: población rural/capitalina/provincial/regional, etc. Estas variaciones, lógicamente, caso de existir, debe ser tenidas en cuenta en la medida que pueden revelar receptibilidades diversificadas y comportamientos en definitiva distintos. Sin olvidarnos incluso de la misma **sección publicitaria**.

La existencia de **suspensiones**, fácilmente comprobables con sólo hojear la colección (basta con cotejar día y número del ejemplar), lógicamente no me refiero a si está incompleta, si no a que en origen existieron suspensiones (las recogidas, por efectuarse a posteriori, guardan número correlativo) puede ser un primer dato acerca del tipo de publicación y sus relaciones con el poder. Esto es, estar en oposición a las corrientes dominantes (y en qué grado de radicalidad) o por el contrario navegar a favor de corriente. Bien es verdad que en este sentido habrá que completar la correcta ubicación del Medio con otra serie de datos. Es muy importante, cuando se trata de corrientes de opinión, saber exactamente si estamos ante la excepción o la regla mayoritaria.

Las **características técnicas** de la publicación no dejan de tener también su cierta influencia. No es lo mismo tener que rellenar espacios vacíos que hacer un hueco levantando otra información. No es lo mismo releger los datos o comentarios a un lugar secundario que situarlos en página y lugar preferente. En definitiva, una serie de elementos que avaloran la unidad informativa y por tanto su posible impacto social. No convendría olvidar que una publicación lo es desde el título hasta el pie de imprenta; es decir, que no sólo las editoriales y/o artículos de fondo, así como la sección especializada son de interés, el periódico de cada día como unidad dinámica es posible que un simple anuncio sea más revelador que un sesudo análisis.

A modo de ejemplo visualizable, unas pobladas páginas de esquelas (amén de formatos, datos que aporten etc.) pueden ser más reveladoras acerca del culto y respeto a los muertos que el artículo mejor urdido. En otra dirección, aparición de referencias a bautizos, bodas, etc apuntan hacia otra sensibilidad social. Habría mucho más que decir en este sentido. Conviene comprobar qué se anuncia y cómo se hace, puesto que situará en una buena dirección. Aquí únicamente me interesa reseñar que el periódico es un todo y que las características técnicas condicionan la fuente.

En cuanto a la **empresa editora** no cabe menos que decir que es decisiva en el tipo de producto. No sólo los medios materiales, humanos (redacción) dependen de ella, sino también lo que puede llegar a ser mucho más decisivo, la naturaleza y orientación de la publicación. Que duda cabe que los medios materiales disponibles son básicos para hacer un buen o mal producto.

Los datos manejados, el tratamiento de los mismos, etc. en gran medida dependen de los recursos asignados. Y ya más en concreto el tipo de **redacción**, número, cualificación, organización del trabajo, etc. es en definitiva quiénes elaboran el producto (publicación). Entre estos hay que incluir desde luego y máxime en estos temas a los colaboradores especialistas: médicos, demógrafos, sociólogos y un largo etcétera, según parcela.

La **orientación**, al menos en los asuntos básicos y de largo alcance, es la empresa quién traza las grandes líneas, bien a través del consejero-delegado, del director y/o incluso directamente. A modo de ejemplo tópico, ¿quién va a esperar que en una publicación tradicionalista-carlista o de la 'buena prensa' se va a defender el malthusianismo, por no ponernos incluso en posiciones aun más extremas?. Los ejemplos se podrían multiplicar.

Importa, pues, y mucho, conocer los rasgos fundamentales de la empresa editora, puesto que en definitiva con mayor o menor incidencia se van a proyectar en la correspondiente publicación.

Sin ser independiente de lo anterior, lo que sí cabe son matizaciones debidas a la misma **naturaleza** de la publicación. El encontrar mayor o menor información e incluso el tratamiento dado depende en buena parte de la naturaleza de la publicación. En principio parece más probable encontrar datos útiles a nuestro tema en una revista médica que en una deportiva. Aunque ésta puede tener también cierto grado de interés.

Igualmente decisiva es la **orientación** de la publicación de acuerdo con el espectro social, ideológico, geográfico, etc. cubierto. Por poner un ejemplo, la actitud hacia una determinada política demográfica, aparte de lo dicho anteriormente, va a estar sin duda condicionado por la **tirada** (cuantía) y **tipología** del sujeto receptor. En una zona despoblada parece que sobrecargar las tintas sobre el malthusianismo no tiene mucho sentido y viceversa, aunque luego otra serie de factores cruzados inclinen el tema por derroteros bien distintos.

En definitiva, no se trata de agotar el tema, únicamente de llamar la atención sobre aquellos aspectos que me parece son los más importantes a la hora de conocer y valorar este tipo de fuentes, con la finalidad de poderles sacar el mayor partido posible.

2. La orientación dentro del bosque informativo.

Una vez conocida la fuente es cuando podemos pensar en aproximarnos a ella, no penetrar aun en su contenido. Todavía hay algunas cuestiones que tenemos que aclarar previamente antes de enfrascarnos en el análisis del contenido.

Lo primero que llama la atención, al que no está acostumbrado a este tipo de fuentes, es la cantidad de unidades informativas y mucho más la 'dispersidad' aun de información. Segundo, acostumbrado a otro tipo de fuentes monográficas y monotemáticas e incluso perfectamente organizadas (cronológicamente, alfabéticamente, etc.), aquí el investigador novel se siente totalmente perdido. Inmediatamente se pregunta: ¿dónde está lo que a mi interesa?. Posiblemente se sienta perdido y decida abandonar, incluso con el pseudoconvencimiento de que ahí sobre el tema en cuestión no hay nada al menos que merezca la pena y justifique el esfuerzo. De entrada, está equivocado con casi toda seguridad. Otra cosa es, si realmente

compensa tiempo y esfuerzo necesarios. Esta es ya otra cuestión de planificación y rendimientos.

Apenas vencida esta resistencia inicial, inmediatamente le asalta una impotencia frustrante o puede, por el contrario, un entusiasmo no justificado. El entusiasmo se desencadena al encontrar en medio de semejante bosque de unidades informativas una que reputa inmediatamente como perla documental. Su misma perplejidad le lleva a agarrarse automáticamente a algo que muy posiblemente no justifique tales desbordamientos. Hasta es muy probable que con un título y entradilla (lead) periodístico, que promete mucho más de lo que luego realmente ofrece (en argot enganchar al lector) termine también el investigador 'enganchado' del tema, en vez de situarse en una posición distante y crítica.

El estar en letra de molde, máxime quien está acostumbrado a manejar fuentes manuscritas, le deslumbra inmediatamente. Es la magia de la letra impresa en una cultura academicista. Parece que tiene que ser cierto por el mismo hecho de la impresión y porque además se difundió ampliamente. Necesidad de conocer la tirada. En este caso, tal vez convendría recordar el dicho popular: 'el periódico aguanta lo que le echen.' Pero inmediatamente apuntar -salvo quedarse anclado en obsoletos terrenos positivistas- que incluso esa no posible 'verdad' ha sido capaz de crear opinión. Y este es un dato histórico tan o más importante que la chata consideración positivista. Poco importa que sea cierto o no, lo importante históricamente (no estamos hablando de ética) comprobar en qué medida ha sido capaz de crear opinión y desencadenar una acción social.

Ante todo, a lo que realmente hay que hacer frente es a la sensación de impotencia que asalta al novato ante este tipo de fuentes. Se dan invariablemente dos posturas -igualmente extremosas-, de acuerdo con el temperamento y sobre todo preparación del investigador: el que lo recoge todo y al que nada le sirve. El entusiasta comienza, antaño, por copiarlo todo; el de ayer, a hacer montañas de fotocopias, que se convierten de hecho en auténticas 'hojas volanderas' en vez de partes de conjunto, al no situarlas dentro de sus coordenadas naturales. Hoy, gracias a los ordenadores, y no digamos mañana con el escaner, se nos amenaza con tanta letra, en vez de síntesis, como número de ejemplares tiene la colección, con addendas incluidas. La amenaza positivista es más que probable.

El otro extremo, está representado por el nervioso y/o pesimista, igualmente desorientado, que nada le sirve. Pasa las páginas de la publicación a tal ritmo que es imposible realmente que se entere ni de los titulares. No encuentra absolutamente nada útil para su investigación después de revisar montañas de ejemplares.

Tanto en un caso como en otro, y sirva la caricatura de aviso, el meollo de la cuestión radica fundamentalmente en dos errores básicos de partida: primero, es posible que hayamos echado mano de una fuente que nada nos pueda aportar sobre el asunto en cuestión; segundo, y suele ser lo más frecuente, que no sepamos interrogar a la fuente, que no tengamos hipótesis de trabajo.

En el primer supuesto, puede ocurrir ciertamente que la fuente realmente nos puede aportar muy poco, dadas sus características intrínsecas y nuestra propia propuesta. No toda la prensa es igual, aunque lo parezca desde fuera. Tiene sus indudables virtualidades, pero también limitaciones notables. Este caso, lo recomendable es buscar otra fuente periodística de naturaleza distinta o recurrir a otro tipo de fuentes.

Por el contrario, y suele ser lo más frecuente, cuando todo sirve o, en el otro extremo, nada resulta aprovechable lo que realmente falla es la metodología. No hay hipótesis de trabajo. No sabemos qué preguntar. Cuando no sabemos exactamente lo que buscamos es imposible que lo hallemos. De ahí que el 'previsor' lo recoja todo y al pragmático nada le sirva. Bien entendido, que esas preguntas (hipótesis) no debe ser inflexibles sino que en un diálogo constante con la fuente nos permitirá ir ampliando y matizando las preguntas y enfoques iniciales. En otro caso, lo que trataríamos era de demostrar algo a priori y a buen seguro que algunos argumentos -no razones- encontraríamos a favor de nuestra tesis. Pero, no debemos olvidar, que la parte no es el todo. De ahí las tergiversaciones o interpretaciones escoradas.

En suma, antes de iniciar el interrogatorio de la fuente, máxime cuando ésta está compuesta de miles de pequeñas vocecillas, es imprescindible tener muy claras dos cosas: idoneidad entre fuente e interrogatorio; claridad y precisión en las preguntas. Otra cuestión distinta es dónde encontrar las respuestas que nos sirvan en medio de tanto bosque de papel impreso y luego cómo valorar dichas respuestas.

3. Dónde localizar las respuestas.

Al no disponer del vaciado completo, ordenado y clasificado del contenido de la fuente (periódico) en cuestión es preciso trabajar prácticamente como siempre se ha trabajado con la documentación histórica; esto es, de forma artesana. Otra cosa será en el futuro cuando los nuevos medios técnicos y humanos nos permitan ese soñado acceso rápido y completo a la información. Hay que pensar que posiblemente dada la naturaleza de estas fuentes (impresas y con cierto orden interno) sean las más fáciles de ser incorporadas por la nueva informática. Mientras tanto, hay que trabajar de forma tradicional. Sin embargo, cabe hacer algunas precisiones para tratar de hacer viable o al menos aligerar la localización de la información histórica que nos interesa.

Un buen muestreo, en casos, puede ser un sucedáneo suficiente para evitarnos tener que consultar el conjunto documental o al menos el grueso de la misma (colección), cuando se trata de un estudio no de carácter cuantitativo y por lo tanto la exactitud matemática del dato no es imprescindible. Ahora bien, el muestreo tiene muchos inconvenientes e incluso puede sesgar claramente las conclusiones. No sólo se trata de tener unos conocimientos mínimos de carácter técnico de cómo establecer el muestreo si no también del conocimiento del Medio, puesto que en muchos casos el medio introduce sesgos que se nos pueden escapar a simple vista. No es lo mismo, pongamos por caso, fijarnos únicamente en el ejemplar del domingo o de cualquier otro día de la semana. Si hacemos la selección por meses, tampoco serían representativo los ejemplares del mes de agosto del conjunto anual. Así, mediante el recurso al sistema del muestreo nos podemos ahorrar mucho tiempo, pero también introducir serias desviaciones.

Otra variante del muestreo, más bien habría que denominarlo de selección, consistiría en fijarnos únicamente en determinadas partes de la fuente: secciones fijas.

Si lo que buscamos es datos -información cuantitativa- el punto de mira lo debemos dirigir a secciones especializadas. Muchas publicaciones consagran una sección fija a temas de carácter más o menos demográfico. Así no es extraño encontrarnos con secciones fijas del tipo: "Nacimientos", "Fallecimientos" (Obitos), etc.

Incluso resúmenes estadísticos semanales, mensuales o anuales de carácter demográfico, especialmente en épocas catastróficas.

Mayor dificultad presenta, y no debemos olvidar que es donde mayor rentabilidad informativa vamos a encontrar, cuando se trata de cuestiones referidas a la compleja y amplia historia de la Población. Precisamente porque podemos apuntar en direcciones bien diversas, desde factores demográficos a comportamientos sociales -con una buena componente de elementos psicológicos- hasta políticas poblacionistas y un largo etcétera, la idoneidad y especificidad de la información tiene que ser igualmente diferenciada.

Desde luego, cuando se trata de períodos cortos, épocas catastróficas en que los temas demográficos se convierten en centro de preocupación social, indudablemente debemos consultar todas y cada una de las secciones del periódico -anuncios incluidos- puesto que en los lugares más dispares y de forma indirecta el tema se torna omnipresente.

Cuando la investigación trata de abarcar un amplio período y/o la consulta de diversas fuentes hace difícil, cuando no imposible, una consulta universal, podemos recurrir a la selección de espacios. La editorial o artículo de fondo no debemos olvidar que es el compendio oficial de los puntos de vista de los responsables últimos de la publicación. En casos, ciertos colaboradores habituales y solventes -firmas del periódico- también se pueden aproximar bastante a lo que son las líneas directrices de la publicación con respecto al tema en cuestión. Estos, generalmente, suelen ir en una página muy concreta, la cual termina por convertirse en lugar de debate semifuncionario del periódico.

Lo cual no quiere decir que de vez en cuando no se introduzcan voces discordantes. Así debiera ser si de una ágora o lugar de debate de las principales corrientes de opinión se tratase. Sin embargo, en la praxis las voces discrepantes del 'invariante' (personalidad de la publicación) bien por retraimiento de los discrepantes bien por los obstáculos interpuestos por los responsables de la publicación, los contraargumentadores no suelen aparecer tan frecuentemente como los 'pro domo suo'. Bien entendido, que tampoco porque aparezca una voz discrepante se debe supervalorar. Lo importante en prensa para crear opiniones es que se establezca campaña; es decir, reiteración y convencimiento.

Otro aspecto a tener en cuenta, y muy importante en prensa, puesto que el grado de impacto en el lector es diferenciado, es el lugar en que aparece la unidad informativa: primera, última, impares, pares, etc. Así como la valoración de la unidad en función de una serie de recursos periodísticos. La misma unidad informativa tiene una repercusión, un impacto en el lector (crear opinión) muy distinta en función de una serie de recursos periodísticos.

Desde un punto de vista práctico, agavillar información útil, las secciones especializadas, son las más rentables. Claro que dada la amplitud de la temática posiblemente haya que recurrir a varias secciones. Así, mientras los 'Ecos de Sociedad' puede ser que tengan un valor muy relativo -todo dependerá de la orientación- en la 'Sección Religiosa' podemos encontrar posicionamientos muy claros con respecto a determinados comportamientos poblacionales. No digamos, de la Sección Económica o de la misma Sección Publicitaria. Cada sección acoge a temáticas relativamente homogéneas, pero nunca monográficas, puesto que el variado acontecer es muy difícil de someterlo a un cliché uniforme. En cualquier caso, la referencia a la división en

secciones debe ser tenida en cuenta en aras a una economía de esfuerzos a la hora de la búsqueda.

No ocurre así en la prensa antigua (decimonónica), pero sí a medida que nos acercamos al presente, aunque también la naturaleza de cada publicación introduce sus variantes, las titulaciones es un medio que no sólo nos facilita la búsqueda a nosotros, si no que además hay que tenerlo en cuenta como elemento importante de valoración, es decir, de destacar una unidad informativa. Así los títulos destacados nos facilitan la localización de la unidad informática a la vez que nos está diciendo que en su momento los responsables de confeccionar la publicación consideraron que era un elemento que debía ser destacado. Los titulares son como faros que nos orientan en la búsqueda, pero también no debemos olvidar que en su momento desempeñaron el importante papel de atraer la atención del disperso lector precisamente hacia ese centro de focalización.

Algo similar y hasta es posible que con mucha más razón de lo predicado para los titulares se pueda afirmar de los elementos gráficos, desde fotografía, gráficas, etc. que nos pueden ofrecer más información, tras una interpretación adecuada, que el más extenso de los artículos.

No siempre ocurre que el espacio dedicado a una unidad informativa tiene una relación directa con su importancia. Desde luego esta regla no sirve para la primera y alguna página más. Pero, hablando en términos generales, si podríamos decir que la cantidad de espacio destinado a una información estaría en relación directa a su importancia. Aparte de que nos pueda servir el espacio para una valoración posterior de impacto, desde una perspectiva únicamente cuantitativa, de momento nos permitirá, desde estas orientaciones prácticas que aquí se tratan de dar para facilitar la búsqueda, en términos generales prescindir de esas pequeñas noticias ('gacetillas') o a lo máximo pasar de puntillas sobre ellas. Claro que para temas de mentalidad o similares, a veces, son precisamente perlas valiosas estos pequeños sueltos.

Los folletines, generalizados en el XIX, en principio no parezcan que tengan mucho que ver con la temática. Claro que todo depende de la relación o vinculación que establezcamos entre literatura e historia. Ciertamente en los folletines o novelas populares - a veces se incluyen ahí informes diversos- aparecen reflejadas mentalidades que se traducen en acuerdo con los comportamientos demográficos y/o poblacionales.

Por último, hay que llamar la atención sobre la Sección Publicitaria (Anuncios). No sólo es una muestra de la evolución económica y de los gustos y posibilidades de consumo, sino también de determinadas mentalidades y actitudes. No queremos caer en ejemplos caricaturescos e incluso tópicos que encontramos, por ejemplo, en la prensa decimonónica de 'amas de cría' e incluso algo más chocante y de sentido bien distinto, los hombres que se ofrecen como sementales. Anécdotas aparte y sin elevarlas tampoco a categoría, sí que nos revelan determinados usos y/o necesidades sociales. Sin duda, una inteligente lectura de esta sección nos puede proporcionar resultados satisfactorios.

En cualquier caso, a medida que nos familiarizamos con la consulta de este tipo de fuentes, dada la facilidad de lectura, que cada confeccionador lógicamente se termina por repetir invariablemente y que tampoco son tantos los recursos a los que se puede echar mano, la consulta termina por agilizarse a medida que vamos profundizando en la investigación y la experiencia en el manejo de este tipo de fuentes va aumentando.

No resulta tan difícil ni tan compleja como en principio cabe imaginar. Hay, ciertamente, otras fuentes más difíciles de consultar.

4. Valoración de las respuestas.

Aparte de los datos más o menos concretos y su grado de fiabilidad como elementos a partir de los cuales vamos a levantar la interpretación histórica, con las fuentes periodísticas hay que tener además una consideración previa, que han sido pensadas para crear opiniones. Por tanto, su proyección social debe ser tenida en cuenta como un elemento principal de la interpretación. Incluso más, es precisamente esa virtual capacidad de crear opiniones y de mover a la acción lo esencial de esta fuente y lo que ella únicamente nos puede ofrecer: conocimiento del discurso. Bien es verdad que el para conocer el posible impacto de esos mensajes habrá que recurrir a otras fuentes, no siempre abundantes y casi siempre imprecisas.

Se debe, pues, tener en cuenta que no es un discurso cerrado. Me atrevería incluso a afirmar más, que no existe 'per se', si no es en la medida que ha sido capaz de crear opiniones. Es decir, tiene vida precisamente fuera de sí. Mientras no ha sido distribuido y leído no está cerrado el círculo de virtualidades. Es más, el ejemplar que se han quedado para registro de la hemeroteca -el cual precisamente nos sirve para consultar-, en puridad, ha sido un ejemplar fallido; es decir, que no ha cumplido exactamente para lo que fue concebido: conformar opinión, aunque sí lo hayan hecho su mucho gemelos.

Por lo tanto, decía anteriormente, a diferencia del documento clásico, no es tanto la información concreta que nos proporcione, por mucha y precisa que sea -bien venida sea-, como la virtualidad del discurso, que conocemos -gracias a la consulta de los fondos- a la hora de conformación social. Por tanto, la simple valoración positivista del documento, debe dejar paso a otra mucho más compleja, que demanda una nueva interpretación histórica.

Ciertamente esta segunda vertiente es la más rica, pero también la más difícil de manejar teóricamente. Es la ventana que nos permite abrir un nuevo panorama e incluso una nueva posible interpretación. Dejar apuntada únicamente la posibilidad sin que aquí podamos adentrarnos por este nuevo camino.⁴

5. La prensa y la historia de la Población.

Decíamos anteriormente que la prensa podía ser una fuente universal para la reconstrucción demográfica e historia de la Población. También introducíamos una serie de reservas y matizaciones. Aquí quisieras señalar algunos temas, de entre la rica diversidad que abarcan estas nuevas disciplinas, para los cuales esta fuente fuese más útil e incluso imprescindible. Pongamos dos posible supuestos, uno cronológico (un período histórico concreto) y otro diacrónico (temático).

Es para momentos de carácter catastrófico o simplemente delicados desde el punto de vista demográfico cuando el recurso a la prensa puede ser imprescindible. Ciertamente hay otra serie de fuentes que nos van a proporcionar con los datos bastante más exactitud. Posiblemente también con una inversión de trabajo mucho mayor. Pero lo que esas fuentes clásicas no nos van a ofrecer, o al menos en mínima

parte, son las medidas y repercusiones sociales que acompañan a tales situaciones. Desde medidas de política sanitaria, temores, reacciones, consecuencias sociales y un largo etcétera. Pensemos en alguna de las arremetidas periódicas del cólera morbo, gripe, y toda serie de pandemias de etiología diversa, incluyendo el actual sida.

En estos casos, aparte del registro minucioso del número de óbitos, es tanto o más importante conocer los efectos psico-sociales desencadenados. En otro caso, de encerrarnos en esa miope visión positivista, prácticamente no entenderemos nada, salvo el ser unos minuciosos contables o registradores de datos del pasado. Sin datos no hay historia, pero la simple erudición no es historia. Es la dimensión social lo que realmente interesa y tiene trascendencia científica.

El segundo posible estudio de carácter diacrónico o temático para el cual la prensa resulta como fuente insustituible es para aquellos temas de trascendencia o de encontrados debates sociales. Podríamos referirnos a muchos, desde políticas y métodos malthusianos hasta todo lo contrario. La última conferencia del Cairo (1994) es reveladora en este sentido de las enconadas diatribas, que superan y con mucho todas las posibles estadísticas -que son imprescindibles- que podamos aportar. El tema es en el fondo omnipresente por sus implicaciones y ramificaciones.

Podríamos traer a colación muchos otros temas, pero, desde una perspectiva histórico-sociológica, está el tan interesante y actual tema demográfico y poblacional de los trasvases de población por emigración. Desde las famosas emigraciones del año 2000 y 1200 a. J.C. hasta los grandes trasvases, más pacíficos, pero no exentos de rechazos y xenofobias, cuando no descarado racismo, es uno de los temas que ha apasionado y conmocionado a las diversas sociedades. Basta que nos centremos en la edad contemporánea -momento a partir del cual disponemos de este tipo de fuentes, aunque se podrían decir también cosas con respecto a otro tipo de fuentes y su posible similitud metodológica para períodos anteriores-, pues bien, en las dos últimas centurias los movimientos migratorios han sido notables y de signo diversos. Hemos pasado de una Europa emisora a una Europa receptora, aparte de otra serie de consideraciones que no vienen al caso.

En suma, que el análisis de grandes movimientos de masas de población no lo podemos reducir únicamente a un simple registro cuantitativo. Hay otros muchos factores, aparte de la estadística, tan o más importantes en este tipo de asuntos. No es sólo el número de personas movilizadas. Ni siquiera en muchos casos la objetiva capacidad de acomodo de la sociedad receptora los que son tenidos en cuenta a la hora de la verdad. Elementos de tipo ideológico, cultural, político, psicológico, etc. son tanto más determinantes que los estrictamente demográfico.

De ahí, que sea imprescindible el recurrir a otro tipo de fuentes, al margen de las clásicas del tipo registrales, para tratar de dar respuesta a estos complejos elementos que entran en juego constantemente y de forma tan directa y determinante en la mayor parte de los casos. Es el plural y hasta contradictorio discurso público el determinante o condicionante, al menos la parte visualizable del iceberg, del complejo tema objeto de estudio. Aquí tenemos un supuesto donde el recurso a esta fuente se torna imprescindible, incluso para aquellos más desconfiados positivistas.

Sin duda que podríamos apuntar toda otra gama de temas para los cuales el recurso a esta fuente fuese muy conveniente cuando no imprescindible. No se trata de entrar en casuísticas, por supuesto. Pero incluso en la clásica reconstrucción de familias, donde las fuentes son muy otras y muy laboriosas, por cierto, cuando nos movemos

en determinados niveles y tratamos de comprender mentalidades y actitudes con respecto al tipo de familia por parte de autoridades y élites sociales. Repercusiones sociales de natalicios, nupcialidades, óbitos. Dimensión social de pandemias. Repercusiones de factores de tipo extraordinario: hambrunas, guerras, etc.

6. A modo de conclusiones prácticas.

1. La ampliación de fuentes es siempre deseable si queremos ensanchar el territorio del historiador y la riqueza interpretativa.

2. La prensa como fuente ha sido siempre más utilizada en la práctica que reconocida explícitamente como tal.

3. Estamos bastante carentes de una reflexión metodológica e interpretativa de las posibilidades de esta fuente y sus posibles virtualidades.

4. También la Demografía en concreto y la Historia de la Población en general pueden y deben sacar provecho de esta fuente.

5. Lo que si resulta imprescindible antes de su utilización es un conocimiento mínimo de la misma circa-empresarial e intra-redacional. Es necesario conocer el posicionamiento y puntos de vista de los emisores responsables.

6. En la lectura (interpretación) del discurso hay que tener en cuenta toda una serie de aspectos, que van desde qué se dice, cómo se dice, qué se pretende y con qué resultados sociales.

7. Dada la especificidad de esta fuente, cuyo objetivo último es 'manipular' (no se entienda el término en un simplista sentido peyorativo), es fundamental al discurso los efectos que éste es capaz de desencadenar en el medio social al cual trata de conformar. Resultando este aspecto, en puridad extradiscursal, se lo que realmente se torna históricamente básico. El documento no se agota, por tanto, en sí mismo, sino que su real importancia radica en la medida en que sea capaz de crear esa nueva realidad virtual resultante.

8. La opinión pública resultante, independientemente de la mayor o menor positividad, se convierte en un elemento, en muchos casos decisivo, tanto para una visión demográfica como para la más amplia de tipo poblacional.

9. Ciertamente ni la prensa sirve para todo, no es una fuente universal, aunque ciertamente más amplia de lo que solemos pensar, dadas nuestras limitaciones metodológicas, ni para todos los temas tiene la misma rentabilidad. Si para algunos resulta imprescindible su consulta, para otros su utilidad y rentabilidad posiblemente sea muy discutible.

En suma, una nueva fuente, que utilizada con cautela y conocimiento, desde luego que no va a ser la panacea universal, pero que correctamente utilizada, tras la oportuna preparación metodológica, puede servirle al imaginativo historiador demógrafo o poblacional (también sociólogo, economista, geógrafo, etc) para enriquecer, ensanchar y hasta reinterpretar sus conocimientos. Nada más ni nada menos.

NOTAS

1. En esta vertiente, puede consultarse Celso Almuiña: "La prensa como fuente histórica". *Haciendo historia. Homenaje a Carlos Seco*, Madrid, Universidad Complutense, 1988 pp. 615-624.
2. En la historiografía española, se suele citar como fecha importante el Congreso de Santiago de Compostela, Metodología Aplicada a las Ciencias Históricas (abril, 1973), Aparición de la publicación en 1975 -*Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada a las Ciencias Históricas*, Santiago, Edit. Fundación March y Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago- como el primer momento realmente significativo. El segundo gran momento vendría dado por la celebración en 1983 (diciembre) de las I Jornadas de Demografía Histórica en Madrid, junto con la creación de la ADEH (Asociación de Demografía Histórica). El tercer momento, 1988 con la interesante aportación (estado de la cuestión), *Demografía histórica en España*, (Vicente Pérez Moreda y David-Sven Reher, edis), Madrid, Edic. el arquero.
En cuanto a Portugal, aparte de interesantes y renovadoras aportaciones anteriores, podemos confiar en esperar una renovación y un importante impulso de los estudios de este tipo, después de las Jornadas "População Portuguesa. Historia y Prospectiva" (1994), de la mano de CEPFAM (Centro de Estudos da População e Família), además de todos los ambiciosos proyectos allí planteados.
3. Celso Almuiña: *La Prensa Vallisoletana durante el siglo XIX*. Valladolid, 1977, especialmente Vol. I, pp 377-396. Ficha hemerográfica.
4. Celso Almuiña: "Medios de Comunicación Social, poder de manipulación y capacidad de transformación", *Actas. Prensa y Sociedad en la España Contemporánea*. Murcia, 1995; " La Opinión Pública como factor explicativo e interpretativo". *Bulletin d'histoire contemporaine de l'Espagne*, Bordeaux, núm. 21 (1995)

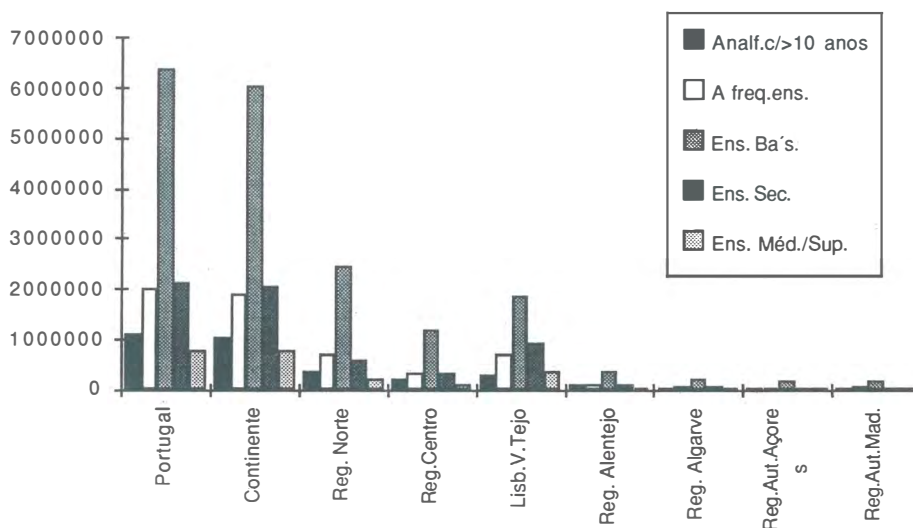
SOBRE A DEMOGRAFIA ESCOLAR

Jorge Carvalho Arroteia
Universidade de Aveiro
(Departamento de Ciências da Educação)

1. A PROPÓSITO DE UM CONCEITO

A publicação dos dados do último recenseamento geral da população portuguesa permite-nos apreciar uma das tendências que se vinha a esboçar nos censos anteriores, relativa ao crescimento moderado dos habitantes, por via da evolução dos movimentos natural e migratório, bem como a alteração significativa das suas estruturas demográficas. Por outro lado estes dados permitem-nos ajuizar do nível de instrução da população do país, segundo o grupo etário e o sexo, por NUTII e NUTIII no Continente e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (Figura 1).

FIGURA 1 – POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO A FREQUÊNCIA E O NÍVEL DE ENSINO ATINGIDO - 1991 (NUTII)



Fonte: INE

A apreciação destes elementos, embora merecendo outro tipo de análise mais detalhada por municípios, não deixa mesmo assim de nos servir de base para recordar alguns aspectos relativos à "demografia escolar" – como ramo especializado da Demografia interessado no estudo quantitativo da população escolar (Arroteia, 1991.b; 180) e à sua importância no diagnóstico do sistema educativo. A pertinência da consulta destes elementos resulta fundamentalmente do interesse de se proceder a um levantamento exacto da procura e oferta dos equipamentos educativos, bem como da

identificação dos desequilíbrios existentes no acesso e no sucesso educativos com vista não só à elaboração das projecções relativas às necessidades de escolarização, mas também da elaboração de propostas que assegurem uma *igualização das condições de ensino e o respeito por certas normas de utilização dos espaços e dos professores* (IIPE; 1982; 16).

Por outro lado a apreciação de alguns indicadores relativos à população escolar (número actual, sua distribuição por ciclos de estudo, sua evolução no tempo e duração da "esperança de vida escolar") e ao nível de instrução dos restantes habitantes constitui um auxiliar precioso que nos permite apreciar o estágio de bem estar social num determinado território. Recorde-se que os valores indicativos de um crescimento negativo da população escolar e os baixos níveis de instrução dos habitantes fazem-se geralmente acompanhar de outros índices reveladores de repulsão demográfica, indiciadores de um fraco nível de desenvolvimento social, económico e cultural dessas regiões. Como o referimos noutra local *em qualquer sociedade o acréscimo da esperança de vida traduz uma melhoria significativa das condições de vida, de bem estar e de desenvolvimento sócio-económico dessa população, sendo certo que quanto mais elevada for a esperança de vida escolar-média de uma população, tanto maior será o seu nível sócio-cultural e as perspectivas de um crescimento mais harmonioso dos diversos sectores de actividade* (Arroteia; 1991.b; 125).

Note-se que a apreciação da população escolar (docente e discente) tem vindo igualmente a merecer uma atenção crescente por parte de cientistas com formação diferenciada (e não só dos pedagogos) que se ocupam do estudo das diversas questões relacionadas com o nosso sistema educativo, bem como das suas disfunções e contrastes. Por esta razão nos parece oportuno recordar algumas noções e métodos de análise utilizados em demografia que nos poderão servir para a melhor compreensão do sistema educativo e das suas relações com os demais sistemas sociais.

Confiemos em algumas definições. Para Girard (1970; XVIII), a "demografia escolar" estuda as características, a evolução, a distribuição e frequência da população nos diferentes graus de ensino, a duração de cada ciclo de estudos, os abandonos e as "migrações" entre os diferentes ciclos, tendo em conta que as *reprovações e os abandonos estão ligados a fenómenos patológicos e a causas exógenas relacionadas com o sistema escolar, ou endógenas em ligação com as aptidões individuais*.

Por outro lado a "demografia escolar" não deixará igualmente de se interessar pelo conhecimento das características do corpo docente, relativas ao número e estrutura por sexo e idades, às qualificações profissionais, à sua origem social e geográfica bem como à sua distribuição espacial e por níveis de ensino, por forma a auxiliar a entender as condições reais de democratização da educação e nesse sentido ajudar as tomadas de decisão relativas ao planeamento e à política educativa.

Neste sentido o campo de estudo da "demografia escolar" ultrapassa o mero conhecimento da estrutura e dos movimentos da população para se interessar pelas condições associadas ao desenvolvimento económico, às reformas sociais e à inovação tecnológica das sociedades pós-industriais, identificadas por uma *hierarquia de sistemas de naturezas diferentes* (Touraine; 1982; 103) e elevado grau de diferenciação.

2. OS EFECTIVOS ESCOLARES: SIGNIFICADO E TENDÊNCIAS

De acordo com as citações anteriores e sem esquecer que a demografia é *uma ciência que tem por objecto o estudo das populações humanas e trata da sua dimensão*,

da sua estrutura, da sua evolução e dos seus caracteres gerais encarados principalmente de um ponto de vista quantitativo (Girard; 1982; 137), pensamos de imediato nos efectivos escolares. Note-se que o aumento destes efectivos registado há mais de dois séculos nos países industrializados do ocidente europeu, só tardiamente, no termo da 2ª guerra mundial é que se tornou extensivo aos restantes países, principalmente aos que a partir de então experimentaram os efeitos directos da chamada revolução industrial. Inicialmente aquele aumento da população escolar verificou-se apenas no ensino elementar (séculos XVII e XVIII) e a partir do século XIX passou a registar-se no ensino secundário (cf. Clerc; 1974; 235), produzindo os mesmos efeitos que mais tarde, a chamada "explosão escolar", acabaria por originar nos diferentes sistemas educativos.

Pelo contrário o aumento dos efectivos escolares no ensino superior não se explica tanto pelo crescimento total da população nem acompanha sistematicamente a evolução dos seus movimentos naturais. Resulta do acréscimo da população dos jovens que em cada ano e para além da escolaridade obrigatória, prosseguem os seus estudos numa escola ou numa universidade, sugestionados tantas vezes pelas perspectivas de mobilidade profissional e social conferidas pela titularidade de um diploma de estudos superiores.

De realçar que acréscimo da população neste subsistema de ensino é uma consequência das grandes transformações sociais, económicas e tecnológicas decorrentes do processo de revolução industrial, cujas consequências se traduzem hoje em dia por um envelhecimento dos habitantes e redução drástica da fecundidade, por um crescimento urbano acentuado e por uma maior igualdade de sexos e mobilidade social.

Este fenómeno verifica-se de igual modo nos países mais industrializadas e nos que se encontram em vias de desenvolvimento onde ocorrem o mesmo tipo de fenómenos, salvo no que respeita ao envelhecimento dos habitantes uma vez que os valores de natalidade persistem, nestes casos, ainda bastante elevados. Tal situação constitui um dos entraves ao desenvolvimento da educação em virtude dos investimentos a realizar não só neste sector mas igualmente na economia, na saúde, na assistência social, etc., tanto mais necessários quanto maior fôr o ritmo de crescimento da população. Com efeito embora nas economias tradicionais a população seja considerada uma força produtiva por excelência, e seu crescimento contínuo implica a realização constante de investimentos demográficos sobre o rendimento nacional para garantir a manutenção do nível de vida anterior (Girard, 1968, 24), estando calculado que um crescimento anual da ordem de 1% custa, para manter o nível de vida anterior, 5% a 8% do rendimento nacional e um crescimento anual de 2% a 2,5% supõe a imobilização de 12% a 22% do rendimento nacional (Girard; 1968; 23).

Repare-se que a par destas dificuldades, de natureza económica, a progressão nos estudos da população jovem é muitas vezes contrariada pelo próprio sistema de ensino, em regra mal adaptado ao número crescente de alunos e tantas vezes às necessidades de desenvolvimento actuais. Por outro lado as perspectivas de mobilidade crescente e de acesso aos estudos superiores ou do exercício de funções elevadas na vida social não é idêntica para as crianças dos diferentes meios. Daqui decorre que embora a melhoria do nível de instrução de uma população seja vital para o desenvolvimento económico e social de um país, o seu crescimento rápido não deixa de constituir um obstáculo em virtude da necessidade dos investimentos demográficos.

Retomando o caso português a duração da escolaridade obrigatória passou, depois da publicação da *Lei de Bases do Sistema Educativo* – Lei nº 46/86 – para nove anos, período que veio a oscilar várias vezes desde o início deste século. Recordamos a sua

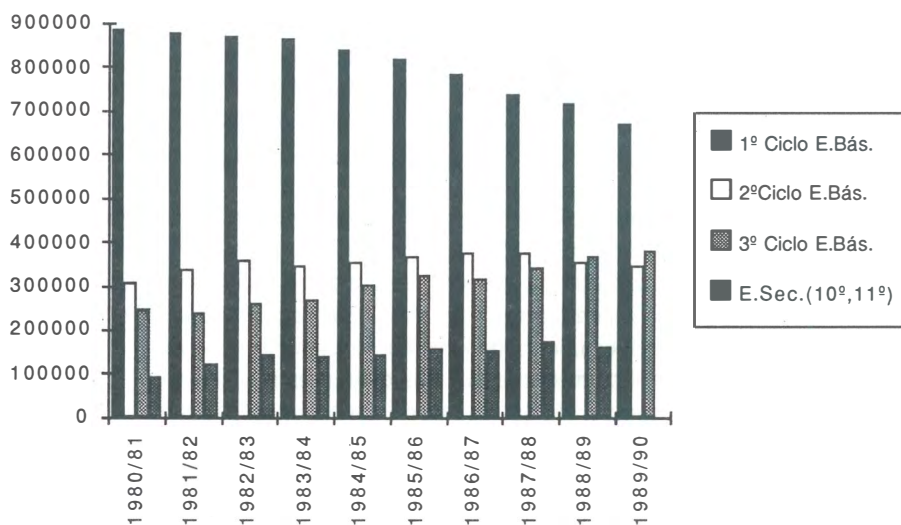
duração de cinco anos desde 1919, e a sua redução para três anos estabelecida em Março de 1930; o seu alargamento para quatro anos a ambos os sexos em Maio de 1960 – pondo assim termo a uma situação existente desde 1956 que tornara o ensino obrigatório de quatro anos para os rapazes e de três anos para as raparigas – e finalmente o seu alargamento para seis anos em 1964.

Como compreendemos o alargamento do período de escolaridade acompanhou os esforços de "democratização" do ensino sentidos no nosso sistema educativo, devido às pressões feitas pelos restantes países europeus para o alargamento do período de escolaridade obrigatória. Por estas razões o aumento da população escolar não deixou de se acentuar no decurso dos últimos anos, principalmente nos ciclos de estudo posteriores.

Alguns valores recentes relativos ao continente, podem comprová-lo. Entre 1980/81 e 1989/90, o número de alunos inscritos no 1º ciclo do ensino básico, passou de 825824 para 626553; as inscrições no 2º ciclo do ensino básico passaram de 285646 no primeiro ano para 316415 no último; as inscrições no 3º ciclo do ensino básico subiram de 230087 no primeiro caso para 346930 no último e o nº de matrículas no 10º e 11º anos, passou de 90134 em 1980/81 para 129872 em 1988/89. Note-se que em relação ao ensino médio e superior estes valores passaram de 78300 para 146787 respectivamente no primeiro e no último ano referidos.

Os valores anteriores mostram como o aumento geral dos alunos registado nos diferentes níveis de ensino acusa já um decréscimo acentuado da população no 1º ciclo do ensino básico, em consequência da redução das taxas de natalidade registadas na população portuguesa de há alguns anos a esta parte (Figura 2). Pelo contrário no que respeita aos restantes níveis de ensino continua a verificar-se um acréscimo devido quer ao aumento da "esperança de vida escolar" quer ao alargamento da própria rede e às perspectivas de mobilidade social esperadas pela titularidade de um diploma (Quadro I).

FIGURA 2 – EVOLUÇÃO DO Nº DE ALUNOS



Fonte: M.E.

**QUADRO I – EVOLUÇÃO DO Nº DE ALUNOS MATRICULADOS
NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO**

Nív. Ens.	84/85-85/86	89/90	90/91	91/92	92/93	93/94
Pré-esc.	116,3 128,0	160,1	170,0	175,1	179,7	188,2
1º ciclo	899,3 846,3	715,8	668,8	635,1	603,8	584,7
2º ciclo	375,5 391,7	370,6	366,4	346,3	328,7	324,2
3º ciclo	355,3 376,1	444,9	458,5	439,3	429,1	441,5
Secund.	274,9 298,0	331,3	348,5	325,0	327,5	339,0
Total	2021,5 –	2022,9	–	1921,0	–	1877,8

Fonte: M.E.

No que concerne a população docente os dados contidos no Quadro II dão-nos igualmente conta da sua evolução no tempo e distribuição por níveis de ensino. Como podemos verificar o decréscimo registado ao nível do 1º ciclo do ensino básico acompanhou a quebra de alunos ocorrido neste nível de ensino enquanto que o aumento verificado nos outros níveis foi motivado pelo alargamento da rede operado nos últimos anos.

QUADRO II – DOCENTES POR NÍVEIS DE ENSINO

Nív. Ens.	81/82	82/83	83/84	84/85	85/86	86/87	87/88	88/89	89/90
Ed. Pré-Esc.	1542	1796	1796	1796	2576	2739	3151	3084	3431
1º C. Ens. Bás.	39157	39275	38114	38463	38817	39185	37109	37109	37188
2º C. Ens. Bás.	27412	27446	27024	27374	26565	27080	26843	27283	26960
3º C.E.B.+E.Sec.	29837	31244	34810	37841	39685	42286	46832	49031	50919
Ens. Sup.	8006	9738	9582	7812	9585	11330	12041	12770	13199
Outro 1978	2008	1997	2575	2345	1761	1374	1377	1380	
Total	107932	–	113323	–	119573	–	127350	–	133077

Fonte: M.E.; 1992

Como sabemos, cabendo à demografia o estudo das populações humanas, dos seus efectivos e composição segundo diferentes critérios (idade, estado matrimonial, repartição em famílias, grau de instrução, etc), o conhecimento dos fenómenos que influenciam esta composição e a evolução destas populações (natalidade, mortalidade), bem como as relações recíprocas que se estabelecem entre o estado da população e a sua evolução (cf. Pressat; 1979; 39), estes factos não se podem entender sem o conhecimento do contexto social onde aqueles se desenrolam (cf. Grawitz; 1981; pp. 267-269).

Nestas circunstâncias a aproximação da demografia à sociologia é cada vez mais evidente tendo em conta que enquanto ciências, tanto sob a forma teórica, como nas suas aplicações nasceram do encontro entre o desejo de conhecerem melhor e de compreenderem os fenómenos humanos (Girard; 1982; 134). Tal conhecimento permite, em muitos casos, uma intervenção directa, isto é, a possibilidade de agir sobre a sociedade e de a mudar (Girard; 1982; 134) através de um processo contínuo de socialização, entendendo-se esta como a dinâmica de transmissão de cultura, o

processo pelo qual os homens aprendem as regras e as práticas dos grupos sociais (Worseley; 1977; 203) e onde o ensino – "educação deliberada" – constitui apenas uma parte desse processo.

Tal como em demografia o método de análise específico da "demografia escolar" é a "análise demográfica" que se pode definir como a forma de análise estatística adaptada ao estudo das populações humanas (Pressat; 1979; 8). Como recorda Nazareth (1988.a; 202) este tipo de análise pode ser aplicada às manifestações de um fenómeno num período de tempo (normalmente o ano civil) – "análise transversal ou de momento" – ou pelo contrário interessar-se pela sua manifestação ao longo da vida dos indivíduos, o que envolve necessariamente vários anos de calendário (Nazareth; 1988.a; 202) – "análise longitudinal ou por coortes".

Contudo e contrariamente ao que sucede em demografia, em "demografia escolar" os marcos importantes da vida de um indivíduo não são o nascimento e a morte mas sim as datas de ingresso e o abandono do sistema de ensino. Durante este lapso de tempo – "vida escolar" –, igualmente podemos verificar um conjunto de "migrações" isto é, à transferência entre os diferentes níveis, tendo sempre presente que a ocorrência destes movimentos está ligada às perspectivas de mobilidade ditadas pelo estatuto social da família.

Como notámos, o estudo quantitativo da população humana não esconde que a variedade dos fenómenos demográficos – natalidade, nupcialidade, fecundidade, mortalidade, etc. – exerçam os seus efeitos imediatos sobre a estrutura e a evolução dos habitantes de um determinado país ou região. Daqui se conclui ser o "tempo" uma das variáveis essenciais em demografia, o qual importa ser medido através de uma representação gráfica privilegiada: o "diagrama de Lexis". Este diagrama facilita-nos os dois tipos de análise já indicados: a "análise longitudinal" e a "análise transversal" as quais, se aplicadas à "vida escolar" de um indivíduo, nos permitem seguir o seu percurso dentro do sistema de ensino ou tão somente os níveis de escolarização obtidos à saída deste sistema.

Uma última palavra para as fontes demográficas. Entre as fontes privilegiadas para recolha destes últimos elementos contamos com as "Estatísticas da Educação" já que observação dos acontecimentos à medida que se processam ou quando ocorrem, só é possível por meio da consulta directa dos processos escolares dos alunos ou de outras informações mais especializadas.

3. A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO: EXTENSÃO E INDICADORES

Como já dissemos, embora a variação da população escolar acompanhe a evolução dos fenómenos demográficos, não deixa de mostrar a existência de outros condicionalismos que têm a ver com a localização da rede escolar – "acessibilidade física" – bem como com as barreiras de natureza económica e cultural que se levantam a esta população. No que à primeira diz respeito, as distâncias ditadas pelas condições de relevo, pelas vias de comunicação, pela distância real e pelos tempos do percurso têm sugerido algumas medidas de compensação, caso da rede de transportes escolares, que permite ultrapassar muitas daquelas dificuldades.

Note-se que em "demografia escolar" tão importante se trata conhecer a população escolar, as suas características e os diversos fenómenos relacionados com a

população discente... relacionando-os com os restantes fenómenos, de natureza social, que ocorrem na sociedade (Arroteia; 1991.b; 180) como igualmente a localização dos equipamentos educativos, as densidades demográficas e as áreas de recrutamento dos alunos. Nesta circunstâncias a elaboração da "carta escolar" surge como um instrumento indispensável do planeamento local e regional, capaz de auxiliar em muitas das tomadas de decisão.

Quanto aos outros obstáculos, a "acessibilidade económica" e a "acessibilidade cultural" constituem-se como factores condicionantes desta frequência, sobretudo nos níveis de escolaridade pós-obrigatória. Com efeito se a democratização do ensino é praticamente conseguida a nível do ensino básico, o alargamento da "esperança de vida escolar" para além do período de escolaridade obrigatória anda intimamente ligada às dificuldades sócio-económicas e ao nível de vida dos cidadãos. Isto porque os "custos" da frequência escolar devem ser calculados não só em função das despesas correntes com a educação mas ainda tomando em consideração os custos indirectos que um indivíduo deveria auferir se tivesse optado pelo exercício de uma actividade profissional.

Quanto à "acessibilidade social e cultural" ela acaba por se traduzir num fenómeno de auto eliminação da parte de alguns grupos sociais por via das distancias sociais e culturais que afastam os diferentes grupos e classes sociais (cf: Carron e Châu; 1981). Como assinala outro autor (Gras, 1974, 283), a sub-educação dos pais nas classes desfavorecidas, coloca-os numa situação difícil perante a orientação das crianças, porque os impede de aperceber todas as perspectivas que oferece cada nível escolar dificultando, por isso, a sua mobilidade social.

Note-se que o desejo de mobilidade social através da educação constitui um dos factores da actual "procura social" da educação, é comum a todos os grupos sociais mas manifesta-se principalmente entre os menos favorecidos. Sendo assim a "democratização da educação" surge como um factor importante no restabelecimento da igualdade de oportunidades, principalmente em sociedades estratificadas onde a escola funciona, frequentemente, como agente de reprodução da estrutura das classes (Gras; 1974; 39).

No que à situação portuguesa diz respeito, a "democratização da educação" é defendida pela Constituição da República Portuguesa (artº nº 73) cabendo ao Estado garantir o acesso e o êxito escolar. Neste sentido o mesmo documento preconiza ainda que o ensino seja modificado de modo a superar qualquer função conservadora de desigualdades económicas, sociais e culturais (artº nº 74).

Tambem a Lei nº 46/86 – Lei de Bases do Sistema Educativo – defende caber ao Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares (artº nº 2). Por outro lado e na esteira do que anteriormente referimos acerca das assimetrias regionais, cabe também ao nosso sistema educativo contribuir para a correcção das assimetrias de desenvolvimento regional e local, devendo incrementar em todas as regiões do País a igualdade no acesso aos beneficios da educação, da cultura e da ciência.

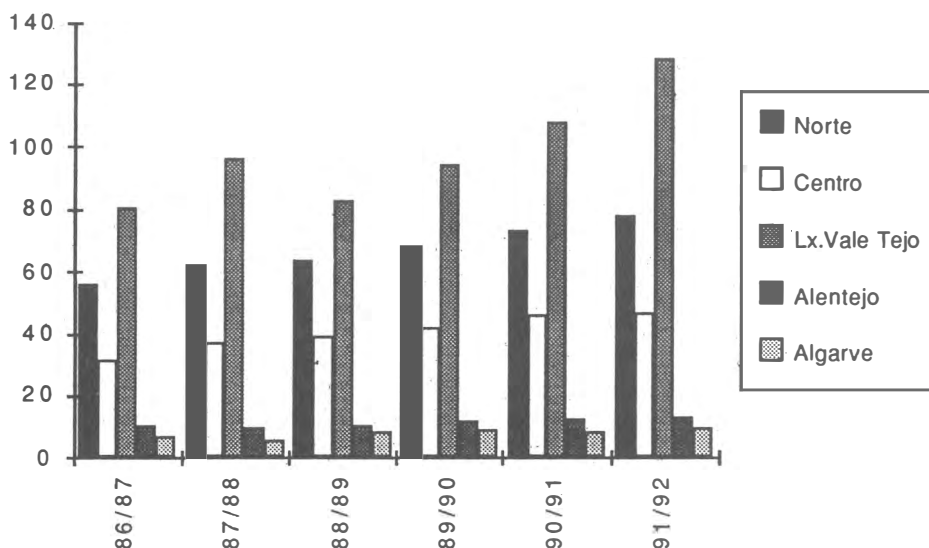
A apreciação da Figura 3, relativa à variação da população escolar no ensino secundário, mostra-nos como alguns dos valores relativos à escolarização dos alunos nas nossas escolas diferem de região para região, acompanhando outros contrastes regionais.

Como demos inicialmente a entender, o aprofundamento do significado de alguns valores relacionados com a frequência e o aproveitamento escolares deverá ser igualmente completado através do cálculo de alguns indicadores que permitam a sua

comparação entre diferentes regiões do país e o melhor conhecimento do funcionamento interno do nosso sistema educativo. Passaremos a enunciar alguns deles deixando a sua explicação e cálculo para ser apreciado noutros estudos da especialidade.

Os de resolução mais simples referem-se à "escolarização" dos alunos expressa nas respectivas taxas. Recorde-se que de acordo com Pressat (1979; 243), estas poderão definir-se como uma relação entre os acontecimentos registados numa determinada população e a sua população média durante um determinado período, sendo designadas "taxas brutas" as que medem a frequência com que os fenómenos demográficos se manifestam no conjunto da população e "taxas específicas" as que se restringem a determinadas parcelas dessa população.

FIGURA 3 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR NO ENSINO SECUNDARIO, POR NUTII



Fonte: M.E.

De acordo com esta definição ganham particular relevância as seguintes: quanto à "escolarização", as taxas bruta, geral e específica de escolarização.

Um segundo grupo de indicadores diz respeito às taxas de "aproveitamento". Destas destacamos as taxas de aprovação e de reprovação, as taxas de repetência e de passagem, a taxa de retenção, etc.

No que respeita aos "abandonos" salientamos as taxas de abandono dos aprovados e dos reprovados e a taxa de desistência.

Por fim resta considerar outros indicadores ou índices relativos, por exemplo, ao aproveitamento escolar e às entradas e saídas do sistema.

Não sendo tratados de forma exaustiva, os indicadores anteriores permitem-nos, se devidamente calculados, conhecer alguns dos aspectos da demografia interna do sistema educativo, sendo certo que tal conhecimento será ampliado se aos elementos em apreço associarmos outros dados tais como os rácios e os quocientes que melhor nos permitam aprofundar o diagnóstico deste sistema. Da mesma forma será da maior utilidade

a utilização de outros indicadores que contemplem a cobertura e a estrutura do sistema, a qualidade e o rendimento do processo educativo, os seus gastos e financiamento e eventualmente os restantes indicadores de natureza macro-económica, social e cultural que precisem o contexto em que se desenvolvem as actividades ensino-aprendizagem (cf. Arroteia; 1991.b; 69).

BIBLIOGRAFIA

ARROTEIA, Jorge Carvalho

1986 – *Demografia escolar* – Aveiro: Universidade de Aveiro (Policopiado)

1991 – *Desequilíbrios demográficos do sistema educativo português* – Aveiro; Universidade de Aveiro (Cadernos de Análise Sócio-Organizacional da Educação; nº 3)
– *Análise social da educação: indicadores e conceitos* – Leiria; ROBLE Edições

CARRON, G. e CHAU, Ta N. (coord.)

1981 – *Disparités régionales dans le développement de l'éducation – Paris; Institut International de Planification de l'Éducation/UNESCO*

CAZENEUVE, J. e VICTOROFF, D.

1982 – *Dicionário de demografia* – Lisboa; VERBO

CLERC, Paul

1974 – "Démographie scolaire" – in: Debesse et Mialaret; 1974; pp. 219.278

DEBESSE, M. e MIALARET, G.

1974 – *Traité des sciences pédagogiques – vol. 6 – Aspects sociaux de l'éducation – Paris; P.U.F.*

GEP

1992 – *Sistema educativo português: situação e tendências-1990* – Lisboa; – Gabinete de Estudos e Planeamento-Ministério da Educação

GIRARD, Alain

1970 – "Introduction" – in: *Population et enseignement* – Paris; P.U.F. (pp. XVII-XXXII)

1982 – "A demografia" – in: CAZENEUVE e VICTOROFF; 1982; pp. 133-158

GRAS, Alain

1974 – *Sociologie de l'éducation* – Paris; Larousse

GRAWITZ, Madeleine

1981 – *Méthodes en sciences sociales* – Paris; Dalloz

IIFE

1982 – *Cours intensif de formation sur la méthodologie de la carte scolaire-Raport* – Paris; Institut International de Planification de l'Éducation/UNESCO (Policopiado)

INE

1993 – *Censos 91 (resultados pré-definitivos)* – Lisboa; Instituto Nacional de Estatística

1994 – *Censos 91 (resultados definitivos)* – Lisboa; Instituto Nacional de Estatística

M.E.

1994 – *Anuário 94/95* – Lisboa; Ministério da Educação

NAZARETH, J. Manuel

1988 – a) *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa* – Lisboa; Editorial Presença

b) *Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do século XX* – Lisboa;

Fundação Calouste Gulbenkian

PRESSAT, Roland

1979 – *Dictionaire de démographie* – Paris; P.U.F.

TOURAINÉ, Alain

1982 – *Pela sociologia* – Lisboa; Publicações Dom Quixote

WORSELEY, Peter

1977 – *Introdução à sociologia* – Lisboa; Publicações Dom Quixote

FAMÍLIA E EDUCAÇÃO FAMILIAR EM PERSPECTIVA

Marinha Fernandes Carneiro
Escola Superior de Enfermagem C. Porto

1. A PERSPECTIVA SEMÂNTICA E HISTÓRICA

É vulgar dizer-se que o homem vive no interior de círculos, em relação aos quais define os seus próprios horizontes. E o círculo primordial, é sem dúvida, o da família. Mas qualquer reflexão sobre a família ou os seus papéis implica desde logo uma reflexão sobre o próprio conceito do termo “família”, circundando em torno do seu campo semântico.

Uma simples busca num dicionário vulgar nos coloca desde logo perante a complexidade do “objecto” em causa:

*Família, s.f., conjunto de todas as pessoas que vivem em comum sob o mesmo tecto; pessoas do mesmo sangue; linhagem, descendência, raça, estirpe*¹.

Imediatamente, emergem dois sentidos fundamentais que têm ajudado a pautar o conceito de “família” e, nesta medida, têm orientado diversas linhas de investigação: parentesco versus territorialidade. Aspectos estes que estão longe de se confundirem ou sobreporem, constituindo antes diferentes espaços por onde circulam fluxos de relações distintas, embora possam ser espaços de intersecção, isto é, com campos de acção comuns. Segundo Pina Cabral, pode até dizer-se que há uma linha teórica de base, para a qual “a história social humana era marcada por um grande movimento que parte de uma predominância das relações de parentesco e termina com uma predominância das relações de territorialidade”². Isto é, de formas familiares complexas originais evoluía-se para formas simples e reduzidas. Poderemos aqui invocar a conhecida tipologia de Frédéric Le Play, sociólogo francês dos finais do século passado, que descrevia três tipos de família, numa linha evolutiva em que os novos modelos ainda co-existiam com modelos anteriores:

– *família patriarcal*, característica das sociedades nómadas e de pastores, na qual se dava relevo à estabilidade, autoridade, linhagem e tradição, determinando um grande grupo familiar que incluía pelo menos todos os homens descendentes do patriarca;

– *família estirpe* ou “*famille souche*”, segundo o autor generalizada nas sociedades camponesas europeias, com um elemento patriarcal estável, mas que, em geral, limitava a co-residência e a sua sucessão a um filho do patriarca e seus descendentes, embora outros filhos solteiros pudessem ficar no lar paterno, o que dava grupos relativamente alargados;

– *família instável*, característica das populações industriais urbanas e que, ao contrário das anteriores, assentava no casamento de dois indivíduos independentes, só subsistindo enquanto estes subsistiam, enviando os filhos para o mundo logo que estes eram capazes de autonomia e exercendo pouco controlo sobre eles.

Será na tentativa de superação desta tipologia que Peter Laslett e Richard Wall, nos finais dos anos 60, centrarão os seus estudos sobre os grupos residenciais ao longo da história. Procuraram demonstrar que a família conjugal simples era já uma realidade histórica com séculos, predominante nos meios rurais da Europa Ocidental, não tendo sido o fenómeno da industrialização a provocar o efeito da conjugalidade, pois as percentagens de fogos alargados seriam sempre bastante minoritárias.

Mas a investigação de que a família foi objecto, especialmente a partir dos anos 70, tornando-a alvo de múltiplos e diferenciados focos de observação, terá produzido, segundo alguns autores, uma certa “erosão das categorias de descrição tradicionais”³. Partindo de uma análise rural no Minho, o antropólogo Pina Cabral alude às três designações mais frequentes no domínio descritivo – *casa*, *família* e *lar* –, mostrando que se trata de designações ancoradas a diversas visões do mundo. *Casa* surge com mais propriedade nas situações camponesas, em que as “unidades residenciais são também unidades produtivas, onde a sua composição é frequentemente maior que a família conjugal e onde as relações de parentesco no exterior desta unidade tendem a ser confundidas com relações de vizinhança”⁴. Já a designação de *família* se adequaria melhor ao meio urbano e burguês, em que uma perspectiva residencial apresentaria grandes limitações. Em torno destas palavras formaram-se áreas vocabulares que ajudam a arrumar diferentes perspectivas de abordagem da família: assim, *família* surge associada a expressões como *redes de parentesco* e *grupos de parentesco*, tal como *casa* (household, em inglês, *ménage*, em francês) surge vinculada a *grupos domésticos*, *padrões de residência*. A primeira linha de variantes ligada à antropologia tradicional, a segunda, por exemplo, com ligações à chamada escola de Cambridge, liderada pelo referido Peter Laslett, que desenvolveu uma grelha de análise ou tipologia baseada na composição familiar co-residente.

Reconhecendo, com outros autores, que nestas categorizações se exclui um aspecto fundamental – os “sistemas de regras culturais” –, Pina Cabral propõe uma categoria mais abrangente e capaz de se adaptar a diferentes contextos, categoria que ele designa de *unidade social primária*, conceito que define “o nível de identidade social que tem maiores implicações estruturais na integração social das pessoas e na apropriação social do mundo”, o qual poderia até distinguir-se pontualmente do grupo familiar, apontando o exemplo do “aldeamento” para a região tropical da Guiana. O conceito de unidade social primária procura, assim, a inter-relação entre três vectores de integração:

a) a unidade de parentesco, isto é, o princípio da filiação bilateral, simbolizado pelo sangue;

b) a unidade de residência, isto é, o princípio da apropriação comum do espaço, simbolizado pela casa;

c) a unidade de comensalidade, isto é, o princípio da existência de um fundo comum, simbolizado pela lareira ou pelo pão⁵.

O quadro de problemas acima levantado numa perspectiva antropológica não é único, outras leituras disciplinares transportar-nos-iam para outros campos conceptuais tanto ou mais complexos do que este. Bastará, por agora, afirmar a complexidade e, daí, a imprecisão do conceito “família”, com óbvias repercussões sobre a definição do que seja a “educação familiar”, implicando desde logo que o esclarecimento remete para o aprofundamento do contexto social que estiver em causa. Se não há uma família mas sim famílias, também será lógico enquadrar nesta pluralidade a expressão “educação familiar”, a qual se apresenta desde logo como ambígua, embora sempre relacionada com a função socializadora da família em relação à criança.

Tendo por base esta atitude relativista, aceitemos que a família é fruto de uma clara construção social. Mas é ao mesmo tempo um dos lugares privilegiados da construção social da realidade em geral, pois é “dentro das relações familiares, tal como são socialmente definidas e regulamentadas, que os próprios acontecimentos da vida individual que mais parecem pertencer à natureza, recebem o seu significado e através deste são entregues à experiência individual: o nascer e o morrer, o crescer, o envelhecer, a sexualidade, a procriação”⁶. Neste aspecto, enquanto instância produtora de sentido, a família, se por um lado pode ser encarada numa perspectiva algo estática, marcada pelos mecanismos de reprodução social que lhe asseguram a manutenção das suas características básicas ao longo das gerações, deve ainda ser encarada como um processo, como uma realidade em mudança, em que a sucessão dos indivíduos também implica alterações de comportamentos e de papéis. Bastará lembrar que, na aceção de família conjugal ou restrita, cada membro de um novo casal pertence sempre a duas famílias: “aquela em que nasceu, a família de orientação, e a que ele criou pelo seu casamento, a família de procriação”⁷.

De qualquer forma, a prevalência das teses da “nuclearização” familiar tem feito com que as atenções se centrem essencialmente na família nuclear ou conjugal (casal e filhos), ignorando a dimensão do parentesco, em especial no meio urbano. Para alguns autores, isso deve-se, em grande parte, à crise da família, às tensões no interior do casal e ao reconhecimento de fracassos nas uniões fundadas no amor mas também na desigualdade da troca entre homens e mulheres. Outro aspecto que terá contribuído para isso terá sido a prevalência da “ideia de uma independência estrutural entre família nuclear e parentesco em matéria de sobrevivência económica e de carreira profissional”, apesar das interacções quotidianas com os parentes (encontros, favores, ajuda financeira ocasional)⁸. Mas a importância do papel da rede de parentesco precisa de ser reconhecida, pois para lá do seu papel tradicional nas redes de entajuda nas migrações, o parentesco assume cada vez mais importância à medida que se multiplicam os divórcios e as famílias monoparentais, reconhecimento não tanto do parentesco nomeado, mas sim do *electivo*, isto é, do seleccionado segundo *redes de afinidade* (a linha sentimental, de quem se gosta), *redes de solidariedade* (aqueles a quem ajudamos) e *redes de autoprotecção* (aqueles a quem pedimos ajuda)⁹. Tanto mais que agora existe uma maior possibilidade de conviver com os ascendentes, graças ao prolongamento da esperança média de vida, facto que redefine em muitas situações o papel dos avós e outros parentes, ganhando funções importantes de rectaguarda face à precaridade dos vínculos conjugais de hoje.

A perspectiva psico-social

Lugar de elaboração e de aprendizagem, na família se desenvolvem as dimensões mais significativas da interacção: os contactos corporais, a linguagem, a comunicação, as relações interpessoais. Nela se constroem tanto os esquemas relacionais de base como se desenvolve o campo das relações afectivas¹⁰. Da pequena infância à adolescência e mesmo na vida adulta, a família modela em grande parte o desenvolvimento humano, em geral, e o desenvolvimento psíquico em particular.

Sublinhe-se, no entanto, que, apesar do seu antigo reconhecimento na sociologia como célula básica, a família não se impôs sempre como uma categoria analítica de

referência na psicologia, havendo mesmo uma tradição neste campo para encarar, por exemplo, a criança como uma entidade isolada com potencialidades e comportamentos independentes do meio de origem, ou então para preferir centrar a atenção na díade mãe-filho (veja-se, por exemplo, a posição de René Spitz), quando muito na tríade (incluindo o pai). Os estudos de etologia tiveram aqui um papel fundamental, levando os psicólogos a centrar a atenção na família enquanto grupo sistémico, à semelhança do que acontecia com algumas espécies animais, no sentido de detectar um campo mais vasto de interacções e sua influência, reconhecendo-se que o estudo do desenvolvimento humano implica o reconhecimento de níveis sucessivos de complexidade social ¹¹.

Mas o reconhecimento da família como sistema ao qual se liga uma parte importantíssima do desenvolvimento da criança (a sua ontogénese) implica que se esteja também atento ao carácter homeostático desse sistema, isto é, à sua adaptação e mudança, particularmente a que ocorre com a evolução do ciclo de vida, ou seja, não nos limitarmos ao conhecimento das suas estruturas e funções mas também à sua dinâmica interna (atendendo aos momentos de expansão, contracção e dissolução) ¹². A abordagem psicológica da escola do "life-span" já encarou sempre o desenvolvimento humano como um "desenvolvimento contextual" em que o desenvolvimento, o sentido e o comportamento dependem de uma dinâmica de interacção entre os indivíduos e os seus contextos a longo prazo, estudando nesta perspectiva o papel das "constelações familiares", isto é, as relações endossistémicas no grupo familiar, dando importância tanto ao desenvolvimento dos adultos como ao das crianças ou adolescentes, num sistema de efeitos recíprocos, e não apenas à tradicional relação determinante do adulto sobre a criança ¹³. A noção evolutiva de estágio está aqui ultrapassada: o desenvolvimento humano (incluindo os aspectos físico, psicológico e social) é um desenvolvimento para toda a vida e o estado adulto não significa mais uma fase estática e, embora se abordem noções como desenvolvimento e mudança, estas são perspectivadas no sentido da continuidade. Assim, ao longo da vida familiar, os pais (e outros parentes co-residentes) influenciam os filhos nas diversas fases (infância, criança, adolescência, jovem adulto, adulto maduro), deles recebendo também influências, todos influenciando todos, num processo de reciprocidade permanente, que pode tomar direcções expansivas, isto é, alargar-se e abrir-se às influências do exterior da família ou, pelo contrário, provocar um efeito de insularização e isolamento, levando os membros do grupo a alhearem-se do exterior ¹⁴.

A conceptualização da família como grupo social intelegível a partir da teoria geral dos sistemas está hoje generalizada. A família passa assim a ser vista como um "conjunto de elementos que estão em constante interacção entre si e que tendem a manter-se em equilíbrio (tendência homeostática)". Na linha dos modelos cibernéticos, a família é um sistema aberto, para o exterior e para o interior "regido por regras, nas quais o comportamento dos seus membros está submetido ao princípio da retroacção positiva e negativa", pela troca de informação que se estabelecer, evoluindo de forma autoregulada para a finalidade de garantir a sobrevivência dos seus membros e servir as suas necessidades individuais. Como nos recorda Ruiz de Munain, os elementos organizadores da família são tanto os biológicos como os sócio-culturais: o início da escolaridade, as diferentes etapas da adolescência, o matrimónio, a mudança de papéis, o plano profissional, etc., com o nascimento e a morte a serem os mais incisivos. A família vive, assim, numa oscilação periódica entre estados de equilíbrio e períodos de crise, em que certas regras são quebradas para dar lugar a outras que melhor se adaptam à nova realidade ("feed-back" positivo), melhorando a funcionalidade familiar, ou provocando a

disfuncionalidade, quando se pretende a homeostasia pré-existente com as mesmas regras ou quando a desregulação é demasiada e põe em causa o sistema. O fluxo comunicacional, bem como a produção de “feed-backs” ou respostas, está, porém, limitado pelos níveis de tolerância e pelos valores morais e sociais do meio envolvente, que permitem ou não, por exemplo, as relações entre jovens de determinada idade no exterior, autorizam as saídas nocturnas ou outras acções de gradual autonomia do jovem. Nesta linha, alguns autores falam dos sistemas familiares como formados por sub-sistemas, geracionais ou de interesses, em interacção. Por exemplo, a interrelação entre gerações (avós, pais, filhos) criaria barreiras intergeracionais que constituiriam limites adequados a cada sub-sistema, permitindo, porém, a permeabilidade suficiente entre eles para assegurar a troca e o desenvolvimento autónomo de todas as funções próprias de cada um deles, sem a qual surgiria a patologia familiar¹⁵.

Assim, a visão sistémica da família precisa de ser integrada em abordagens sucessivamente mais amplas. Se a família pode ser conceptualizada como sistema onde se verifica a interacção de vários subsistemas, não podemos esquecer que ela se integra no contexto social mais amplo, surgindo ela própria como subsistema. Como diz Lars Dencik numa expressiva imagem, tal como para para apreendermos a forma como os peixes nadam contra a corrente não podemos limitarmo-nos a analisar um exemplar sobre a praia ou sobre o laboratório mas temos de o observar em pleno turbilhão, também o desenvolvimento da criança não pode ser reduzido a ela própria ou inserta no seio familiar, devendo nós encarar a perspectiva global ou holística do desenvolvimento social em geral. De resto, o interesse recente e crescente sobre as condições de crescimento da criança tem a ver com esta nova atitude científica que ultrapassou as fatalidades do destino como elemento de explicação para se deter no papel decisivo do contexto, o que leva a responsabilizar a geração ascendente pelo tipo de indivíduos criados, fazendo emergir a preocupação com o “vivido” das crianças de forma a produzirem-se indivíduos equilibrados. Daqui decorre a importância concedida à evolução do contexto familiar e social, nomeadamente a baixa de natalidade, o divórcio, o facto de haver menos crianças e de os respectivos pais serem mais velhos, o facto de as crianças serem, em geral, desejadas e planeadas, o reconhecimento dos direitos da criança, a crescente individualização da criança e o apagar da “família” com a substituição deste termo pelo de “casal”, enquanto tanto as crianças como os pais se começam a encarar como indivíduos independentes, cada um tendo os seus direitos legais especificados, como já acontece nas sociedades nórdicas, que pode chegar à intervenção do Estado a retirar a tutela das crianças aos pais ou obrigar estes a cumprir determinadas medidas.

Mas o desenvolvimento da criança está hoje interdependente dos vários “sociótipos” que frequenta – a família, a creche –, tomando aqui o termo sociótipo, por analogia com o biótipo, como lugar onde se vive mas não confinado a uma definição física, antes alargado ao quadro material, à estrutura social, à composição do grupo, etc. O facto de os pais trabalharem frequentemente, de existirem creches para receberem as crianças, confere à sociedade moderna um carácter assistencial que produz paradoxalmente um duplo efeito de integração e de segregação em relação à criança, pois se por um lado há um esforço para as criar, com o Estado a penetrar na família através de prestações pecuniárias e da educação escolar, por outro lado são afastadas da realidade prática e quotidiana do trabalho, sendo até cada vez mais objectos de um universo próprio, com departamentos específicos para si, desde campos de jogos e objectos de consumo

próprios (livros, discos, brinquedos), vivendo num paraíso cercado (teoricamente) de gentilezas, afastadas das relações sociais. Além disso, a auto-culpabilização dos pais por estarem pouco tempo com os filhos leva a que, com o aparecimento destes, se virem para uma maior intimidade, secundarizando ou abandonando as relações sociais mais amplas, passando a procurar estar com a criança, jogando os seus jogos, lendo-lhe histórias, acompanhando-o nas emissões televisivas infantis, visitando o zoológico, tudo “para bem da criança”, desenvolvendo as actividades que, ao fim e ao cabo, são propostas à criança diariamente na creche. Neste aspecto, as actividades do adulto na família passam a ser as próprias das crianças e as da criança nunca são as do adulto.

Consciente ou inconscientemente, os pais procuram evitar o conflito com a criança, tentam o máximo de compreensão, e quase nada lhe pedem, não a obrigam a adaptar-se, desresponsabilizando-a. Nesta família moderna a criança passa a ter uma ampla possibilidade de deixar expandir os seus sentimentos, com explicitações de frustrações, agressões, gritos de alegria ou de raiva, já que o comportamento normalizado só é sugerido para a via pública e não para o recato familiar. Predomina hoje um instrumentalismo geral, tudo o que deve ser preservado o é em função de uma utilidade, pelo que as relações sociais tornam-se, por esta via, precárias e frágeis, em que cada um deve provar constantemente que merece a relação sob pena da sua vulnerabilidade. Num outro sentido, pode-se mesmo dizer, com Lars Dencik, que hoje se vive num tempo de incerteza para os pais, cada vez mais inseguros sobre a forma de como educarem os seus filhos, nunca sabendo exactamente qual a atitude a tomar como mais conveniente nas mais pequenas coisas, apelando cada vez mais para uma multiplicidade de especialistas que prodigalizam conselhos e prescrições, que, no entanto, estão sempre a mudar. Desta incerteza crónica decorrem, segundo o autor, diversos fenómenos:

a) uma dupla tendência para a imposição e a abdicação. Mais sensíveis às necessidades e desejos da criança, querendo satisfazê-la, mas cada vez menos certos sobre a forma de o fazer, os pais abdicam frequentemente de algumas funções parentais;

b) uma profissionalização cada vez mais acrescida da “supervisão” das crianças, com pessoal especializado e remunerado para dirigir a sua educação, em que esta passa a depender mais do pedagogo do que dos valores e sentido de vida da família;

c) o desenvolvimento de uma “pedagogização” da vida da criança e do seu meio, prescrevendo continuamente quais as actividades mais indicadas para promover o desenvolvimento, com a criança a tornar-se um campo de operações para o desenvolvimento das competências destes profissionais;

d) uma “patologização” dos traços indesejáveis, com o quadro dos traços normais a restringir-se cada vez mais, com exemplos de crianças barulhentas ou, pelo contrário, de crianças isoladas a serem objecto da observação de especialistas em terapia, que procuram logo o disfuncionamento da criança, numa situação em que o comportamento normal é definido cada vez mais de forma burocrática ¹⁶.

A perspectiva socio-cultural

O modelo estruturo-funcionalista de Talcott Parsons sobre a família na sociedade industrial, datado dos anos 50 e baseado no exemplo norte-americano, exerceu uma grande influência sobre os estudos nesta área, ainda que, desde há algum tempo, seja

objecto de críticas face à fragilidade dos comportamentos familiares e suas rápidas alterações. Mas muitos dos estudos que marcam as novas diferenças são ainda compreensíveis à luz da análise parsoniana, enquanto modelo cuja validade se põe em causa e se pretende relativizar ou contestar. Importa, assim, aprofundar um pouco o modelo parsoniano, dentro do qual as famílias modernas surgiam “mais preocupadas com a intimidade do que com grandes solidariedades e mais viradas para a promoção do que para a tradição”¹⁷.

Partindo do conceito de diferenciação, segundo o qual há “uma especialização crescente que conduz as sociedades modernas a criar novos agentes encarregando-se das funções anteriormente exercidas por um agente não especializado, concentrando este último agente de modo mais adequado num número mais reduzido de funções”, Parsons vai definir a família como um subsistema interdependente que mantém ligações com outros subsistemas e com o sistema social no seu conjunto¹⁸.

As funções da família, a estrutura da família e os papéis masculinos e femininos no seu interior são os vectores teóricos dominantes.

As funções da família na sociedade industrial diferenciam-se consideravelmente das prevalentes na sociedade rural, pois o grupo familiar alargado deixa de ser o agente da produção económica, passando esta para a indústria. Outras funções, antes desempenhadas pela família, passam, com a industrialização, a ser transferidas ou compartilhadas com outros agentes, tais como a educativa, a responsabilidade pela saúde, a informação, os lazeres, etc. Tudo se passa num jogo de compensações, em que as perdas relativas se somam ganhos relativos, pois a libertação total ou parcial de certas funções permitiria otimizar as restantes. Para Parsons, a família não estaria condenada à desorganização, continuando a ser um elemento de estabilidade e equilíbrio, assegurando sempre as funções de procriação e a dos cuidados com as crianças, assegurando a identificação social destas. Em resumo, longe se de poder considerar esvaziada, a família assegurava ainda duas funções fundamentais e irreversíveis, interligadas: “a socialização primária das crianças para que se possam tornar um dia membros da sociedade em que nasceram e a estabilização das personalidades adultas da população”¹⁹. Desta forma se assegurava a socialização, “interiorização da cultura da sociedade no seio da qual a criança nasce”, numa tendência homeostática, já que os diferentes membros, estando integrados no sistema, através do desempenho dos seus papéis promovem a estabilidade e equilíbrio daquele, funcionando assim a família como um subsistema. A função de socialização é, então, desempenhada pela família, embora agora de forma compartilhada (com a escola, os *mass media*, os grupos). Ora, na sociedade industrial, a família costuma preparar os jovens no sentido da autonomia e da responsabilidade, pelo que às vezes a própria “indisciplina” dos jovens poderá ser vista como meio de responsabilização, permitindo ao jovem o reconhecimento, em liberdade, dos seus próprios papéis e a descoberta de normas e desses papéis, tal como a tributação de um amor condicional, ligado ao sucesso na escola ou nos grupos, numa linha de “activismo instrumental”. Na segunda função da família, a estabilização da personalidade adulta seria resolvida essencialmente através do casamento, em que cada esposo se apoiaria no cônjuge²⁰.

Quanto à estrutura, esta família moderna seria nuclear ou conjugal (pais e crianças), com residência de tipo neolocal (cada casamento corresponde ao estabelecimento fora de casa dos pais de ambos os lados), assente no casamento e com valores orientados para a racionalidade, diferenciando fortemente os papéis dos sexos e das gerações,

assegurando um parentesco bilateral, isto é, as crianças não estão mais ligadas aos parentes da mãe dos que aos do pai. Teríamos, assim, uma unidade de residência e de consumo, com comunhão dos rendimentos monetários. A subsistência familiar dependeria, essencialmente, da actividade do marido, não estando dependente das famílias de origem, respondendo às novas exigências da sociedade industrial, pela sua redução e facilidade de deslocação, ao mesmo tempo que a independência económica estaria assegurada pela competência, assegurada por capacidades adquiridas e não de nascimento, com possibilidades de promoção no trabalho, já que agora não seria regra o nepotismo da promoção familiar. Com a residência neolocal, garante-se a imparcialidade face aos diversos filhos, não existindo mais regras no sentido de privilegiar um ou outro com determinadas propriedades na herança, pelo que a primeira lealdade é inter-conjugal e não em relação aos pais: a escolha conjugal é livre, pois a “família moderna assenta no casamento enquanto que, no passado, o casamento assentava na família, esta pré-existente e sobrevivendo àquele”²¹.

A especialização era ainda subjacente à diferenciação dos papéis familiares segundo sexos e gerações. A diferenciação dos papéis segundo os sexos era, para Parsons, uma base indispensável para a manutenção do sistema e da socialização da criança: “Ao pai, compete o papel instrumental de ligação com a sociedade, e, em primeiro lugar, prover de bens materiais a família, enquanto que à mulher cabe o papel expressivo no interior da família”. Daqui se conclui que, no modelo parsoniano, desempenhar uma profissão remunerada era o papel primordial do marido, enquanto o lar e os cuidados da criança seriam o objecto do papel feminino, pelo que a mulher exprime melhor a vida afectiva da família, estando mais próxima das crianças do que o pai. Em torno desta estrutura bipolar dos papéis familiares se desenvolvia a formação da personalidade da criança, com o rapaz a associar-se ao pai, tomando-o como modelo, e o mesmo para a rapariga em relação à mãe. Haveria assim uma nítida distinção entre as tarefas de *leader instrumental*, atribuídas ao pai e as tarefas expressivas confiadas à mãe²².

Este retrato sociológico da família, que consagra essencialmente as representações da classe média americana do imediato pós-guerra, apresenta uma tendência para o equilíbrio e harmonia que já não é compatível com as novas imagens da família nos tempos mais recentes. São as alterações naquilo que era considerado a base fundamental da família – o casamento, são as alterações nos papéis do interior familiar, são as modificações nos valores, etc. Por isso, diversos autores avançam com outras características da família, como a abertura ao interior e exterior, a sua capacidade morfogénica (aptidão para criar novas estruturas e se adaptar), regulação de condutas baseadas na prioridade sobre a comunicação e informação, etc. Andrée Michel recorda neste contexto a investigação então recente e a legitimação das medidas políticas tomadas pela Suécia (e entretanto por outros países) no que se refere à abolição do modelo dos papéis masculinos e femininos tradicionais, no sentido de se conciliar o direito à maternidade com o direito da mulher ao emprego, o que implica a redefinição dos papéis, nomeadamente a ocupação do marido com as crianças e a família, bem como a criação de estruturas sociais para esse fim²³. Por outro lado, não faltam autores a negar que tenha desaparecido a função produtiva da família, pois, se não se produz para o mercado, há sempre uma produção enorme de serviços domésticos, oculta quase sempre, porque não entra no sistema de troca monetária e que, deste modo, penaliza geralmente a mulher. De igual modo se reconhece que outros postulados de Parsons estão longe da concretização plena, seja, por exemplo, o primado da compe-

tência na carreira profissional, tantas vezes envolto em redes de patrocínio, de base familiar ou clientelar.

Para autores como Louis Roussel, a família apresenta-se com um futuro incerto, face a indicadores que evidenciam os aspectos em que a decisão dos indivíduos é importante: a entrada em força das mulheres no mercado de trabalho, a baixa drástica da natalidade, o divórcio, o nascimento fora do casamento, o aumento acentuado da idade ao casamento, o aumento muito elevado da proporção de celibatários, as uniões de facto. Para Roussel deu-se uma modificação central: "as relações familiares, e em especial as conjugais, deixaram de ser definidas pelas instituições para passarem a ser reguladas por pactos. Quem diz instituição diz norma pública que se impõe aos indivíduos. Quem diz pacto, designa um acordo entre particulares." Para ele, instituição significa norma não apenas imposta do exterior mas interiorizada naturalmente, enquanto o pacto se baseia em particularismos, embora inscrito num modelo social de equidade. Nesta medida se diz que a família se desinstitucionaliza, passa a ser considerada um domínio reservado que só compete às partes determinar. "Hoje em dia, cada casal deve inventar e reinventar continuamente a sua própria fórmula de solidariedade e os critérios comuns de escolha. Na nossa vida familiar, não queremos mais ser governados por leis, mesmo se estas se tornam, neste domínio, cada vez mais discretas". Transformação esta que acompanha um fenómeno mais geral de modificação das atitudes face às instituições em geral e seus constrangimentos, e que radicará no abandono das grandes narrativas que ligavam a felicidade individual ao bem-estar colectivo, e o respeito individual pela lei ao bem geral, pelo desmoronamento das certezas que antes as sustentavam, passando-se a viver num mundo desencantado. Nesta medida, a vida em família, sem pontos de referência, terá de ser gerida "à vista". O sentido da inércia é para que o casamento perca cada vez mais o "seu significado e a sua função de fronteira": nem as relações sexuais, nem a vida em comum, nem a fecundidade o exigem como requisito institucional. A sua banalização e o seu carácter reversível até o podem fazer disparar em termos quantitativos, mas com outro significado (a racionalidade económica?). Mas já no campo da fecundidade, se um filho pode ser compatível com a nova situação, o segundo já o será dificilmente e o terceiro implicaria uma reorganização completa da família, no seu modo de vida, na actividade profissional de pelo menos um dos pais e na economia afectiva, passando o centro de gravidade do casal para os filhos ²⁴.

A família como instância educativa

As páginas anteriores têm vindo a pôr em relevo os principais traços da família, com a função educativa no centro da sua funcionalidade, enquanto elemento de socialização aonde se estabelecem os primeiros contactos do indivíduo, as formas mais elementares de comunicação, num modelo interactivo em que se vai interiorizando a "especialização dos papéis e atitudes, a relação de lugar, de normas relacionais e um conjunto de representações e de valores que orientam as condutas" ²⁵. Por outro lado, fomos observando como a mutação estrutural da família arrastou a alteração da sua função educativa, pouco a pouco esvaziada em certo sentido, pela absorção da criança por outras agências de socialização, embora a família continue a ser o núcleo central na formação do desenvolvimento pessoal e humano. Bastará invocar a mobilidade cultural e social e a

sua expressão aos diversos níveis para verificar que a criança pode comparar e aprender as divergências entre o que se passa em casa, o que vive na escola, o que vê em casa dos amigos ou na televisão, e, deste modo, facilmente apreender o papel menos determinante da família na educação.

Voltando a um autor como Lars Dencik, podemos interrogarmo-nos com ele sobre as competências que, enquanto instituição familiar, devemos desenvolver nas crianças, em face do desenvolvimento da sociedade. Segundo este autor, são seis as competências pessoais que, no mínimo, o mundo de hoje exige à criança para a sua integração social:

- ser socialmente flexível;
- reflectir na sua relação com os outros;
- integrar experiências diferentes num conjunto coerente e compreensível;
- comunicar e enunciar desejos e opiniões com eficácia;
- possuir auto-controle da sua afectividade e a regulação dos seus impulsos;
- tomar iniciativas e desenvolver a confiança em si mesmo ²⁶.

Mas que métodos se podem discernir por parte dos pais para transmitirem e fazerem interiorizar estes e outros valores, regras e formas de conduta às crianças ?

Limitando-nos aos problemas da actualidade, Kellerhals e Montandon, num trabalho muito interessante ²⁷, apontam a diversidade de técnicas de influência utilizadas pelos pais neste domínio e apresentam a seguinte tipologia:

– o *controle*, visando obter a conformidade pela via das obrigações ou interdições, numa linha utilitarista, impondo obrigações suplementares, interdição de saídas ou mesmo sanções físicas.

– a *relação*, procura a conformidade pela manipulação do contexto relacional, com base no pressuposto de que as condutas da criança são uma resposta ao meio envolvente, pelo que se lhe apresentam novos amigos, alteram-se-lhe os professores particulares, dedica-se-lhe mais atenção e carinho.

– a *motivação*, modificando a balança dos custos e proveitos subjectivos da criança, aumentando a atração ou a repulsa em relação a determinadas condutas, por exemplo, explicando-lhe o valor dos alimentos, lendo-lhe textos cativantes afins aos objectivos.

– a *moralização*, referindo valores superiores que, já interiorizados, constituem uma forma de legitimação para condutas específicas, por exemplo, ligando a reserva sexual a argumentos religiosos, o trabalho quotidiano ao amor aos pais, a Deus, à Nação, à honra pessoal.

Estes vectores apresentavam uma utilização diferencial, isto é, a estratificação social com base nos inquiridos permitiu verificar, por exemplo, que os indivíduos dos meios populares utilizavam com mais frequência as técnicas de “controle” e colocavam as de “motivação” em último lugar, seguidos de perto pelos quadros médios. Já nos quadros superiores o “controle” e a “relação” ocupavam idêntica percentagem nas preferências, enquanto nos universitários e nas profissões liberais as de “relação” eram de longe as mais frequentes, mostrando a influência do meio social na atitude educativa da família. Tendo em conta o nível de instrução da mãe, sobressai também a diferente utilização das técnicas de influência, com as que possuíam o ensino elementar a optarem claramente pelo “controle”, enquanto as de cultura universitária utilizavam a “relação” preferencialmente e davam maior importância à “motivação”. De igual se verificava uma correlação das técnicas de “controle” com as famílias fechadas (Bastião), enquanto as famílias abertas (Associação) se inclinavam para formas de “relação”.

Jogando com os vectores referidos, os autores citados apontam quatro estilos de influência dos pais em relação aos filhos:

- o *estilo carismático*, onde o controle e a relação são frequentemente utilizados (18% dos casos);
- o *estilo disciplinar*, onde só o controle é frequentemente utilizado (38%);
- o *estilo relacional*, onde a relação é frequentemente manipulada (23%);
- o *estilo anómico*, onde nenhum dos vectores é empregue sistematicamente (21%).

Estes estilos distribuem-se um pouco por todos os meios sociais, conjugando-se, estabelecendo-se correlações com as configurações já apontadas (nível social, coesão).

O exercício da autoridade paterna também se apresenta sob três formas, de utilização diferencial segundo os grupos anteriormente citados:

- a *coercitiva*, com os pais a acentuar a sua força sobre a criança, considerada como um ser que não conhece os seus limites e que precisa de contar com pais fortes e respeitáveis;
- a *persuasiva* (ou de negociação), que procura explicar ao filho as razões da decisão paternal, procurando obter o seu acordo, mostrando maleabilidade inclusive para modificar a opinião se a argumentação filial os convencer;
- a *estruturante*, dando menos importância a uma conformação imediata e mais ao fornecimento de bases à criança a partir da qual esta construa a sua autonomia, surgindo o pai como “outro”, não porque sabe mais ou tem autoridade, mas porque existe.

E se descermos aos papéis educativos da família? Quais são, de que forma se exercem? Sendo embora difícil caracterizar a estrutura dos papéis educativos familiares, se continuarmos a seguir Kellerhals e Montandom, podemos dizer que a influência educativa dos pais em relação aos filhos se realiza, tanto de forma expressiva como instrumental, pela:

- *regulação directa* do comportamento (encorajamento, repreensão, vigilância da higiene, controle dos deveres).
- *comunicação* (troca de informações, de confidências, de opiniões).
- *cooperação* em empresas comuns (lazer, viagens, hobbies...).

Estes papéis são aplicados de forma diferencial pelos pais, quer na perspectiva da divisão do trabalho familiar, quer nas perspectivas do estatuto social e da coesão do grupo familiar. Por exemplo, no que respeita à “regulação”, verifica-se que a manutenção (vigiar o vestir e a higiene, controlar os deveres escolares, ir ao médico), a normatividade (comentar os comportamentos, dar autorização, punir, explicar princípios morais) e a sustentação emocional (consolar, encorajar, valorizar) são actividades em que mãe se implica duas vezes mais do que o pai, e no caso das actividades de manutenção chega a atingir-se o “score” de quatro vezes mais. A preeminência feminina vamos encontrá-la ainda no volume de comunicação com a criança, sobretudo no que toca aos problemas afectivos. A implicação do pai nos três domínios acima considerados é sempre mais fraca que a da mãe e bastante diferenciada segundo o tipo de coesão familiar. Por outro lado, a diferenciação acentua-se, por exemplo, com o abaixamento do nível de instrução.

E se é verdade que existe uma história uma evolução histórica dos modos de educação familiar, tal como o demonstram P. Ariès ou M. Foucault, marcada por uma passagem de formas de controle para formas de sedução, podemos dizer, com os autores que vimos seguindo ²⁸, que a educação a ministrar às crianças experimenta

flutuações que se relacionam, quer com a situação social, quer com a família e o seu tipo de coesão social. É pelo menos o que as suas investigações apontam, evidenciando três grandes estilos educativos na família – *maternalista*, *estatutário* e *contratualista* –, tendo em conta a análise dos seguintes vectores de análise: finalidades (autoregulação, sensibilização, cooperação), técnicas (controle, relação, motivação, empatia, autoridade coercitiva), estrutura dos papéis (implicação paternal e maternal, indiferenciação de recursos) e coordenação (apelo a recursos externos, acolhimento das crianças, implicação paternal face à TV, difusão).

Conclusão

A questão da família e, concomitantemente, a da educação familiar são questões centrais do desenvolvimento humano e pessoal e tornam-se particularmente importantes na medida em que se assiste, de momento, à transformação rápida dos modelos familiares. Estes nunca foram estáticos, quer sob o ponto de vista diacrónico, pois há uma longa história da família, quer sob o ponto de vista sincrónico, pois em todas as épocas não houve um modelo único de família, mas sim uma grande diversidade explicável pelos contextos sociais e pelo facto de a família ser uma das instâncias que mais evidencia a sua natureza de “construção social”. Porém, na actualidade, estas questões ganham acutilância face à vulnerabilidade do “casal”, emergindo novos papéis, atitudes e até novos protagonistas que suscitam diferentes modelos educativos, os quais estão longe de uma clarificação.

BIBLIOGRAFIA

- AA. VV. (1992), *Familes et Contextes Sociaux - Les Espaces et Les Temps de la Diversité*, Lisboa, ISCTE.
- ANDERSON, Michael (1980), *Elementos para a História da Família Ocidental, 1500-1914*, Lisboa, Quercus.
- ANTONUCCI, Toni C. (1989), “Understanding Adult Social Relationships”, in Kurt Kreppner e Richard M. Lerner (eds.), *Family Systems and Life-span development*, Londres, LEA, pp. 303-316.
- AUGÉ, Marc, (1978), *Os Domínios do Parentesco*, Lisboa, Edições 70.
- CABRAL, João de Pina, *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel, 1991.
- COSTA, J. Almeida e MELO, A. Sampaio, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora, s/d.
- DENCIK, Lars (1988), “Grandir Aujourd’hui: Étude des contextes et modalités de socialisation du point de vue du jeune enfant”, in Paul Durning (dir.), *Education familiale: un panorama des recherches internationales*, Vigneux, Matrice, 1988, pp. 33-55.
- GAZENEUVE, Jean e VICTOROFF, David (orgs.), *Dicionário de Sociologia*, Lisboa, Verbo, 1982.
- HINDE, Robert A. (1989), “Reconciling the family systems and the relationships approaches to child development”, in Kurt Kreppner e Richard M. Lerner (eds.), *Family Systems and Life-span development*, Londres, LEA, 1989, pp. 149-163.

- KELLERHALS, Jean e MONTANDOM, Cléopâtre (1991), *Les Stratégies Éducatives des Familles*, Neuchâtel, Delachaux et Nestlé.
- KELLERHALS, Jean e McCLUSKEY, Huguette (1988), "Uma topografia subjectiva do parentesco – contributo para o estudo das redes de parentesco nas famílias urbanas", in *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº 5, p.169-184.
- KELLERHALS, Jean, e outros (1984), *Microsociologie de la Famille*, Paris, PUF.
- KREPPNER, Kurt (1989), "Linking Infant Development in Context Research to the Investigation of Life-Span Family Development", in Kurt Kreppner e Richard M. Lerner (eds.), *Family Systems and Life-span development*, Londres, LEA, pp. 33-64.
- MARC, Edmond e PICARD, Dominique (1993), *A Interação Social*, Porto, Rés.
- MICHEL, Andrée (1983), *Sociologia da Família e do Casamento*, Porto, Rés.
- MUNAIN, José Luiz Ruiz de, "La familia como sistema", in Teresa Suarez & Carmen Rogero (cord.), *Paradigma Sistémico y Terapia de Família*, Madrid, Asociacion Española de Neuropsiquiatria, 1983, 23-39.
- POWERS, Sally I. (1989), "Family Systems Throught the Life-Span: interactive constellations of development, meaning, and behavior" in Kurt Kreppner e Richard M. Lerner (eds.), *Family Systems and Life-span development*, Londres, LEA, pp. 271-287.
- ROUSSEL, Louis (1992), "O futuro da família", in *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº 11, pp. 165-180.
- SARACENO, Chiara (1992), *Sociologia da Família*, Lisboa, Estampa.

NOTAS

1. In J. Almeida Costa e A. Sampaio e Melo, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora, s/d, p. 629.
2. João de Pina Cabral, *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel, 1991, p. 113.
3. Idem, *ibidem*, p. 109.
4. Idem, *ibidem*, p. 111.
5. Idem, *ibidem*, p. 137.
6. Chiara Saraceno, *Sociologia da Família*, Lisboa, Estampa, 1992, p.12.
7. Jean Gazeneuve e David Victoroff (orgs.), *Dicionário de Sociologia*, Lisboa, Verbo,1982, p.303.
8. Jean Kellerhals e Huguette McCluskey, "Uma topografia subjectiva do parentesco – contributo para o estudo das redes de parentesco nas famílias urbanas", in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 5, 1988, pp.169-184.
9. Idem, *ibidem*.
10. Edmond Marc e Dominique Picard, *A Interação social*, Porto, RES, s/d, p. 175.
11. Robert A. Hinde, "Reconciling the family systems and the relationships approaches to child development", in Kurt Kreppner e Richard M. Lerner (eds.), *Family Systems and Life-span Development*, Londres, LEA, 1989, pp. 149-163.

12. Kurt Kreppner, "Linking Infant Development in Context Research to the Investigation of Life-Span Family Development", in Kurt Kreppner e Richard M. Lerner (eds.), *Family Systems and Life-span Development*, Londres, LEA, 1989, pp. 33-64.
13. Sally I. Powers, "Family Systems Through the Life-Span : interactive constellations of development, meaning, and behavior" in Kurt Kreppner e Richard M. Lerner (eds.), *Family Systems and Life-span development*, Londres, LEA, 1989, pp. 271-287.
14. Toni C. Antonucci, "Understanding Adult Social Relationships", in Kurt Kreppner e Richard M. Lerner (eds.), *Family Systems and Life-span development*, Londres, LEA, 1989, pp. 303-316.
15. José Luiz Ruiz de Munain, "La familia como sistema", in Teresa Suarez & Carmen Rogero (ccord.), *Paradigma Sistémico y Terapia de Familia*, Madrid, Asociacion Española de Neuropsiquiatria, 1983, pp. 23-39.
16. Lars Dencik, "Grandir Aujourd'hui: Étude des contextes et modalités de socialisation du point de vue du jeune enfant", in Paul Durning (dir.), *Education familiale: un panorama des recherches internationales*, Vigneux, Matrice, 1988, pp. 33-55.
17. Louis Roussel, "O futuro da familia", in *Sociologia-Problemas e práticas*, nº 11, 1992, p. 165.
18. Andrée Michel, *Sociologia da Família e do Casamento*, Porto, Rés-Editora, 1977, p.77.
19. Idem, *ibidem*, p. 79.
20. Idem, *ibidem*, pp. 80-81.
21. Idem, *ibidem*, pp. 82-84.
22. Idem, *ibidem*, pp. 85-87.
23. Idem, *ibidem*, pp. 87-88.
24. Louis Roussel, "O futuro da familia", in *Sociologia – Problemas e práticas*, nº 11, 1992, pp. 165-179.
25. E. Marc e D. Picard, *ob. cit.*, p.175.
26. *Ob. cit.*, p. 56.
27. Jean Kellerhals e Cléopâtre Montandon (1991), *Les Stratégies Éducatives des Familles*, Neuchâtel, Delachaux et Niestlé.
28. Idem, *ibidem*, pp. 201-227.

A DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO E AS ALTERAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO GRANDE PORTO

*José Alberto V. Rio Fernandes
Universidade do Porto*

1. Evolução da distribuição da população

Ao longo do século XX, a par de uma concentração populacional ao longo do litoral, ocorreu um processo de convergência nos dois principais aglomerados urbanos portugueses, o qual ficou marcado, nos anos mais recentes, por uma progressiva periferização da fixação residencial.

No Porto, como noutras cidades, o processo de concentração populacional marcou-se inicialmente pela densificação da área central (agora dita histórica), com a subdivisão dos espaços e formas de convivência polifamiliar. A continuada expansão demográfica e urbanística conduziu igualmente, na envolvência, ao aproveitamento do interior dos quarteirões, com soluções do tipo “ilha” que a relativa especificidade fundiária e fiscal ajudou a criar.

Passados os tempos em que o ritmo de crescimento anual era da ordem dos 3% (entre 1878 e 1911), a cidade continua a ver a sua população aumentada, cada vez mais à custa da urbanização dos seus “arredores”, o que a melhoria das infraestruturas de circulação e o desenvolvimento dos transportes possibilita.

Assim, desde finais do século passado que as freguesias centrais (S. Nicolau, Sé, Vitória e Miragaia) vêm a sua população deixar de aumentar significativamente e desde 1950 que passam a registar perdas. Entretanto, numa periferia ainda contida pelo limite concelhio, os aumentos são significativos, havendo todavia alguns comportamentos a diferenciar. Assim, enquanto nas freguesias ditas pericentrais (Cedofeita e Bonfim) o crescimento é particularmente importante num primeiro período situado entre meados do século XIX e meados do século XX, relativamente às freguesias mais periféricas (Paranhos, Ramalde e Campanhã) esse crescimento é mais tardio (com início em finais de Dezanove) e particularmente recente no caso de Aldoar.

Este processo de crescente “periferização populacional” estende-se igualmente para lá do limite administrativo do Porto e adquire uma particular intensidade nas décadas de 60 e 70, quando existe, no Grande Porto, uma relação praticamente linear entre a distância relativamente ao centro histórico do Porto e a taxa de crescimento da população, com diminuição dos efectivos nas freguesias centrais, estagnação no anel pericentral e aumentos particularmente significativos nas freguesias envolventes da cidade-centro.

Por fim, a última década (1981-91), se por um lado acentuou o processo (com maiores diminuições no centro e maiores aumentos em freguesias mais afastadas do Porto), por outro aumentou também a complexidade, na medida em que proliferaram as excepções a um quadro simplesmente marcado pela distância relativa a um qualquer centro, muito por força da alteração do quadro das acessibilidades (com auto-

FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NO CONCELHO DO PORTO (%)

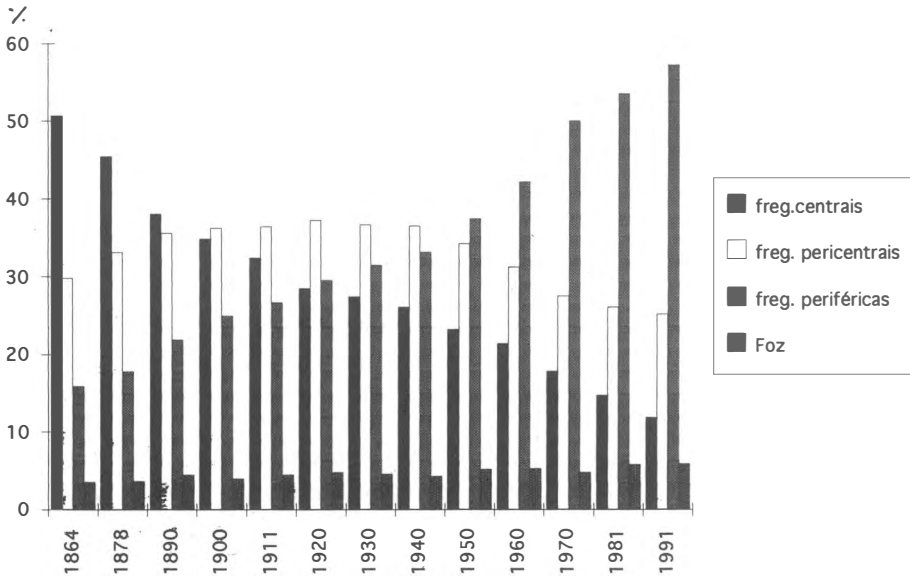
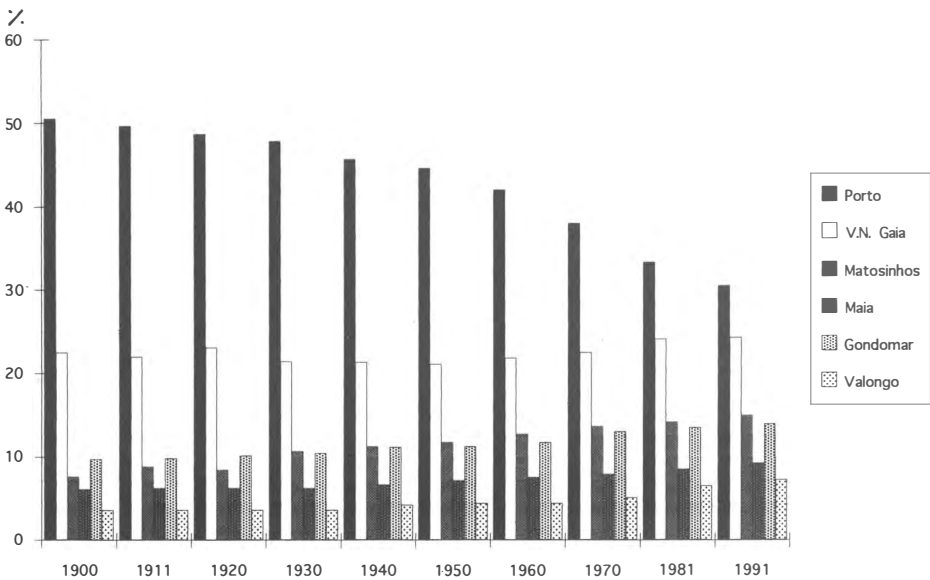


FIGURA 2 – EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NO GRANDE PORTO (%)



-estradas e outras vias rápidas), da existência de políticas urbanísticas distintas no interior do Grande Porto e, porventura, duma menor dependência da envolvente face à cidade do Porto-centro.

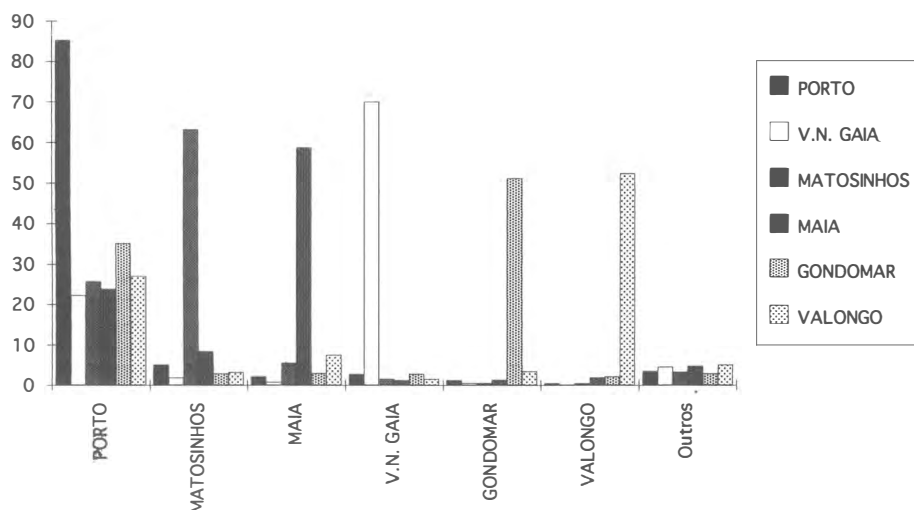
2. O processo de periferização

Ao aglomerado urbano do Porto, ou talvez melhor, ao “conglomerado urbano” do Porto, misto de aglomeração com cidade-centro forte e conurbação feita de policentralidade, ao Grande Porto enfim, cuja complexidade desafia a definição, a esta espécie de “condensação urbana” (como Orlando Ribeiro lhe chamou) resultante da crescente densificação regional em torno do encontro da estrada N-S com o Douro, falta-lhe, fundamentalmente, uma definição clara dos papéis entre a cidade-centro e as envolventes (hoje também cidades), assim como legislação que permita a adopção e realização de políticas metropolitanas supramunicipais que, pelo menos, facilitem a concretização de medidas de natureza intermunicipal.

Assumindo-se cada vez mais como o núcleo forte de uma vasta área predominantemente urbana e único contraponto à capital do país, o Grande Porto é fortemente marcado por heterogeneidades diversas e rivalidades e concorrências de grande intensidade, que se movimentam num quadro fortemente competitivo, para cuja perpétua tensão o cada vez maior equilíbrio populacional que existe tem tido uma papel determinante (seja por via da influência sobre as receitas municipais, seja por via do papel dos cidadãos, cuja grande maioria no Grande Porto reside hoje fora da cidade-centro).

Vários aspectos estão directamente associados a este processo aparentemente simples de estagnação ou diminuição no centro e de crescimento periférico que parece ter sido feito por sucessivas “vagas” relativamente especializadas (feito não só a partir do centro, como dos centros menores envolventes do Porto).

FIGURA 3 – MOBILIDADE CASA-TRABALHO-ESCOLA NO GRANDE PORTO (EM PORCENTAGEM, POR CONCELHO DE ORIGEM)



Assim, primeiramente, terá surpreendido a diferenciação dos ritmos urbanísticos entre a área central e a periferia, com a decadência (ou substituição) do parque habitacional daquela e a acelerada multiplicação dos imóveis de apartamentos cada vez mais volumosos e arquitetonicamente monótonos, numa periferia cada vez mais densa e extensa.

Em seguida (os tempos são tomados aqui na generalidade e reconhecendo naturalmente que em cada um dos períodos existiram sobreposições) dá-se a periferização da indústria (na sua vertente fabril, fundamentalmente), pois que a cidade dificulta a expansão ou reestruturação da fábrica, ao mesmo tempo que o diferencial dos preços do solo actua como forte atractivo para uma realocização industrial exterior à mancha construída mais densa.

E se numa primeira fase, o intenso ritmo de urbanização enriquece os municípios e aumenta a pertinência da reclamação por uma maior ligação com a cidade-centro, numa segunda fase, com melhores relações rodo-ferroviárias, a periferia passa não só a atrair a ocupação residencial e a industrial, como mesmo, tardiamente embora, actividades terciárias em número e nível significativo, como as do comércio retalhista em estabelecimento de grandes dimensões.

3. Coesão e “novocentrismo”

Entramos então numa fase em que não é já possível a compreensão das dinâmicas territoriais por uma simples relação centro-periferia, nem tampouco por uma abordagem hierárquica, de centro principal e centros secundários. Ou seja, face às alterações viárias, ao aumento da mobilidade e à alteração dos comportamentos relativamente à cidade, esta passa a ser vista e “usada” de forma diferente e, por conseguinte, adaptando-se, torna-se significativamente diferente ela mesma. E o inverso é igualmente verdadeiro – e simultâneo –, já que as alterações da cidade geram igualmente alterações nos comportamentos individuais e colectivos.

Em si mesmo, isto nada tem de novo, pois que a cidade sempre foi – como a história ensina – local privilegiado de transformação. Todavia, o que parece marcar a diferença nos nossos dias é, por um lado, a amplitude dos campos em que se operam transformações importantes, por outro, a profundidade dessas transformações, ou seja, a importância e significado da alteração, por outro ainda, e quiçá o mais significativo, o vertiginoso ritmo da alteração – ou da sucessão de alterações – que a massificação e mundialização da comunicação social, assim como a internacionalização das economias, difundem e propagam, alterando escalas, aumentando as diferenças à mesma medida que homogeneizam as paisagens.

Assim mesmo, todavia, não se pense que estamos já próximos da sincronia mundial e que as especificidades locais, regionais e nacionais não têm um papel a desempenhar. Porque têm. Estão a desempenhá-lo e é vital para a sobrevivência da diversidade que o continuem a fazer.

Por outro lado, territorialmente, as profundas marcas que a transformação de comportamentos gerou, alterou relações interurbanas e intraurbanas, para nada dizer do cada vez mais difuso e aparentemente confuso encontro entre a cidade e o campo, entre o urbano e o rural.

Nesse processo, a redistribuição da população terá sido decisiva para que hoje se possa falar, no Porto como em outras metrópoles, de um cada vez maior protagonismo

das periferias o qual passa, designadamente, pela atenuação do papel sócio-económico do centro – entendido aqui como o centro tradicional, como a “Baixa” – e da cada vez maior importância dos parques retalhistas periféricos, compostos de hipermercados e médias e grandes superfícies especializadas, galerias comerciais e grandes centros comerciais.

Este reforço de protagonismo periférico não pode ser confundido, apenas, com um processo de desconcentração, através do qual a periferia recebeu aquilo que o concelho do Porto não quis ou não pode fisicamente albergar: as pessoas e as fábricas, o porto, o aeroporto, o terminal TIR, a Exponor, os hipermercados, o zoológico, o Parque Biológico, etc. Para lá de receptáculos, é necessário reconhecer o papel desempenhado pelas alterações das acessibilidades e pelo protagonismo de cada um dos municípios, designadamente, na maior visibilidade e no aumento do poder de atracção de novas e renovadas cidades. Daí que esteja tanto em jogo sempre que uma autarquia toma posições polémicas porque afectam outras, assim como seja tão claro como todos vêm a rede fundamental de estradas, a renovação da linha férrea e a criação de um metro ligeiro, como mecanismos que poderão alterar decisivamente os permanentemente instáveis desequilíbrios existentes.

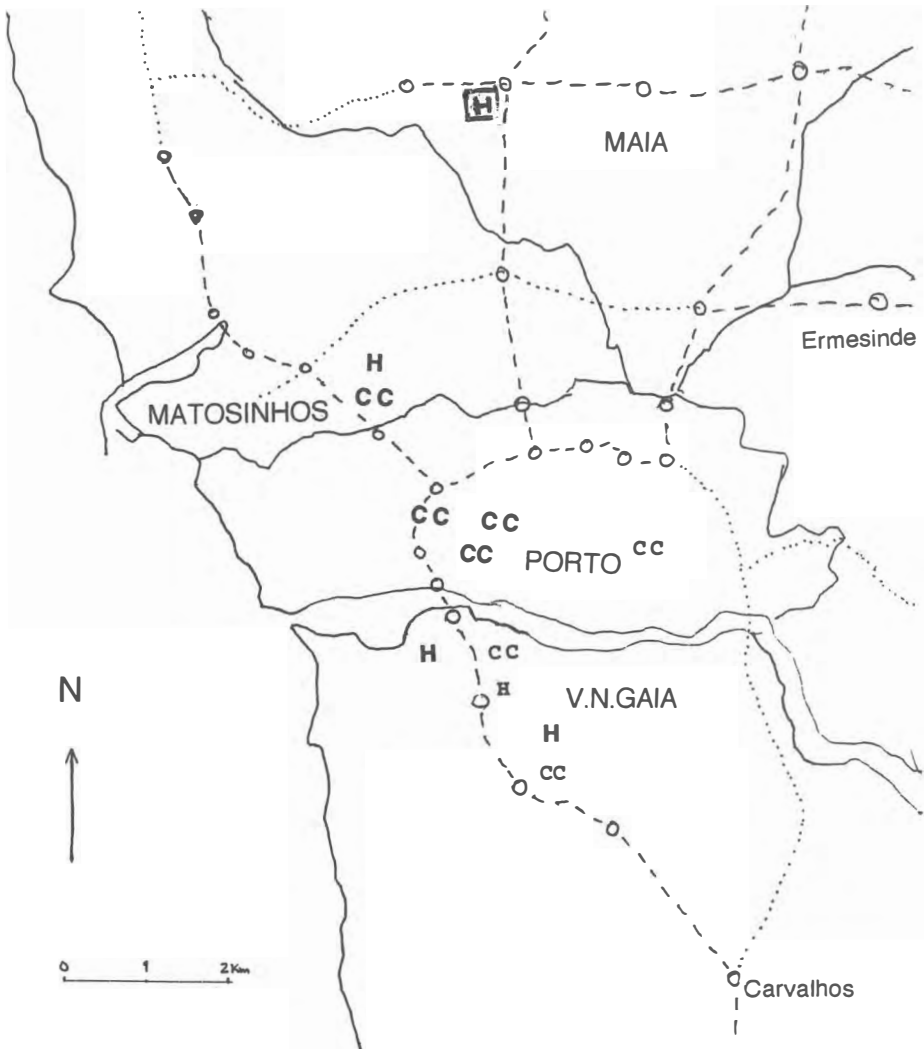
4. O comércio e a reestruturação territorial em curso no Grande Porto

Territorialmente, a primeira de um conjunto de recentes e importantes alterações na estrutura económica do Grande Porto teve uma relação directa com o Douro e o seu atravessamento. De facto, no Porto, o rio e as pontes terão tido e tiveram recentemente um papel decisivo no aparecimento de novos núcleos terciários, em que, no caso da Boavista, o aparecimento está associado à migração para Oeste da ligação da cidade para Sul (por auto-estrada) e para Norte (pela Via Rápida, passando pelo aeroporto). A estas condições de acessibilidade regional somaram-se outras de carácter local, como vias desafogadas, largas e rectilíneas e uma estrutura residencial de classe média e alta, na atracção de comércio e serviços para, a partir duma extensão natural, para Oeste, duma “Baixa” que se espalhava, a Boavista se tornasse mais do que uma simples extensão, um novo núcleo de terciário que inicialmente foi sobretudo complementar do centro tradicional e hoje é cada vez mais nitidamente concorrencial.

Estava ultrapassada, há já um pouco mais de uma década, a monocentralidade e instalava-se a ideia de uma bipolaridade que de facto mais não era – e é – do que uma bipolaridade de um centro único que é a Grande Baixa – que o perímetro da V.C.I. poderá ajudar a transformar na cidade-centro em versão reduzida –, ou no centro da grande cidade que chega a Vila do Conde, a Penafiel e a Espinho, no que seria afinal a assunção de uma área de dimensão não muito superior à da cidade de Lisboa e inferior até a muitas outras metrópoles europeias.

Neste quadro, os novos centros periféricos que se vêm definindo junto às novas avenidas de 2x3 faixas de rodagem – que o não são – e às novas praças – que o não são também – chamadas nós, figuram, na cidade do automóvel, como centros diferentes, especializados, não tradicionais, possibilitando o abastecimento de uma população que, predominantemente, é periférica, está dotada de automóvel, é constituída por dois adultos (com filhos ou não) ambos com trabalho e pouco tempo livre para compras e se encontra predisposta para uma prática de consumo que a

FIGURA 4 – GRANDES EQUIPAMENTOS COMERCIAIS



Legenda

- limites concelhios
- Vias da Rede Rodoviária Nacional
- - - construídas
- em construção / a construir
- nós

Áreas comerciais

- hipermercado
- H - existente
- H - em construção
- centro comercial
- (c/ >100 estabel.)
- CC - existente
- CC - em construção

publicidade em especial e a comunicação em geral divulga como acto essencial na afirmação de um status.

Mais que reflectir sobre o hipermercado e a sua influência sobre a vida de cada um e seguir o caminho fácil da valoração simples e reducionista, importa entender que o papel do comércio como gerador de urbanidade, como definidor de centro, enquanto local privilegiado de encontro e interação social, está – também – em transformação profunda e o Centro Comercial Cidade do Porto (no Bom Sucesso), os NortShopping e GaiaShopping (junto aos hipers Continente), ou o Centro Comercial da Arrábida (frente ao Carrefour), mais que centros integrados de comércio retalhista (com mais de uma centena de estabelecimentos e profissionalmente pensadas associações de comércio e lazer), são já aproximações à cidade, tentativas de a recriar no interior de um imóvel, com o conforto e a doçura climatérica que não pode ser oferecida pelas “baixas” do Porto e de Matosinhos ou pelas ruas comerciais destas e de outras cidades do Grande Porto.

Desfazados ainda, em relação aos Estados Unidos e Canadá designadamente, estamos já bem próximos da Europa ca União no que ao comércio diz respeito. Falta-nos apenas, a par dos hipers e dos chamados centros comerciais regionais (e da tele-compra e da compra por catálogo), medidas como a França e o Reino Unido (entre outros) há muito adoptaram, de reabilitação e vivificação dos centros tradicionais das nossas cidades, sob pena de, um dia, com dizia num trabalho de 1989, a Baixa do Porto e as outras “baixas” do Grande Porto se tornarem meras extensões decadentes de centros históricos, libertadas para armazéns e bares e outros usos menores para práticas de urbanidade duvidosa ¹.

Mas os desafios de base territorial, na organização do espaço do Grande Porto são múltiplos e de solução diversa, pelo que em relação à população, ao comércio, aos transportes, como a quase tudo o resto, o ritmo e profundidade da transformação são intensos e fazem de nós espectadores privilegiados, a quem compete também – como actores particularmente responsabilizáveis – contribuir para que se ultrapassem estrangulamentos e se aproveitem oportunidades, a favor de uma cidade para todos, de uma cidade para o homem, a qual importa verdadeiramente conhecer antes de intervir, e ao intervir, fazê-lo por forma a melhor adequar a cidade aos desejos dos seus residentes e dos outros (muitos) que a frequentam.

Após a conclusão do texto, o Ministério do Comércio e Turismo, através da Direcção Geral do Comércio, iniciou uma política de apoio a acções de Urbanismo Comercial, decorrentes de compromissos assumidos por autarquias e associações comerciais. A Rua Brito Capêlo (Matosinhos) e a “Baixinha” de Coimbra viram em Setembro passado aprovados estudos prévios, sendo conhecida a preparação de um elevado número de candidaturas.

BIBLIOGRAFIA

- CHAMPION, Anthony G. (ed) (1983) – *The future for the city centre*, London, Academic Press.
- DAWSON, J. A. (1988) – *Futures for the High Street*, London, "The Geographical Journal", 154, 1.
- FERNANDES, J.A.R. (1990) – *Le commerce et le centre-ville de Porto: les grands transformations des dernières années*, in Ginette Pallier; Alain Metton – *Le commerce des centres-villes*, Limoges, U.G.I. – Presses Universitaires de Limoges et du Limousin.
- FERNANDES, J.A.R. (1993) – *O comércio na cidade do Porto (uma abordagem geográfica)*, Oporto, polic.
- GASPAR, J. (1987) – *Do pelourinho ao centro comercial*, Lisbon, "Povos e Culturas", n.º 2, pp. 243-259.
- GIBBS, A. (1987) – *Retail innovation and planning*, London, "Progress in Planning", 27.
- HALL, P.H. (1985) – *El impacto de las nuevas tecnologías sobre los cambios urbanos y regionales*, in Javier Echenagusia - *Metropolis, territorio y crisis*, Madrid, Asamblea de Madrid-Revista Alfoz, pp. 64-77.
- MARQUES, H.; FERNANDES, J.A.R.; MARTINS, L.P.S. (1990) – *Porto: percursos nos espaços e memórias*, Porto, Edições Afrontamento.
- METTON, A. (1989) – *Centre-ville et périphérie*, Paris, Bull. Association Géographique Française, 4.
- SALGUEIRO, T.B. (ed.) (1992) – *Commerce, aménagement et urbanisme commercial*, Lisbon, U.G.I. - Centro de Estudos Cidade e Comércio da Universidade de Lisboa.
- SCHNEIDER, M. (1992) – *City limits and the growth of suburban retail trade: 1982-1987*, Newbury, "Urban Affairs Quarterly", vol. 27, n.º 4, Sage, pp. 604-614.
- Vários – *Estudo de impacte das grandes superfícies comerciais na Área Metropolitana do Porto*, Porto, Associação de Comerciantes do Porto – Escola de Comércio do Porto, 1994, polic.
- Vários – *Estudo sócio-económico da Área Metropolitana do Porto*, Porto, Quaternaire, 1993-4, polic.

GERAÇÕES E ESPERANÇA DE VIDA – OS EFEITOS DA SUA EVOLUÇÃO EM ALGUNS DISTRITOS DO CONTINENTE (ESTUDO EXPLORATÓRIO)

*Maria da Graça David de Morais
Universidade de Évora*

INTRODUÇÃO

A evolução recente da mortalidade em Portugal levou-nos a questionar sobre quais os comportamentos de diferentes gerações, em termos globais, ao longo de alguns decénios. Estudos vários ¹ mostraram-nos que a mortalidade em cada idade é influenciada pelo conjunto dos acontecimentos sofridos em todas as idades precedentes. Assim, por exemplo, as gerações que viveram as duas grandes guerras, ou, analogamente as que a viveram na sua adolescência, são caracterizadas por uma forte mortalidade.

A nossa intenção ao propormo-nos fazer este trabalho foi a de, através de um procedimento empírico, analisarmos até que ponto algumas gerações continentais seriam ou não marcadas por acidentes de percurso, com reflexos na sua evolução, conscientes de que não é tarefa muito fácil pelo facto de os efeitos observados a partir do comportamento das gerações serem apenas marginais e estarem ocultados, em grande medida, pela tendência geral para o declínio da mortalidade. Foram seleccionadas para tal as gerações de 1920, 1930, 1940 e 1950 por serem aquelas que é possível analisar num lapso de tempo que medeia 1920 e 1990. Na escolha relativa ao espaço, esteve subjacente não só a preocupação de as localizarmos em distritos das cinco regiões em que actualmente se acha dividido o Continente, segundo o critério da nomenclatura de unidades territoriais (NUTS II), mas também a sua caracterização quanto à intensidade ou não de ocupação de espaço (H/Km²) que porventura poderá reflectir diferentes formas de comportamento: Região Norte – Braga (279,1 h/km²) e Bragança (23,9); Região Centro – Castelo Branco (32,2) e Coimbra (108,3); Região de Lisboa e Vale do Tejo – Lisboa (747,5) e Santarém (65,6); Região Alentejo – Évora (23,5) e Portalegre (22,1); Região Algarve – Faro (68,6).

Este estudo exploratório faz-se a partir das esperanças de vida (Ex), ou seja, do número médio de anos que resta para viver aos indivíduos que atingiram a idade x, das probabilidades de morte entre a idade exacta x e x+n (nqx) e do número de sobreviventes (numa base de 100000). Porém, a primeira aproximação far-se-à não segundo a Taxa Bruta de Mortalidade (TBM) porque é uma medida imperfeita que está intimamente relacionada não só com as características do fenómeno do ano em causa mas também com a estrutura por idades dessa população. Se esta muda, a TBM pode mudar sem que a mortalidade mude e reciprocamente. Assim, poderemos estar a ser vítimas de uma ilusão de óptica que resulta da evolução da estrutura por idades da

população e não da mudança na mortalidade, durante um certo período de tempo. Sabemos também que o risco de morrer que cada indivíduo corre ao longo de um determinado período de tempo (um ano normalmente) depende grandemente da idade que ele atingir: os de menor idade ou os de idade mais avançada poderão ser os mais atingidos. Perante esta situação, foram então escolhidas as taxas de mortalidade específicas por idade porque nos é permitido, através delas, medir o risco de morrer em cada idade, reportando os óbitos aos efectivos da população desse grupo etário. A partir destas, construímos um indicador sintético que permite seguir a evolução da mortalidade e de fazer comparações, avaliar até que ponto um grupo de recém-nascidos vai sofrer ao longo da sua vida, em cada idade, os riscos de morrer calculados para um ano. Contudo, isto não representa a esperança de vida real de uma geração, mas constitui um excelente indicador da mortalidade do ano para o qual foram calculados os riscos.

Nos quadros seguintes são apresentadas as taxas específicas para algumas idades reportadas a 1920/21, 1950/51 e 1990/91.

QUADRO I – TAXAS ESPECÍFICAS DE MORTALIDADE, POR IDADES, 1920/21 (PERMILAGEM)

Regiões/ /Distrito	Idades							
	0	1-4	5-9	10-14	20-24	40-44	60-64	70+
Norte								
Braga	228,50	40,88	8,30	4,30	7,83	12,23	40,20	159,06
Bragança	300,01	61,61	9,21	5,45	10,08	13,16	44,00	156,53
Centro								
C. Branco	272,82	64,61	7,97	4,38	9,81	10,41	32,30	126,60
Coimbra	193,35	29,14	4,98	3,28	6,91	8,10	26,56	116,60
Lx. e V. Tejo								
Lisboa	311,60	42,33	7,34	4,38	9,81	12,93	33,67	126,02
Santarém	244,49	25,73	4,96	3,15	5,88	7,93	21,21	99,80
Alentejo								
Évora	273,79	34,99	5,83	3,74	8,34	8,94	30,99	141,54
Portalegre	242,83	44,63	6,93	4,46	8,06	9,21	33,05	139,80
Algarve								
Faro	225,76	27,45	4,74	3,45	7,06	7,72	24,17	133,87
Continente	247,49	40,82	6,94	4,07	8,11	10,74	32,06	131,97

**QUADRO II – TAXAS ESPECÍFICAS DE MORTALIDADE, POR IDADES, 1950/51
(PERMILAGEM)**

Regiões/ /Distrito	Idades							
	0	1-4	5-9	10-14	20-24	40-44	60-64	70+
Norte								
Braga	129,27	20,31	2,57	1,17	3,17	6,58	23,40	109,32
Bragança	144,11	26,14	2,01	1,63	2,33	4,51	21,97	107,73
Centro								
C. Branco	87,62	10,44	1,72	1,14	2,66	4,10	17,39	87,01
Coimbra	70,04	6,35	1,63	1,13	3,45	5,24	17,62	90,42
Lx. e V. Tejo								
Lisboa	84,73	8,59	2,02	1,49	4,02	7,27	24,43	88,18
Santarém	69,88	5,94	1,31	1,08	2,36	3,65	15,51	88,19
Alentejo								
Évora	114,32	5,96	1,54	0,88	2,46	3,75	20,96	95,48
Portalegre	105,60	5,37	1,30	1,03	2,38	3,62	19,35	91,73
Algarve								
Faro	100,01	8,73	2,05	1,52	3,81	4,46	16,52	93,75
Continente	104,14	13,12	1,99	1,25	3,38	5,53	20,79	95,58

**QUADRO III – TAXAS ESPECÍFICAS DE MORTALIDADE, POR IDADES, 1990/91
(PERMILAGEM)**

Regiões/ /Distrito	Idades							
	0	1-4	5-9	10-14	20-24	40-44	60-64	70+
Norte								
Braga	12,50	0,87	0,47	0,43	1,10	2,44	14,00	80,56
Bragança	20,67	1,46	0,71	0,78	0,20	3,00	12,33	75,54
Centro								
C. Branco	8,89	0,66	0,17	0,21	1,63	3,14	12,50	72,10
Coimbra	8,83	0,49	0,34	0,51	1,30	2,51	11,78	77,63
Lx. e V. Tejo								
Lisboa	10,26	0,62	0,39	0,35	1,22	2,34	13,05	76,98
Santarém	9,78	0,71	0,55	0,32	1,48	2,63	11,32	74,56
Alentejo								
Évora	10,11	0,90	0,40	0,29	1,30	1,73	12,33	74,36
Portalegre	11,27	0,73	0,81	0,64	1,57	2,25	11,1	72,16
Algarve								
Faro	11,42	0,88	0,59	0,40	1,64	2,88	13,04	75,19
Continente	11,55	0,76	0,40	0,41	1,30	2,46	13,01	76,97

Da sua leitura de imediato nos apercebemos que há um declínio generalizado: se em 1920/21 a mortalidade infantil (0 anos) atingia 311,60% esse valor vai baixar para os 8,83% em 1990/91, o que significa que, por comparação com as outras idades, desde o início do século até aos nossos dias, o declínio da mortalidade foi muito mais acentuado nas idades mais jovens do que nas mais elevadas, muito especialmente entre os 0 e os 10 anos, e muito menos evidente nas idades adultas e muito menos ainda entre os idosos de mais de 70 anos. Enquanto os primeiros valores declinaram em 97% na região Centro, os últimos apenas declinaram 43%, por exemplo.

A Esperança de Vida

A evolução da vida média permite-nos seguir aqueles declínios atrás apontados. É um bom indicador da evolução da mortalidade ainda que por vezes mal interpretada. Se se diz que no século XVIII a vida média era de 25 anos não significa que as pessoas não atingissem idades avançadas mas apenas que muitos morriam muito jovens. Vejamos o seu desenvolvimento no presente estudo.

A geração de 1920 (Quadro IV) era representada no Continente com um valor de 41,70 anos à nascença. Contudo, uma passagem à análise das diferentes regiões, encontramos um valor máximo para Santarém de 48,98 anos seguido de Coimbra com 47,75, por oposição ao de Bragança de apenas 36,04 anos e ao de Castelo Branco (37,90). Comparando com a geração de 1950 há ganhos significativos. Vejamos:

Eo – Ganhos em anos (1920-1950)

Continente	17,4
Braga	14,6
Bragança	19,7
Castelo Branco	25,9
Coimbra	16,0
Santarém	16,9
Lisboa	20,9
Évora	18,7
Portalegre	22,4
Faro	15,1

A transição de um extremo ao outro faz-se com ganhos intermédios das gerações de 1930 e 1940 e muito acentuados na de 1950. Dever-se-à ressaltar que naqueles casos em que a progressão foi aparentemente menor – por exemplo, Coimbra, Santarém, Faro – se deve ao facto de, à partida, estes distritos apresentarem já Eo mais elevadas que a média do Continente. O caso de Braga parece resultar de uma situação conjuntural específica, pois que a sua evolução se faz de uma forma muito mais lenta.

Se nos reportarmos às esperanças de vida aos 10 anos, a situação assemelha-se em todos os distritos e em qualquer das regiões. Os valores medeiam entre os 50,82 anos de Lisboa na geração de 1920 e os 57,78 anos de Santarém. Quanto aos ganhos obtidos, relativamente à geração de 1950, eles cifram-se na ordem dos 4,02 anos até aos 9,28 na Região de Lisboa e Vale do Tejo como poderemos ver na tabela seguinte:

QUADRO IV – ESPERANÇA DE VIDA DAS GERAÇÕES DE 1920 A 1950

GERAÇÃO 20 GERAÇÃO 30 GERAÇÃO 40 GERAÇÃO 50					GERAÇÃO 20 GERAÇÃO 30 GERAÇÃO 40 GERAÇÃO 50				
CONTINENTE CONTINENTE CONTINENTE CONTINENTE					SANTARÉM SANTARÉM SANTARÉM SANTARÉM				
IDADES	EX	EX	EX	EX	IDADES	EX	EX	EX	EX
0	41.70	49.93	50.19	59.10	0	48.98	56.30	57.90	65.95
10	54.19	54.42	58.80	61.80	10	57.78	58.20	62.38	61.80
20	45.84	49.71	52.97	52.30	20	49.43	53.15	52.30	54.50
30	41.31	45.10	43.00	46.16	30	44.29	43.00	45.10	46.12
40	33.90	33.90	36.84	37.60	40	35.80	35.80	36.92	38.33
50	25.20	28.00	28.58		50	26.70	28.16	29.37	
60	19.88	20.26			60	19.92	20.89		
70+					70+				

GERAÇÃO 20 GERAÇÃO 30 GERAÇÃO 40 GERAÇÃO 50					GERAÇÃO 20 GERAÇÃO 30 GERAÇÃO 40 GERAÇÃO 50				
BRAGA BRAGA BRAGA BRAGA					LISBOA LISBOA LISBOA LISBOA				
IDADES	EX	EX	EX	EX	IDADES	EX	EX	EX	EX
0	40.48	50.04	47.89	55.08	0	38.34	44.07	47.50	59.19
10	54.18	53.66	57.45	61.74	10	50.82	52.53	57.17	60.10
20	44.71	48.27	52.17	52.10	20	44.33	48.34	50.70	50.70
30	39.73	42.85	42.80	46.09	30	40.20	41.60	41.60	45.94
40	33.70	33.70	36.85	36.79	40	32.60	32.60	36.49	37.58
50	24.90	27.78	27.78		50	24.20	27.57	28.53	
60	19.78	19.62			60	19.45	20.22		
70+					70+				

GERAÇÃO 20 GERAÇÃO 30 GERAÇÃO 40 GERAÇÃO 50					GERAÇÃO 20 GERAÇÃO 30 GERAÇÃO 40 GERAÇÃO 50				
BRAGANÇA BRAGANÇA BRAGANÇA BRAGANÇA					ÉVORA ÉVORA ÉVORA ÉVORA				
IDADES	EX	EX	EX	EX	IDADES	EX	EX	EX	EX
0	36.04	44.64	46.26	55.77	0	43.53	52.22	52.75	62.24
10	53.25	53.48	58.54	61.36	10	55.02	55.41	60.45	62.51
20	45.11	49.48	51.85	51.80	20	46.89	51.29	53.03	53.10
30	40.74	42.57	42.50	46.22	30	42.55	43.83	43.80	47.02
40	33.54	33.40	36.86	38.04	40	34.42	34.60	37.63	38.64
50	24.60	28.21	29.10		50	25.40	28.57	29.34	
60	19.92	20.59			60	20.24	20.88		
70+					70+				

GERAÇÃO 20 GERAÇÃO 30 GERAÇÃO 40 GERAÇÃO 50					GERAÇÃO 20 GERAÇÃO 30 GERAÇÃO 40 GERAÇÃO 50				
C. BRANCO C. BRANCO C. BRANCO C. BRANCO					PORTALEGRE PORTALEGRE PORTALEGRE PORTALEGRE				
IDADES	EX	EX	EX	EX	IDADES	EX	EX	EX	EX
0	37.90	53.29	53.32	63.82	0	40.79	53.30	52.62	63.22
10	57.72	56.95	61.98	64.00	10	55.65	55.82	61.15	64.10
20	48.28	52.79	54.40	54.40	20	47.23	52.01	54.10	53.40
30	44.07	45.00	45.00	47.53	30	43.23	44.60	44.00	47.63
40	35.70	35.70	38.40	38.24	40	35.30	34.20	38.31	38.84
50	26.60	29.70	29.52		50	25.60	29.37	29.75	
60	21.53	21.21			60	20.83	21.23		
70+					70+				

GERAÇÃO 20 GERAÇÃO 30 GERAÇÃO 40 GERAÇÃO 50					GERAÇÃO 20 GERAÇÃO 30 GERAÇÃO 40 GERAÇÃO 50				
COIMBRA COIMBRA COIMBRA COIMBRA					FARO FARO FARO FARO				
IDADES	EX	EX	EX	EX	IDADES	EX	EX	EX	EX
0	47.75	56.46	54.79	63.77	0	46.94	51.44	54.40	61.99
10	56.64	55.38	59.84	62.30	10	55.19	56.01	60.08	63.40
20	46.72	50.74	52.80	52.80	20	47.61	51.23	53.80	52.90
30	42.33	43.50	43.50	46.14	30	42.95	44.50	43.70	46.83
40	34.60	34.60	36.96	37.92	40	35.20	34.60	37.60	37.83
50	25.90	28.08	28.93		50	25.60	28.69	28.90	
60	19.92	20.39			60	20.40	20.66		
70+					70+				

E10 – Ganhos em (1920-1950)

Continente	7,61
Braga	7,56
Bragança	8,11
Castelo Branco	6,28
Coimbra	5,66
Santarém	4,02
Lisboa	9,28
Évora	7,49
Portalegre	8,45
Faro	8,21

A esperança de vida na idade mais avançada que foi possível estudar (60 anos) sugere que os ganhos são muito pouco significativos, não tendo praticamente expressão. O mesmo não podemos dizer das idades de 20, 30, 40 e 50 anos em que há uma nítida recuperação.

Comparando as diversas regiões em causa, temos que cada qual se pautou por um comportamento diferenciado, sendo porém, a situação mais chamativa a da Região de Lisboa e Vale do Tejo onde existe uma recuperação muito evidente de Lisboa e menos forte de Santarém; se tivermos em conta os valores iniciais (Santarém mais elevados) os ganhos serão proporcionais.

Não deverá deixar de ser reparada a situação que se verifica para a geração de 1940 que, quer no Continente (E30), quer em Braga (Eo), Coimbra (Eo), Portalegre (Eo), Santarém (E20) e Faro (E30), apresenta declínios nas suas esperanças de vida, onde poderemos visualizar algum “efeito de selecção” ou perda precoce dos indivíduos mais fragilizados (aos 0 anos) ou ainda algum “efeito de desgaste”, devido aos primeiros anos de vida vivida em contexto muito adverso e consequentemente o seu estado de saúde se achar ulteriormente afectado por uma relativa fragilidade.

A diferença entre Norte e Sul (Alentejo e Algarve) é significativa ao nível de ganhos nas Eo. Enquanto os distritos da Região Norte em 1950 não ultrapassaram os 55,77 anos a região Sul atingiu os 63,22 em Portalegre.

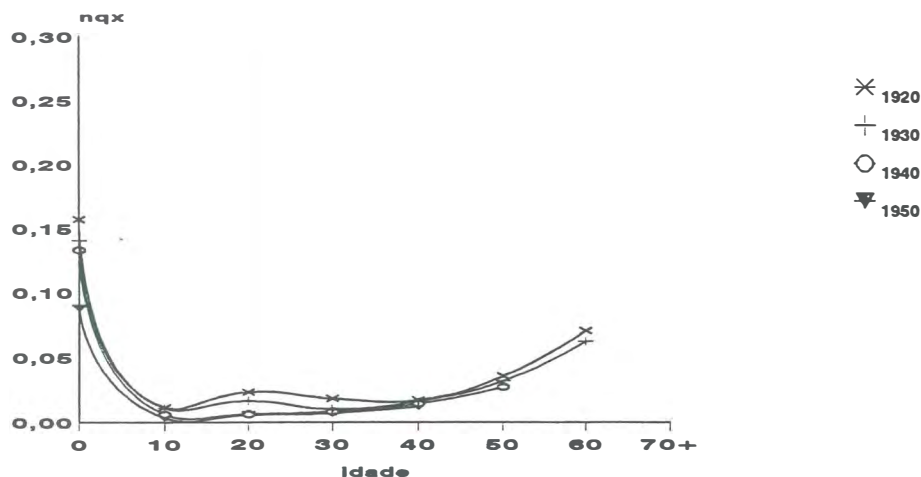
Complementemos de seguida este estudo da esperança de vida através das probabilidades de morte e do número de sobreviventes.

Os Riscos de Morte

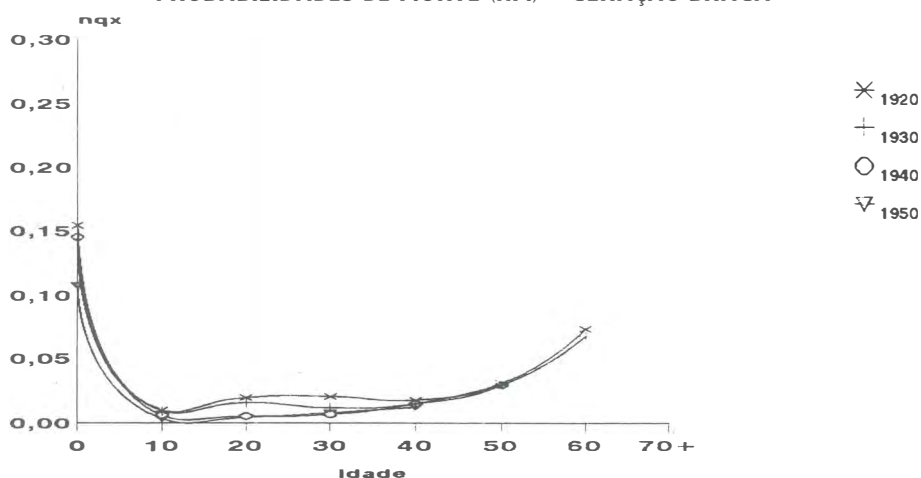
Intimamente relacionada com a função anterior (Ex) nós temos a probabilidade de um indivíduo morrer entre uma idade exacta x e $x+n$ (nq_x). Nas diferentes gerações há em comum, como podemos observar nos gráficos a seguir apresentados (e na informação constante em anexo), que, à partida, como é de regra, as probabilidades de morte são bastante mais elevadas e que se atenuam na fase intermédia para voltar a subir depois dos 40 anos. Em termos práticos, podemos referir que, passado o primeiro ano de vida, marcado pelo perigo neonatal, os riscos de morrer diminuem muito rapidamente até atingirem um mínimo por volta dos 10 anos, depois do qual vão suavemente aumentando a um ritmo mais ou menos constante até aos 40/50 anos, a partir dos quais retoma um ritmo mais acelerado.

No que toca ao Continente, permanece uma tendência geral decrescente dos valores em todos os grupos etários quando se observam as quatro gerações. Os riscos de morte diminuem globalmente de forma mais atenuada entre a geração de 1920 e 1930 mas de uma forma mais intensa entre 1930, 1940 e 1950.

**PROBABILIDADES DE MORTE (HM) – GERAÇÃO 1920, 1930, 1940 E 1950
CONTINENTE**



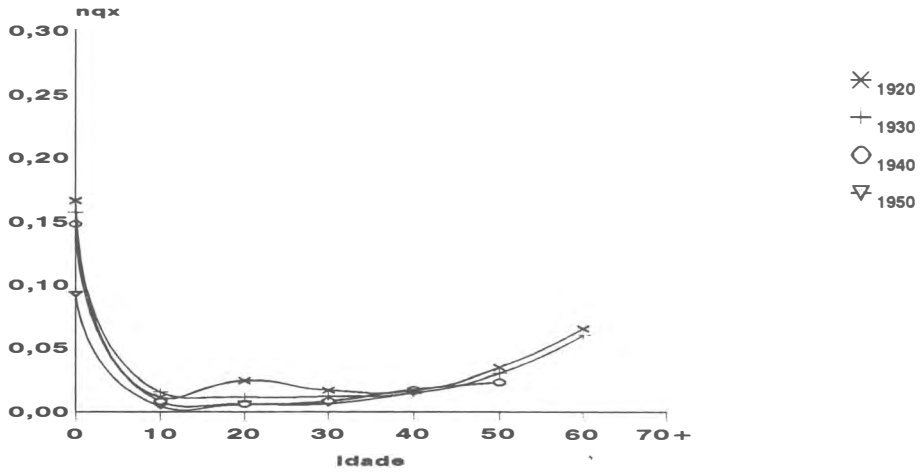
PROBABILIDADES DE MORTE (HM) – GERAÇÃO BRAGA



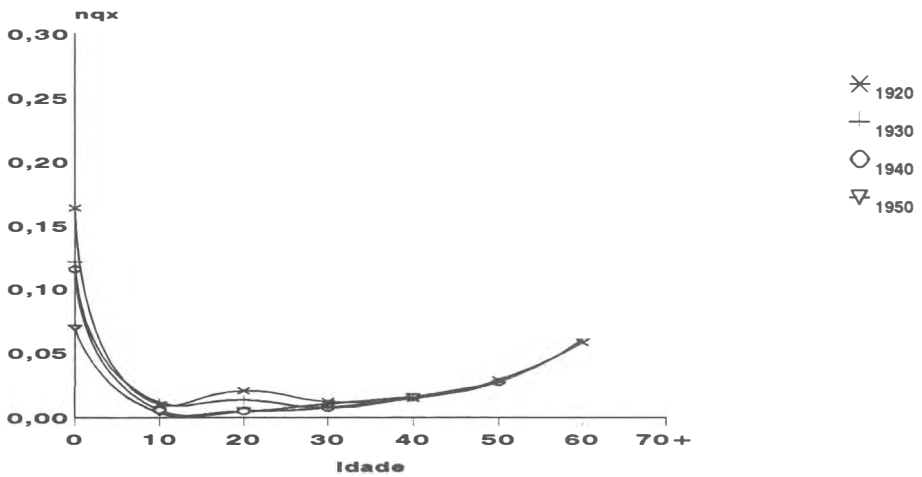
Fonte: INE, Recenseamentos e Estatísticas Demográficas

Reportando-nos aos distritos seleccionados nas cinco regiões em estudo, diremos que, no conjunto não há propriamente grandes diferenças naquela tendência, atrás apontada para o Continente. Contudo, verificam-se excepções. Ao observarmos o ritmo de evolução da geração de 1940 nos distritos de Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Portalegre e Faro, verifica-se que, quer aos 0 anos, quer aos 40 ou

PROBABILIDADES DE MORTE (HM) – GERAÇÃO BRAGANÇA

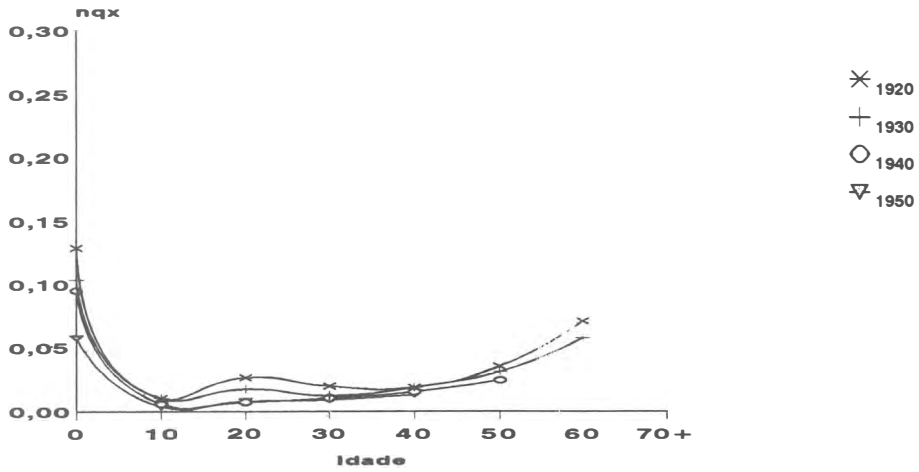


PROBABILIDADES DE MORTE (HM) – GERAÇÃO CASTELO BRANCO

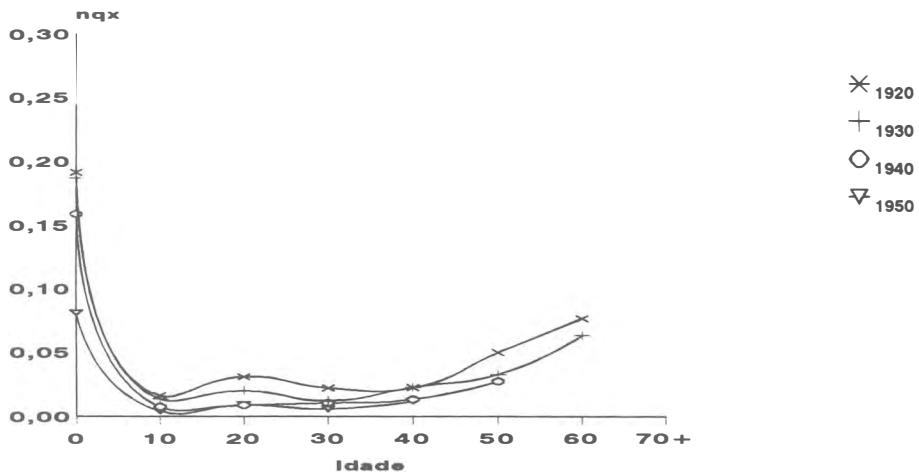


Fonte: INE, Recenseamentos e Estatísticas Demográficas

PROBABILIDADES DE MORTE (HM) – GERAÇÃO COIMBRA

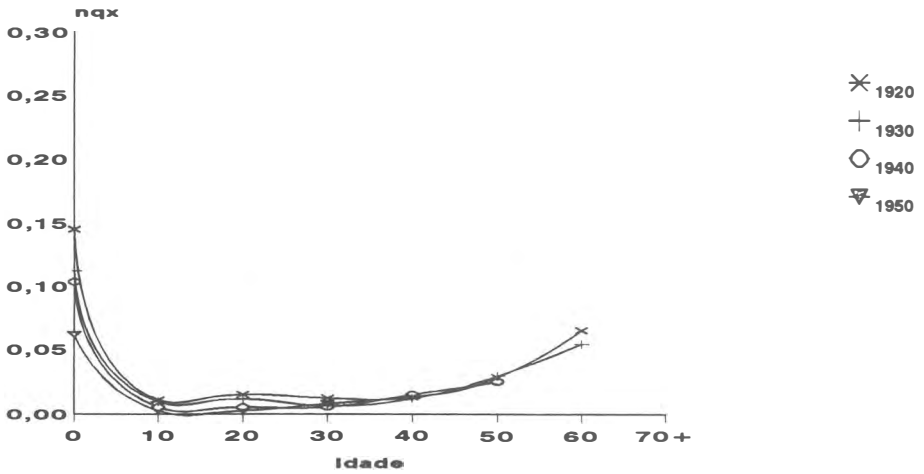


PROBABILIDADES DE MORTE (HM) – GERAÇÃO LISBOA

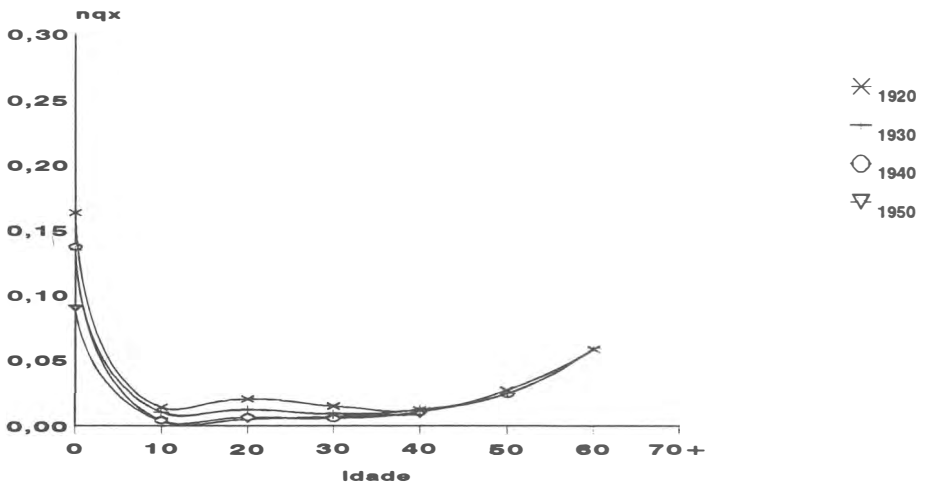


Fonte: INE, Recenseamentos e Estatísticas Demográficas

PROBABILIDADES DE MORTE (HM) – GERAÇÃO SANTARÉM

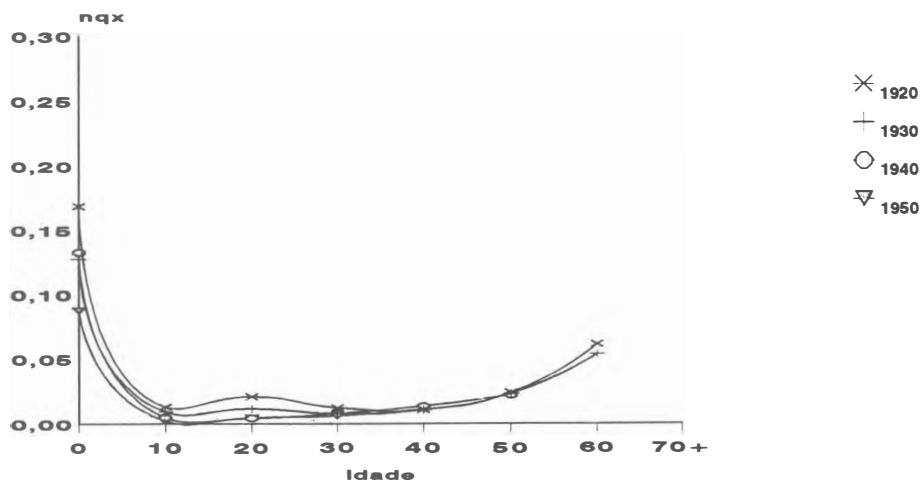


PROBABILIDADES DE MORTE (HM) – GERAÇÃO ÉVORA

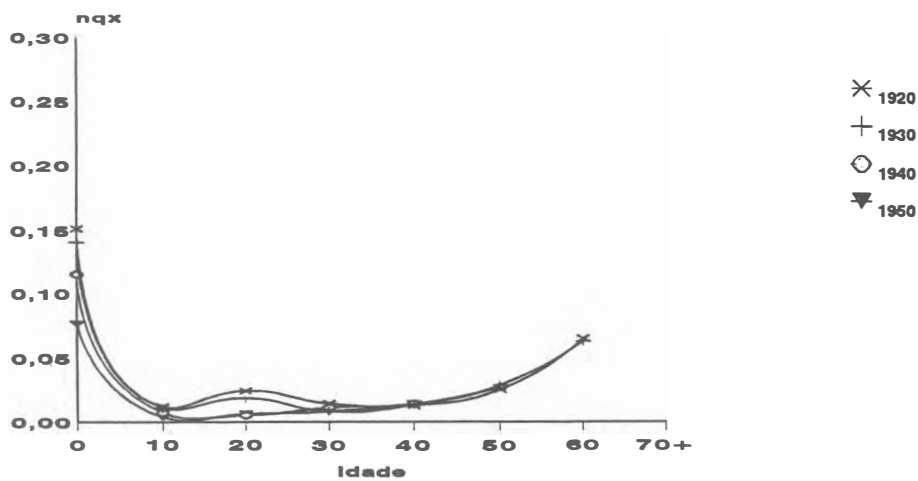


Fonte: INE, Recenseamentos e Estatísticas Demográficas

PROBABILIDADES DE MORTE (HM) – GERAÇÃO PORTALEGRE



PROBABILIDADES DE MORTE (HM) – GERAÇÃO FARO



Fonte: INE, Recenseamentos e Estatísticas Demográficas

mesmo 50 anos há uma certa analogia no seu comportamento, isto é, a tendência para o aumento dos riscos de morte. A explicação mais provável talvez a tenhamos que encontrar na situação conjuntural, na sequência da última Grande Guerra, em que, como atrás apontado, a vivência dos primeiros anos ter sido num contexto de muitas dificuldades de natureza vária: económica, social, etc..

É também de realçar que na geração de 1930, em Castelo Branco e Évora, aos 60 anos se dê um recrudescimento (embora lento) das probabilidades de morte; o mesmo se passando com as idades dos 40 e 50 anos nos distritos de Faro, nestas mesmas gerações, mas de forma mais significativa.

Fazendo a ligação com as causas de morte que mais afectaram estas gerações de 1930 e 1940, segundo as estatísticas da saúde para estes mesmos anos, nos casos e nas idades apontadas, temos: as doenças cerebro-vasculares, os tumores malignos, a doença isquémica do coração e, com alguma significância, a tuberculose pulmonar e os seus efeitos tardios, na sequência provável de uma certa fragilização sofrida na infância ou mesmo na juventude: "La vulnérabilité d'un individu à un âge donné ne tient pas seulement au potentiel vital théorique correspondant à cet âge combiné aux conditions sanitaires du moment mais aussi à la détérioration (ou à l'amélioration) de ce potentiel résultant de son vécu antérieur". Segundo J Wilmoth, J. Vallin e G. Caselli no seu artigo intitulado *Quand certaines générations ont une Mortalité différente de celle que l'on pourrait attendre* ².

A Evolução do Número de Sobreviventes

Numa base de comparabilidade (100000) podemos notar que cada uma das quatro gerações (Quadro V) evoluiu positivamente, ou seja, houve um acréscimo do número de sobreviventes em cada idade analisada.

A excepção verifica-se na geração de 1920 em que há uma nítida perda dos elementos jovens (aos 20 anos, observados em 1940) nos distritos de Braga, Castelo Branco, Coimbra, Lisboa, Évora, Portalegre e, conseqüentemente, ao nível do conjunto continental. As razões prováveis que se podem adiantar para tal são: sendo a geração de 1920 uma geração de si já fragilizada em comparação com as outras, porque o seu passado, em termos de assistência médica e medicamentosa, era bastante menos rico, a sua capacidade de resistência a situações adversas era muito inferior. Ora, sabendo-se que o início da década de 40, em Portugal se caracterizou pelo choque causado pela guerra de 1939-1945 com todo o cortejo de carências (tanto económicas como sociais) e perante a falta de resistências biológicas, devido fundamentalmente à subnutrição e à fome, a tuberculose, ao nível dos 20 anos, como se pode comprovar pelas estatísticas da saúde publicadas para o ano de 1940, instalou-se e proliferou com bastante incidência transformando-se na primeira causa de morte nesta idade,

Excepção também é Lisboa, geração de 1930, que apresenta uma quebra nos efectivos de 40 anos, muito provavelmente por estarmos perante uma população flutuante e 1970, ano de observação, se apresentar com um recenseamento menos bom.

QUADRO V – NÚMERO DE SOBREVIVENTES DAS GERAÇÕES DE 1920 A 1950

IDADES	GERAÇÃO 20		GERAÇÃO 30		GERAÇÃO 40		GERAÇÃO 50	
	CONTINENTE		CONTINENTE		CONTINENTE		CONTINENTE	
	lx	lx	lx	lx	lx	lx	lx	lx
0	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000
10	77190	77415	85635	88334	85635	88334	85635	88334
20	75227	84194	87623	92013	87623	92013	87623	92013
30	81289	86368	90839	94943	90839	94943	90839	94943
40	84368	89013	93389	94818	93389	94818	93389	94818
50	85354	90069	92004		92004		92004	
60	83131	85766						
70+								

IDADES	GERAÇÃO 20		GERAÇÃO 30		GERAÇÃO 40		GERAÇÃO 50	
	SANTARÉM		SANTARÉM		SANTARÉM		SANTARÉM	
	lx	lx	lx	lx	lx	lx	lx	lx
0	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000
10	82679	84644	90980	92251	90980	92251	90980	92251
20	82715	89755	91510	94013	91510	94013	91510	94013
30	87690	90432	93464	94828	93464	94828	93464	94828
40	88812	92034	93003	94824	93003	94824	93003	94824
50	89040	89481	91923		91923		91923	
60	83051	86463						
70+								

IDADES	GERAÇÃO 20		GERAÇÃO 30		GERAÇÃO 40		GERAÇÃO 50	
	BRAGA		BRAGA		BRAGA		BRAGA	
	lx	lx	lx	lx	lx	lx	lx	lx
0	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000
10	77350	74644	81279	85880	81279	85880	81279	85880
20	73052	80011	85224	90788	85224	90788	85224	90788
30	77390	84023	89928	94366	89928	94366	89928	94366
40	82034	88399	92629	94969	92629	94969	92629	94969
50	85315	89537	92076		92076		92076	
60	82763	85036						
70+								

IDADES	GERAÇÃO 20		GERAÇÃO 30		GERAÇÃO 40		GERAÇÃO 50	
	LISBOA		LISBOA		LISBOA		LISBOA	
	lx	lx	lx	lx	lx	lx	lx	lx
0	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000
10	71701	75404	87902	92361	87902	92361	87902	92361
20	72614	85943	91633	93006	91633	93006	91633	93006
30	82410	90394	91407	95931	91407	95931	91407	95931
40	88391	89119	94631	94949	94631	94949	94631	94949
50	84066	91466	92232		92232		92232	
60	84275	85900						
70+								

IDADES	GERAÇÃO 20		GERAÇÃO 30		GERAÇÃO 40		GERAÇÃO 50	
	BRAGANÇA		BRAGANÇA		BRAGANÇA		BRAGANÇA	
	lx	lx	lx	lx	lx	lx	lx	lx
0	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000
10	69665	72146	80941	81908	80941	81908	80941	81908
20	69791	79544	81197	88619	81197	88619	81197	88619
30	77335	79971	87471	93376	87471	93376	87471	93376
40	77962	85808	91934	92736	91934	92736	91934	92736
50	82926	88138	89857		89857		89857	
60	82025	84514						
70+								

IDADES	GERAÇÃO 20		GERAÇÃO 30		GERAÇÃO 40		GERAÇÃO 50	
	ÉVORA		ÉVORA		ÉVORA		ÉVORA	
	lx	lx	lx	lx	lx	lx	lx	lx
0	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000
10	79848	80278	88177	91014	88177	91014	88177	91014
20	77966	86836	90198	93728	90198	93728	90198	93728
30	84538	88717	92712	95615	92712	95615	92712	95615
40	86782	91332	94253	94779	94253	94779	94253	94779
50	88423	91558	92825		92825		92825	
60	85317	87201						
70+								

IDADES	GERAÇÃO 20		GERAÇÃO 30		GERAÇÃO 40		GERAÇÃO 50	
	C. BRANCO		C. BRANCO		C. BRANCO		C. BRANCO	
	lx	lx	lx	lx	lx	lx	lx	lx
0	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000
10	78152	79198	88464	90026	88464	90026	88464	90026
20	77207	87205	89305	92722	89305	92722	89305	92722
30	84929	88280	91763	94547	91763	94547	91763	94547
40	86572	90167	92641	94662	92641	94662	92641	94662
50	96977	89123	91091		91091		91091	
60	82763	85130						
70+								

IDADES	GERAÇÃO 20		GERAÇÃO 30		GERAÇÃO 40		GERAÇÃO 50	
	PORTALEGRE		PORTALEGRE		PORTALEGRE		PORTALEGRE	
	lx	lx	lx	lx	lx	lx	lx	lx
0	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000
10	80740	79556	88707	90562	88707	90562	88707	90562
20	77363	87348	89874	92309	89874	92309	89874	92309
30	85130	88784	91140	94852	91140	94852	91140	94852
40	87250	89564	93355	94362	93355	94362	93355	94362
50	87081	90437	91849		91849		91849	
60	85230	86552						
70+								

IDADES	GERAÇÃO 20		GERAÇÃO 30		GERAÇÃO 40		GERAÇÃO 50	
	COIMBRA		COIMBRA		COIMBRA		COIMBRA	
	lx	lx	lx	lx	lx	lx	lx	lx
0	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000
10	84366	83436	91142	91812	91142	91812	91142	91812
20	81247	89652	91133	92129	91133	92129	91133	92129
30	86644	90067	90623	95499	90623	95499	90623	95499
40	88087	88585	93622	95379	93622	95379	93622	95379
50	84714	90435	92521		92521		92521	
60	83616	87093						
70+								

IDADES	GERAÇÃO 20		GERAÇÃO 30		GERAÇÃO 40		GERAÇÃO 50	
	FARO		FARO		FARO		FARO	
	lx	lx	lx	lx	lx	lx	lx	lx
0	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000
10	78388	82055	88236	91028	88236	91028	88236	91028
20	79521	86417	90205	92667	90205	92667	90205	92667
30	83319	88869	91120	94598	91120	94598	91120	94598
40	87005	88992	92861	93956	92861	93956	92861	93956
50	86117	89840	90966		90966		90966	
60	83702	84592						
70+								

CONCLUSÃO

Este trabalho, como o próprio título indica, insere-se na fase exploratória de um trabalho mais vasto no qual se procurarão justificar, através de estudos mais aprofundados, os diversos aspectos aqui abordados.

Antes de mais, será necessário confirmar se as diferenças encontradas no comportamento das gerações são reais ou apenas introduzidas em consequência do método das tábuas de mortalidade, partindo inteiramente de dados em transversal, na impossibilidade da sua utilização em longitudinal. Será necessária a aplicação de um método que possa permitir melhor e mais correctamente medir as variações relativas de mortalidade de uma idade a outras, de forma a ficarmos aptos a identificar as variações que estariam ligadas a um comportamento diferencial das gerações. Numa óptica mais geral, outros avanços deverão ser feitos na interpretação de mecanismos que pesaram na evolução da mortalidade para se tentar ensaiar, tendo em vista melhorar a capacidade demonstrativa e descritiva, outros métodos estatísticos.

A determinação do comportamento dos sexos é um ponto central nesta análise para se saber até que ponto os homens teriam sido ou não mais afectados do que as mulheres, pois sabemos que o papel da história passada das gerações não é exclusiva de factores de momento.

O cômputo geral deste estudo aponta-nos para uma recuperação ao nível de um número cada vez maior de sobreviventes quando comparamos as quatro gerações.

De notar que estas gerações têm, cada uma por si, um passado heterogéneo que as torna claramente diferenciadas, sendo consequência disso que as que sofreram os mais elevados níveis de mortalidade infantil (1920 e 1930) apresentam os mais altos riscos de morte nas idades mais avançadas.

A geração de 1940 é um caso paradigmático. Tendo sido submetida aos mais elevados riscos de mortalidade na infância, por este facto vai perder precocemente, como vimos, os seus elementos mais fracos (pelo efeito de selecção). Pelo contrário, a geração de 1920 foi ulteriormente afectada por uma relativa fragilidade, pelo facto dos primeiros anos de vida se terem desenrolado num contexto difícil, reflectindo-se isto na perda significativa dos seus elementos aos 20 anos (efeito desgaste).

A evolução da esperança de vida dependeu essencialmente dos progressos que foram realizados em benefício da mortalidade infantil e juvenil e, posteriormente, dos adultos e dos idosos. Em termos de regiões, e por comparação evolutiva das gerações nos distritos com o Continente, poderemos concluir que apenas a Região Norte (Braga e Bragança) apresentou, em 1950, os valores inferiores, tendo-se sempre pautado por uma situação de inferioridade no conjunto. Na Região Centro e na Região Sul as quatro gerações apresentaram ganhos notáveis. Na Região de Lisboa e Vale do Tejo sobressai Santarém com valores bastante superiores à média continental (65,95 anos), notando-se que a geração de 1920 já parte com vantagem sobre todos os outros distritos das diferentes regiões.

Relativamente à hipótese colocada no início do trabalho sobre um provável impacto da densidade populacional no comportamento das coortes, conclui-se aprioristicamente, que nenhuma ilação se poderá tirar e que não parece existir qualquer efeito perverso entre densidade/mortalidade e vice-versa, tendo cada geração, em cada distrito, mais ou menos densamente povoado, evoluído de uma forma própria, incaracterística por conjuntos.

A CLASSIFICAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL: UMA QUESTÃO EM ABERTO

Paula Guilhermina de Carvalho Fernandes
Universidade Lusíada

1. INTRODUÇÃO

1. a) A questão da classificação sócio-profissional na análise histórica

Este pequeno trabalho visa levantar algumas das questões relacionadas com a classificação socio-profissional, assunto com que, mais cedo ou mais tarde, se defrontam necessariamente os historiadores e demógrafos quando tentam apreender uma realidade demográfica, social e económica passada. A apreensão desta realidade é, em si, o objecto de um qualquer estudo da área da História Económica e Social, e é nesse sentido que a classificação socio-profissional assume toda uma actualidade indiscutível. Se não se tentasse a elaboração de classificações das profissões, estaríamos "a sacrificar uma das razões de ser da própria Demografia Histórica, ou seja, a esperança de descobrir como se interpenetram e mudam, no decorrer do tempo, factores económicos, sociais e demográficos"¹. Quando falamos de "classificação socio-profissional", mencionamos aqui não só a listagem, mas o reagrupamento, agregando as profissões, de modo à que um qualquer quadro de profissões ganhe conteúdo sintético e riqueza informativa imediata. Um quadro baseado sobre as denominações profissionais não agregadas, é ilegível ².

Por outro lado, cada classe tem um "reagrupamento de denominações profissionais relativamente heterogéneo, e onde há denominações "fortes" (muito frequentes) e um número importante de denominações "fracas" (aquelas menos frequentes)"³. Por exemplo, o termo "cultivateur" ⁴, que agrega 11.109 sobre 46.000 denominações num dado trabalho que comentaremos mais à frente, perde todo o conteúdo, graças à sua redundância ⁵. O mesmo podemos dizer para o termo "trabalhador", tão frequente em listagens citadinas como rurais.

Vai-se tratar aqui especificamente questões deste campo referentes à época contemporânea, porque, se partirmos de uma breve análise da documentação existente anterior ao século XVIII, sabemos que os "ofícios" ou as "ocupações", como na altura se dizia, são de modo geral (mas não, evidentemente, global) raramente referenciadas, pelo menos no sentido de uma listagem sistemática possível das mesmas. Isto é, sabemos que se mencionam as "ocupações", mas tal surge perfeitamente diluído no contexto dos diversos documentos a que podemos aceder.

De facto, embora nos defrontemos, desde relativamente cedo, na Europa Ocidental, com sociedades e economias em que as relações sociais são já permeadas pelo número, nós não temos acesso a levantamentos numéricos sistemáticos para essas mesmas épocas. Podemos falar, para o caso português e até muito dentro do século XIX, da existência de "economias pré-estatísticas", para utilizar uma expressão de Vitorino Magalhães Godinho ⁶.

Ora, se a profissão funciona como indicador da posição social para os sociólogos

(mas também para os historiadores), é porque ela é naturalmente mobilizada, pelo menos em certas sociedades, como uma marca oficiosa ou oficial, da identidade social ⁷ do(s) indivíduo(s). Portanto, quando tentamos a feitura de uma listagem de profissões, que é geralmente seguida de uma categorização das mesmas, para estas economias e sociedades, estamos, antes do mais, a tentar apreender a composição (podemos talvez dizer mesmo “estrutura”) económica das mesmas; mas também estamos a tentar apreender uma compreensão da importância social dos indivíduos portadores dessas mesmas profissões. Avançando mesmo um pouco mais, podemos dizer que tentamos a apreensão do “espaço social” dessas economias, utilizando aqui a noção que Maurizio Gribaudi e Alain Blum defendem ⁸ – a cada profissão, mencionada e categorizada numa dada fonte, são dados critérios de homogeneidade por causa da própria categorização, mas também se devem notar os fluxos e mobilidades de cada uma das informações. A reconstrução do conjunto dos laços individuais que ligam cada informação ao seu círculo socio-económico, é que nos poderá fornecer os “espaços sociais”. Exemplificando, cada uma das 46.000 declarações profissionais que Jacques Dupâquier recolheu com a sua equipa em actas de casamento em toda a França entre 1803 e 1901, no quadro de um inquérito sobre a mobilidade ⁹, devem ser, na opinião destes autores, agregadas em categorias, mas também olhadas como um objecto único, com os seus laços individuais, reais, inscritos na fonte. “Se um embaixador tem um filho aprendiz de pisoeiro, considerámos que existe uma laço, uma proximidade, entre essas duas profissões. Esta definição é sistemática” e “pode ser aplicada a todas as situações, mesmo contra-intuitivas” ¹⁰, como é o caso aqui citado. Por exemplo, para 1827, em duas freguesias centrais do Porto, na Sé e Vitória ¹¹, num trabalho anterior nosso ¹², atestámos a existência de um pai procurador, com três filhos, respectivamente, um ourives, um sapateiro, um cordoeiro; ou ainda o caso de um pai vidraceiro, com um filho enxamlador (existência de mobilidades dentro dos sectores económicos ou entre os mesmos). Ou seja, o historiador deve, não só realizar um trabalho de categorização, mas também fazer um trabalho sobre as diversas ligações, familiares (profissão do pai-profissão do filho), profissionais e outras que cada indivíduo declarante pode mencionar na fonte. Só o conjunto destes esforços da nossa parte nos poderá indiciar os “espaços sociais” que ambicionamos vislumbrar.

1. b) Objectivos, organização, limitações e sugestões deste trabalho

O trabalho que aqui vos apresentamos não pretende, de modo nenhum, ser exaustivo quanto ao tema sobre o qual se debruça. O objectivo central foi tentar-se uma abordagem, entre as várias possíveis, das questões metodológicas que se prendem ao assunto em epígrafe. Parece-nos, pela pesquisa bibliográfica realizada, ser geralmente reconhecido que a classificação socio-profissional arrasta consigo problemas de difícil resolução, a que, evidentemente, não tentámos dar solução. Procurámos antes fazer um levantamento das questões existentes nesta área.

Abordaremos de uma maneira forçosamente superficial, em pontos sucessivos neste artigo, os problemas que a construção de modelos, ou “grelhas de leitura”, arrastam consigo na História. Uma dada categorização, uma dada grelha, sugerirá uma leitura da realidade a que foi aplicada. Faremos um pequeno comentário a este assunto,

tendo por base alguns estudos. Mencionaremos a ligação fulcral das “grelhas de leitura” às fontes históricas e daremos alguns exemplos de trabalhos realizados nesse campo por diversos autores portugueses, realçando as similitudes e diferenças entre cada proposta. Faremos uma chamada de atenção para o que se fez, na Europa e em Portugal, ao longo do século XIX e inícios do século XX (1806-1930), no tocante à classificação socio-profissional. Finalmente, concluiremos com uma série de reflexões e levantamento de problemas no tocante a este assunto.

Não se focaram, propositadamente, nesta fase do nosso estudo, propostas de grelhas de classificação socio-profissional, por uma tripla razão. Primeiro, porque qualquer proposta não suficientemente amadurecida traz consigo pontos fracos que podem não ajudar ao esclarecimento do assunto ¹³. Em segundo lugar, e concomitantemente à primeira razão por nós avançada, porque esta linha de investigação é algo recente em nós. Finalmente, e como já foi dito, porque o objectivo principal deste breve trabalho é essencialmente fazer uma recensão do que existe, levantar pistas e suscitar interrogações.

Se pretendemos avançar na área de uma hipotética leitura da evolução da população e sociedade portuguesas numa perspectiva nacional, pensamos que o primeiro passo a ser dado é precisamente a discussão e reflexão metodológica das “grelhas” diversas que, forçosamente, nos veremos obrigados a utilizar.

2. ACERCA DA CONSTRUÇÃO DE MODELOS OU “GRELHAS” EM HISTÓRIA

Abordar a globalidade das discussões já suscitadas pelo assunto da construção de modelos em História, especificamente na História Económica e Social, seria sem dúvida uma tarefa ciclópica, que não pretendemos prosseguir, não só pela dificuldade e profundidade de que o tema se reveste, como também porque tal não se justificava, nesta breve perspectiva da questão. Além disso, pensamos que esta discussão é de tal modo difundida entre os especialistas na área, que podemos dispensar uma exposição alargada do tema. Escolhemos assim fazer apenas uma chamada de atenção, na linha de pensamento que optámos por seguir, tendo por base um interessante e breve artigo de Vitorino Magalhães Godinho, acerca da construção de modelos para as economias pré-estatísticas ¹⁴.

Vitorino Magalhães Godinho expõe de um modo esclarecedor a noção de que os historiadores de História Económica (à qual se prende estreitamente a História Social) sempre buscaram a construção de um modelo por debaixo da superfície trepidante dos acontecimentos. “Simplesmente”, diz ele, “não basta construir um modelo; é preciso ir mais além, porque da História não podemos eliminar o irreversível” ¹⁵.

Não quer isto dizer que nada mais resta do que a simples narrativa dos factos, seleccionados por um critério de importância que é subjectivo. “Trata-se de recuperar os factos singulares e aquilo que é irreversível, de os integrar em modelos, modelos de mudança; mas trata-se também de construir para cada época uma teia de relações que nos dê a estrutura da sociedade e da cultura dessa época e não uma aplicação pura e simples dos elementos do nosso tempo a factos aos quais eles não se adequam” ¹⁶. “Temos de ultrapassar os modelos que sejam transposições, para o passado, de realidades ou de concepções presentes” ¹⁷.

O autor chama-nos portanto paulatinamente a atenção para o problema da intervenção de elementos anacrónicos, quando tentamos modelar uma realidade, num dado espaço, em movimento, no tempo e na sua composição interna. O estudioso de hoje tende a incluir, no modelo que constrói, conceitos, organizações internas ou ideias que, muitas vezes, podem levar a uma leitura que, se partisse de uma outra grelha, levaria a resultados diferentes. Já falaremos de um exemplo desta questão, no ponto 2.a), 3.a) e 4.a), um pouco mais à frente neste artigo.

Há bastante tempo que sociólogos, historiadores e mesmo os administradores se interrogam sobre “la puissance formatrice des grilles statistiques”, interrogando-se sobre a possibilidade de encontrar “a melhor grelha possível”, aquela que permitiria melhor respeitar a significação “real” das declarações. É nesta óptica que a ideia de privilegiar as denominações empíricas da época foi frequentemente avançada ¹⁸.

Parece claro que uma das respostas a este problema modelo/acontecimento irreversível é a construção de modelos por parte do historiador que partam das próprias fontes ¹⁹. Mas também parece ser claro para todos nós que as fontes nunca nos são dadas, elas são construídas, em correlação com a construção dos próprios factos. Vitorino Magalhes Godinho conclui: “Cabe-nos abrir a possibilidade de construirmos, a partir do acervo de “factos”, a teia de relações que nos dará a estrutura social, a configuração social de uma época, de um espaço geograficamente configurado, nos diversos ritmos da sua respiração” ²⁰. A proposta é ambiciosa, mas também, sem dúvida, aliciante – qual o historiador que não acalenta a esperança de sentir o pulsar dos homens, mesmo que estejam enformados na sua grelha de leitura? Quem não gostaria de combinar, da melhor maneira possível o sincrónico com o diacrónico?

Sabemos que a “Nova História Social” seguiu este caminho, utilizando fontes nominativas e usando um processo longitudinal, o que permitiu descrever e construir um espaço social em movimento. Só que a análise não ultrapassava, frequentemente, os limites de um quadro descritivo, utilizando grelhas que eram quase sempre a reprodução mais ou menos directa das categorias socio-profissionais contemporâneas, elas mesmas produto da longa história do desenvolvimento da estatística administrativa e das suas relações com a sociologia ²¹. Hoje em dia, tenta-se frequentemente o uso combinado de grelhas de leitura – apreensão do “grupo” – com a feitura dos percursos individuais ²².

2.a) As grelhas e as leituras consequentes: um exemplo

Já Alain Blum e Maurizio Gribaudi chamam a atenção para o que eles chamam “la puissance formatrice des grilles” ²³, ao concluírem uma comparação de diversos critérios de agregação das profissões, uns, em função dos sectores de emprego ²⁴, outros, em função do tipo de trabalho, isto é, “the economic function” ²⁵. Num estudo sobre a população de Marselha no séc. XIX (1820-1870), W. H. Sewell propõe esta “função económica” como critério de agregação das profissões, distinguindo 10 grupos socio-profissionais:

CATEGORIA

*Business and professional,
Rentier,*

*Sales and clerks,
Small business,
Artisan,
Service,
Unskilled,
Maritime,
Agriculture,
Miscellaneous.*

Um reparo deve ser, desde já, adiantado: Sewell sugere uma grelha socioprofissional claramente baseada nas fontes, época e região - neste caso, a cidade de Marselha - , o que traz consigo imediatamente singularidades para esta mesma proposta de grelha. Referimo-nos, concretamente, à importância que, por exemplo, o sector “marítimo” assume, nesta grelha e na leitura socio-económica que ela permite.

Quanto à agregação profissional segundo os sectores de emprego, que os autores acima referidos compararam, seguiu os critérios adoptados pelo Instituto Internacional de Estatística na década de 90 do século passado, distinguindo uma estrutura profissional do conjunto masculino de população activa que indica, por exemplo,

CATEGORIA

*Pesca
Floresta
Agricultura e criação de gado
Minas
Pedreiras (...)
Ind. mal designadas
Ind. alimentares
Ind. químicas
Ind. do papel
Ind. do livro
Ind. têxteis
Ind. couros e peles
Ind. da madeira
Ind. metalúrgica
Ind. metais ordinários
Ind. metais finos
Ind. do trabalho da pedra (...)
Manutenção
Transportes
Comércio diverso
Comércio estrangeiro
Bancos e Seguros
Profissões liberais
Serviços domésticos
Serviços do Estado (...)*

Alain Blum e Maurizio Gribaudi compararam as duas grelhas acima referidas e experimentaram, através de vários exercícios metodológicos, nomeadamente no tocante à mobilidade profissional entre pais e filhos, verificar as leituras que delas se podiam retirar. Claro que, como já aqui foi referido, partiram da série inicial do inquérito das 46.000 actas de casamento oitocentistas de Jacques Dupâquier e só depois agregaram as denominações profissionais.

As conclusões avançadas são interessantes e talvez devam ser aqui sintetizadas. Antes do mais, verifica-se que as 100 denominações profissionais mais frequentes cobrem 85% da população e restituem-nos a imagem de um mundo social centrado sobre as profissões rurais, o pequeno comércio e o artesanato ²⁶.

Três feixes de questões podem ser levantados a partir daqui. Primeiramente, devemos perguntar qual o significado destes três pólos socioprofissionais? Poderá ser estritamente semântico, sendo o vocabulário profissional fruste para os mundos rural e artesanal, mas extremamente diversificado para os mundos industrial e urbano? A precisão da nomenclatura industrial provém nomeadamente de distinções repousando sobre a matéria-prima trabalhada, a natureza da transformação efectuada, etc. Por exemplo, numa listagem de profissões em 1827, no Porto ²⁷distinguem-se os "enxambadores" e os "entalhadores", os "coronheiros" e os "espingardeiros", os "esteireiros" e os "palhinhas".

Em segundo lugar, podemos ler estes dados como expressões que opõem um mundo rural socialmente homogéneo a um mundo industrial fragmentado? Somos tentados a ver na pobreza do inventário das denominações rurais e artesanais um sinal de uma estrutura social melhor definida, cristalizada desde há muito tempo, muito mais estática do que a das cidades. A indústria, ainda balbuciente, há-de criar novas estratificações, mas elas não estão ainda estabelecidas nem são percebidas, compreendidas na sua unidade. Ainda não criou as suas próprias categorias, que congregarão os indivíduos em grupos importantes para além do seu ofício preciso.

Finalmente, podemos fazer uma outra leitura paralela do fenómeno. Ela consiste em ver nas declarações de profissão a tradução mais ou menos directa das ideologias expressas pela estatística administrativa do século XIX, que é obcecada pelo problema de pôr em cena a oposição entre "dinamismo" e "modernismo" do mundo industrial e o "imobilismo" e "retardamento" dos campos.

Não nos parece necessário, nem útil, tomar partido por uma ou outra destas interpretações. Pensamos antes que a tomada de consciência das mesmas é o passo importante, mais do que a escolha de uma via interpretativa que mostrará, certamente a curto ou médio prazo, as suas limitações.

Por outro lado, devemos interrogar-nos sobre os tipos de processos e de terrenos sociais que podemos colocar em evidência, quando partimos unicamente dos dados profissionais brutos. Uma possível aproximação consiste em tentar medir a coesão das profissões mais representadas, partindo da mobilidade entre cada uma delas, ou seja, falamos por exemplo de se fazer um cruzamento entre as profissões declaradas pelos pais e pelos filhos no momento da declaração, no casamento do filho. Este exercício fornece-nos tábuas de mobilidade parcial. Alain Blum e Maurizio Gribaudi prosseguiram esta via e, dentro das 10 profissões mais representativas²⁸, verificaram a existência de uma imagem de um mundo em mudança, se quisermos utilizar a linguagem clássica dos estudos sobre mobilidade. De facto, 70 a 95% do recrutamento profissional provém

destes 10 ofícios, mas estes absorvem apenas 50 a 80% dos destinos. As profissões estritamente agrícolas fornecem-se largamente nesta lista, enquanto as profissões artesanais, misturando o rural e o urbano, têm um recrutamento mais difuso ²⁹.

Seguidamente, estes autores reagruparam as profissões pela grelha socio-profissional do Recenseamento francês de 1896 e destacaram-se as seguintes conclusões: novamente se verifica uma existência clara de três pólos socioprofissionais – a agricultura, o comércio e a indústria. A agricultura é o terreno onde todas as profissões se recrutam. Podemos, além do mais, ler nesta grelha fenómenos macro-estruturais: urbanização, industrialização e desenvolvimento do comércio e serviços (transportes, profissões liberais, serviço do Estado e serviço doméstico) ³⁰. Mesmo na segunda metade do séc. XIX, mais profundamente marcada pela evolução destes macro-fenómenos, a agricultura vai continuar a alimentar o grosso das profissões, e também, em especial, os serviços. Aliás, o meio do século XIX (mais concretamente, por volta de 1848) vai mostrar uma fissura nestes fenómenos de mobilidade socioprofissional, já que antes destas datas, a proletarianização parece ser um fenómeno muito lento, difuso e tardio e após esta fase, as relações cidade/campo mostram-se claramente, em ligações horizontais e verticais ³¹.

A escolha das categorias guia a leitura ulterior. A utilização das categorias do séc. XIX conduz a reproduzir uma das imagens que esta época tinha, dela mesma ³². Portanto, partir da fonte histórica, é olharmos o social através dos olhos da fonte, ela mesma. No entanto, através da operação de agregação, a significação da categoria substitui-se àquela do dado individual, sem possibilidade de retorno.

“Os instrumentos e os métodos de análise quantitativa da época, ao serem utilizados, mostram-nos as imagens de uma sociedade que se tornou global e que escapa cada vez mais ao controle dos indivíduos; são as imagens de “grupos”, das “massas” e das “estruturas” que o século XIX quis agarrar graças aos instrumentos estatísticos.

Para lermos melhor esta realidade, que nos surge imóvel, devemos prosseguir também práticas metodológicas que contornem as lógicas de agregação. Trata-se de restituir aos dados os seus valores individuais, e de construir assim modelos de estratificação e de mobilidade que não tenham como esquema, implícito ou explícito, um processo macro-estrutural onde o indivíduo é neutralizado” ³³.

3. ALGUMAS GRELHAS SÓCIO-PROFISSIONAIS FEITAS EM PORTUGAL

3.a) A ligação entre as fontes históricas e o trabalho desenvolvido

Já acima foi mencionado o geral acordo entre a comunidade científica de que partir das fontes históricas para a construção das grelhas é um dos caminhos mais seguros para uma validade das mesmas. Não podemos, pois, evitar uma menção às mesmas e mostrar como elas e as suas circunstâncias (cronológicas, espaciais, objectivos que pretendiam atingir, etc) condicionam a construção dos modelos. Daqui resulta que, para cada estudo, e para cada caso similar, existe uma dada grelha, como veremos, através de alguns exemplos que aqui serão mencionados.

As fontes históricas que nos permitem eventuais listagens de profissões, para a época contemporânea, são geralmente registos, recenseamentos ou numeramentos,

efectuados com fins e metodologias diversos dos dos recenseamentos modernos. Falamos dos recenseamentos com fins fiscais ou militares, efectuados a mando do Estado ou das municipalidades ³⁴; ou aqueles registos (de baptismo, casamento, etc) ou recenseamentos efectuados pela Igreja, com fins de fiscalização do cumprimento das obrigações religiosas de confissão, por exemplo. São os conhecidos “Livros da Desobriga”, ou “Róis de Confessados” ³⁵.

O que aqui pretendemos demonstrar, dentro da linha de raciocínio que vimos seguindo, é que partir de diferentes fontes, resulta em diferentes categorizações. As propostas que aqui apontaremos são claras, quanto a esta asserção, e foi nesse sentido que as seleccionámos. Faremos a apresentação das mesmas e um breve comentário, visando, não apontar eventuais “falhas” – pensamos que não é o trilho a ser tomado – mas tomar nota do caminho percorrido e a eventual complementaridade de opções.

3.a.1) Um primeiro exemplo que apresentaremos é o conjunto dos três trabalhos de Joaquim M. Nazareth e Fernando de Sousa para três vilas portuguesas em finais do Antigo Regime³⁶. Realizaram estudos de natureza demográfica e socio-económica, baseando-se em listas nominais das populações de Salvaterra de Magos (1788), Coruche (1789) e Samora Correia (1790), mandadas efectuar pelo aparelho estatal, onde se mencionavam os nomes dos casais, officios, idades, e todo um conjunto de mais informações sobre a estrutura demográfica da vila e a sua composição socio-económica.

As estruturas profissionais surgem, inseridas num contexto de finais de setecentos, em vilas de características marcadamente rurais. Assim sendo, os autores consideraram haver razões para utilizar uma classificação de profissões proposta por Jacques Dupâquier para a região da bacia de Paris para o séc. XVIII ³⁷, classificação esta que dividia os officios em três grandes grupos - profissões agrícolas, artesanato e transportes e serviços. Não traduziram, no entanto, pura e simplesmente os tipos de profissões dessa proposta, antes utilizaram o espírito que presidiu à estruturação daquela, para a adaptarem à realidade de cada uma das vilas. Assim, temos, para Coruche, em 1789, a seguinte grelha socio-profissional ³⁸:

PROFISSÕES

I. Profissões agrícolas

- 1.1. Trabalhadores, mancebos
- 1.2. Pastores, maiorais, guardadores, etc
- 1.3. Lavradores
- 1.4. Cingeleiros
- 1.5. Hortelãos
- 1.6. Seareiros
- 1.7. Campinos
- 1.8. Couteiros
- 1.9. Caseiros

2. Artesanato

- 2.1. Ligado às actividades agrícolas:
 - 2.1.1. Abegões
 - 2.1.2. Ferreiros, ferradores
 - 2.1.3. Moleiros
 - 2.1.4. Albardeiro, seleiro

2.2. Ligado à construção:

- 2.2.1. Carpinteiros
- 2.2.2. Pedreiros
- 2.2.3. Tijoleiros
- 2.2.4. Torneiros
- 2.2.5. Serralheiros

2.3. Ligado à alimentação:

- 2.3.1. Forneiros
- 2.3.2. Padeiros

2.4. Ligado aos serviços:

- 2.4.1. Sapateiros
- 2.4.2. Alfaiates

2.5. Diversos:

- 2.5.1. Tecedeiros
- 2.5.2. Oleiros

3. Comércio e serviços

3.1. Comércio:

- 3.1.1. Taberneiros
- 3.1.2. Almocreves
- 3.1.3. Tendeiros, estanqueiros
- 3.1.4. Negociantes, marchantes, mercadores, etc
- 3.1.5. Boticários
- 3.1.6. Diversos (algibeibes, estalajadeiros)

3.2. Serviços:

- 3.2.1. Barbeiros
- 3.2.2. Escrivães
- 3.2.3. Lavadeiras
- 3.2.4. Professores e mestres de meninos
- 3.2.5. Cirurgiões, médicos, enfermeiros
- 3.2.6. Parteiras
- 3.2.7. Procuradores, letrados, advogados
- 3.2.8. Alcaide, prioste
- 3.2.9. Porteiro

3.3. Diversos:

- 3.3.1. Clérigos, padres, priores
- 3.3.2. Com ordens (frades, menoristas, etc)
- 3.3.3. Monteiro-mor e capitão-mor
- 3.3.4. Pescador, ermitão
- 3.3.5. Estudante

*Nota: Os “criados” não foram considerados nos cálculos.

Como podemos verificar, encontramos-nos perante uma situação a que já tivemos ocasião de aludir neste artigo. Referimo-nos ao facto de, quer nos situemos no século XVIII, quer no séc. XIX, as “ocupações” se distribuírem, em proporções diferentes, é certo, por três pólos de actividade. “Assim, 62,5% da população pertence ao sector primário, 16,8% ao sector secundário e 18,0% ao sector terciário. (...) Estes resultados, estruturalmente, são muito semelhantes aos encontrados na região de Paris (61,3% no sector primário, 24,2% no sector secundário e 14,5% no sector terciário)”³⁹, apesar das dificuldades que os autores referem ter sentido em distinguir claramente a diferença entre artesãos e negociantes. Avancemos já que este tipo de dificuldades de destriça profissional no tocante ao grupo em que o indivíduo dever ser inserido, é extensivo à generalidade dos autores a que tivemos acesso e é um problema praticamente universal, neste campo.

3.a.2) Também Álvaro Ferreira da Silva tentou uma aproximação a uma grelha socio-profissional, para 1763, na região de Oeiras, utilizando como fontes um Rol de Confessados de 1763 e um Livro de Arruamentos e de Maneio da Décima de 1762-63⁴⁰. A sua preocupação era detectar qual a actividade económica principal das famílias, e daí também a necessidade, pensamos nós, sentida pelo autor, de fazer grandes aglomerações de profissões.

ACTIVIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL DAS FAMÍLIAS – OEIRAS (1763)

Lavradores	
Fazendeiros	
Trabalhadores	
Quintas	
Outras profissões	
Agricultura	23,8%
Mestres	
Oficiais	
Moleiros	
Fábrica	
Indústria	20,6%
Comércio	5,4%
Serviços	1,8%
Transportes	2,6%
Exército	11,8%
Ofícios públicos	2,1%
Clero	1,8%
Proprietários	1,1%
Outros (*)	0,5%
Sem profissão ou não identificados (**)	28,5%

(*) Casas nobres não habitadas permanentemente

(**) Fogos habitados por indivíduos que não exercem vida activa (idosos, pedintes, etc) ou cujo meio de vida não foi possível identificar

O autor menciona, logo na apresentação do quadro, o facto deste subvalorizar o total agregado da força de trabalho e justifica tal opção metodológica, pela escolha de “situar o que seria a fonte de rendimentos fundamental do agregado doméstico”⁴¹. Lembra, também, o sub-registo da actividade profissional feminina, de filhos ou de outros parentes em idade laboral ou hóspedes. Podemos verificar neste caso que não houve uma preocupação de se tentar uma classificação socio-profissional aturada, uma vez que agricultura, indústria, comércio, serviços, transportes, se encontram categorizados no quadro ao mesmo nível do clero, ou dos ofícios públicos, ou dos proprietários, por exemplo. Devemos, no entanto, relevar que este não era um aspecto fulcral a ser focado no trabalho em questão e que, dada a data e as fontes que são tratadas, seria difícil a feitura de uma grelha socio-profissional mais completa. Provavelmente, não seria tão legível.

3.a.3) Rui Cascão, por sua vez, trabalhando com a sociedade da Figueira da Foz na primeira metade do século XIX, com base em fontes históricas emanadas tanto de instituições eclesíásticas, como estatais⁴², optou por construir dois esquemas teóricos de classificação socio-profissional, ambos tridimensionais, no entanto. O primeiro, englobando um número limitado de categorias do universo social figueirense, distingue a “Classe I”, “Classe II”, “Classe III” e “Classe X” (classe residual que abrange elementos heterogéneos)⁴³.

CLASSE I

- 1) Funcionalismo (a que foram anexados elementos do clero e escalões superiores e subalternos do Exército)
- 2) Profissões liberais
- 3) Negociantes (independentemente de serem negociantes por grosso ou simples retalhistas)
- 4) Proprietários (indivíduos vivendo de rendas e originários geralmente do mundo dos negócios)

CLASSE II

- 5) Lavradores, carreiros e recoveiros
- 6) Artesãos (em princípio independentes)
- 7) Marítimos (desde os pilotos aos simples marujos)

CLASSE III

- 8) Barqueiros e pescadores (exercendo quase sempre as duas actividades em simbiose)
- 9) Trabalhadores não especializados

CLASSE X

O autor menciona que este esquema pode ser alvo de críticas na sua globalidade, mas lembra que, a “classe média” que ele definiu à escala local, se bem que seja a de distinção mais complexa, pode ser assim categorizada porque os elementos que a integram, em especial alguns estratos do mundo artesanal e alguns sectores do pessoal entregue à vida do mar, dispõem de vias de acesso à “Classe I” e de condições materiais de vida que estão quase totalmente vedadas aos dois últimos grupos da escala social⁴⁴.

O segundo esquema de classificação socio-profissional que Rui Cascão avança um pouco mais à frente nesse trabalho ⁴⁵ é feito para o ano de 1838 e divide a população masculina da Figueira da Foz (excluindo os criados) nos três sectores “modernos” de actividade económica.

SECTOR PRIMÁRIO

Lavradores
Trabalhadores agrícolas
Pescadores

SECTOR SECUNDÁRIO

Calçado e vestuário
Construção civil
Madeira
Metais
Outros

SECTOR TERCIÁRIO

Clero
Exército
Funcionalismo
Profissões liberais
Proprietários
Comércio:
 Negociantes
 Caixeiros
Transportes:
 Fluviais
 Marítimos
 Terrestres
Trabalhadores não especializados

Rui Cascão conclui da existência de um peso diminuto do sector primário (10%), um peso de cerca de 1/4 da população masculina activa trabalhando no sector secundário (24,6%) e um sector terciário perfeitamente destacado, abrangendo cerca de 2/3 da população activa (65,2%). Estes números representam uma sociedade terciária, “mas onde as actividades “industriais” têm uma quota superior à média nacional”⁴⁶, já que, segundo os dados de M.M. Franzini, em 1840, o sector secundário no Reino não atingiria os 16% em 1840 ⁴⁷.

O autor aponta ainda, à semelhança de outros trabalhos aqui mencionados, algumas dificuldades sentidas na diferenciação das ocupações, nomeadamente no caso dos “trabalhadores” (que seriam não só os trabalhadores agrícolas, mas também os assalariados não especializados de outros sectores, como os carregadores, homens do cais, homens de armazém , etc); ou o caso dos “pescadores” e “barqueiros”, que desempenhavam quase sempre uma dupla função, pelo que a sua separação sectorial

era difícil. Optou então por dois critérios: no caso dos “trabalhadores”, considerou 2/3 deles como pertencendo ao sector primário e 1/3 ao sector terciário. Considerou os “pescadores” no sector primário e os “barqueiros” no sector terciário (transportes fluviais).

3.a.4) Jorge Fernandes Alves, trabalhando com documentação de registo civil, uma série de passaportes entre 1840 e 1899, fez também uma tentativa aproximativa a uma grelha socio-profissional da emigração do Porto para o Brasil ⁴⁸. Trabalhando um período extenso de registos, o autor menciona a dificuldade de obter uma perspectiva sistemática no tocante à análise das profissões, pelo menos, tão sistemática como outras variáveis constantes nos registos de passaporte. Os registos de “ocupação” atravessam períodos de sub-registo claro, ou de ausência pura, em contraste com outras épocas, onde são mais bem documentadas. Os funcionários variavam, as designações profissionais também sofreram decerto evoluções, etc. Por outro lado, os menores de 14 anos surgem quase sistematicamente ignorados, no tocante a este aspecto.

Não obstante, o autor fez o reconhecimento possível das profissões dos emigrantes declaradas à sua partida, seleccionando períodos (1840-49, 1860-64, (...),1899) em que a representatividade deste tipo de registo se torna mais intensivo, assegurando uma representatividade superior a 50% do fluxo, na componente masculina de maiores de 14 anos.

ACTIVIDADES POR SECTORES

1. Sector primário

- 1.1. Agro-pecuária
- 1.2. Pesca
- 1.3. Minas
- 1.4. Não especificadas

2. Sector secundário

- 2.1. Construção civil
- 2.2. Vestuário, têxtil e calçado
- 2.3. Metalurgia
- 2.4. Ourivesaria
- 2.5. Madeira e mobiliário
- 2.6. Alimentar/panificação
- 2.7. Tipografia/edição
- 2.8. Olaria
- 2.9. Construção naval
- 2.10. Couros e curtumes
- 2.11. Diversos
- 2.12. Não especificados

3. Sector terciário

- 3.1. Comércio
- 3.2. Transportes
- 3.3. Saúde e higiene

- 3.4. Artes
- 3.5. Ensino
- 3.6. Serviços

4. Diversos indeterminados

Jorge Fernandes Alves assinala desde logo a falibilidade deste tipo de classificação, não só porque a designação de “ocupação” nem sempre é assimilável à de “profissão”, mais moderna, mas também porque nas sociedades tradicionais é sempre difícil discernir, como aliás já Fernando de Sousa e J. M. Nazareth ou Rui Cascão assinalavam, onde começam e acabam as ligações à terra, as ligações entre produção e comercialização, etc. No ponto 4. deste trabalho, teremos a oportunidade de abordar este tema, que se nos afigura fundamental.

No entanto, esta grelha apresenta uma inovação que nos parece interessante realçar: trata-se do “4º sector”, de “diversos indeterminados”, que o autor menciona serem os capitalistas e proprietários, “já que não sabemos se estão ligados ao comércio, à indústria ou mesmo à agricultura”⁴⁹. Optou então por uma arrumação própria, fora dos sectores tradicionais, o que não deixa de traduzir uma preocupação em ajustar a grelha socio-profissional o mais possível a uma realidade da qual nunca sabemos o suficiente. Poder-se-á dizer que não é um indicativo económico claro, mas consideramos que, sendo uma agregação profissional lata, é também e essencialmente um indicador da posição social e mesmo da identidade social dos intervenientes, o que são também objectivos de uma qualquer grelha socio-profissional.

3.a.5) Gaspar Martins Pereira trabalhou com registos paroquiais, os “Livros da Desobriga” (os Róis de Confessados) para a freguesia de Cedofeita, no Porto, em finais do séc. XIX (1881). Optou, dentro das linhas de pensamento desenvolvidas nesse trabalho, com características de aproximação à sociologia, por uma divisão dos grupos socio-profissionais (segundo a categoria socio-profissional do cabeça-de-casal) em três grandes classes, que designou por “Classes superiores”, “Classes Médias”, “Classes populares”, e um “Grupo Social Indeterminado”⁵⁰.

GRUPO SÓCIO-PROFISSIONAL

1. Classes Superiores

- 1.1. Proprietários
- 1.2. Negociantes e capitalistas
- 1.3. Industriais
- 1.4. Profissões liberais e funcionários superiores
- 1.9. Outros

2. Classes Médias

- 2.1. Pequenos proprietários e lavradores
- 2.2. Pequeno e médio comércio estabelecido
- 2.3. Mestres de ofícios e pequenos industriais
- 2.4. Empregados e funcionários
- 2.9. Outros

3. Classes Populares

- 3.1. Seareiros e trabalhadores rurais
- 3.2. Comércio ambulante
- 3.3. Trabalhadores fabris e dos ofícios
- 3.4. Trabalhadores do comércio e serviços
- 3.5. Criados e serventes
- 3.6. Trabalhadores do mar
- 3.7. Trabalhadores indiferenciados
- 3.8. Indigentes
- 3.9. Outros

4. Grupo Social Indeterminado

Aqui se nota uma capacidade, por parte das fontes, de fornecer elementos razoavelmente claros, afim de permitir a opção por uma grelha destas. O autor utilizou, também em certos casos, o cruzamento de fontes, o que lhe permitiu aferir da qualidade da designação profissional mencionada, para só mencionarmos o vector que aqui nos interessa. Não nos devemos esquecer, tal como refere Gaspar Martins Pereira, de que a fonte em questão aqui utilizada era de muito boa qualidade. Por outro lado, verificamos aqui um ambiente claramente urbano e em situação artesanal desenvolvida, com uma prevalência das profissões ligadas ao sector secundário e ao terciário.

Dos cinco exemplos expostos, podemos retirar algumas ilações:

- a) todos eles partem da situação “fonte(s) disponível(eis)” e das suas circunstâncias. Situação segura, traz no entanto consigo a questão de serem as fontes e o que elas querem mostrar, a enformar a grelha de leitura das profissões
- b) alguns autores optam por uma diferenciação de tónica social mais acentuada, como é o caso de Rui Cascão (“Classe I”, “Classe II”, “Classe III”) ou de Gaspar Martins Pereira (“Classes superiores”, “Classes médias”, “Classes populares”). Outros, optam por uma diferenciação onde predomina a tónica económica, isto é, o sector de actividade profissional em que o indivíduo se insere - é o caso de Fernando de Sousa e J. M. Nazareth (“Profissões agrícolas”, “Artesanato”, “Comércio e serviços”), ou de Jorge Alves (“Sector primário”, “Sector secundário”, “Sector terciário”, “Diversos indeterminados”) ou ainda Rui Cascão, que utiliza, num mesmo trabalho, dois critérios de diferenciação tipológica socio-profissional, como já vimos
- c) em todas as situações, quer nos situemos nos finais do século XVIII, quer nos situemos no início, meados ou finais do século XIX, surgem claramente definidos, na listagem das profissões, três pólos – o agrícola, o artesanal ou industrial, o de comércio e serviços – a que não conseguimos escapar. Alguns dos autores mencionados utilizam estes termos na agregação profissional, outros utilizam mesmo os termos modernos de “sector primário”, “secundário”, “terciário”, celebrizados por autores como Colin Clark (1940).

Sabemos, hoje em dia, que estas denominações estão a caminho de se tornarem obsoletas, devido à própria evolução económica e social operada no séc. XX e que se caracteriza, entre outras questões, por problemas que põem esta classificação em causa, como sejam o aparecimento de um “quaternário”, abrangendo novas profissões que vão surgindo, como todo o exército de informáticos ou do grupo das telecomunicações, que se vão engrossando, por exemplo. Ou então, pela própria precaridade e mobilidade do emprego, característica das últimas décadas de evolução económica, que mostra de que modo se torna muito rapidamente ineficaz um recenseamento seguindo esta tipologia. No ano seguinte, uma boa fatia dos recenseados poderão encontrar-se fora dos “sectores profissionais” em que foram agrupados. Finalmente, enquanto olhados os sectores de actividade económica como indicadores do desenvolvimento económico, a concomitância deste com a gradual passagem da população activa do sector primário, para o secundário, e deste, para o terciário, pode ser discutida. Sugere uma evolução linear da sociedade e da economia, que sabemos não ser completamente clara. Isto é, a mobilidade inter-sectorial não caminha sempre, necessariamente, nesse sentido. Há avanços e recuos, em qualquer processo de desenvolvimento ⁵¹.

3.b) A classificação sócio-profissional na época contemporânea (breve perspectiva)

3.b.1) Na Europa e em Portugal

Sabemos que pelo menos desde o século XVIII, existe, em termos europeus, a designação das profissões, numa grande parte das listas nominativas ⁵². Como A. Desrosières aponta, já Vauban define uma nomenclatura socio-profissional, talvez por ocasião de uma capitação em 1695 ⁵³. Por seu lado, Lavoisier, nos finais do séc.XVIII (1791), faz também uma diferenciação socio-profissional, onde descreve uma grande diversidade para o mundo agrícola e reduz a cidade a uma só categoria ⁵⁴. Podemos encontrar estatísticas de profissões em recenseamentos especiais da Indústria e da Agricultura, como são exemplo os da França (1833), Estados Unidos (1840), Bélgica (1846) ou Alemanha (1846). No entanto, os dados sobre as profissões permanecem ainda de difícil tratamento, já que as sociedades europeias se encontravam num período de transição, e o emaranhamento dos modos de produção era fonte de confusão, tanto na vida quotidiana, como no espírito dos estatísticos ⁵⁵. Esta confusão irá permanecer até muito tarde, trazendo com ela problemas, como sejam a imprecisão dos critérios de classificação, onde se misturaram e confundem, frequentemente, actividade colectiva (agricultura), estatuto (independentes, empregados), posição social (capitalistas reagrupados com outras categorias) ou condição (domésticas) ⁵⁶. O desenvolvimento económico irá levar a que os estatísticos passem paulatinamente de uma nomenclatura fundada na condição social (os homens) ⁵⁷ para uma classificação por ramos de actividade (as coisas) ⁵⁸. Jacques e Michel Dupâquier apresentam, a este propósito, um exemplo curioso, de um recenseamento grego de 1870 seguindo o primeiro critério de classificação, em comparação com um recenseamento do Império alemão, de 1871, seguindo precisamente o segundo critério classificativo ⁵⁹.

Dois critérios acabarão por se impôr na maioria dos países: a actividade colectiva (ramo de actividade) e o estatuto. A razão por que os estatísticos se foram orientando no sentido da classificação por ramo de actividade, advem da sua utilidade económica: por exemplo, conhecer o número de trabalhadores em cada grande grupo de actividades,

era importante para medir as consequências de determinadas medidas fiscais. O recenseamento de 1896 em França, que já tivemos a oportunidade de mencionar, serviu igualmente de recenseamento industrial.

O critério do estatuto dentro da profissão acabará por surgir, mercê também da diversificação extrema da sociedade. De início, distinguíam-se simplesmente os empregadores (patrões), os independentes, os empregados, trabalhadores, isolados e desempregados. Frequentemente, reagrupavam-se empregadores e independentes, empregados e trabalhadores, enquanto os isolados e desempregados eram ventilados para outras categorias. O interesse por distinguir, dentro de cada profissão, o estatuto do indivíduo, vai aparecendo progressivamente, porque irá permitir, numa época de diversificação profissional dentro de uma mesma empresa, não confundir pessoas que estão nos dois extremos de uma escala social, quando se encontram na mesma actividade colectiva ⁶⁰.

O trabalho feminino nunca foi correctamente recenseado, pelo menos até 1914, na Europa. É certo que algumas profissões femininas eram já apontadas desde cedo, como era o caso das costureiras, lavadeiras, etc. Mas, de modo geral, ou eram consideradas "inactivas", ou eram pura e simplesmente ignoradas, mesmo quando trabalhavam fora de casa, em complemento do orçamento doméstico ⁶¹.

A normalização das nomenclaturas foi um objectivo claro das várias sessões que o Congresso Internacional de Estatística foi promovendo, em especial a partir da década de 1870. Devemos destacar o frutuoso trabalho de Jacques Bertillon, que apresentou sucessivamente, em 1889 (Paris), em 1891 (Viena) e em 1893 (Chicago) três propostas de classificações sócio-profissionais, melhoradas entre cada uma das sessões, mediante as sugestões que lhe eram apresentadas pelos seus colegas. O quadro geral (especialmente da versão de 1891 e de 1893), fundado sobre a natureza das actividades, é curiosamente próximo daquele que irão propôr Alen B. Fischer (1935) e Colin Clark (1940). O Instituto Internacional de Estatística vai adoptar os projectos de Bertillon em 1893, na sessão de Chicago.

António Pinto Ravara apresentou, num trabalho recente sobre classificação socio-profissional em Portugal ⁶², um quadro comparativo das três versões desta classificação, sublinhando, logo à partida, a persistência de um mesmo modelo, não obstante certas diferenças secundárias ⁶³.

QUADRO 1

1. ^a versão (1889)	2. ^a versão (1891)	3. ^a versão (1893)
I – Produção do solo	I – Agricultura	I – Exploração da superfície do solo
II – Extracção de mat.-primas	II – Extracção de mat.minerais	II – Extracção de mat.minerais
III – Indústria	III – Indústria	III – Indústria
IV – Transportes	IV – Transportes	IV – Transportes
V – Comércio	V – Comércio	V – Comércio
VI – Força pública	VI – Força pública	VI – Força pública
VII – Administrações públicas	VII – Administrações públicas	VII – Administrações públicas
VIII – Profissões liberais	VIII – Profissões liberais	VIII – Profissões liberais
IX – Indivíduos vivendo exclusivamente dos seus rendimentos	IX – Indivíduos vivendo dos seus rendimentos	IX – Pessoas vivendo principalmente dos seus rendimentos
X – Não classificados	X – Criados e diversos	X – Trabalho doméstico
		XI – Designações gerais sem indicação de uma profissão determinada
		XII – Improdutivos. Profissão desconhecida

Cada grelha socio-profissional podia ser subdividida em 61 categorias no 1º projecto (de 1889), em 206 categorias no 2.º projecto (de 1891) e em 499 categorias no 3º projecto (de 1893) ⁶⁴. Embora se verifiquem alterações introduzidas nas várias versões desta classificação, toda ela é marcada por uma unidade formal, decorrente da aplicação de uma mesma estrutura. As diferenças vão surgir sobretudo no maior ou menor aprofundamento dos conceitos e na terminologia ⁶⁵. O trabalho de Bertillon vai ser amplamente difundido pelo Instituto Internacional de Estatística e muitos países, como será o caso português, irão adoptar as suas grelhas para os seus censos, adaptando-as quando necessário.

Desde 1890 até 1930, os censos portugueses (1890, 1900, 1911, 1930 ⁶⁶ ou ainda o censo extraordinário feito às populações das cidades do Porto e Lisboa, em 1925) vão aplicar um mesmo modelo de classificação profissional, baseado na classificação de J. Bertillon. Constituem, por esse facto, uma série de censos diferenciada, porque aplicaram uma mesma grelha de leitura da realidade profissional portuguesa, durante cerca de 40 anos.

A partir desta época, o Instituto Nacional de Estatística dedicou-se ao tema e actualmente, existe uma Classificação Nacional de Profissões, que tem enformado os Recenseamentos Gerais da População ⁶⁷.

3.b.1.a) Uma nota sobre classificações profissionais feitas em Portugal no século XIX

Portugal acompanhou de perto as várias sessões do Congresso Internacional de Estatística, tendo, desde 1853, enviado representantes com alguma regularidade, nomeadamente nas três sessões acima mencionadas de finais do século XIX ⁶⁸.

Mas as tentativas de agregações profissionais ocorrem no nosso país desde inícios do século XIX. São de destacar duas contribuições neste campo, ambas na primeira metade do século. São elas os trabalhos levados a cabo pelo General Gomes Freire de Andrade, em 1806 e por Marino Miguel Franzini, em 1814, 1820 e 1843. Pensamos que nos devemos deter um pouco sobre estes contributos. Ambos apresentam a característica de serem feitos por indivíduos que pertenciam ao Exército, e que apresentam uma tipologia das profissões, enquadrada por fins militares, de recrutamento e organização militar, ou estatísticos e fiscais. O estudo e comparação destas tipologias encontra-se feito por António Pinto Ravara, num artigo recente ⁶⁹ e seguiremos de perto este seu trabalho, neste pequeno sub-capítulo.

Em 1806, o General Gomes Freire de Andrade, perante a ameaça franco-espanhola, publica um *Ensaio sobre o Methodo de Organizar em Portugal o Exército, Relativo à População, Agricultura e Defesa do País* ⁷⁰, onde avança uma das primeiras classificações sócio-profissionais do nosso país na época contemporânea ⁷¹, aliás extremamente imprecisa e algo confusa, uma vez que conceitos importantes são confundidos.

A grelha contempla apenas a população masculina, encontrando-se dividida em doze grandes grupos:

- I – Classe do clero
- II – Classe da toga

- III – Classe da Administração Pública
- IV – Classe do comércio
- V – Classe dos artistas
- VI – Classe dos ofícios mecânicos
- VII – Classe da marinha militar e mercantil
- VIII – Classe da navegação dos rios e pescarias
- IX – Classe dos adultos aptos para tomar estado
- X – Classe dos empregados no serviço público e dos particulares
- XI – Classe dos membros inúteis ao Estado, por suas moléstias
- XII – Classe dos agricultores

Repare-se que “empregados do serviço público e dos particulares” se encontram incluídos na mesma classe (X), quando, tratando-se de vinculações laborais distintas, o Estado (funcionalismo público) ou entidades particulares, a sua diferenciação seria necessária. Mas, se nos detivéssemos a analisar melhor a tipologia, encontramos bastantes mais confusões ⁷². Podemos concluir da “coexistência de conceitos muito diferentes” na classificação de Gomes Freire de Andrade: “desde a antiga trilogia das ordens ou estados sociais (clero, nobreza, povo), até conceitos modernos de classificação sócio-profissional, que partem dos vários sectores da actividade económica (primário, secundário, terciário), passando ainda por considerações ligadas à actividade ou inactividade da população” ⁷³, diz-nos António Pinto Ravara. O General faz uma classificação simultaneamente social (sociedade tripartida), profissional (divisões da actividade económica – agricultura, indústria e comércio) e ainda, uma classificação da população activa.

O trabalho desenvolvido por Marino Miguel Franzini, também durante a primeira metade do século XIX, é bastante mais completo, até porque este autor vai organizar não uma, mas três classificações profissionais, em 1814, 1820 e 1843. A primeira classificação, encomendada pelo Principal Souza ao então Tenente Coronel ⁷⁴, “tem a virtude de constituir a primeira obra teórica portuguesa sobre o assunto” ⁷⁵. O modelo proposto avança com dez classes (Cf. Quadro 2).

António Pinto Ravara, comparando esta primeira classificação socio-profissional de M. M. Franzini com a de Gomes Freire de Andrade, aponta o facto extremamente inovador da primeira se desvincular de aspectos mais directamente relacionados com uma “visão social”, para avançar no sentido de aspectos “socio-profissionais”. Menciona ainda o afastamento do eclectismo que caracteriza a grelha de Gomes Freire de Andrade. Os conceitos que Franzini utiliza afastam-se das imprecisões empíricas manifestadas pela grelha de 1806. Finalmente, Franzini vai revelar-se inovador, de duas formas. Aplica, pela primeira vez, três grupos de actividades económicas associadas à “indústria” e surge também pela primeira vez o conceito de “artes liberais”. Ambos irão ser utilizados, de um modo ou de outro, até, pelo menos, 1930 ⁷⁶.

Mas Franzini não irá aplicar esta sua primeira classificação socio-profissional, abandonando-a em favor de uma segunda construção teórica, publicada em 1820 ⁷⁷ e baseada numa classificação espanhola de 1801. Esta classificação divide-se em nove classes, apresentando múltiplas subdivisões (Cf. Quadro 2).

QUADRO 2

1814	1820	1843
I. Religião	I. Religião: 1. Clero secular 2. Clero regular	I. Administração Pública: 1. Adm. civil e seus dependentes 2. Advogados, procuradores, etc 3. Hospitais, misericórdias etc
II. Administração Pública	II. Administração Pública: 1. Empregados da adm. civil 2. Letrados, procuradores, etc 3. Empregados nos hospitais, misericórdias, etc 4. Presos e condenados	II. Clero secular e outros empregados no culto
III. Instrução pública, medicina e artes liberais	III. Forças militares: 1. Exército 2. Marinha	III. Força militar: 1. Exército e repartições anexas 2. Marinha e arsenais
IV. Estabelecimentos de piedade	IV. Ciências, medicina e artes liberais: 1. Professores de ciências 2. Mestres de 1 ^{as} letras 3. Estudantes acima dos 16 anos 4. Medicina, cirurgia e farmácia 5. Artes liberais	IV. Ciências, medicina e artes liberais: 1. Professores 2. Mestres de 1 ^{as} letras 3. Estudantes acima dos 16 anos 4. Medicina, cirurgia e farmácia 5. Artes liberais
V. Agricultura	V. Indivíduos que vivem das suas rendas: 1. Proprietários 2. Outros	V. Indivíduos que vivem das suas rendas: 1. Proprietários 2. Capitalistas 3. Outros
VI. Indústria do reino vegetal	VI. Comércio e navegação: 1. Negociantes e mercadores 2. Almocreves, carreiros, etc 3. Marinheiros e pescadores	VI. Comércio e navegação: 1. Negociantes e mercadores 2. Almocreves, carreiros, etc 3. Marinheiros e pescadores
VII. Indústria do reino mineral	VII. Agricultura: 1. Lavradores proprietários 2. Lavradores rendeiros 3. Trabalhadores jornaleiros 4. Pastores, abegãos, etc	VII. Agricultura: 1. Lavradores proprietários 2. Lavradores rendeiros 3. Jornaleiros 4. Pastores, abegãos, etc
VIII. Indústria do reino animal	VIII. Artes: 1. Reino vegetal: A-fabricantes B-artistas 2. Reino animal: A-fabricantes B-artistas 3. Reino mineral: A-fabricantes B-artistas 4. Reinos mistos: A-fabricantes B-artistas *Entre "fabricantes" e "artistas", uns são mestres, outros oficiais e outros aprendizes.	VIII. Indústria fabril: 1. Reino vegetal 2. Reino animal 3. Reino mineral: A-Mestres B-Oficiais C-Aprendizes
IX. Comércio e navegação	IX. Indivíduos avulsos: 1. Criados graves e de escada abaixo 2. Domésticos comuns 3. Indivíduos não classificados.	IX. Domésticos
X. Diversidades		X. Mendigos
		XI. Indivíduos não classificados

Mas, em 1841, mercê de uma situação conjuntural que se vivia (finais do setembrismo e inícios do cabralismo), em que o Estado necessitava de estruturar um novo sistema fiscal, M. M. Franzini, na altura responsável pela Comissão de Estatística Portuguesa, elabora uma nova classificação socio-profissional, que só será publicada em 1843 ⁷⁸. “Exigia-se um conhecimento da composição da sociedade portuguesa, já não estruturada em ordens ou estados sociais, mas entendida como um conjunto de cidadãos” ⁷⁹. Mais uma vez, Franzini recorre ao Censo de Espanha publicado em 1801 e classifica a população masculina com mais de 14 anos. Mais uma vez se divide a sociedade em grandes grupos, mas aumenta o número destes para onze (Cf. Quadro 2), com sub-divisões. Altera alguma da ordem desses grupos, valorizando uns em detrimento de outros (veja-se o exemplo da “classe” do “Clero” e da “Administração Pública”. Esta é valorizada, em 1843, face àquela).

António Pinto Ravara, no trabalho acima citado, faz uma observação aturada da evolução que esta nova grelha comporta ⁸⁰. Nós gostaríamos apenas, em jeito de conclusão sobre os esforços de classificação socio-profissional encetados em Portugal na primeira metade do séc. XIX, de mencionar os seguintes factos:

- a) parece ter-se caminhado no sentido de uma complexificação da estrutura da leitura da sociedade, tanto em termos formais, como no conteúdo (alteração da terminologia empregue)
- b) o indivíduo passou lentamente a ser entendido, não essencialmente como “ser social”, mas como “ser profissional e económico”
- c) verificou-se uma evolução da própria estatística, como forma específica de leitura da realidade e de construção do conhecimento
- d) se compararmos a grelha de classificação socio-profissional de M. M. Franzini de 1843 (Cf. Quadro 2) com a de J. Bertillon em 1890 (Cf. Quadro 1), verificamos que, apesar da diferença de quase cinquenta anos entre elas, são bastante semelhantes no que toca à sua estrutura geral. As diferenças que se notam devem-se essencialmente a um maior aprofundamento e complexificação do trabalho por parte de J. Bertillon, acompanhando também a evolução económica e social que se fazia sentir. No entanto, se atendermos às cinco décadas que os separam, podemos dizer que “o nosso país ia acompanhando, neste campo, a produção estatística elaborada a nível internacional” ⁸¹. A passagem de meados do séc. XIX vai trazer consigo novas situações, neste problema.

Os Recenseamentos Gerais da população ou “Censos” de 1864, 1878 e 1920 não fornecem dados sobre a distribuição da população activa, situação que, à excepção do recenseamento de 1920, é ultrapassada a partir do recenseamento de 1890, como já vimos. Os Recenseamentos Gerais da População de 1890, 1900, 1911, já enformados pelo modelo de J. Bertillon, incluíram numa única rubrica a indústria transformadora, a construção e obras pública, a produção de energia e saneamento. A desagregação desta rubrica é apenas fornecida de 1930 em diante. Estes e outros factores são-nos referenciados por Eugénia Mata e Nuno Valério numa obra muito recente sobre a História Económica Portuguesa ⁸². Aí também nos fornecem um quadro da população activa por sectores de actividade económica desde 1890 a 1981, onde agregam e homogenizam as profissões, de acordo com os critérios definidos por Ana Bela Nunes ⁸³:

Agricultura
Pesca
Indústria extractiva
Indústria transformadora (*) (+)
Construção e obras públicas (*)
Produção de energia e saneamento (*)
Transportes
Comércio
Administração pública e defesa
Serviços diversos

(*) Unificadas em 1890, 1900 e 1911

(+) Desagregação da indústria transformadora (a partir de 1930):

Alimentação, bebidas e tabaco
Têxteis, vestuário e calçado
Madeira, cortiça e mobiliário
Papel e tipografia
Minerais não metálicos
Química
Metais, máquinas, material eléctrico e de transporte
Indústrias transformadoras diversas

Sendo esta uma das últimas grelhas profissionais apresentadas na mesa de trabalhos científica, pensamos ser de toda a actualidade rematar este sub-capítulo apontando-a. Uma breve análise da mesma mostrará uma tipificação que não se encontra longe das já apresentadas neste trabalho, não obstante, é certo, diferenças irrefutáveis que partem das fontes (neste caso, foram os Recenseamentos Gerais da população) e dos fins com que as grelhas foram construídas (maior ou menor necessidade de agregação, etc).

4. AS PROPOSTAS POSSÍVEIS. REFLEXÕES, SUGESTÕES, PROBLEMAS

4.a) Os modelos e a mobilidade

Chegados ao “momento da verdade”, que tipo de questões podemos colocar na mesa?

Anotar os caminhos seguidos nos trabalhos já realizados e levantar problemas relevantes no que toca ao tema da classificação socio-profissional, foi o objectivo central deste trabalho. Gostaríamos neste momento de apontar algumas reflexões sugeridas pelo estudo que fizemos e que poderão servir como sugestões de debate de ideias.

Parece ser generalizada a ideia de que a construção de modelos na análise histórica, quando feita a partir das fontes, respeita mais a “realidade” daquilo que estudamos. As fontes históricas enformam sempre o olhar do historiador sobre o que elas descrevem. Mas, na classificação socio-profissional, como noutros campos, o olhar do homem de hoje é também enformado pelo que ele entende. Assim, o modelo em História engloba

sempre o olhar da fonte e a introdução de conceitos modernos, neste caso, da área económica (distinguirmos sector primário, secundário ou terciário, por exemplo).

Uma nota, entre outras, deve ser tomada: o estudioso nunca deve esquecer que as fontes são frequentemente lacunares, ou pura e simplesmente, se são listagens ou censos, modelos que enformam uma realidade que muitas vezes se lhes escapa. Por exemplo, “a professora primária será recenseada como professora, inscrita como tal nos ficheiros da Segurança Social e do Fisco: nenhum equívoco a seu respeito. O estudante, como é ocupado só ocasionalmente, será classificado entre os sem ocupação e no entanto o seu trabalho é atestado por uma lista de alunos premiados ou pela matrícula na Faculdade. O fazendeiro é tão conhecido na sua aldeia, que o secretário comunal não se deu ao trabalho de escrever a sua ocupação no registo da população e é preciso examinar uma matriz cadastral (lista alfabética dos proprietários de uma comuna) a fim de saber em que extensão de campo ele e os seus trabalham”⁸⁴. Por outro lado, no momento do registo em qualquer acto civil, tudo depende da ideia favorável que cada um faz do seu papel. Os trapeiros, as pessoas sem bens, os mendigos desaparecem como por encanto. Alguns, preferem gabar-se do seu título (“Doutor em Direito”) do que de um emprego efectivo⁸⁵. E assim por diante.

A escolha do momento do inquérito, recenseamento, listagem, etc; é uma variável importante. A “ocupação” do rapaz de dezasseis anos, num dado momento, pode ser bastante diferente aos dezoito, num outro recenseamento. Aqui se aborda já, ao de leve, o problema da mobilidade, que foi discutido ao longo deste trabalho e que será mencionado de forma mais objectiva um pouco mais à frente. Podemos avançar exemplos de trabalhos efectuados por nós: comparando alguns percursos individuais entre uma listagem de fogos de 1827⁸⁶ e um recenseamento de fogos efectuado em 1832/33⁸⁷ no Porto, verificamos evoluções profissionais que não deixam de ser interessantes. Uma mulher é referida sem profissão em 1827, mas tem em sua casa um oficial de picheleiro. Em 1832, menciona-se a sua “ocupação” como picheleira. Em cinco anos apenas, há casos de oficiais sapateiros tornados mestres, caixeiros que ascendem a negociantes, ou mesmo, de eventuais “mudanças” de profissão, como é o caso de um negociante que se tornou guarda-livros e proprietário. Neste último caso, podemos aventar a hipótese de se verificar simplesmente uma pluriactividade por parte de um mesmo indivíduo, que seria recenseado de modo diverso no tocante às suas “ocupações”. Nos outros exemplos, verifica-se a ascensão vertical na profissão ou mesmo a consolidação de alguma situação profissional (exemplo da senhora picheleira).

Um problema surge, quando pensamos numa hipotética codificação sócio-profissional generalista: quando se passa da noção “ocupação” à noção “profissão”? É extremamente difícil datar esta mudança, que terá sido essencialmente lenta e difusa. Sabemos que o séc. XVIII tem importância fulcral no que concerne a um mais frequente aparecimento das “ocupações” nos documentos, mas não conseguimos determinar as mudanças económicas e mentais que ocorrerão na sociedade que levarão a noções mais modernas do papel económico do indivíduo. Assim, aventar hipóteses de periodizações em Portugal de grelhas socio-profissionais é, antes do mais, arriscado, não só pelo factor acima referido, mas também porque variaram muito as designações das “ocupações”, entre regiões e no tempo. Impõe-se, portanto, um estudo aturado destas questões.

Podemos, desde já, avançar uma proposta, aliás subjacente às leituras que fizemos e que aqui mencionámos. A feitura de tipologias socio-profissionais na época contemporânea em Portugal deve, eventualmente, passar por uma diferenciação nas grelhas,

quer se trate das zonas rurais ou de zonas urbanas (no caso português, distinguiria como zonas urbanas, à primeira vista, as cidades de Lisboa e Porto). A diferenciação profissional entre estes dois casos é tal, que justifica provavelmente uma tipologia mais adaptada ao caso rural ou ao caso urbano, uma vez que este apresenta uma diversidade marcada, típica das sociedades urbanas de Antigo Regime.

Ao debruçarmo-nos sobre as sociedades setecentista e oitocentista, não nos devemos esquecer que se tratam de sociedades complexas. É um mundo social marcado por diferenciações importantes, não facilmente detectáveis, até porque não há relações concretas de salariado.

A situação profissional do indivíduo demarca-se frequentemente por uma pluriactividade, o que torna extremamente difícil a sua tipificação. Geralmente, a fonte ressalta a actividade que se considera mais importante, numa situação arbitrária, mas tal não significa que abarquemos o "espaço social" desse indivíduo e fiquemos decerto com uma ideia parcelar do mesmo. Já Miriam Halpern Pereira menciona, num estudo efectuado sobre o trabalho, no Antigo Regime⁸⁸, que "a fronteira entre a produção e o comércio não era nítida (...): o sapateiro fazia e vendia, o alfaiate também (...). E até os carpinteiros de seges vendiam as seges, por isso entrando em conflito com os respectivos correieiros que também as queriam vender!"⁸⁹ A produção não estava desligada da comercialização e este factor, típico das sociedades de Antigo Regime, levanta o problema fulcral de distinguirmos, segundo modernos conceitos económicos, a que sector de actividade pertencia o indivíduo em estudo. Esta dificuldade é, aliás, mencionada pela generalidade dos autores que com ela se defrontaram, ao fazerem estudos demográficos, sociais e económicos de sociedades de Antigo Regime.

Compreendido este problema, a pergunta que se põe na mesa é, de que modo podemos nós ultrapassar o conceito de actividade única para tipificação e avançar no sentido de grelhas mais complexas mas igualmente legíveis, que compreendam o conceito de pluriactividade? É possível?

Como tipificar o caso de finais do século passado, descrito, entre outros exemplos, por Jorge Alves⁹⁰, numa obra recente, de Joaquim de Sousa Arozo, formado em direito pela Universidade de Coimbra, casado em Matosinhos, mas administrando por sua conta, através de um feitor, a "Quinta de Quires", em Vila Nova de Telha? Esta havia-lhe sido legada por seu pai. Joaquim desenvolveu algumas obras de vulto na quinta, nomeadamente mandou fazer uma grande plantação de hortaliças e legumes que tencionava comercializar na cidade do Porto, tal como o leite de numerosas vacas que comprou. Negociou as muitas carvalheiras que a casa possuía para fazer carvão a vender na cidade. Mas as hortaliças não produziam, a fortuna ia-se desfalcando. Entretanto, dedica-se à carreira burocrática, tentando ainda antes uma eleição falhada a deputado. Consegue ser durante algum tempo administrador da Maia e assume depois o cargo de tabelião em Matosinhos. É nesta circunstância, em 1870, que a quinta lhe é comprada por um "brasileiro".

Como enformamos nós este indivíduo? Tudo depende, em parte, da documentação a que acedermos. É um "proprietário", um "capitalista", um "doutor em leis", um "negociante", um "funcionário superior", um "ofício público", pertence ao "funcionalismo", "serviços", "proprietários"?

Finalmente, não podemos rematar este trabalho sem abordarmos a questão concreta da mobilidade. Esta já foi, de facto, mencionada aqui e ali, ao longo deste estudo. Pensamos que nos falta apontar ainda alguns factores ligados a ela. Primeiramente, a

noção de que em certas categorias de activos o emprego é instável, muitas vezes sazonal, sobretudo nos casos de franjas inferiores da sociedade. Deste modo, os indivíduos podem mudar frequentemente de categoria estatística, sem que a sua "carreira" desenhe, por isso, um trajecto orientado na estrutura social. Esta forma de mobilidade, que não deve ser interpretada como ascendente ou descendente, não é necessariamente menos significativa do que outras ⁹¹, e caracteriza muitas situações com que nos deparamos no estudo de sociedades de Antigo Regime. Devemos tê-la em conta, quando nos abalancamos à feitura de uma grelha socio-profissional.

Mas a mobilidade afecta todas as franjas sociais. Muitas vezes, os filhos de franjas socio-económicas médias e médias-altas, fazem uma passagem pelo salariado antes de ascenderem à profissão do pai, como é o caso dos filhos de comerciantes, que começam por ser marçanos ou caixeiros e só posteriormente ascenderão ao comando da loja ou negócio. Existe aqui um tirocinio profissional, marcando neste caso uma "carreira" orientada na estrutura da sociedade. Aliás, o estudo da "hereditariedade" profissional e da mobilidade resultante da mesma, foi já acima mencionado e deve ser também tido em conta, quando nos dedicamos à análise das estruturas sócio-profissionais. Que proporção de cada "classe" profissional é vinda de pais que pertencem à mesma "classe", e que proporção é vinda de pais que pertencem a outras "classes"?

As respostas a serem dadas a todas estas questões e a outras que venham a surgir no firmamento da discussão constituem valiosas contribuições no tema da classificação socio-profissional e da mobilidade que lhe está intimamente associada.

5. Fontes e Bibliografia

5.1) Fontes

A Cidade do Porto. Símula Estatística (1864-1968), I.N.E. 1971

FRANZINI, M. M. – *Instrucções estatísticas que por ordem do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Principal Souza compillou M. M. Franzini (...) em 1814*, Lisboa, Impressão Regia, 1815

Recenseamento dos Bairros de Santa Catarina, Cedofeita e Santo Ovídio, Arquivo Histórico Municipal do Porto

Registo de Fogos (1827), Maço nº 1828, Arquivo Histórico e Municipal do Porto

Censo da População de Portugal – 1864, Lisboa, Direcção-Geral de Estatística

Censo da População de Portugal – 1878, Lisboa, Direcção-Geral de Estatística

Censo da População de Portugal – 1890, Lisboa, Direcção-Geral de Estatística

Censo da População de Portugal – 1900, Lisboa, Direcção-Geral de Estatística

Censo da População de Portugal – 1910, Lisboa, Direcção-Geral de Estatística

Censo da População de Portugal – 1920, Lisboa, Direcção-Geral de Estatística

Censo da População de Portugal – 1930, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística

VIII Recenseamento Geral da População – 1940, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística

IX Recenseamento Geral da População – 1950, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística

X Recenseamento Geral da População – 1960, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística
XI Recenseamento Geral da População – 1970, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística
XII Recenseamento Geral da População – 1981, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística
Censo Extraordinário da População das Cidades de Lisboa e Porto de 1 de Dezembro de 1925,
Biblioteca Pública Municipal do Porto

5.2) Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*, (versão da dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto), Porto, Ed. Autor, 1994

BLUM, Alain et GRIBAUDI, Maurizio – *Les déclarations professionnelles. Pratiques, inscriptions, sources*, "Annales. Économies. Sociétés. Civilizations", Paris, n.º 4, Juillet - Août, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Armand Colin Éditeur, 1993, p. 987-995

CASCÃO, Rui – *Demografia e Sociedade. A Figueira da Foz na primeira metade do século XIX*, "Revista de História Económica e Social", n.º 15, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1985, p. 83-121

CORDEIRO, Graça Índias – *A construção social de um bairro de Lisboa: a vocação marítima da Bica através dos seus registos de baptismo e de nascimento (1886-1970)*, "Ler História", n.º 26, Lisboa, p. 125-149

DESROSIERES, A. – *Éléments pour l'histoire des nomenclatures socio-professionnelles*, in "Pour une histoire de la statistique", T. I, Paris, INSEE, 1976, p. 155-231

DUPAQUIER, Jacques e DUPAQUIER, Michel – *Histoire de la Démographie*, Paris, Librairie Académique Perrin, 1985

DUPAQUIER, Jacques, – *La population du bassin parisien à l'époque de Louis XIV*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1979.

DUPAQUIER, Jacques – *Pontoise et les Pontoisiens en 1781*, Pontoise, Ville de Pontoise et Société historique et archéologique de Pontoise, du Val d'Oise et du Vexin, 1992

DUPAQUIER, Jacques – *Problèmes de la codification socio-professionnelle*, in "Histoire (L) Sociale", Paris, 1967, p. 157-181

DUPAQUIER, Jacques – *Une grande enquête sur la mobilité géographique et sociale aux XIXe et XXe siècles*, "Population", XXXVI, n.º 6, nov.-dec..1981, p. 1164-1168

GODINHO, Vitorino Magalhães - *A construção de modelos para as economias pré-estatísticas*, "Revista de História Económica e Social", n.º 16, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1985, p. 3-16

GRIBAUDI, Maurizio et BLUM, Alain – *Des catégories aux liens individuels: l'analyse statistique de l'espace social*, "Annales. Économies. Sociétés. Civilizations", Paris, n.º 6, Novembre-Décembre, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Armand Colin Éditeur, 1990, p. 1365-1402

GUERREAU, Alain – *A propos d'une liste de fréquences des dénominations professionnelles dans la France du XIXe siècle*, "Annales. Économies. Sociétés. Civilizations", Paris, n.º 4, Juillet - Août, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Armand Colin Éditeur, 1993, p. 979-986

HÉLLIN, Etienne – *Profissão e Estatuto Social*, in MARCÍLIO, Maria Luiza (org.) - "Demografia Histórica. Orientações Técnicas e Metodológicas", São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1977, p. 175-198

LEVI, Giovanni – *Carrières d'artisans et marché du travail à Turin (XVIII - XIXe siècles)*, "Annales. Économies. Sociétés. Civilizations", Paris, n.º 6, Novembre-Décembre, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Armand Colin Éditeur, 1990, p. 1351-1364

MATA, Maria Eugénia e VALÉRIO, Nuno – *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*, Lisboa, Col. Fundamentos, Editorial Presença, 1994

MÉRILLÉ, Dominique – *Les classements professionnels dans les enquêtes de mobilité*, "Annales. Économies. Sociétés. Civilizations", Paris, n.º 6, Novembre-Décembre, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Armand Colin Éditeur, 1990, p. 1317-1334

NAZARETH, J. Manuel e SOUSA, Fernando – *A demografia portuguesa do Antigo Regime. Samora Correia em 1790*, "Estudos e Documentos ICS", n.º 17, Lisboa, 1987

NAZARETH, J. Manuel e SOUSA, Fernando – *A demografia portuguesa em finais do Antigo Regime. Aspectos sociodemográficos de Coruche*, "Cadernos da Revista de História Económica e Social", n.º 4, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1983

NAZARETH, J. Manuel e SOUSA, Fernando – *Aspectos sociodemográficos de Salvaterra de Magos nos finais do séc. XVIII*, "Análise Social", vol. XVII (66), 1981 - 2.º, p. 315-373

NUNES, Ana Bela – *População activa e actividade económica em Portugal dos finais do século XIX à actualidade - uma contribuição para o estudo do crescimento económico português*, dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, 1989.

NUNES, Ana Bela – *A evolução da estrutura, por sexos, da população activa em Portugal – um indicador do crescimento económico (1890 - 1981)*, "Análise Social", vol. XXVI (112/113), Lisboa, 1991, p. 707-722

PEREIRA, Gaspar M. Martins – *Famílias portuenses na viragem do século (1880 - 1910)*, dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada, Porto, 1993

PEREIRA, Miriam Halpern – *Das revoluções liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, 1994

RAVARA, António Pinto – *A classificação socioprofissional em Portugal (1806 - 1930)*, "Análise Social", vol. XXIV (103/104), Lisboa, 1988, p. 1161-1184

SERRÃO, Joel – *Fontes da Demografia Portuguesa (1800-1862)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973

SILVA, Álvaro Ferreira da – *Família e trabalho doméstico no "hinterland" de Lisboa: Oeiras, 1763-1810*, "Análise Social", vol. XXIII (97), Lisboa, 1987, p. 531-562

THÉVENOT, Louis – *La politique des statistiques: les origines sociales des enquêtes de mobilité sociale*, "Annales. Économies. Sociétés. Civilizations", Paris, n.º 6, Novembre-Décembre, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Armand Colin Éditeur, 1990, p. 1275-1300

NOTAS

1. HÉLIN, Etienne – *Profissão e Estatuto Social*, in MARCÍLIO, Maria Luiza (org.) – “Demografia Histórica. Orientações Técnicas e Metodológicas”, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1977, p. 176.
2. BLUM, Alain et GRIBAUDI, Maurizio – *Les déclarations professionnelles. Pratiques, inscriptions, sources*, “Annales. Économies. Sociétés. Civilizations”, Paris, n.º 4, Juillet - Août, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Armand Colin Éditeur, 1993, p. 990.
3. Idem, *ibid.*
4. Embora se traduza literalmente como “cultivador” ou “agricultor”, pensamos que é o equivalente ao termo português “lavrador”, tão frequente em listagens de Antigo Regime.
5. BLUM, Alain et GRIBAUDI, Maurizio – *op. cit.*, p. 992.
6. GODINHO, Vitorino Magalhães – *A construção de modelos para as economias pré-estatísticas*, “Revista de História Económica e Social”, n.º 16, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1985, p. 3.
7. MERLLIÉ, Dominique – *Les classements professionnels dans les enquêtes de mobilité*, “Annales. Économies. Sociétés. Civilizations”, Paris, n.º 6, Novembre-Décembre, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Armand Colin Éditeur, 1990, p. 1326.
8. GRIBAUDI, Maurizio et BLUM, Alain – *Des catégories aux liens individuels: l'analyse statistique de l'espace social*, “Annales. Économies. Sociétés. Civilizations”, Paris, n.º 6, Novembre-Décembre, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Armand Colin Éditeur, 1990, p. 1365-1402.
9. Falamos do Inquérito conhecido pelo “Inquérito das 3.000 famílias”. Para mais detalhes sobre este corpus, cf. *Bulletin des 3.000 familles*, Bulletin de liaison bisannuelle de l'enquête éditée par le Laboratoire de Démographie Historique.
10. GRIBAUDI, Maurizio et BLUM, Alain – *Des catégories aux liens individuels: l'analyse statistique de l'espace social*, p. 1384.
11. *Registo de Fogos (1827)*, Maço n.º 1828, Arquivo Histórico Municipal do Porto.
12. FERNANDES, Paula Guilhermina de C. – *Breve abordagem a uma estrutura socio-profissional no Porto nas vésperas do Cerco (1827)*, entregue para publicação nas Actas do Congresso “O Porto na Época contemporânea”, promovido pelo Ateneu comercial do Porto em Outubro de 1989, p. 15
13. Um exemplo: isso seria o que aconteceria se tentássemos dar, desde já, uma hipótese de divisão cronológica entre as grelhas socio-profissionais para uma leitura a nível nacional da população e sociedades portuguesas. As datas desta mesma divisão seriam forçosamente objecto de discussão, bem como as próprias designações profissionais escolhidas e as posteriores agregações.
14. GODINHO, Vitorino Magalhães – *A construção de modelos para as economias pré-estatísticas*, “Revista de História Económica e Social”, n.º 16, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1985, p. 3-16.
15. GODINHO, Vitorino Magalhães – *Idem*, p. 4.
16. Idem, p. 7.
17. Idem, p. 14.
18. BLUM, Alain et GRIBAUDI, Maurizio – *Les déclarations professionnelles. Pratiques, inscriptions, sources*, p. 989.
19. GODINHO, Vitorino Magalhães – *op. cit.*, p. 7.
20. Idem, p. 14.
21. GRIBAUDI, Maurizio et BLUM, Alain - *Des catégories aux liens individuels: l'analyse statistique de l'espace social*, p. 1366 e 1399.

22. Veja-se, por exemplo, as duas teses de doutoramento de Jorge F. ALVES e de Gaspar M. PEREIRA, muito recentes, do final do ano de 1993, que utilizam, precisamente, a prática combinada destes processos. ALVES, Jorge Fernandes - *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*, (versão da dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto), Porto, Ed. Autor, 1994; ou PEREIRA, Gaspar M. Martins - *Famílias portuguesas na viragem do século (1880-1910)*, dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada, Porto, 1993.
23. GRIBAUDI, Maurizio et BLUM, Alain - *Des catégories aux liens individuels: l'analyse statistique de l'espace social*, p. 1380.
24. Ou seja, seguindo a nomenclatura para as categorias socioprofissionais do Recenseamento francês de 1896, elas mesmas resultado de toda uma reflexão no seio Instituto Internacional de Estatística e sendo o resultado, em especial da reflexão de J. BERTILLON - *Nomenclature des professions. Comptes rendus de la 4e session du Congrès de Chicago (1893)*, in "Bulletin de l'IS", t. VIII, 1895, p. 226-262. In GRIBAUDI, Maurizio et BLUM, Alain - *Des catégories aux liens individuels: l'analyse statistique de l'espace social*, "Annales. Économies. Sociétés. Civilisations", Paris, nº 6, Novembre-Décembre, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Armand Colin Éditeur, 1990, p. 1374, 1375 ou 1376 e ainda p.1401.
25. SEWELL, W. H. - *Structure and mobility: the Men and Women in Marseille, 1820-1870*, Cambridge, Cambridge University Press; Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1985. "The occupational categories described (...) are based chiefly on economic function rather than on differences of wealth or status".
26. No seu seio, destacam-se 6 profissões, a saber, os agricultores (27% dos indivíduos), os jornalheiros, domésticos, proprietários, trabalhadores ou tecelões.
27. *Registo de Fogos (1827)*, Maço nº 1828, Arquivo Histórico Municipal do Porto.
28. São elas, por ordem de importância, lavrador, jornaleiro, doméstico, proprietário, trabalhador, tecelão, pedreiro, sapateiro, marceneiro, alfaiate. In GRIBAUDI, Maurizio et BLUM, Alain - *Des catégories aux liens individuels: l'analyse statistique de l'espace social*, p. 1369.
29. Idem, p. 1370.
30. Idem, p. 1376.
31. Idem, p. 1380 e 1394.
32. Idem, p. 1383.
33. Idem, ibid.
34. Róis de besteiros do conto, Listas de Ordenanças, o Imposto do Milhão, o Maneio da Décima, etc.
35. Para uma informação mais detalhada sobre este tipo concreto de fontes de Demografia Histórica, veja-se, por exemplo PEREIRA, Gaspar M. - *Estruturas familiares na cidade do Porto em meados do séc. XIX. A freguesia de Cedofeita*, Porto, dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado, 1986; ou ALVES, Jorge Fernandes - *Uma comunidade rural do Vale do Ave - S. Tiago de Bougado, 1640 - 1849 (estudo demográfico)*, Porto dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada, 1986. Mas os trabalhos em Demografia Histórica baseando-se neste tipo de fontes têm-se multiplicado. Veja-se, entre outros, SILVA, Álvaro Ferreira da - *Família e trabalho doméstico no "hinterland" de Lisboa: Oeiras, 1763-1810*, "Análise Social", vol. XXIII (97), Lisboa, 1987, p. 531-562; RODRIGUES, Teresa - *Para o estudo dos róis de confessados: a freguesia de Santiago em Lisboa (1630-1680)*, "Nova História", nº2, 1986; O'NEILL, Brian - *Proprietários, jornalheiros e criados numa aldeia transmontana desde 1886*, "Studium Generale", n.º2/3, 1981, p. 39-41; AMORIM, Norberta - *Exploração de róis de confessados duma paróquia de Guimarães (1734-1760)*, Guimarães, 1983.
36. NAZARETH, J. Manuel e SOUSA, Fernando - *A demografia portuguesa do Antigo Regime. Samora Correia em 1790*, "Estudos e Documentos ICS", nº 17, Lisboa, 1987; NAZARETH, J. Manuel e SOUSA, Fernando - *A demografia portuguesa em finais do Antigo Regime. Aspectos sociodemográficos de Coruche*, "Cadernos da Revista de História Económica e Social", nº 4, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1983; NAZARETH, J. Manuel e SOUSA, Fernando - *Aspectos sociodemográficos de Salvaterra de Magos nos finais do séc. XVIII*, "Análise Social", vol. XVII (66), 1981 - 2º, p. 315-373.

37. DUPÂQUIER, Jacques, - *La population du bassin parisien à l'époque de Louis XIV*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1979.
38. NAZARETH, J. Manuel e SOUSA, Fernando - *A demografia portuguesa em finais do Antigo Regime. Aspectos sociodemográficos de Coruche*, "Cadernos da Revista de História Económica e Social", nº 4, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1983, p. 61-62.
39. Idem, p. 62.
40. SILVA, Álvaro Ferreira da - *Família e trabalho doméstico no "hinterland" de Lisboa: Oeiras, 1763-1810*, "Análise Social", vol. XXIII (97), Lisboa, 1987, p. 536.
41. Idem, ibid.
42. CASCÃO, Rui - *Demografia e Sociedade. A Figueira da Foz na primeira metade do século XIX*, "Revista de História Económica e Social", n.º 15, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1985, p. 83-121.
43. Idem, p. 87.
44. Idem, ibid.
45. Idem, ibid.
46. Idem, p. 115.
47. In SERRÃO, Joel - *Fontes de Demografia Portuguesa. 1800-1862*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973, p. 147.
48. ALVES, Jorge Fernandes - *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*, (versão da dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto), Porto, Ed. Autor, 1994, p. 196-210.
49. Idem, p. 198.
50. PEREIRA, Gaspar M. Martins - *Famílias portuenses na viragem do século (1880 - 1910)*, dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada, Porto, 1993, p. 167, por exemplo.
51. Veja-se, por exemplo, o caso do peso excessivo do sector terciário português e a sua relação com o desenvolvimento económico do país.
52. DUPÂQUIER, Jacques e DUPÂQUIER, Michel - *Histoire de la Démographie*, Paris, Librairie Académique Perrin, 1985, p. 330-337.
53. DESROSIÈRES, A. - *Éléments pour l'histoire des nomenclatures socio-professionnelles*, in "Pour une histoire de la statistique", T. I, Paris, INSEE, 1976, p. 159. A nomenclatura de Vauban vem referida nas p.196-197.
54. LAVOISIER - *De la richesse territoriale du Royaume de France*, 1791, publicado e apresentado por PERROT, J.-Cl., Paris, Éditions du CTHS, 1988. Lavoisier propõe as seguintes categorias (aqui se apontam, em cada categoria, apenas as designações mais significativas): 1) população das cidades (não compreendendo os agentes da agricultura que aí passam); 2) trabalhadores, rendeiros, criados, etc (compreendendo mulheres e crianças); 3) jornaleiros (...); 4) vinhateiros e suas famílias; 5) assalariados nas vinhas; 6) negociantes, fornecedores das vilas e cidades, etc, aqueles vivendo da agricultura (homens, mulheres e crianças compreendidas); 7) pequenos proprietários, vivendo, na sua maioria, das suas rendas; 8) nobres, eclesiásticos e os seus domésticos, vivendo fora das cidades; 9) exército francês. Cit. in GRIBAUDI, Maurizio et BLUM, Alain - *Des catégories aux liens individuels: l'analyse statistique de l'espace social*, "Annales. Économies. Sociétés. Civilizations", Paris, n.º 6, Novembre-Décembre, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Armand Colin Éditeur, 1990, p. 1373 e 1400.
55. DUPÂQUIER, Jacques e DUPÂQUIER, Michel - *Histoire de la Démographie*, Paris, Librairie Académique Perrin, 1985, p. 331. Nesta mesma página, os autores aconselham, a este propósito, a leitura das Actas do Colóquio *Ordres et Classes*, Paris, La Haye, 1973.
56. Cf., por exemplo, o recenseamento inglês de 1831 descrito por DUPÂQUIER, Jacques e DUPÂQUIER, Michel - *Histoire de la Démographie*, Paris, Librairie Académique Perrin, 1985, p. 332.

57. Lavradores, comerciantes, industriais, negociantes, eclesiásticos, domésticos, etc.
58. Agricultura, comércio, minas, indústria manufactureira e fábricas, serviços domésticos, etc.
59. DUPÂQUIER, Jacques e DUPÂQUIER, Michel – *Histoire de la Démographie*, Paris, Librairie Académique Perrin, 1985, p. 333.
60. Idem, p. 334.
61. Idem, ibid.
62. RAVARA, António Pinto – *A classificação socioprofissional em Portugal (1806 - 1930)*, "Análise Social", vol. XXIV (103/104), Lisboa, 1988, p. 1161-1184.
63. Idem, p. 1169.
64. DUPÂQUIER, Jacques e DUPÂQUIER, Michel – *Histoire de la Démographie*, Paris, Librairie Académique Perrin, 1985, p. 335.
65. RAVARA, António Pinto – *A classificação socioprofissional em Portugal (1806 - 1930)*, p. 1168-1169.
66. Entre o censo de 1911 e o de 1930, os critérios de apuramento mudam levemente, de uma classificação feita por profissões, no 1.º caso, para uma classificação feita sectorialmente, no 2.º caso. Em 1930 tenta-se pela 1ª vez a classificação por sectores. In NUNES, Ana Bela – *A evolução da estrutura, por sexos, da população activa em Portugal – um indicador do crescimento económico (1890 - 1981)*, "Análise Social", vol. XXVI (112/113), Lisboa, 1991, p. 709 e 714.
67. Por exemplo, num estudo abrangendo um bairro de Lisboa entre 1886 e 1970, Graça Índias Cordeiro utiliza esta mesma classificação, embora faça nela adaptações, tendo em conta a extensa fátia temporal abrangida e a evolução das profissões. Agrupou nove grandes famílias profissionais, a saber, 1. Actividades marítimas, portuárias e piscatórias (inclui a Armada), 2. Profissões científicas, técnicas e artísticas, 3. Pessoal administrativo, 4. Comércio e vendedores, 5. Serviços de protecção e segurança, pessoais e domésticos, 6. Produção e indústria: operários e artesãos, 7. Trabalhadores indiferenciados, 8. Forças Armadas, 9. Outras profissões, profissão desconhecida e sem profissão. In CORDEIRO, Graça Índias - *A construção social de um bairro de Lisboa: a vocação marítima da Bica através dos seus registos de baptismo e de nascimento (1886-1970)*, "Ler História", n.º 26, Lisboa, p. 135.
68. RAVARA, António Pinto – *A classificação socioprofissional em Portugal (1806 - 1930)*, p. 1163.
69. Idem, p. 1161-1184.
70. *Ensaio sobre o Methodo de Organizar em Portugal o Exército, Relativo à População, Agricultura e Defesa do País*, Lisboa, 1906. Cit. in SERRÃO, Joel - *Fontes de Demografia Portuguesa (1800 - 1862)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.
71. É, de facto, a primeira classificação profissional oitocentista portuguesa.
72. Basta cf. RAVARA, António Pinto – *A classificação socioprofissional em Portugal (1806 - 1930)*, "Análise Social", vol. XXIV (103/104), Lisboa, 1988, p. 1171.
73. Idem, p. 1171-1172.
74. FRANZINI, M. M. – *Instruções estatísticas que por ordem do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Principal Souza compillou M. M. Franzini (...) em 1814*, Lisboa, Impressão Regia, 1815.
75. RAVARA, António Pinto – *A classificação socioprofissional em Portugal (1806 - 1930)*, "Análise Social", vol. XXIV (103/104), Lisboa, 1988, p. 1172.
76. Idem, p. 1172-1173.
77. FRANZINI, M. M. – *Reflexões sobre o Actual Regulamento do Exército em Portugal, Publicado em 1816*, Lisboa, Impressão Régia, 1820. Cit. in RAVARA, António Pinto - *A classificação socioprofissional em Portugal (1806 - 1930)*, "Análise Social", vol. XXIV (103/104), Lisboa, 1988, p. 1173-1174.

78. FRANZINI, M. M. – *Considerações acerca da Renda Total da Nação Portuguesa e sua Distribuição por Classes, com Algumas Reflexões sobre o Imposto da Décima*, Lisboa, imprensa Nacional, 1843.
79. RAVARA, António Pinto – *A classificação socioprofissional em Portugal (1806 - 1930)*, p. 1175.
80. Idem, p. 1176-1177.
81. Idem, p. 1179.
82. MATA, Maria Eugénia e VALÉRIO, Nuno – *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*, Lisboa, Col. Fundamentos, Editorial Presença, 1994, p. 246-251.
83. NUNES, Ana Bela – *População activa e actividade económica em Portugal dos finais do século XIX à actualidade – uma contribuição para o estudo do crescimento económico português*, dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, 1989, cit. in MATA, Maria Eugénia e VALÉRIO, Nuno - *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*, Lisboa, Col. Fundamentos, Editorial Presença, 1994, p. 251.
84. HÉLIN, Etienne – *Profissão e Estatuto Social*, in MARCLÍLIO, Maria Luíza (org.) – “Demografia Histórica. Orientações Técnicas e Metodológicas”, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1977, p. 182.
85. Idem, p. 183.
86. *Registo de Fogos (1827)*, Maço n.º 1828, Arquivo Histórico e Municipal do Porto.
87. *Recenseamento dos Bairros de Santa Catarina, Cedofeita e Santo Ovídio*, Arquivo Histórico Municipal do Porto.
88. PEREIRA, Miraim Halpern – *Artesãos, Operários e o Liberalismo. Dos privilégios corporativos para o direito ao trabalho (1820-1840)*, in PEREIRA, Miriam Halpern – *Das revoluções liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 55-96.
89. PEREIRA, Miriam Halpern – *Das revoluções liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 57.
90. ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*, (versão da dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto), Porto, Ed. Autor, 1994, p. 292-293.
91. MERLLIÉ, Dominique – *Les classements professionnels dans les enquêtes de mobilité*, “Annales. Économies. Sociétés. Civilisations”, Paris, n.º 6, Novembre-Décembre, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Armand Colin Éditeur, 1990, p. 1321.

CORRENTES DE OPINIÃO PÚBLICA E EMIGRAÇÃO LEGAL NO DISTRITO DE AVEIRO (1882-1894)

Maria Teresa Braga Soares Lopes
Universidade de Aveiro

1. INTRODUÇÃO

Como fenómeno estrutural e endémico em Portugal, a emigração tem constituído um autêntico “espaço laboratorial”¹ de estudo e investigação interdisciplinares, em múltiplas abordagens e interpretações, sobretudo e tradicionalmente de génese macroscópica sob o ponto de vista de enquadramentos explicativos de movimentações de pessoas e capitais, na resolução de problemas económicos em pólos de atracção e de repulsão.

Ao assumir quantitativos como os verificados na época oitocentista, principalmente nos últimos decénios do século passado, o fenómeno é chamado cada vez mais para a praça pública e política.

“Escritores, estadistas e parlamentares”² discutiam a emigração e a “sensibilidade pública não deixou de reagir a uma experiência nacional que, directa ou indirectamente a todos afectava e a todos continua, hoje mesmo, a dizer respeito”³.

Intelectuais e políticos, como Oliveira Martins, não ficaram indiferentes a este assunto “de tal magnitude”, a “esta chaga medonha do nosso organismo económico”, “phenomeno morbido da sociedade portugueza”, segundo expressões daquele. Opiniões compartilhadas por outros intelectuais do séc. XIX português que, ao reflectir sobre o fenómeno, faziam também eco das posições de poderes tutelares das decisões migratórias dos cidadãos, pois estavam mais preocupados com a “sangria”, a “hemorragia” de gentes - principalmente para o Brasil – e com a “natureza expulsiva da situação social e económica”⁴ em relação a uma parte significativa da população, expressão de riqueza do Reino.

A enfocagem de tais análises incidia maioritariamente em efeitos conjunturais não clarificados por interpretações mais profundas que têm de ser radicadas igualmente “numa teia de relações que se consigna num determinado *modelo de informação* sobre o qual se tomam as decisões pessoais/familiares e se estruturam as representações e comportamentos colectivos”, como recentemente alertou e sublinhou Jorge Alves (1994:348).

Constituindo a imprensa do séc. XIX um “quinto poder do Estado”⁵ (e logo a seguir a este), um mecanismo em que se discutiam de forma acesa os negócios públicos, como foi o fenómeno “emigração” tratado nos jornais? Como é que as suas opiniões próprias ou reflexo dos interesses de vária ordem se podem interpretar hoje? Como é que a sua atitude perante a questão contribuiu para a formação de opiniões e decisões daqueles que os leram?

Em relação a estas questões e só no que se circunscreve ao distrito de Aveiro e a três periódicos, *O Povo de Aveiro*, *O Campeão das Províncias* e *A Vitalidade*, tentar-se-á aflorar um contributo de resposta, pelo menos no que respeita às duas primeiras perguntas enunciadas. No que concerne à repercussão que as informações e ideias

produziram nos seus leitores, poderá conjecturar-se alguma ideia, dado que não foram efectuados estudos para nos basearmos, apesar de serem conhecidas as grandes tiragens de, por exemplo, o primeiro dos periódicos apontados, em número “assombroso”⁶. Os jornais circulariam num leque vasto de pessoas, apesar da maioria da população ser analfabeta – no distrito de Aveiro, em 1890 há uma população alfabetizada de maiores de 7 anos (homens) que se cifra em 31.3 %; no caso das mulheres, idem, 7.8 %⁷.

Neste pequeno trabalho, opiniões e notícias de articulistas de jornais citados serão confrontadas, sempre que possível e em paralelo, com outras opiniões e com os números evolutivos da emigração legal no distrito em causa, entre 1882 e 1894,⁸ período de tempo que se considerou para a pesquisa de emigração, embora a da consulta dos periódicos a ultrapasse. A incidência da leitura efectuada relacionou-se com todas as edições de *O Povo de Aveiro* no tempo considerado, bem como séries intervaladas para *O Campeão das Províncias* e números do último decénio do século XIX para *A Vitalidade*.

2. BREVE APRESENTAÇÃO DOS JORNAIS

Qualquer um dos jornais lidos é de periodicidade semanal e de índole política, muito mais marcada em *O Povo de Aveiro* que nos outros dois. Todos viviam de grandes editoriais, de extractos do Parlamento, da legislação, de noticiários, de crónicas, de entretenimentos populares, correspondências e alguns anúncios, distribuídos por quatro folhas. Mas cada um tem as suas particularidades, ora não desenvolvidas, uma vez que exigem um outro estudo muito mais detalhado e profundo.

2.1 – *O Campeão das Províncias*

“Em 14 de Fevereiro de 1852 saiu o primeiro número de “O Campeão do Vouga”, jornal “político, litterario e commercial”⁹ sob a bandeira do Partido Liberal e antepassado de “O Campeão das Províncias” que, numa segunda série, iniciada em 1859 passou a ser favorável à Regeneração e o trampolim do seu director, Manuel Firmino para a vida pública, a qual veio a terminar no Partido Progressista¹⁰. O jornal detinha uma “escolhida colaboração e (...) apreciável tiragem”¹¹. Manteve-se até 26 de Janeiro de 1924, tendo sido considerado um dos mais conceituados periódicos de província. Chegou a lançar uma edição especial para o Brasil (1872), onde possuía “numerosos assinantes”¹².

Figura entre os jornais que “de algum modo se haviam identificado com a vida do seu tempo e nela exercido considerável influência”¹³. Escreveram nas suas colunas personalidades incisivas como a de Mendes Leite, igualmente colaborador do “Revolução” de Rodrigues Sampaio; José Eduardo de Almeida Vilhena; o conhecido parlamentar José Estêvão e Marques Gomes, historiógrafo aveirense e redactor principal.

“Durante largo tempo, o mais fiel espelho e o mais minucioso registo da vida local”,¹⁴ nele está sempre presente o tema “emigração”, tanto na vertente nacional, como na local.

2.2 – *O Povo de Aveiro*

Surgido em 29 de Janeiro de 1882, este semanário identifica-se “completamente”¹⁵ com Francisco Homem Cristo, “periodista individual... protótipo de franco-atirador civil,

do “justiça-de-noite” da moral da cidadania e de vincidário (...) coloquialmente talentoso,”¹⁶ que estava convencido de poder modelar a opinião pública através das suas próprias ideias e palavras de interventor. Capaz de, através do jornal, reformar a sociedade dos homens ¹⁷.

No seu” jornal exercia um jornalismo panfletário, combativo,¹⁸ intransigente, a zurzir tudo e todos, incluindo correligionários e colaboradores ¹⁹. Acabou por ficar sozinho a emitir textos da sua “tremenda” ²⁰ tribuna, “só, contra tudo, contra todos, a combater” ²¹.

Praticante de um jornalismo de sucesso (que pouco teria a ver com o ideal republicano, aliás, como outros jornais de grandes tiragens desta época pouco tinham a ver com ideários e práticas dos partidos), do qual estava ausente qualquer censura, o seu jornal era arma que também fazia pontaria na “emigração”. De que forma “acertava” nesta? Veremos numa ilustração mais à frente.

2.3 – A Vitalidade

Jornal considerado monárquico, o seu principal percurso ficou a dever-se ao amanuense do Governo Civil de Aveiro Acácio da Rosa (1872-1955), que se tornou republicano na parte final da sua vida. O periódico foi tido como “um dos maes bem redigidos jornaes de provincia” ²², resultado do labor do seu principal impulsionador.

Colaboraram nele “um grupo de redactores que podemos considerar de “escol”²³ para o nosso meio”, entre os quais alguns espanhóis ²⁴.

O periódico dirigido pelo anti-iberista Acácio da Rosa ²⁵ teve uma certa penetração na opinião pública (Eduardo Cerqueira), mas a sua focalização na emigração” é muito escassa.

3 – EMIGRAÇÃO LEGAL NO DISTRITO DE AVEIRO - LINHAS EVOLUTIVAS

O distrito de Aveiro é já conhecido, quer por trabalhos de emigração nacional, quer local, ²⁶ pela tradição e pelo volume das saídas de emigrantes. Daqui se “tem visto partir grande número dos seus filhos mais vigorosos, em busca de novas terras, fortunas e aventuras” ²⁷. Já em 1887 Oliveira Martins referia que, no fenómeno emigratório português, Aveiro está amplamente representado” ²⁸ com números que pensa serem elevados e a que atribui consabidas causas: “excesso de população”, “pobreza”, “recrutamento”, “tradição” e “espírito de aventura n’esta ordem de importancia”.

É possível ler num relatório apresentado pelo então Governador Civil de Aveiro (1857) esta opinião:

“(…) a desastrosa emigração de habitantes d’este districto para o imperio do Brasil tem continuado em larga escala” ²⁹, não só desfalcando braços operários, como retirando pessoas ao exercício do comércio e assumindo aspectos ruralizantes mais intensos. Noutros relatórios da mesma natureza é possível ver que a emigração era um factor preocupante e a gerar visões economicistas, dramáticas e paternalistas nas autoridades do distrito (e não só).

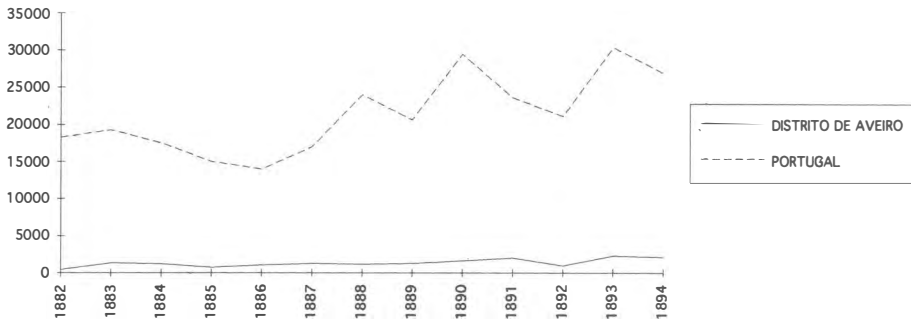
Seja como for, Aveiro sobreviveu como um daqueles distritos que mais contingentes de emigrantes formaram na zona norte e desde 1866, tendo engrossado o universo nacional entre 10 a 15 % desde aquela data até a1930 ³⁰.

Ora, os dados sobre a emigração localizada que se apresentam, têm como base o levantamento sistemático baseado nos registos de passaportes do Governo de Aveiro (livros citados), abrangendo um universo de 18 298 impetrantes, dos quais 17 310 seriam naturais ou residentes nos concelhos integrantes no distrito – 16 na época, englobando 180 freguesias.

O registo de passaportes é uma fonte problemática,³¹ mas possibilitadora de análises quantitativas, capazes de contribuir monografica e microscopicamente para o estudo das migrações portuguesas localizadas e, assim, conduzir a algumas respostas nos estudos da emigração nacional³².

O estudo levado a cabo para Aveiro permite apresentar a curva evolutiva, a qual tem correspondência com a tendência nacional exponencial de declive positivo até 1894 (Gráfico 1).

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO COMPARADA DAS SAÍDAS DE TITULARES DE PASSAPORTES (HOMENS E MULHERES – PASSAPORTES INDIVIDUAIS E COLECTIVOS) NO DISTRITO DE AVEIRO E EM PORTUGAL



Fontes: Registos de passaportes do Governo Civil de Aveiro - 1882/1884

SOARES LOPES, Maria Teresa - Emigração Legal Portuguesa no Distrito de Aveiro (1882-1884). Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, 1993, vol II, quadros E.3.1; E.5.

Valores do Sec. XIX apresentados por BAGANHA, Ioannis Benis - *Uma imagem desfocada - a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração. Análise social*, vol. XXVI (112-113), 1991, (3º - 4º) : 736.

Se exceptuarmos o ano de 1882, para o qual só foi possível levantar dados desde Agosto até final (2.29 na proporção para os valores nacionais), os anos de 1883 e 1884 representam uma média de 6.9 % no ratio. Em 1885, uma proporção de 4.89 e nos anos seguintes (v. Gráfico 2) acelerações de saídas até 1891, com oscilações, uma curva acentuada em 1892 (mudança de regime político no Brasil?) e novo aumento (acentuado) até 1894, com tendência evolutiva crescente.

Nos cálculos nacionais, esta emigração representa 6 % para a amplitude de tempo considerada, num conjunto de distritos com uma taxa superior a 5 % no qual enfileiram o distrito do Porto, de Viseu e Vila Real.

Nesta evolução, os passaportes individuais estão em vantagem no Distrito (89.5%) em relação aos colectivos (10.5%), os quais começam todavia a ser significativos entre 1888 e 1889; uma acentuação em 1883 – que é aquele que regista maior número de saídas, quer num, quer noutra caso (Tabela 1).

GRÁFICO 2 – RÁTIOS EMIGRAÇÃO LEGAL NACIONAL – EMIGRAÇÃO LEGAL NO DISTRITO DE AVEIRO (1882-1894)

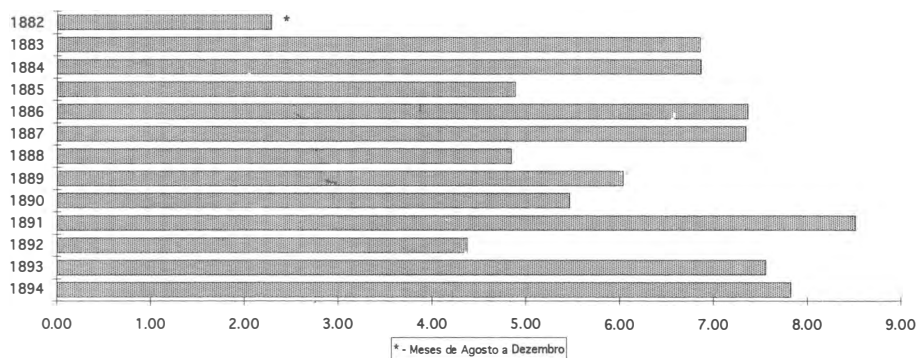


TABELA 1 – DISTRITO DE AVEIRO
DISTRIBUIÇÃO DE EMIGRANTES TITULARES DE PASSAPORTE
POR ANOS, SEXOS E GRUPOS DE IDADE

Anos	<14		14-40		>40		Total		%		Proporções	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
1882*	12	0	330	4	72	1	414	5	2.39168	0.02889	0.023917	0.00289
1883	42	1	1044	27	198	8	1284	36	7.41768	0.20797	0.074177	0.002060
1884	19	1	926	33	215	10	1160	44	6.70133	0.25419	0.067013	0.002542
1885	14	0	564	22	127	6	705	28	4.07279	0.16176	0.040728	0.001618
1886	36	1	783	36	168	8	987	45	5.70191	0.25997	0.057019	0.002600
1887	40	0	937	34	233	5	1210	39	6.99018	0.22530	0.069902	0.002253
1888	95	2	784	46	220	15	1099	63	6.34893	0.36395	0.063489	0.003640
1889	97	2	880	45	210	12	1187	59	6.85731	0.34084	0.068573	0.003408
1890	110	0	1165	52	271	12	1546	64	8.93125	0.36973	0.089313	0.003697
1891	136	2	1433	103	312	24	1881	129	10.86655	0.74523	0.108666	0.007452
1892	76	2	629	45	157	13	862	60	4.97978	0.34662	0.049798	0.003466
1893	119	4	1708	105	321	40	2148	149	12.40901	0.86077	0.124090	0.008608
1894	92	2	1562	72	355	23	2009	97	11.60601	0.56037	0.116060	0.005604
Total	888	17	12745	624	2859	177	16492	818	95.27441	4.72559	0.952744	0.047256
	905		13369		3036		17310		100		1	
Média	68.30769	1.307692	980.38462	48	219.92308	13.61538	1268.61538	62.92308				
	69.61538		1028.38462		233.53846		1331.53846					

* - No ano de 1882 refere-se unicamente aos meses de Agosto a Dezembro

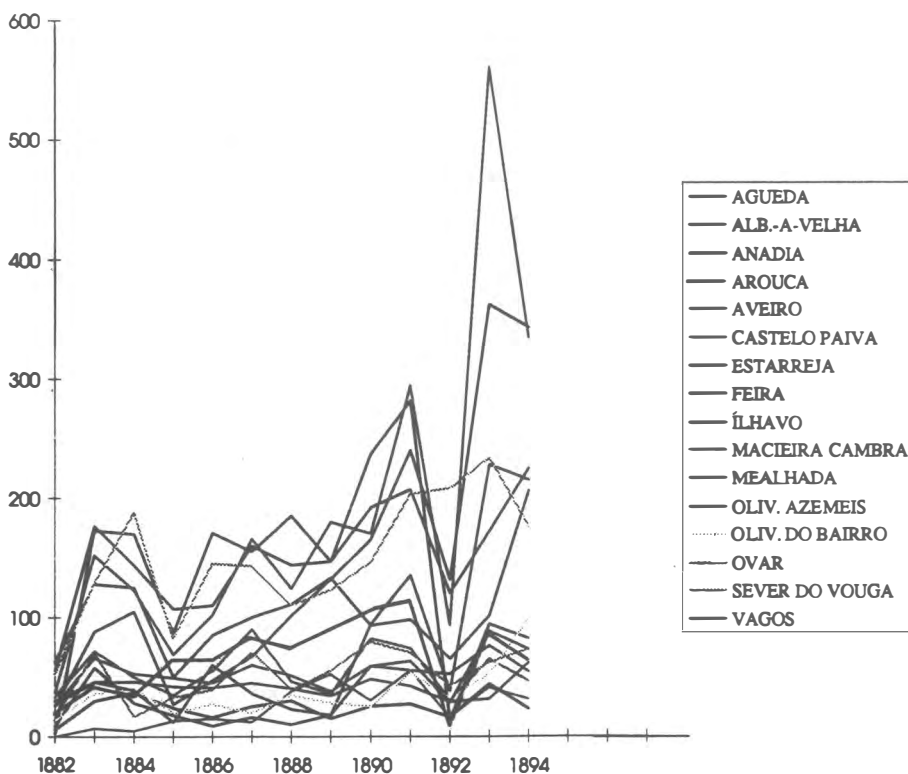
Fontes: Registos de passaportes do Governo Civil de Aveiro - 1882/1884

SOARES LOPES, Maria Teresa - Emigração Legal Portuguesa no Distrito de Aveiro (1882-1884). Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, 1993, vol II, quadros E.3.1; E.5.

Tais valores estarão, evidentemente, sujeitos às conjunturas geradoras de picos de expulsão e/ou retracção, que não foi possível estudar para já neste Distrito. No seu conjunto, as curvas correspondentes aos concelhos são complexas (Gráfico 3).

Numa observação genérica: os anos de 1885 e 1892 ostentam grandes declínios de saídas em todos os concelhos, embora com variação significativa nos quantitativos. Em relação ao ano de 1892 (com quebra de valores, como se viu), há, no entanto um concelho que sobe - Ovar. Contudo, no mesmo ano há descidas mais ou menos marcantes em Águeda, Oliveira de Azeméis e Anadia, bem como e de forma relevante,

GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DAS SAÍDAS DE EMIGRANTES MASCULINOS E FEMININOS TITULARES DE PASSAPORTES (INDIVIDUAIS E COLECTIVOS) NOS CONCELHOS DO DISTRITO DE AVEIRO (1882-1894)



Fontes: • Registos de passaporte do Governo Civil de Aveiro - 1882 / 1894

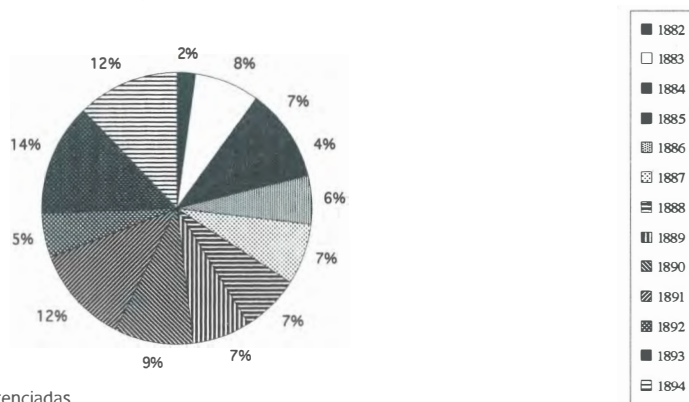
• SOARES LOPES, Maria Teresa - Emigração Legal Portuguesa no Distrito de Aveiro (1882-1894). Dissertação de Mestrado apresentada à Fac. de Letras do Porto: Porto, 1993, vol. II, quadros E.3.1.; E.5.

em Aveiro e Arouca. Existem características de comportamentos comuns em Castelo de Paiva, Sever do Vouga e Arouca para o ano de 1885; Aveiro e Anadia neste mesmo ano apresentam uma descida ainda mais relevante. O ano de 1887 é de destaque para Macieira de Cambra (concelho hoje denominado Vale de Cambra). Em 1889 verifica-se um quebra em Aveiro (o que não acontece, porém, noutros concelhos). A variação percentual interna é apresentada no Gráfico 4.

A implementação distributiva de saídas de titulares de registos de passaportes aparece na carta n.º 1, em que o destaque vai para Oliveira de Azeméis, Feira e Ovar. A sul, a concelhos abrangidos pela então difusa zona da Bairrada são os mais atingidos.

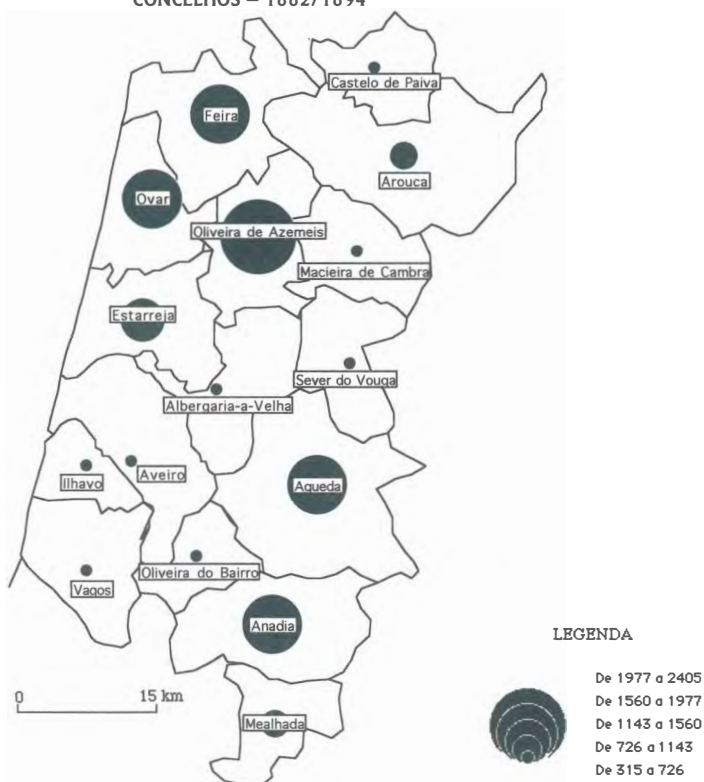
No extenso distrito de Aveiro (faixa litoral de 2760 Km² de superfície), fortemente ruralizado e com elevada densidade populacional (99 h./ Km²) nas zonas de minifúndios, viviam pessoas mantidas em formas de organização produtiva de feição tradicional (agricultura, pecuária, autoconsumo controlado). Daqui parte uma população com

**GRÁFICO 4 – EMIGRAÇÃO LEGAL NO DISTRITO DE AVEIRO (1882-1894)
– VARIAÇÃO PERCENTUAL INTERNA**



Fontes: Idem as referenciadas

**CARTA 1 – DISTRITO DE AVEIRO
DISTRIBUIÇÃO DE REGISTOS DE PASSAPORTES DE EMIGRANTES MASCULINOS E FEMININOS POR
CONCELHOS – 1882/1894**



Fontes: Registos de passaportes, Governo Civil de Aveiro

incidência etária entre os 14 e os 40 anos (98%), sobretudo masculina (95%). Esta população, de cariz rural, escolhe o Brasil como trajectória habitual no Reino de se- oitocentos – e, dentro do Brasil, o Rio de Janeiro – destino de sempre – 49.32%; Pará,

cidade de afinidades litorais – 13.08% e, logo depois em importância: S. Paulo, pela crescente economia do café: 10.8% e Rio Grande do Sul, que vai ganhando importância: 7%. Mas há quem se dirija para locais não especificados do Brasil (15%) e outros (Baía, Amazonas, Espírito Santo, Maranhão, Piauí, Minas Gerais e Pernambuco) em percentagens quase insignificantes. Existe uma razão de homogeneidade entre Rio de Janeiro, S. Paulo, Rio Grande do Sul (e até Espírito Santo) num círculo de correlações. A oposição incide nas outras cidades e estados, a que não será certamente estranha a economia brasileira, os problemas sociais, os mercados de trabalho e as políticas de mão de obra aí praticadas.

A diáspora familiar dispara no último decénio.

4 – UMA IMAGEM DA EMIGRAÇÃO NACIONAL E LOCAL NOS TRÊS JORNAIS

4.1 – Opiniões

A – O problema

“A emigração constitui um dos mais graves problemas que a economia social tem de resolver” escreve-se no Povo de Aveiro ³³. Assim, o jornal espelha vozes célebres que quase na mesma altura se faziam ouvir, como a já aludida de Oliveira Martins:

“Agora que os vapores saem atulhados de gente, tôda a imprensa clama que isto assim não pode ser, que o sangue português se escôa (...) Quem ignora que de todas as nossas exportações a mais importante (...) é a que fazemos de gado humano para o Brasil?” ³⁴

Dez anos depois da primeira observação aqui citada, Homem-Cristo sublinha:³⁵ “Avoluma dia a dia, de uma forma espantosa, a corrente de emigrantes para o Brasil. De todas as regiões do paiz e em especial do Minho e da Bairrada, sahem às centenas de individuos e familias inteiras, com destino àquelle paiz.” E mais adiante: “É uma calamidade nacional, que está preparando os dias de uma crise economica. Parece uma sociedade a desmoronar-se.” Um pouco mais tarde, o Campeão das Províncias concorda: “isto não pode continuar assim, e o paiz ver-se-ha a braços com uma crise medonha³⁶, porque - já antes aventara: “N’este crescendo de emigração, o paiz despovoa-se dentro de pouco. E o peor é que os que mais emigram não são os que menos falta fazem; (...)são (...) as forças vivas do paiz”.

A questão é desta forma colocada, reconhecendo-a como um “mal” económico e social do país – Homem-Cristo também nunca perde a oportunidade de por ele responsabilizar sempre a monarquia e os seus (maus) governos – subjacente a esta ideia poderá existir “doutrina populacionista, de teor mercantilista, que encara a população como um dos indicadores de riqueza do reino, pelo que, tal como em relação aos metais preciosos, se impõe travar a sua tendência para a hemorragia, qual perda de sangue que enfraqueceu o corpo da nação” ³⁷.

Nos “Relatorios às Junctas Geraes dos Districtos Administrativos” é possível encontrar, uma década antes destas, outras posições semelhantes ³⁸.

Todavia, Oliveira Martins retorquiria:

“Os clamores da imprensa são (...) vãos e inconsequentes. No mecanismo actual da economia portugueza, a emigração para o Brasil representa um papel inevitavel por dois motivos: 1.º porque é o vasadouro de gente sem ocupação no Reino; 2.º porque é a fonte de subsidio que annualmente nos ajuda a viver.”³⁹

Numa visão economicista, Martins reconhece como necessário, na conjuntura existente, o escoamento de gente portuguesa para o Brasil, consequência do desajustamento entre o movimento demográfico e o desenvolvimento económico nacional. Por outro lado, as suas remessas constituem verdadeiros benefícios para o país, que vão sustentando uma situação financeira com “injecções à difícil economia” (Armando de Castro). Questões aliás, reconhecidas sobretudo por *O Povo de Aveiro* quando diz: “O Brasil é a nossa maior fonte de riqueza e tem por isso uma influencia enorme n’este paiz, a influencia do dinheiro, que é a mais importante de todas”⁴⁰.

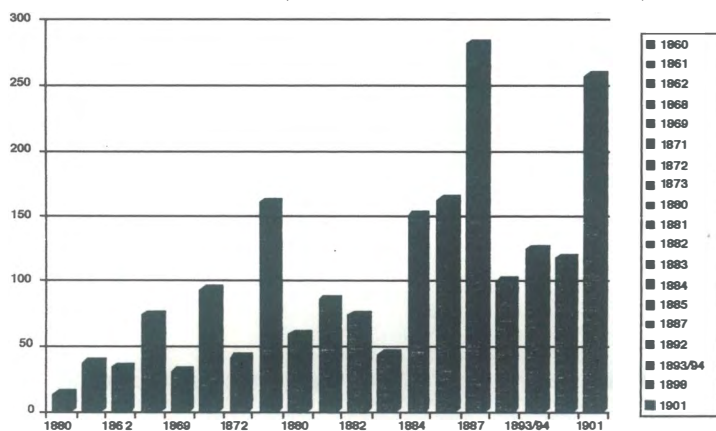
Sensíveis são estes jornais aos que “sem ocupação” andavam no Distrito, nomeadamente aqueles que mais atingidos teriam sido pelo “phylloxera” na zona bairradina, zona económica considerada pelos periódicos muito importante – dada a mancha no espaço de opiniões e notícias que sobre esta elaboram – mas de “contribuições mais modestas para a economia do país no campo vitícola”⁴¹ (15% da produção nacional).

Ocuparia, no entanto, um número apreciável de trabalhadores agrícolas e artesanais ligados à cultura da vinha nos concelhos de Águeda, Anadia, Mealhada e Oliveira do Bairro principalmente (uma vez que se tratava de uma zona de contornos geográficos pouco definidos).

Há uma grande preocupação por parte de *O Povo de Aveiro* e *O Campeão* das Províncias para esta zona bairradina. As locais sobre emigração inflectem, com grande frequência, para os problemas daqueles concelhos. Homem-Cristo chega a manter de forma duradoura e continuada uma secção intitulada “Cartas da Bairrada”, na qual soube empolar a crise filoxérica e em que não poupou comportamentos, quer ao governo, quer dos próprios produtores, dramatizando situações que hoje tem de ser colocadas em termos mais relativos⁴².

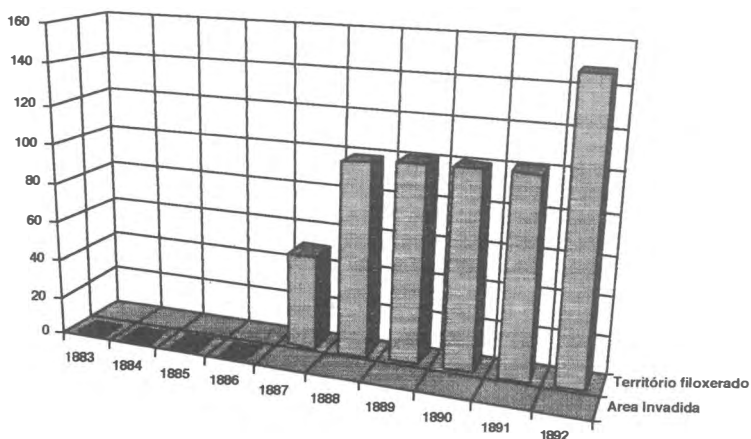
Há quebras na produção vinícola do distrito de Aveiro, sobretudo a partir de 1887 (ano em que, de uma forma geral, a lavoura sofre uma crise). Tais quebras parecem corresponder de forma mais acentuada a partir de 1889. É natural que, como a filoxera “condicionou a actividade deste sector da agricultura e as economias portuguesas no seu todo”⁴³, haja coincidência entre anos de crise e anos de maior saída de emigrantes provenientes das zonas atingidas – e a que os jornais atribuem imediatamente uma correlação⁴⁴ – (ver Gráficos 5, 6 e 7).

**GRÁFICO 5 – PRODUÇÃO VINÍCOLA DO DISTRITO DE AVEIRO
(EM MILHARES DE HECTÓLITROS)**



Fonte:
Conceição Andrade
Martins
- A filoxera na
Viticultura nacional,
in *Análise Social*,
Vol. XXVI (112-113),
1991 (3.º - 4.º), p. 684-685

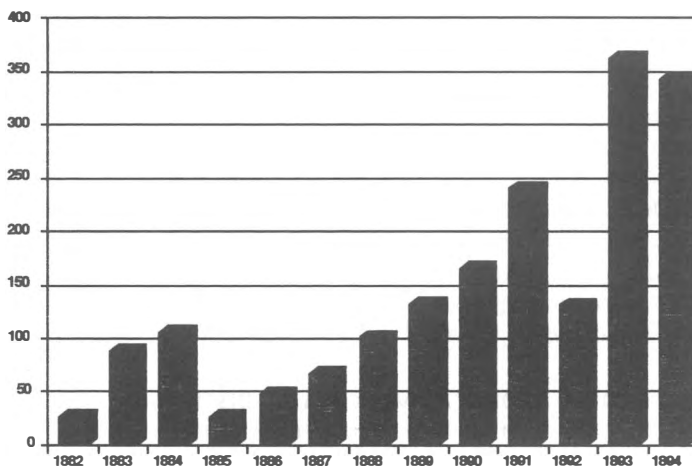
**GRÁFICO 6 – INVASÃO FILOXÉRICA NO DISTRITO DE AVEIRO
(EM MILHARES DE HECTARES)**



Fonte: Conceição Andrade Martins - A filoxera na Viticultura nacional, in *Análise Social*, Vol. XXVI (112-113), 1991 (3^o-4^o), p. 684-685

GRÁFICO 7 – O CASO DE ANADIA

Distribuição de e titulares de passaportes emigrantes masculinos e femininos por anos



Fontes: Registo de passaportes, Governo Civil de Aveiro.

A questão emigração constitui, então, um “grave problema”, quer para um quer para outro periódico, mas não identificado como tal pela *A Vitalidade*. Não é, contudo, um problema que surja do nada. Numa visão um pouco linear e com certo confusio-nismo entre razões e efeitos, são apontadas “causas” e consequências” para que há necessidade de se arranjam “remédios”.

B – As causas da Emigração

As problemáticas que podem levar à emigração e consequente despovoamento do Reino são variadas.

“Contam-nos d'Oliveira d'Azemeis que d'aquelle concelho teem partido para a nova republica sul americana, centenas de pessoas, chegando a fechar-se casas, nos dois meses quasi decorridos do presente anno. O motivo principal, que leva os emigrantes a abandonarem a sua patria, é a falta de trabalho, que lhes dê sustento para si e para os seus. Já não é o desejo de conquistarem fortuna, com que possam viver fartamente: é a luta pela vida que os leva a jogar a ultima cartada sobre a sua sorte”⁴⁵.

Já antes se denunciava:

“Há fome. As preocupações abandonam a patria que lhes não dá pão, para o irem procurar a regiões longinquas”.⁴⁶

Além da “fome” são lançados ainda “mais impostos, mais bambochatas”, porque a emigração, sendo um mal, existe por culpa dos governos e da monarquia, na atribuição de papel “passivo” ao emigrante, o qual se vê compelido a emigrar, sem que esse acto seja uma decisão escolhida e maturada pela avaliação das oportunidades que se lhe podem oferecer, fossem elas efectuadas por si ou pela família. Há, portanto, um alheamento por circunstâncias que condicionam decisões individuais do emigrante no acto complexo e activo de emigrar, numa estratégia de escolha e planificação atempada.

São “tudo fructos da monarchia, a quem nunca mereceu cuidado e bem-estar dos infelizes que vão procurar em países longinquos a subsistência que a patria lhes nega.”⁴⁷ Então, desencadeia-se um “quadro desolador, da responsabilidade da turba-multa dos dirigentes a quem o paiz ha de um dia pedir severas contas do seu mandato da administração local”.⁴⁸

O *Campeão* é mais comedido. Contra a monarquia não fala, nunca a responsabiliza, como seria de esperar, dada a filiação partidária. Mas escreve contra governantes.

Detectam-se ainda outros motivos:

“Nos ultimos tempos teem immigrado para o Brasil muitos mancebos do concelho de Águeda, fugindo ás obrigações que a lei do recrutamento impõe aos que querem emigrar e a ella estão sujeitos”⁴⁹

Constata-se, neste exemplo, que o jornal sabe que recrutamento militar e emigração se interligam, devido a quadros normativos onerosos e complexos. Nos periódicos consultados são inseridas numerosas notícias (sempre seguidas de uma pequena opinião) sobre indivíduos que fugiam às recrutas ao ir para o Brasil. Não se detectam, porém, apelos a sentimentos nacionais, apesar de, no caso de Homem-Cristo, este ser um homem de “caserna”, porque oficial do exército⁵⁰.

Prolongados pensamentos e discursos merecia, por outro lado, a “sucia de engajadores” que “estão causando a ruina do paiz”⁵¹. Contra estes era necessário lançar uma “sancta cruzada”:

“(…) Só tem culpa os nossos governos ao consentirem aos engajadores que são tão conhecidos que nenhuma authorityde deixará de os ver todos os dias nas villas e nas aldeias onde teem os seus agentes. Não era preciso muito para prohibir esse nefando trafego, esse infamissimo papel d'engajador”⁵²

O *Povo de Aveiro* não comunga tão empenhadamente neste ponto de vista, preferindo julgar a “fajardice” dos engajadores⁵³ como a outra face de uma mesma moeda:

“(…) foi a fome que os obrigou (aos emigrantes) a confiar nas fallazes promessas dos engajadores interesseiros”⁵⁴

São dois pontos de vista de certa forma divergentes. O *Campeão* aponta os engajadores como motores das decisões dos emigrantes, subestimando “capacidades dos emigrantes para seleccionar as suas fontes de informação”⁵⁵ na activação da decisão migratória.

Então, são necessárias medidas radicais para acabar com esta “horrorosa industria”:

“(…) portanto ha dois meios facilimos de acabar com elles sem ser preciso nomear commissões, porque as taes commissões, embora tenham todas homens competetissimos, pouco ou nada fazem. É poeira lançada aos olhos do povo e da nação (...).

1.º Proibir semelhante industria com pennas de prisões sem fiança.

2.º Lançar o imposto de sello de 150\$00 réis a cada passaporte para o Brasil”⁵⁶

A função do agente de emigração engajador tomada aos olhos da opinião pública sobretudo desde a sua oficialização, como a de um aliciador sem escrúpulos, serve para escamotear a inexistência de mecanismos tendentes a atenuar ou resolver um problema – o da emigração – que, por falta de outras medidas, apenas poderia ser reprimido administrativamente com leis e fiscos. Aliás, tal remédio do “aumento de receitas dos passaportes” é um tema caro ao *Campeão*. Chega este a preconizar medidas, parafraseando um artigo do “Jornal do Commercio” (era prática na época editar trabalhos já publicados noutros periódicos), considerado como “brilhante e substancioso” e que dava essencialmente conselhos aos poderes, sob a forma de aumento das receitas através dos passaportes⁵⁷.

C – As consequências

Os efeitos da emigração são frequentemente conotados com “inconvenientes” de ordem económica, social e cultural:

“(…) Esta grossa torrente de emigrantes concorre para a pobreza nacional, ao mesmo tempo que corrompe os costumes, relaxa os laços de familia, enfraquece o amor fraterno, e difficulta as substancias”.⁵⁸

O desfalque dos “nossos melhores braços”⁵⁹ provoca repercussões “enormes no paiz”⁶⁰ e, como já foi dado verificar, o desfalque é considerado selectivo, uma vez que são “os melhores braços” que partem.

Há também influências políticas numa constatação empírica, demagógica e precipitada:

“(…) Os que voltam, vem exercer uma preponderancia enorme em algumas das nossas provincias do Norte, onde o partido republicano tinha menos adherentes. Mas os que voltam, voltam naturalmente republicanos. Se voltam republicanos vem fazer popaganda para aqui. Voltam ricos muitos d’elles, riquissimos alguns, e ao partido republicano o que lhe tem faltado mais é precisamente o grande elemento – o dinheiro (...)”⁶¹

Outras consequências, como as demográficas, as sobrecargas de mão de obra ou falta desta no país, a manutenção do imobilismo do desenvolvimento e dos níveis de produção, a melhoria de rendimentos familiares, o acréscimo de consumos, o reequilíbrio de explorações agrícolas, por exemplo, são assuntos algo minimizados ou nem sequer aflorados, embora se aluda esporadicamente aos mesmos. São bem mais esclarecedores em relação a estes parâmetros os relatórios dos Governadores Civis um decénio antes⁶².

D – Remédios para curar as questões provocadas pela emigração

“Prohibindo a emigração? Impossivel, seria um ataque imperdoavel aos direitos de cada um, além de ser um erro no periodo que atravessâmos.”⁶³

Menos lúcido parece ser *O Campeão*, acirrado por vezes contra direitos de mobilidade dos cidadãos reconhecidos pelo Estado. Este último periódico chega a lançar o apelo de uma *cruzada* aos “estimados colegas de todas as cores políticas contra a emigração que, dia a dia vem tomando proporções espantosas.”⁶⁴

Se tal acontecesse e no que respeitava à emigração para o Brasil, poderia tentar-se novamente a inflexão dos migrantes para a África portuguesa, projecto que remontava a Sá da Bandeira.⁶⁵

“Já a nossa Africa não causa a pessima impressão dos tempos antigos. As possessões africanas já não se compõem unicamente como outrora, de escravos, de povos embrutecidos, e de condemnados a degredo. Allí ha uma população numerosissima, livre, illustrada e trabalhadora. Porque não ha de o nosso povo ir de preferencia para aquellas possessões?”⁶⁶

Opinião que é comum a Homem-Cristo, “fervoroso apologista da colonização rapida das nossas uberrimas possessões africanas como meio de solicitarmos a sua posse.”⁶⁷ e entronca numa corrente que defendia tal medida como sendo acertada para o país, caso este a soubesse pôr em prática, agora que se confrontava com uma Europa industrial a despertar “para o continente africano e mostrava as suas ambições”⁶⁸ em relação ao nosso império. Ganharíamos em várias frentes, pela aplicação de uma soberania que estava em *déficit* nas províncias de Angola, Moçambique e Guiné, uma vez que as outras colónias já se encontravam mais ou menos “acomodadas”⁶⁹

O sonho africanista foi objecto de várias posturas regulamentadoras e aliantes nos anos oitenta e noventa para indivíduos que se quisessem deslocar e que fossem detentores de profissões como as de serralheiro ou carpinteiro⁷⁰.

Contudo, nem no final do século este projecto teve algum sucesso. *O Povo de Aveiro* começou por defender um não desvio para África. Considerava que tal seria “uma utopia romantica d’alguns patriotas respeitaveis, irrealisavel por ora. A Africa portuguesa vive em pessimas condições. O seu clima tropical, com raras excepções, é deploravel. Hoje em Africa, nas nossas possessões, só é possivel o estabelecimento de colonias agricolas, mas difficilimo o estabelecimento de colonias industriaes - commerciaes”⁷¹.

Todavia, Homem-Cristo acaba por dar uma volta a esta posição e encher colunas do jornal com defesas sobre vantagens da emigração para as colónias. Em 1890 “o momento não pôde ser mais opportuno, sob complexos pontos de vista”⁷², entre os quais “os canhões dos ingleses” apontados às nossas colónias, argumentos esmagadores.

Nesta problemática do desvio da corrente migratória para a África entra finalmente o jornal *A Vitalidade*, em 1894. Logo nas suas primeiras edições e pela mão de um prisioneiro que escreve da Cadeia de Relação do Porto (J. Gonçalves da Cruz) se insurge:

“Para Africa?! (...) o resultado viu-se: a maior parte (dos que partiram em 1891) morreu flagellada pela morte e pelas febres, e os restantes voltaram para Portugal mais famintos e mais andrajosos do que câ tinham sahido (...). Já se modificaram as condições da nossa Africa desde 1891 até hoje?”

Têm, por accaso allí os governos desde aquella data, creado grandes colonias, grandes industrias, onde possam immediatamente, logo á chegada garantir o pão a esses que d’aqui vão foragidos á fome e á miseria?

Não tem...”⁷³

Homem-Cristo empreendeu então, pelo seu lado, uma verdadeira campanha propagandística do desvio de contingentes migratórios para as colónias:

“Aveiro tambem vae dar o seu contingente para Africa. Reina entusiasmo entre os nossos artistas, alguns dos quaes projectam levar os familiares, para irem colonisar as nossas possessões africanas.”⁷⁴

Efectivamente, o entusiasmo aveirense não foi muito grande... Os valores das saídas dos titulares de passaportes para a África portuguesa ocidental e oriental contam-se na casa das dezenas, à semelhança do que aconteceu noutras regiões do país ⁷⁵. Dos 17 310 individuos que saíram de Aveiro nos treze anos estudados, apenas 67 optam por aquelas trajectórias, dirigidos aos trabalhos agrícolas; os 48 que se seguem inserem-se nesta escala e são pessoas “vivendo dos seus rendimentos” sem que percebamos muito bem a que ocupação se irão dedicar (na Africa ocidental, uma vez que a parte oriental não merece simpatias. Irão ainda 46 impetrantes com ocupação no comércio e 15 na indústria.

Outra medida apontada como remédio para estancar a emigração é a perseguição aos engajadores. Nesta função deposita grande entusiasmo *O Campeão das Províncias*, sem grande correspondência em *O Povo de Aveiro*.

Outras medidas que obstem à emigração serão: abolimento de passagens gratuitas; aplicação de mais pesados impostos de selo nos passaportes; remissão de mancebos recrutados tornada onerosa, estabelecimento de convénios com Espanha para proibir saídas de clandestinos; abolições de tolerância e outras ainda destituídas de alcances eficazes e dinâmicas fortes.

Para que tais débeis medidas tivessem êxito, por que não lançar mão nos padres das paróquias “se estes se resolverem a cumprir o seu dever”? ⁷⁶ A exortação paroquial “sempre poderosa e eficaz quando persistente e patriota” ⁷⁷ é advogada por um jornal em cujas páginas os padres eram muitas vezes tratados com vitupérios e chalaças.

4.2 – Notícias

As opiniões aparecem quase sempre complementando as notícias avulsas, quando estas encerram problemáticas sociais e no caso de *O Povo de Aveiro*. Mas, quer neste jornal quer no *Campeão*, os assuntos preferenciais das informações curtas sobre a emigração são:

- a) divulgação de quantitativos esporádicos de emigrantes, pertençam estes ou não ao distrito. A maior parte das vezes não aparece a indicação da fonte.
- b) Denúncia de maus tratos sofridos por portugueses em diversas paragens no Brasil.
- c) Alerta para riscos e fraudes em que aqueles poderão vir a cair.
- d) Transcrição de cartas de emigrantes mal sucedidos ⁷⁸.
- e) Quantitativos de emigrantes mortos no Brasil, frequentemente consultados nos Diários de Governo ⁷⁹.
- f) Notícias heterogéneas incidindo em temáticas como assassinatos.
- g) Transcrição de informações oficiais de vária índole e respeitantes à emigração.

- h) Apelos lançados do Brasil com o fim de resolver problemas de heranças e outros.
- i) Informações sobre efeitos da febre amarela, causadora de “estragos incalculáveis”.
- j) Apontamentos, em crescendo e à medida que se avança para a última década do século, sobre deslocações de famílias locais para o Brasil, incluindo por vezes relatos confrangedores (O Campeão) ou mais comedidos (O Povo de Aveiro).
- l) Notícias cambiais em grande quantidade.
- m) Informações sobre retornos, embora de forma pouco significativa e incidindo apenas em residentes no distrito.
- n) Algumas visitas de emigrantes bem sucedidos à mãe pátria.

5 – CONCLUSÃO

Supõe-se que os três jornais consultados – com marcado ênfase para *O Povo de Aveiro* e *O Campeão das Províncias* – deram, cada um à sua maneira, um contributo para a discussão pública e política do fenómeno “emigração portuguesa”. O tema, considerado complexo, foi tratado abertamente por consciências cívicas e interventoras que escreviam nas suas colunas e que se interessavam pelo assunto a nível nacional e local. Nesta última vertente, foram aqui traçadas linhas evolutivas gerais da emigração legal no distrito de Aveiro para os anos que vão de 1882 a 1894.

É possível patentear um maior desembaraço de opinião e competência crítica no feixe de relações estabelecidas sobre a questão no jornal que se auto-proclama de republicano e dirigido por Homem-Cristo, sem que haja perda de interesse na leitura de *O Campeão das Províncias*, de teor monárquico e rotativista. *A Vitalidade*, por sua vez, dedica um reduzidíssimo espaço ao assunto, com intervenções fugazes escritas pela pena de colaboradores extemporâneos ou por transcrições de opiniões já editadas anteriormente noutras folhas. Decididamente, para este último jornal, nem era grande o interesse na mobilização da opinião pública em torno da emigração portuguesa.

De uma forma geral, os jornais consultados inserem-se num quadro de referências epocal, que se enquadra em teorias, ideologias, interesses e preconização de medidas débeis, não indo ao fundo das questões e ficando-se por observações reducionistas e economicistas, em que o emigrante continua a ser encarado como uma espécie de peão num jogo de factores que acabam por expulsá-lo do Reino, porque este não lhe oferece condições de sobrevivência. Porém, as decisões pessoais, seus sucessos e insucessos aparecem nalgumas pequenas notícias destes periódicos, não fossem eles de tendência populista.

Potencialmente, leitores e comunidades em que estes jornais circulassem, receberiam matéria capaz de suscitar reflexões e discussões domésticas ou até hipotéticos comportamentos, que é muito difícil, senão impossível, conhecer. Senhores de grandes tiragens num tempo já de jornalismo industrial, chegariam a uma população que, ironicamente, era maioritariamente analfabeta.

Encarando a emigração como um direito, estes jornais vêem-na na outra face da moeda como um *mal*. Em artigos acesos mas tutelares, apontam causas, efeitos e

remédios, num esquema simplista, mas quiçá compreensível às massas. Afinal, o jornal começa a ter a difícil função de poder chegar a tudo e a todos.

É igualmente perceptível uma certa visão fatalista em torno da diáspora portuguesa, ponto de vista que, ainda hoje, tem os seus seguidores.

Embora filiados partidariamente, em maior ou menor grau, assumem os periódicos posições que poderão não estar em consonância com os partidos, outorgando-se, assim, um grau de maior credibilidade. Por outro lado e porque neles escreviam os intelectuais, as suas opiniões são, em grande parte, um eco da inteligência oitocentista.

Considera-se um pouco estranho que Homem-Cristo não tenha falado na sua tribuna de quaisquer problemas relacionados com a qualificação alfabética dos emigrantes, uma vez que foi uma pessoa preocupada e actuante com a alfabetização do povo e de filhos deste, os recrutas, enquanto serviam no exército⁸⁰. No distrito de Aveiro a proporção de saídas de alfabetizados para engrossar os contingentes migratórios é de 0,52. Preponderam ligeiramente os mais qualificados (homens). As mulheres apresentam uma proporção de alfabetizadas que é muito diminuta no fluxo - 0,04.

Finalmente, ao mesmo tempo que estes jornais denunciavam apaixonadamente a sangria da melhor força de trabalho do país, anunciavam os vapores ingleses, transportadores das ilusões, das hipotecas de futuro ou até dos sucessos daqueles que embarcavam.

1. FONTES MANUSCRITAS

Governo Civil de Aveiro / Arquivo Distrital de Aveiro (secção de S. Bernardo)

Livros de registos de passaportes n.ºs 11 a 18 - de 26 de Agosto de 1882 a 6 de Março de 1895.

2. FONTES IMPRESSAS

2.1 – Jornais

Biblioteca Municipal de Aveiro

O Povo de Aveiro - todas as suas edições desde a fundação do jornal, n.º1 de 29 de Janeiro de 1882 a n.º 788 de 11 de Novembro de 1894 - 7 volumes

O Campeão das Províncias

Colecção particular (Dr. Amaro Neves)

– ano de 1889 : desde o n.º 3757 de 5 de Janeiro até ao n.º 3853 de 14 de Dezembro;

– ano de 1893 : desde o n.º 4210 de 11 de Janeiro até ao n.º 4325 de 20 de Dezembro;

– ano de 1895 : desde o n.º 4435 de 19 de Janeiro até ao n.º 4469 de 22 de Maio;

– ano de 1898 : desde o n.º 4739 de 8 de Janeiro até ao n.º 4784 de 22 de Julho.

A Vitalidade

Biblioteca particular de Acácio Rosa (Verdemilho - Aveiro)

Desde o n.º 4 (anno 1), 26 de Agosto de 1894 até ao n.º 870 de 16 de Dezembro de 1911 (anno 16ª).

3. RELATÓRIOS

Arquivo Municipal de Aveiro, Governo Civil de Aveiro, Biblioteca Nacional
Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos Distritos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes. Lisboa: Imprensa Nacional, 11 volumes (1856 - 1866).

Relatórios às Junctas Geraes dos Districtos Administrativos

Primeiro Inquerito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

4. DIÁRIOS DO GOVERNO

Biblioteca Municipal do Porto e Biblioteca Municipal de Aveiro,
vols. de 1882 a 1894

5. AUTORES

Biblioteca Municipal de Aveiro

Homem-Cristo, F. - *Pro Patria*. Coimbra: Livraria Editora Feança Amado, 1905.

ID. - *A anarchia em Portugal*. Vol. I. Madrid : Imprensa de Gabriel López del Horno, 1912

ID. - *Cartas de Longe. Em defesa da instrução do povo*. Coimbra: Coimbra Editora, 1922.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto, 1994.

ARROTEIA, Jorge Carvalho – *Os Ilhavs e os Murtoseiros na emigração portuguesa*. Aveiro: Associação de Defesa do Património Natural e Cultural de Aveiro, s.d..

BAGANHA, Maria Ioannis Benis – *Portuguese emigration to the United States, 1820 - 1930*. New York & London: Garland Publishing, Inc.. 1990.

ID. - *Uma Imagem desfocada – a emigração portuguesa e as fontes portuguesas sobre emigração*. In *Análise Social*, vol. XXVI (112 - 113), 1991, pp. 123 / 739.

BARTHEs, Roland – *O grau zero da escrita*. Lisboa: Edições 70, s.d..

BRAGA, Carlos – *Homem-Cristo jornalista*. In *Estudos Aveirenses*, nº1. Aveiro: Instituto Superior de Informação e Administração, 1993, pp. 23/31.

CAETANO, Lucília – *A indústria no distrito de Aveiro. Análise geográfica relativa ao eixo rodoviário (EN nº1) entre Malaposta e Albergaria-a-Velha*. Coimbra: Comissão Coordenadora da Região Centro, 1986.

CERQUEIRA, Eduardo – *Manuel Firmino. A acção na imprensa de um homem de acção*. In *jornal Litoral*, n.º 1 de 9 de Outubro de 1954.

ID. – *Mais de um século de jornalismo aveirense ... do Boletim de Noticias ao Litoral*, In jornal. Litoral, n.º 105 de 6 de Outubro de 1956.

ID. – *Jornais e Jornalistas aveirenses*. In Aveiro e o seu Distrito, n.º 5, Aveiro, 1968.

CHORÃO, João Bigote – *Camilo e o jornalismo literário no século XIX*. In Páginas Camilianas e outros temas oitocentistas. Lisboa: Guimarães Editora, 1990, pp. 31 / 41.

COSTA, Afonso – *Estudos de Economia Nacional, I - O problema da Emigração*. Lisboa: Imprensa Nacional / Edição do Autor, 1911.

EVANGELISTA, João – *Um século de população portuguesa (1864 - 1960)*. Lisboa: INE / Centro de Estudos Demográficos, 1961.

HOMEM, Amadeu Carvalho – *A propaganda republicana (1870 - 1910)*. Coimbra Editora, 1990.

JACKSON, John A. – *Migrações*. Lisboa : Escher, 1991.

JUSTINO, David – *A formação do espaço económico nacional, 1810 - 1913*. 2 volumes. Lisboa: Vega, 1989.

LEITE, Joaquim da Costa – *Informação ou propaganda? Parentes, amigos e engajadores na emigração oitocentista*. in *Emigração / Imigração em Portugal*. Artes do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal. Sécs. XIX e XX. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1993, pp. 98-107.

ID. – *Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914)*. In *Análise Social*, n.º 97, 1987, pp. 463-480.

MADUREIRA, Arnaldo – *A colonização portuguesa em África (1890-1910). Retrospectiva e diagnóstico*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

MARTINS, J. Oliveira – *Exportação de gado humano para o Brasil*. In *Dispensos*. Tomo II. Dir. António Sérgio. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924.

ID. – *Fomento rural e emigração*. Lisboa: Guimarães & Cia Editora, 1956. (ed. com adendas pela Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, Lisboa, 1987)

MARTINS, M.ª da Conceição Andrade – *A filoxera na vinicultura nacional*. In *Análise Social*, vol. XXV (112-113), 1991 (3ª e 4ª), pp. 653/688.

Mendes, J. M. Amado – *A emigração portuguesa nas ópticas de Alexandre Herculano, Oliveira Martins e Afonso Costa*. Coimbra: Separata da Revista Portuguesa de História. Tomo XXIV, 1990.

Nemésio, Vitorino – *As grandes polémicas portuguesas, I Vol*. Lisboa: Editorial Verbo, s.d..

PEREIRA, Miriam Halpern – *A Política portuguesa de Emigração, 1850 - 1930*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.

ID. – *Algumas observações complementares sobre a política de emigração portuguesa*. In *Análise Social*, n.ºs 108-109, pp. 735-739.

ID – *Liberdade e contenção na emigração portuguesa*. In *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1993, pp. 9-16.

RAMOS, Carlos Vieira – *Legislação Portuguesa sobre emigração e passaportes*. Lisboa: Edição do Autor e Livraria Aurea de Lisboa, 1913.

RAMOS, Rui – *A nação intelectual...A Imprensa*. In *História de Portugal*, 6.^a vol: a Segunda Fundação (1890-1926), Dir. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, pp. 47-54.

ID. – *Culturas de alfabetização e culturas de analfabetismo em Portugal : uma introdução à História da alfabetização no Portugal Contemporâneo*. In *Análise Social*, vol. XXIV (103-104), 1988, (4.^a, 5.^a), pp. 1067-1145.

RANGEL de Quadros – *Aveiro. Apontamentos históricos*. VIII vol. - Imprensa e Jornaes. Aveiro, s.d.

REIS, Jaime – *O analfabetismo em Portugal no século XIX : uma interpretação*. In *Colóquio e Sociedade*, nº2. Lisboa : Calouste Gulbenkian, 1993, pp. 13-40.

RIBEIRO, F. G. Cassola – *Emigração portuguesa. Regulamentação emigratória: do Liberalismo ao fim da Segunda Guerra Mundial. Contribuição para o seu estudo*. Lisboa: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, 1987.

RODRIGUES, Henrique Fernandes – *A emigração do Alto-Minho, 1835-1860. A miragem do Brasil, 1835-1860*. Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991.

RODRIGUES, Manuel Ferreira – *Cartas de Oliveira Martins para Acácio da Rosa*. Separata da Revista Estudos Aveirenses, nº2. Aveiro : ISCIA, 1994.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal. A Queda da Monarquia (1890-1910)*. Lisboa : Editorial Verbo, 1988

SERRÃO, Joel – *A emigração portuguesa*. 4.^a ed.. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

SILVA, José Alves da – *Manuel Firmino de Almeida Maia (1824-1897)*. In *Aveirenses ilustres. Retrato à la minuta*. Aveiro: X Encontros de Professores de História da Zona Centro, 1992.

SOARES Lopes, M.^a Teresa B. – *Emigração Legal Portuguesa no Distrito de Aveiro (1882-1894)*. Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993.

TENGARRINHA, J. M. – *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho, 1983.

ID. – *A Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

VV AA – *Conselheiro Manuel Firmino de Almeida Maia. Inauguração do seu busto no jardim público da cidade*. Separata do Relatório da Gerência Municipal de Aveiro de 1954 -1955.

VV AA– *Os Lusíadas. Edição autographica do Programma official do Centenario*. Quarto Centenario do Descobrimento da India. Lisboa : Silvestre Castanheiro, 1896.

NOTAS

1. A expressão é de José Amado Mendes, art.º cit.º, 1990.
2. Afonso Costa, 1911 : 164.
3. Joel serrão, 1982 : 27.
4. Jorge Alves, 1994 : 110.
5. Rui Ramos, 1994 : 52.
6. Eduardo Cerqueira, 1968 : 72: " (...) o jornal ganha uma aura excepcional e atinge tiragens assombrosas para um hebdomadario de província, nessa época em que a expensão dos próprios quotidianos se não comparava com os actuais"
Cf. também J. M. Tengarrinha, 1989 : 185 e Rui Ramos, 1994 : 51 : "... O Povo de Aveiro atingiu uma divulgação extraordinária. Só a Tabacaria Mónaco, no Rossio de Lisboa vendia 3000 exemplares (...). O jornal vendia-se em 74 localidades e em Lisboa em 26 quiosques e tabacarias."
7. Jaime Reis, 1993 : 16 : "Em princípios do século XIX, enquanto a Espanha e a Itália, embora ainda atrasadas na comparação com os países do Norte, tinham já atingido taxas de alfabetismo aceitáveis para a época - da ordem dos 50 % - a taxa portuguesa de 75 % em 1910 significava que o país mantinha quase o mesmo estatuto de 50 anos atrás."
Os valores apontados para o distrito de Aveiro foram retirados de Rui Ramos, 1988 : 1115/6.
8. M^a Teresa S. Lopes, Dissertação de Mestrado, Porto, 1913.
9. Rangel de Quadros, ob. cit. : 100.
10. Cf. José Alves da Silva, 1992 e Eduardo Cerqueira, 1954 : 1 e 3.
11. Eduardo Cerqueira, 1956 : 1.
12. Idem
13. J. M. Tengarrinha, 1989 : 185.
14. Eduardo Cerqueira, in Jornal Litoral de 9 de Outubro de 1954, p.1.
15. Carlos Braga, 1993 : 24.
16. Vitorino Nemésio - As grandes polémicas portuguesas, p. XVIII.
17. Ao contrário do igualmente temperamental Camilo, "genial" (Vitorino Nemésio) mas sem "ilusões sobre o homem e a sociedade" - João Bigote Chorão, 1990 : 34.
18. No pensamento de Roland Barthes, um estilo que produz o tipo de escrita mais puro é precisamente o de "combate".
19. Chamou a si e de início, um conjunto de colaboradores importantes como Teófilo Braga, Magalhães Lima, Carlos Faria, Silva Graça, Anselmo Xavier, Alves da Veiga, Heliodoro Salgado e outros, para vir a perdê-los todos. Ao primeiro chamaria mais tarde "tratantão" ou "cretino" (in Banditismo político. A anarquia em Portugal, vol.1 : 456). Do segundo diria, assim como de Silva Graça - "lidei de perto com eles e com quasi todos os bandidos da republica".
A propósito deste assunto ver Rui Ramos, 1994 : 51.
20. Idem.
21. Homem Cristo, ob. cit.. A propósito deste assunto recomenda-se, antes de mais, a leitura atena da sua obra.

22. VV AA - Os Lusíadas, 1898 : 526.
23. Eduardo Cerqueira, 1968 : 90.
24. Alguns colaboradores do séc. XIX, como Campoamor eram relativamente conhecidos em Espanha. "O resto de segunda fila" - informação do Professor Celso Almuíña, Universidad de Valladolid, a quem agradeço.
25. A propósito, ver art.º cit.º de Manuel Rodrigues.
26. Cf. Trabalhos sobre Ílhavo, Murtosa e distrito de Aveiro de Jorge Carvalho Arroiteia.
27. Lucília Caetano, 1986 : 159.
28. Oliveira Martins - Fomento rural e emigração. Lisboa: Ed. do Ministério da Agricultura, p.11.
29. In Relatórios sobre o Estado da administração Pública nos Districtos Administrativos o Continente do reino e Ilhas Adjacentes. Distrito de Aveiro - 1857.
30. A informação destas percentagens no referente nacional de João Evangelista, 1961 : 102 e 108; carta LV.
31. A propósito, consultar, além do trabalho da Autora, já citado, Henrique Fernandes Rodrigues (1911) e Jorge Alves (1993 e 1994).
32. Uma destas problemáticas é a que diz respeito ao estudo da "parcela significativa representada pela emigração familiar desde a segunda metade da década de 80, vinte e cinco anos mais cedo do que se afirmava até agora, o que a meu ver aponta para raízes mais antigas deste tipo de emigração, que só em pesquisas de âmbito local se poderão detectar".- Miriam Halpern Pereira, 1993 : 13.
Outra é a mediação mais exacta dos fluxos clandestinos. A propósito ver M.º Ioannis B. Baganha, 1990 : 225-226.
33. O Povo de Aveiro, nº 37 de 8 de Outubro de 1882, p.7.
34. Oliveira Martins, "Exportação de gado humano para o Brasil". In Dispersos, 1924 : 273-274.
35. O Povo de Aveiro nº 37 de 8 de Outubro de 1882, p.7.
36. O Campeão das Províncias nº 4469 de 22 de Maio de 1895, p.1.
37. Jorge Alves, 1994: 103.
38. Ver, a título de exemplos e entre outros: Relatório de Braga, 1870, p.23; Consulta e Relatório a Viana, 1872, p.10; Relatório de Coimbra, 1873; Id., Braga, 1874, p.8; Relatório de Angra, 1875.
39. Oliveira Martins, artigo cit.º : 276.
40. O Povo de Aveiro nº 419 de 12 de Janeiro de 1890, p. 2.
41. M.º da Conceição Andrade Martins, 1991 : 276.
42. Idem.
43. David Justino, ob. cit.º, vol II, pp. 28/47; 92 a 115.
44. Ver, a título de ilustração, O Povo de Aveiro nº 177 de 19 de Abril de 1891, p.2 - "Cartas da Bairrada".
45. O Campeão das Províncias, nº 4261 de 10 de Maio de 1893, "Carta de Lisboa".
46. O Povo de Aveiro nº 37 de 8 de Outubro de 1882, p.1.
47. O Povo de Aveiro nº 1e 25 de 15 de Junho de 1884, p.3.
48. Id., nº 168 de 5 de Maio de 1885, p.3.

49. Id., nº 286 de 16 de Outubro de 1887.
50. A propósito deste percursos e interferências em actuações políticas de Homem-Cristo, ver A. Carvalho-Homem, 1990 : 38.
51. O Campeão das Províncias, nº 4256 de 22 de Abril de 1893, p.1. "Guerra e guerra de morte á emigração".
52. O Povo de Aveiro, nº 786 de 4 de Novembro de 1894, p.2.
53. Id. nº 177 de 19 de Abril de 1891, p.2 - "Cartas da Bairrada".
54. Idem.
55. Joaquim da Costa Leite, 1993 : 100.
56. O Campeão das Províncias nº4256 de 22 de Abril de 1893, p.1.
57. ID., nº 4437 de 26 de Janeiro de 1895, p.1.
58. ID., nº 4444 de 20 de Fevereiro de 1895, p.1.
59. O Povo de Aveiro nº 125 de 15 de Junho de 1884, p.3.
60. ID., nº 419 de 12 de Janeiro de 1890, p.2.
61. Idem.
62. Exemplos: o do Visconde de Villa Mendo, Governador Civil de Coimbra em 1873; o de Viana, um ano antes.
63. O Povo de Aveiro nº 68 de 10 de Agosto de 1893.
64. O Campeão das Províncias, nº 4469 de 22 de Maio de 1895, p.1.
65. Jorge Fernandes Alves, 1994 : 112 - "(...) tratava-se de um plano, ou melhor, de um conjunto de ideias, aparentemente pouco sistematizadas mas voluntariosas, de construir novos "brasis" na África portuguesa, obsessão que sempre emerge quando Sá da Bandeira se responsabiliza por pastas como a da Marinha ou do Ultramar."
66. O Campeão das Províncias, nº 4469 de 22 de Maio de 1895, p.1.
67. O Povo de Aveiro nº 145 de 2 de Novembro de 1884, p.1.
68. Arnaldo Madureira, 1988 : 9.
69. A Expressão é de Oliveira Martins que não defendia esta corrente, considerando-a pouco inteligente e exequível.
70. Ver Afonso Costa, ob.cit.³ : 165/6.
71. O Povo de Aveiro, nº 24 de 9 de Julho de 1882, p.1.
72. O Povo de Aveiro, nº 444 de 6 de Outubro de 1890, p. 1.
73. A Vitalidade, nº4 de 26 de Agosto de 1894, p.2.
74. O Povo de Aveiro, último jornal citado.
75. Para o caso do Porto ver Jorge Alves, ob. cit.³.
76. O Campeão das Províncias, nº 4460 de 20 de Abril de 1895, p.1.
77. O Povo de Aveiro, nº 376 de 17 de Março de 1889, p.1.

78. Ver por exemplo O Povo de Aveiro nº 491 de Junho 1891, p.2., em que um emigrante escreve do Brasil: "Nem ao meu pior inimigo aconselhava a emigração para esta maldita terra (...) diz aos amigos e conhecidos que fujam do laço traiçoeiro da emigração"
79. Foi possível confrontar alguns destes dados com os fornecidos pelos Diários de Governo de 7 de Maio de 1885 e 29 de Abril do mesmo ano.
80. Contudo, são inúmeros os artigos sobre analfabetismo, ensino e condições de professores primários.

PADRÕES DE MORTALIDADE E TRANSIÇÃO SANITÁRIA NO PORTO (1880-1920)

José João Maduro Maia

Universidade Lusíada

1. INTRODUÇÃO

As características da evolução da mortalidade nos países europeus, cuja experiência serviu de fundamento a uma teoria da transição demográfica, têm suscitado há já bastante tempo a atenção de demógrafos, economistas, epidemiologistas, etc. O debate sobre as razões que estão por detrás da evolução desta variável demográfica, sobretudo a partir do séc. XVIII, tem-se constituído como lugar privilegiado de interdisciplinaridade. Na maior parte dos casos, a discussão limitou-se sobretudo à análise da evolução dos indicadores sintéticos de mortalidade, sendo menos frequente, porque mais difícil, o estudo das mudanças estruturais que as diferentes causas de morte e respectivos processos mórbidos sofreram ao longo desta transição.

O objectivo deste artigo não é mais do que a identificação da natureza, em termos de causas de morte, de algumas das crises de mortalidade que afectaram a população do Porto entre 1880 e 1920, procurando enquadrar esta evolução numa situação tipificada da transição demográfica.

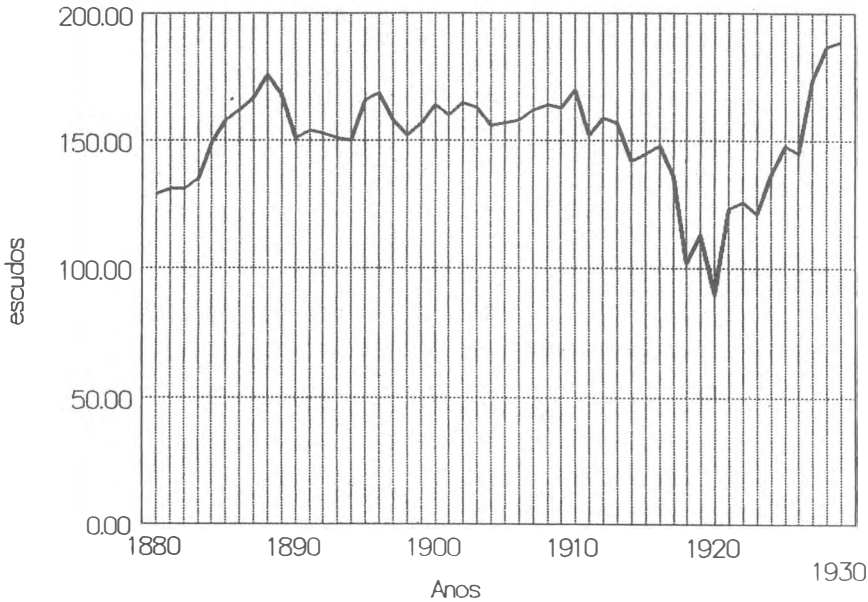
Ao longo deste período, o Porto manteve taxas de mortalidade elevadíssimas, frequentemente acima de 30‰, por vezes mesmo superiores a 40‰. Esta realidade ressenete-se, sem dúvida, de um contexto de sub-desenvolvimento económico e de uma situação sanitária grandemente tributária da patologia tradicional, como veremos adiante.

2. O NÍVEL DE VIDA DA POPULAÇÃO

Em termos económicos, a época que abordamos é caracterizada por uma estagnação, senão mesmo recuo, do nível de vida da população portuguesa, cujo PIB por habitante, que tinha crescido até aos 150\$00, a preços constantes de 1914, no início da década de 80 do séc. XIX, decaiu para um valor mínimo de 90\$00 em 1921 ¹ (Cf. Gráfico 1). Em termos de teoria do desenvolvimento económico, esta fase foi definida como sendo típica de um estado de “crescimento latente”, que poscede um período de crescimento inicial e que colocou o país num ponto de “equilíbrio de pobreza” característico de alguns países sub-desenvolvidos na actualidade. Este equilíbrio só foi desfeito em meados da década de 20 do nosso século ².

Uma forma de avaliar o impacto desta estagnação ou mesmo recuo do crescimento no nível de vida dos habitantes do Porto, é através das estimativas do consumo de carne por habitante desta cidade, durante o período considerado. Depois de se ter situado acima dos 45 kg. por habitante e por ano ao longo da década de 80 do séc. XIX, este consumo vai decair para os 35 kg. na década de 90, batendo no fundo em 1921, com 22 kg. por habitante ³.

GRÁFICO 1 – PIB PER CAPITA SEG. NUNO VALÉRIO PREÇOS DE 1914



3. A QUESTÃO SANITÁRIA

A esta conjuntura económica, deve-se ainda juntar a situação sanitária da urbe, a qual se via então confrontada com um crescimento populacional sem precedentes: entre 1864 e 1930, a população do Porto aumentou cerca de 157%. As autoridades públicas e municipais demonstraram, face à nova dimensão dos problemas colocados por este crescimento, uma incapacidade de eficácia e de meios especialmente no que concerne aos dois grandes desafios deste meio citadino em transformação: o escoamento de águas residuais e o abastecimento de água potável.

No que diz respeito ao primeiro, à quase inexistência de sistemas individuais de remoção de detritos, juntava-se a ausência completa de um plano organizado de esgotos. Se bem que a construção dos primeiros aquedutos de despejo de águas remonte a 1763, ano em que o município resolveu encanar o Rio da Vila na sequência da abertura da rua de S. João, tendo sido estas obras acompanhadas de regulamentações que comprometiam os particulares na melhoria das condições sanitárias, constantes nos diversos códigos de posturas municipais do séc. XIX, o certo é que o panorama sanitário do Porto na viragem do século era desolador. A evacuação dos detritos em fossas fixas ou nas poucas condutas existentes, acabaram por transformar a cidade num autêntico depósito de excrementos. A maioria destas fossas não tinha comunicação com as condutas principais e, quando a tinha, frequentemente, situavam-se numa cota de terreno inferior ao esgoto, de modo que os dejectos refluíam dos canos para as fossas. Nos finais do séc. XIX a rede de esgotos apresentava, na ausência de plano prévio, uma conformação inextricável, com os canos rateiros abundantemente espalhados por toda a cidade, com formas e diâmetros diversos, ao sabor das idiossincrasias dos seus construtores. Regra geral, eram construídos em pedra, raramente fixada com argamassa, logo, não possuindo qualquer tipo de

impermeabilização. Frequentemente, canos e colectores principais encontravam-se obstruídos por entulho, devido à sua deficiente construção e à sequência anárquica de sifões, nos quais os dejectos se acumulavam, formando autênticos lodaçais. Esta situação era ainda agravada pelo facto destas canalizações comunicarem directamente com a superfície, através de sarjetas a céu aberto. Ao descalabro no domínio da higiene pública, deve-se ainda acrescentar a quase inexistência de sistemas individuais de remoção de detritos, sendo estes despejados directamente nas valas sem obturador de espécie alguma. Nas “ilhas”, onde se alojava uma parte importante da população portuense, o despejo de detritos era efectuado em fossas comuns, abertas na terra sem paredes e sem cobertura, facilitando deste modo as infiltrações que contaminavam as águas das fontes que abasteciam a cidade.

Pese-se embora a adjudicação da empreitada de construção de uma rede de saneamento a uma firma inglesa em 1903, e apesar dos colectores principais se acharem concluídos em 1907, o certo é que, até aos anos 20, os ramais de ligação às casas não foram construídos, inviabilizando assim durante este período, o funcionamento da rede urbana de esgotos e fazendo com que a situação atrás descrita se mantivesse grandemente inalterável, até ao fim da década ⁴.

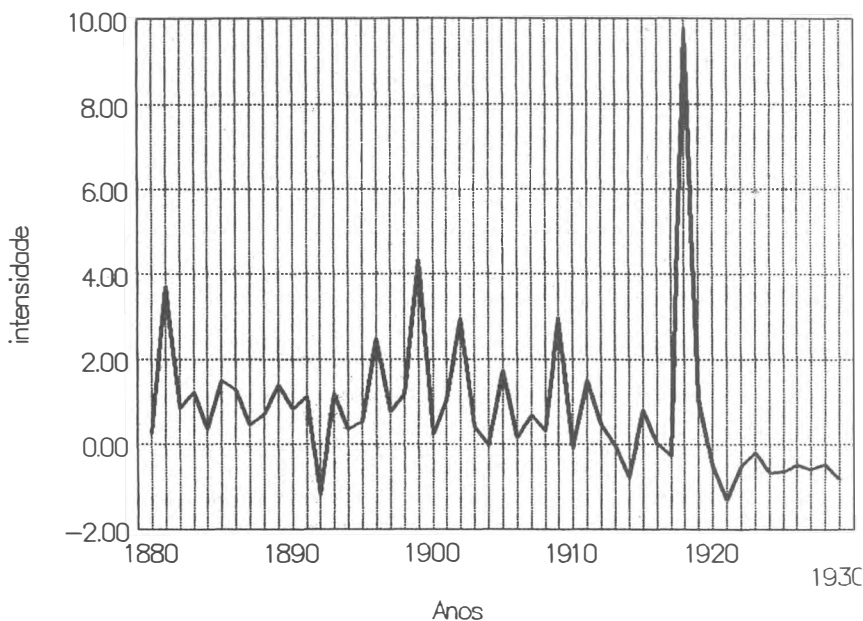
No que diz respeito ao abastecimento de água potável, este era efectuado fundamentalmente por poços abertos, muitas vezes paredes-meias com as fossas fixas, e na ausência de qualquer tipo de impermeabilização, as suas águas eram facilmente inquinadas pelos dejectos. As diversas análises efectuadas às águas dos poços e fontes do Porto entre 1890 e 1910, atestam o elevado grau de inquinação das mesmas: apresentavam altas taxas de salinidade e um grande teor de matérias fecais, com a presença de coli-bacilos virulentos. Mesmo assim, a partir de 1887, a cidade passou a ser abastecida de água canalizada a partir do Rio Sousa, através de uma concessão outorgada a uma companhia francesa. No entanto, e apesar da sua razoável qualidade, os portuenses só muito lentamente começaram a utilizar esta água, já que o custo das assinaturas de distribuição era demasiado alto. Em 1900, o consumo diário de água canalizada por habitante do Porto, era de cerca de 18 litros, enquanto que os higienistas apontavam para um consumo necessário de cerca de 200 litros. Na mesma época, Paris apresentava médias de consumo de 300 litros e Marselha, 500 litros ⁵.

4. OS PADRÕES DE MORTALIDADE

Expostos que são estes elementos necessários à compreensão da situação sanitária da população portuense durante o período considerado, vejamos o que se passa com a variável mortalidade. A primeira evidência passa pela constatação de que o Porto apresenta elevadas taxas de mortalidade, sempre 10 pontos acima das taxas brutas de mortalidade nacionais.

A segunda evidência é de que esta sobremortalidade urbana passa por fortes oscilações, que atingem por vezes amplitudes de crises demográficas de dimensões graves. A aplicação do método desenvolvido por Jacques Dupâquier dá-nos um quadro desta evolução (Cf. Gráfico 2). No gráfico, podemos observar, à luz da classificação proposta pelo demógrafo francês, a ocorrência de crises de mortalidade de amplitude média em 1881, 1896, 1902 e 1909, de uma crise forte em 1899 e de uma crise maior em 1918, cujas consequências, aliás, se irão estender até 1919.

**GRÁFICO 2 – CRISES DE MORTALIDADE NO PORTO
MÉTODO DE J. DUPÂQUIER**



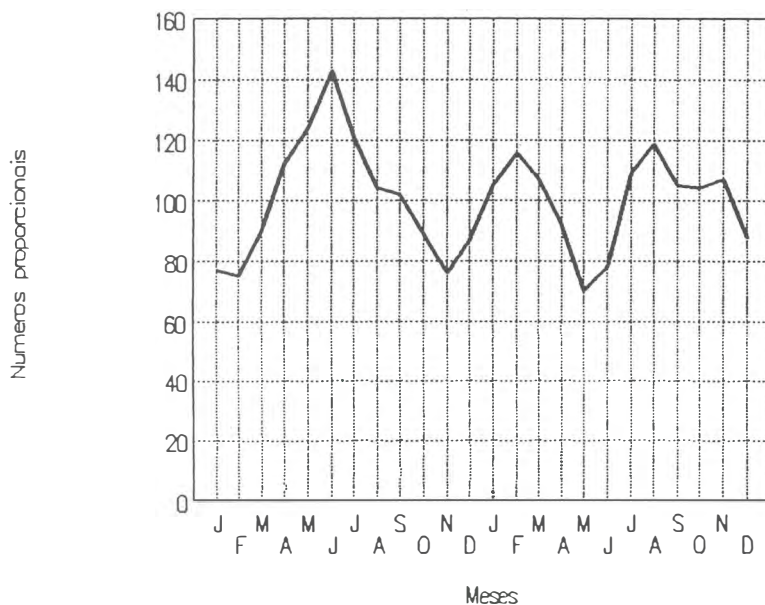
Uma terceira evidência, é constituída pela sazonalidade da curva obituária citadina. Contrariamente ao que foi afirmado numa edição recente de uma “História de Portugal” em volume respeitante ao séc. XIX ⁶, as crises de mortalidade estival continuam bem presentes na demografia portuense de finais do séc. XIX e das duas primeiras décadas do séc. XX. O movimento mensal de óbitos de 1899-1900 (Cf. Gráfico 3) mostra bem esta asserção, com a distribuição de óbitos a concentrar-se nos meses de Verão. Por outro lado, anos como o de 1896 podem apresentar dois picos de mortalidade, um no Inverno, outro no Verão, conforme a incidência das diversas causa de morte, como veremos adiante. Para estes óbitos estivais contribui principalmente a mortalidade infantil, cujas taxas se situavam frequentemente acima dos 250% durante este período. E também a mortalidade juvenil, que contribuiu com a maior parte dos óbitos na crise do Inverno de 1896 e partilhou, com os recém-nascidos o “massacre dos inocentes” do Verão de 1899 ⁷.

Uma outra forma de abordar esta questão é a que passa pela análise das causas de morte. Neste aspecto, as principais causas de morte que vão afectar o Porto entre 1880 e 1920, podem-se concentrar em três alíneas:

- a) as enterites e diarreias,
- b) as doenças do foro pulmonar, à excepção das tuberculoses,
- c) e as tuberculoses, propriamente ditas.

a) As que se agrupam sob a designação de diarreias e enterites, isto é, as infecções bacterianas relacionadas com as elevadas temperaturas de Verão e associadas à água ou leite contaminados, vão ser responsáveis por uma fatia maior das mortes verificadas no Porto durante este período. Em 1901, mais de 15 em cada 100 óbitos, eram devidos a estas perturbações. Em cada 1000 crianças

GRÁFICO 3 – MOVIMENTO MENSAL DE ÓBITOS (1899-1900)



que nascem, vão morrer 200 desta afecção, até ao primeiro ano de idade, 80 até aos dois anos, 40 entre os dois e os três anos de idade e 25, até aos quatro anos de idade.

Os higienistas vão-se indignar com o descuido generalizado que sazonalmente provocava este enorme desperdício de vidas, descuido, aliás, intimamente ligado ao baixo nível de instrução feminina, maioritariamente analfabeta durante este período.

- b) Uma causa de morte importante, é a constituída pelas doenças que afectam o aparelho respiratório, como as bronquites e as pneumonias. A relação íntima entre a sintomatologia destas doenças e outras que também atacam o aparelho respiratório, tais como o sarampo e a coqueluche, sugere aliás a existência de uma osmose permanente entre as suas morbidade e patogenia. A eclosão brutal destas afecções, que acontece geralmente no Inverno, virá a ser responsável por mais de 20% dos óbitos registados em 1896, atingindo principalmente o grupo de idades situado entre os 1 e 5 anos. Neste caso, do ano de 1896, um surto de gripe pneumónica, semelhante ao que irá ocorrer em 1918, mas de dimensões bem mais pequenas, fez elevar a mortalidade ligada a estas doenças.
- c) No início do nosso século, as precárias condições da vida urbana, a qualidade da sua higiene e particularmente, as duras condições do trabalho, fazem da tuberculose a principal causa de morte. Responsável por cerca de 17% dos óbitos em 1900 e 1901, atingirá sobretudo o grupo de idades entre os 20 e os 40 anos. Esta situação manter-se-á inalterada até aos anos do segundo pós-guerra.

4.a) As crises de mortalidade de 1899 e de 1918

Gostaria ainda de me deter nalguns aspectos ligados à estrutura das causas de morte das duas maiores crises do período: a de 1899 e a de 1918.

A análise do andamento mensal das principais afecções no ano de 1899, que nos é fornecido pelos Boletins Mensais de Estatística Sanitária, mostra o papel preliminar que o sarampo teve nas causas de morte das idades mais jovens e que ocorreram maioritariamente na Primavera. A eclosão violenta das enterites nos meses de Verão, vai torná-las as principais responsáveis pelo elevadíssimo número de óbitos ocorridos em crianças até aos 5 anos de idade, nos meses de Maio, Junho e Julho. A tuberculose apresenta-se como responsável de 60% das morte verificadas em adultos com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos. As bronquites e pneumonias vêem também os seus números aumentados, principalmente na camada dos 1 aos 4 anos de idade ⁸.

Um ponto importante a tomar em consideração e que nos é evidenciado pela crise, é que o risco de ocorrência de doenças múltiplas e inter-ligadas é aquele que serve de pano de fundo para a sobremortalidade urbana.

Neste contexto, a tuberculose, com maior incidência nas camadas adultas, pode ver os seus números aumentados por outras afecções, directa ou indirectamente ligadas ao estado nutricional da população. Isto é, as enterites e diarreias infantis, que estão ligadas a uma deficiência nutricional clara (qualidade do leite e da água) podem ter uma conexão com a tuberculose, doença que se admite ser ligada também a uma má situação nutricional. Tal como o declínio da primeira causa de morte levaria, através da melhoria das condições nutricionais, ao declínio da segunda, como foi evidenciado para um conjunto de cidades norte-americanas e europeias, a manutenção de elevados índices de mortalidade por enterites e diarreias sustentaria, por assim dizer, os elevados níveis de mortalidade por tuberculose ⁹.

Este é aliás um dos pontos nodais do padrão de mortalidade que se pode verificar no Porto nesta fase e que podemos ainda observar no ano anterior à grande crise de 1918 (Cf. Gráfico 4). As enterites continuam a ocupar uma fatia percentual muito importante, como causa de morte (cerca de 18%), seguidas da tuberculose com 13% do total de óbitos. As outras afecções do foro pulmonar mantêm um peso percentual, que podemos apelidar de “charneira”, evidenciando a morbilidade múltipla do período de Inverno. No ano seguinte (Cf. Gráfico 5), esta distribuição percentual é baralhada pelas irrupções dos surtos epidémicos de gripe e de tifo exantemático, verificando-se no entanto um aumento notável, em números absolutos, das morte por enterite e tuberculose.

Aqui está evidenciada uma situação em que a co-morbilidade, ou seja, a frequência com que as pessoas sofriam simultaneamente de múltiplas doenças, afecções secundárias e crónicas, era comum e muitas vezes não evidenciada por diagnósticos médicos. O aumento dos óbitos por enterite e tuberculose gerado por surtos epidémicos de natureza diversa evidencia um estado de plurimorbilidade típico desta população urbana: podia-se ser tuberculoso e morrer de gripe, ou ser-se atacado de gripe e morrer de enterite ou de varíola, já que os sintomas e as afecções eram variados e encontravam-se geralmente associados, como veremos.

O ano de 1918 viu passar em Portugal duas grandes vagas epidémicas de gripe, as quais, aliadas à epidemia de tifo exantemático, fizeram elevar a TBM nacional acima dos 40‰ e a Taxa de Mortalidade do Porto acima dos 45‰.

GRÁFICO 4 – 1917

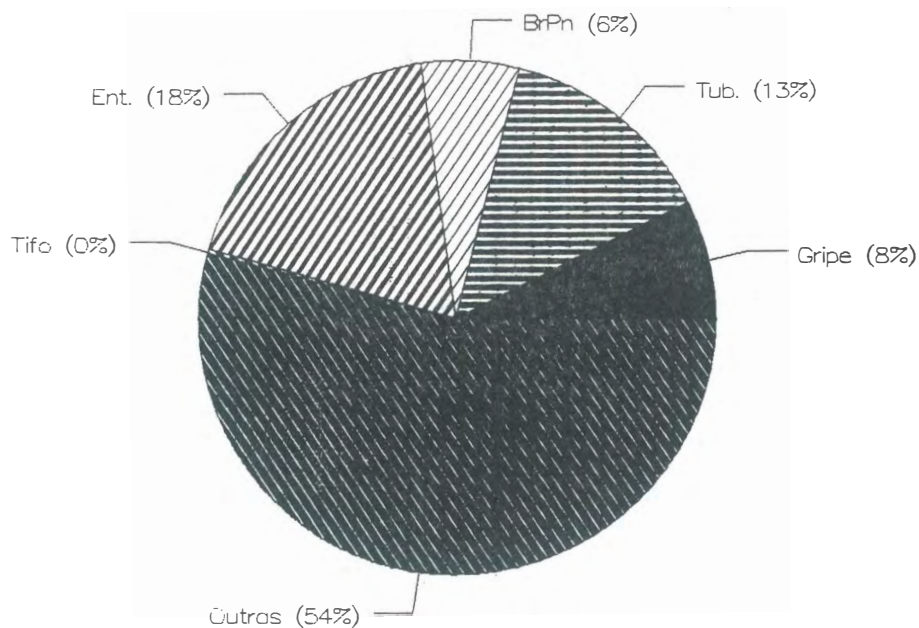
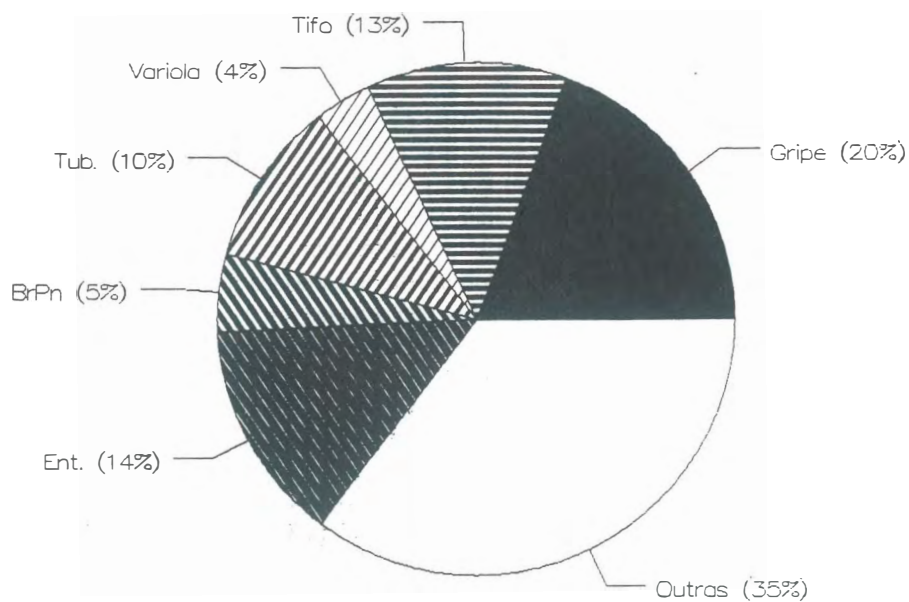


GRÁFICO 5 – 1918



A primeira, fez-se sentir ao longo do mês de Junho e até meados de Julho. Foi baptizada de “gripe espanhola”, em virtude da sua proveniência. Fez a sua entrada no país pelo Alentejo, acompanhando os jornaleiros que regressavam dos trabalhos agrícolas em Espanha, e atingiu rapidamente as cidades do Porto e de Lisboa. Antes do fim do mês, alcançou o ponto culminante, declinando depois subitamente. Esta primeira vaga apresentou-se fugaz e relativamente benigna, mesmo assim, fazendo subir a mortalidade geral cidadina, tal como aconteceu em 1896, provocando um aumento geral das mortes devido às afecções do aparelho respiratório.

A segunda vaga iniciou-se em Agosto e foi baptizada de “influenza pneumónica”. De transmissão mais lenta, revelou-se altamente mortífera. Ricardo Jorge identificou o vírus da pneumónica, com o que tinha atingido o Porto em 1896. Esta variedade do vírus, particularmente maligna pela sua localização pulmonar, foi confundida inicialmente, com a peste pulmonar, que teria afectado o Porto em 1904, consequência retardatária, aliás, da peste bubónica de 1899.

A população entrou em pânico, atribuindo a sucessão vertiginosa de mortes a causas mais exóticas, tais como a cólera. No entanto, o fluxo epidémico revelou-se refractário a qualquer cordão sanitário e, detectado inicialmente em Gaia, depressa abrangeu o país inteiro, assumindo uma sintomatologia múltipla. O vírus encontrava-se muitas vezes associado ao bacilo da disenteria, com manifestações de diarreia coleriforme e entérica. A sua incidência foi superior às da febre amarela de 1856 e mesmo da cólera, de 1857. Em Lisboa, em apenas nove semanas, liquidou 5.000 pessoas. E, se bem que o Porto pagasse um tributo menos pesado do que Lisboa à pneumónica, o gráfico da estatística obituária, mostra claramente os picos de Junho e de Setembro, sendo a mortalidade entre estes dois meses mais elevada do que em anos anteriores. A propagação desta epidemia parece ter estado associada aos movimentos de recrutamento militar, tendo-se manifestado primeiro nas casernas, só depois transitando para a população civil. De qualquer forma, não foi uma vaga epidémica exclusivamente urbana, já que os meios rurais foram duramente castigados, por exemplo, algumas aldeias e vilas dos Açores viram desaparecer mais de 50% da sua população.

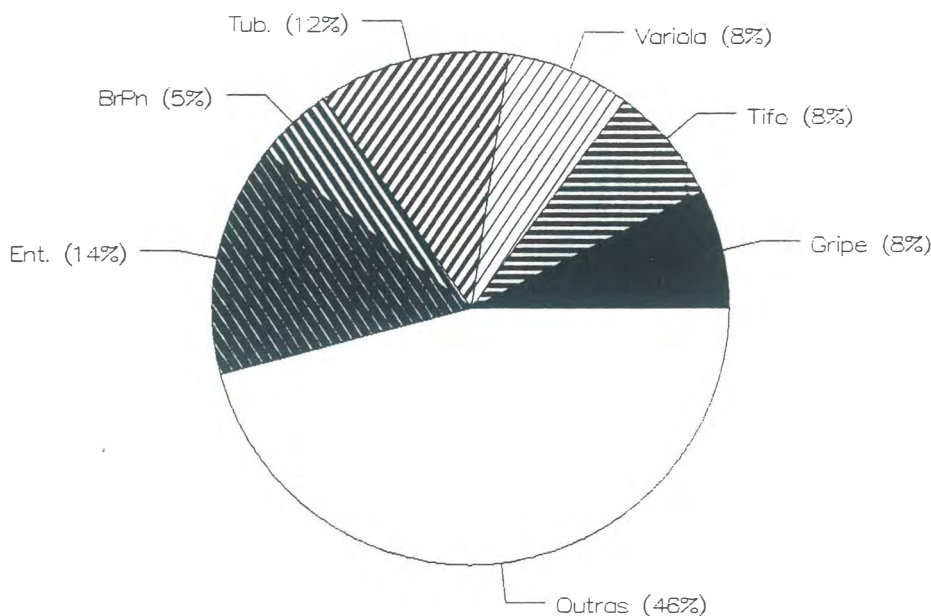
Um exemplo muito claro de que estes surtos epidémicos se expandiam em função do estado nutricional e das condições de vida das populações, é-nos dado pelo vapor português “Moçambique”. Este navio, afectado ao repatriamento das tropas portuguesas que faziam parte do corpo expedicionário em África, foi atingido pela epidemia numa escala na cidade do Cabo. Entre 952 ocupantes da embarcação, 199 morreram de pneumónica, durante o trajecto até Lisboa. A repartição dos óbitos fornece uma proporção muito desigual, fortemente influenciada pelo estado, individual e colectivo dos passageiros: os 558 soldados, mal alojados em 4ª classe, perderam 180 dos seus; enquanto que das 1ª, 2ª e 3ª classe, apenas morreram 19. Nenhum oficial foi vítima da gripe.

Para além da coexistência com as afecções intestinais, a pneumónica surgiu frequentemente associada a um surto de variola, que aliás atingirá a sua expressão máxima em 1919. Deve-se ainda acrescentar que as análises laboratoriais efectuadas à expectoração dos doentes atingidos pela gripe, demonstraram, na maior parte dos casos, a presença, em conjunto com o vírus, propriamente dito, de diversos bacilos, como o de Pfeiffer e o estreptococo que causaram sequelas mórbidas semelhantes, por vezes, às da rubéola ¹⁰.

O ano de 1918 vai ainda conhecer a irrupção violenta do tifo exantemático. Frequentemente associado no séc. XIX às manifestações de febres tifóides e paratífóides, graças à semelhança da sua sintomatologia, ele subsistiu em estado endémico, não só no Porto, como principalmente nas colónias piscatórias da costa portuguesa, geralmente associado a condições higiénicas e alimentares muito deficientes. O surto vai ter a sua origem em 1917, em Espinho, que vai ser o fósforo que ateou o incêndio do Porto em 1918, para utilizar a expressão de Ricardo Jorge. O andamento da epidemia revelou-se cíclico, com picos na Primavera e declínio no Verão e Outono e um retorno na Primavera de 1919. Se bem que o número de mortes devido a esta doença tivesse sido elevado, este é um caso em que a acção da medicina teve um papel importante no combate à doença. As medidas enérgicas de desparasitação, efectuada na altura com essência de terebentina (o DDT só surgirá em 1943), levadas a cabo pelos serviços sanitários um pouco por todo o norte do país, impediram que a sua propagação assumisse as dimensões catastróficas que assumiu por exemplo na Rússia da época ¹¹.

A distribuição percentual dos óbitos em 1919 (cf. Gráfico 6) mostra-nos já o caminhar para a reposição normal do "status" mórbido deste período.

GRÁFICO 6 – 1919



5. CONCLUSÕES

Este padrão patogénico de mortalidade urbana coloca-nos várias questões e evidencia algumas realidades.

– Durante o período considerado, existe de facto uma estrutura de mortalidade que se pode definir nos seguintes termos:

- a) uma elevada mortalidade infantil, causada essencialmente por infecções bacterianas decorrentes da má qualidade do leite e da água
- b) uma elevada mortalidade juvenil, causada por doenças ligadas ao aparelho respiratório e associadas a um deficiente estado nutricional
- c) uma importante mortalidade de adultos, das idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos, devido à tuberculose pulmonar.

Estes três elementos parecem ser variáveis altamente inter-dependentes, já que quando em situações excepcionais, geradas por surtos epidémicos, os números globais destas três afecções disparam simultaneamente. Por outro lado, uma análise superficial da evolução das enterites infantis e da tuberculose pulmonar até aos anos 50, mostram que o declínio dos números do primeiro grupo de afecções precede o declínio dos números da tuberculose.

A plurimorbilidade ou o risco de infecção ou afecção múltipla, parece ser uma característica essencial desta população biologicamente desprotegida.

Haveria que avaliar de forma mais detalhada a incidência que diversas variáveis, tais como o nível de vida e a situação sanitária, influenciaram este estado de coisas e a sua evolução posterior.

Sem pretender sugerir qualquer tipo de ligação mecanicista, gostaria no entanto de notar uma certa coincidência na evolução do PIB por habitante e na eclosão de crises demográficas no Porto durante este “equilíbrio de pobreza” (Cf. Gráficos 1 e 2).

Por outro lado, parece existir alguma ligação entre o atraso no declínio da mortalidade portuense face a Lisboa e na situação respectiva dos seus saneamentos urbanos.

A Taxa de Mortalidade do Porto desceu a partir da segunda metade da década de 20 e a partir de 1937, situou-se abaixo dos 20‰. Seria interessante confrontar esta evolução com a extensão da rede de saneamento e com a utilização da água canalizada.

De qualquer forma, o estudo da evolução das causas de morte fornece a primeira chave para a compreensão destas tendências e um cálculo da evolução da percentagem com que cada um dos três grupos de doenças acima referenciados contribuíram para o declínio da mortalidade, poderia fornecer um quadro fundamentado da transição sanitária do Porto contemporâneo e achegas importantes à compreensão do processo de desenvolvimento económico e social desta cidade.

6. Fontes e bibliografia

6. a) Fontes

A Cidade do Porto. Súmula Estatística (1864 - 1968), I.N.E., 1971

Boletim Hebdomadário de Estatística Obituária, 1902 -1903, Porto, Delegação de Saúde do Distrito do Porto

Boletim Mensal de Estatística Sanitária, Porto, Serviço Municipal de Saúde e Hygiene, 1893 - 1901

Movimento da População, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887 - 1896

6. b) Bibliografia

CONDAN, Gretchen A. – *Declining mortality in the United States in the late nineteenth and early twentieth centuries*, "Annales de Démographie Historique", Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1987, p. 119 - 141

CONDAN, Gretchen A., CHENEY, Rose A., CHENEY, Henry Williams - *The decline in mortality in Philadelphia from 1870 to 1930: the role of municipal services in sickness and health in America*, Madison (Wisconsin), ed. Judith Walzer Leavitt and Ronald L. Numbers, University of Wisconsin Press, p. 422 - 436

JORGE, Ricardo – *La Grippe. Rapport préliminaire présenté a la Commission Sanitaire des Pays Alliés, dans la session de Mars 1919*, Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1919

JORGE, Ricardo – *Le Typhus Exanthématique à Porto, 1917 - 1919. Communication faite au Comité Internationale d'Hygiène Publique dans sa session d'Octobre 1919*, Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1920

MAIA, José João Maduro – *Flutuações e declínio da mortalidade na cidade do Porto (1870 -1902)*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, policopiada, 1993

MATA, Maria Eugénia e VALÉRIO, Nuno – *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*, Lisboa, Col. Fundamentos, Editorial Presença, 1994

NEVES, João César das -- *Da validade científica do conceito de equilíbrio de pobreza*, PhD thesis, 1989, Centro de Estudos Fiscais do Ministério das Finanças

NEVES, João César das – *O desenvolvimento económico português e o padrão transversal de crescimento, 1883 - 1985*, "Análise Social", vol. XXVI (112/113), Lisboa, 1991, p. 807 - 822

NEVES, João César das – *The portuguese economy. A picture in figures. XIX and XX centuries*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1994

PEREIRA, Miriam Halpern – *Das revoluções liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, 1994

PRESTON, Samuel H., HAINES, Michael R. e PAMUK, Elsie – *Effects of industrialization and urbanization on mortality in developed countries*, "International Union for the Scientific Study of Population", Manila, International Population Conference, 1981

PRESTON, Samuel H., VAN DE WALLE, Etienne – *Urban french mortality in the nineteenth century*, "Population Studies", 32, p. 275 - 296

RILEY, James C., ALTER, George – *The epidemiologic transition and morbidity*, "Annales de Démographie Historique", Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1989, p. 199 - 213

NOTAS

1. MATA, Maria Eugénia e VALÉRIO, Nuno - *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*, Lisboa, Col. Fundamentos, Editorial Presença, 1994, p. 252 - 255. Acerca destes números, ver ainda discussão em LAINS, P. e REIS, J. - *Portuguese economic growth, 1833 - 1985; some doubts*, in "The Journal of European Economic History", vol. XX, nº 2, 1990; ou ainda MARQUES, C. Robalo e ESTEVES, P. Soares - *Portuguese GDP and its deflator before 1947; a revision of data produced by Nunes, Mata and Valério (1989)*, in "Estudos e Documentos de Trabalho WP 4 - 94", Lisboa, Banco de Portugal, 1994.
2. NEVES, João César das - *O desenvolvimento económico português e o padrão transversal de crescimento, 1883 - 1985*, "Análise Social", vol. XXVI (112/113), Lisboa, 1991, p. 807 - 822.
3. PEREIRA, Miriam Halpern - *Das revoluções liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 202.
4. MAIA, José João Maduro - *Flutuações e declínio da mortalidade na cidade do Porto (1870 -1902)*. Ensaio de Demografia Histórica, versão da dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Amadora, Lusolivro Lda, 1994.
5. Idem, p. 35-39.
6. Cf. CASCÃO, Rui - *Demografia e Sociedade*, in MATTOSO, José (dir. de) -*História de Portugal*, quinto volume, "O Liberalismo", coord. de TORGAL, Luis Reis e ROQUE, João Lourenço, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, p. 430 - 431.
7. MAIA, José João Maduro - *Flutuações e declínio da mortalidade na cidade do Porto (1870 -1902)*. Ensaio de Demografia Histórica, versão da dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Amadora, Lusolivro Lda, 1994., p. 124 a 126.
8. Idem, p. 125
9. CONDRAN, Gretchen A. - *Declining mortality in the United States in the late nineteenth and early twentieth centuries*, "Annales de Démographie Historique", Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1987, p. 119 - 141; ou PRESTON, Samuel H., VAN DE WALLE, Etienne - *Urban french mortality in the nineteenth century*, "Population Studies", 32, p. 275 - 296.
10. JORGE, Ricardo - *La Grippe. Rapport préliminaire présenté a la Comission Sanitaire des Pays Alliés, dans la session de Mars 1919*, Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1919.
11. JORGE, Ricardo - *Le Typhus Exanthématique à Porto, 1917 - 1919. Communication faite au Comité Internationale d'Hygiène Publique dans sa session d'Octobre 1919*, Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1920.

ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO DA AMEIXOEIRA (1740 - 1760)

ANA RITA COELHO RIBEIRO
Universidade Lusíada

1. INTRODUÇÃO

Em 1215, o IV Concílio de Latrão impôs um preceito religioso a que os católicos se submetiam regularmente: a confissão e a comunhão, por altura da Páscoa. Do cumprimento desta prática e do seu respectivo registo, iriam surgir os *Liber Status Animarum*, vulgo, Róis de Confessados, que se revelam como uma das fontes mais ricas para estudos demográficos em épocas recuadas da nossa história, onde os “numeramentos” populacionais não abundam e os recenseamentos são ainda uma realidade distante.

Juntamente com os Registos Paroquiais, cuja importância tantas vezes foi realçada ¹, os Róis de Confessados foram objecto, a quando da nossa dissertação de mestrado, de uma investigação cujos objectivos se podem resumir na tentativa de demonstrar a importância dos Róis para estudos de Demografia Histórica em Portugal, tentando, simultaneamente, testar uma metodologia que permita a sua análise em termos sequenciais. Isto porque, não sendo uma novidade para os investigadores portugueses ², os Róis de Confessados raramente foram objecto de um estudo sistemático sobre uma série consecutiva de anos.

Inevitavelmente, a riqueza das informações contidas nestas fontes levaram-nos a realizar uma análise sociodemográfica da freguesia em causa, ou seja, da Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira, freguesia rural do termo de Lisboa, no período compreendido entre 1740 e 1760, no tocante aos Registos Paroquiais, e entre 1750 e 1760, no caso dos Róis de Confessados ³, análise essa que vem confirmar, de certa forma, a questão colocada sobre a importância dos Róis de Confessados para a Demografia Histórica.

Cabe-nos, neste momento, não nos alongando com considerações sobre as fontes em questão, apresentar sucintamente os resultados obtidos relativamente ao comportamento sociodemográfico da população da Ameixoeira, que compreendem uma breve panorâmica, primeiro, da evolução dos seus efectivos populacionais, suas estruturas etárias, por sexo e por estado civil; segundo, do comportamento demográfico da população, no tocante à natalidade, nupcialidade e mortalidade; e, por fim, da dimensão, estrutura e composição dos fogos.

2. A QUALIDADE DOS DADOS

Uma das preocupações sempre presentes em trabalhos de investigação diz respeito à qualidade das fontes que temos ao nosso dispor, visto que esta suportará, em grande parte, a validade dos resultados obtidos. A utilização dos Registos Paroquiais, apesar de

estes não serem a principal fonte do trabalho, facilitou o reconhecimento da qualidade dos dados, por ser possível utilizar um método, consideravelmente divulgado⁴, que permite estabelecer, com base nos registos de nascimento ou, neste caso, de baptismo, com alguma segurança, a qualidade dos assentos paroquiais.

Referimo-nos à Relação de Masculinidade dos Nascimentos, que estabelece a relação entre o número de nascimentos masculinos e femininos. Este índice é utilizado para aferir da qualidade dos registos na medida em que se observa uma constância nesta relação, situando-se a mesma à volta de 105 nascimentos masculinos para cada 100 femininos.

Contudo, quando se trata de uma quantidade reduzida de acontecimentos, como é o nosso caso, a Relação de Masculinidade pode registar um desvio grande relativamente ao valor médio indicado, sem que este facto invalide a utilização da fonte, ou os resultados obtidos na sua análise, por má qualidade dos dados. Pode-se nestes casos precisar o intervalo de variação do erro, estabelecendo os chamados "Intervalos de Confiança", em função do número de nascimentos registados.

Efectuados os cálculos para a população da freguesia da Ameixoeira, registámos uma Relação de Masculinidade de 92,7%, que, aparentemente, deveria pôr em causa a qualidade da fonte, visto que traduz uma situação onde na maioria dos anos se registaram mais nascimentos femininos que masculinos, mas estabelecendo os intervalos de confiança, que são de 135,8% e 81,2%, verificámos que a Relação de Masculinidade cai dentro dos mesmos, pelo que podemos justificar o desvio relativamente ao valor médio como o resultado de uma flutuação aleatória comum quando se trata de populações reduzidas em número, pelo que podemos concluir que os Registos são de boa qualidade.

Esta constatação permite-nos ter alguma confiança nas fontes utilizadas, mas, como só podemos testar da sua qualidade através deste método, reconhecemos que a segurança das análises e dos resultados obtidos não é tão elevada quanto desejaríamos.

A esta observação juntamos a dificuldade acrescida de testar a qualidade dos Róis de Confessados. Não existe, no nosso conhecimento, nenhum método para avaliar da sua confiança, visto que, as características da fonte não permitem uma aplicação linear de processos utilizados para outras listas da população. A utilização de métodos como o Índice de Whipple ou a Equação de Concordância não é viável, porque não existe, por exemplo, um registo dos indivíduos por idades, nem conhecimentos sobre o saldo migratório da freguesia.

Como poderíamos, então, aferir da qualidade dos Róis de Confessados? Só por comparação entre as determinações sinodais sobre o processo de registo da confissão e da comunhão e o documento que estávamos a utilizar, ou por comparação com os Registos Paroquiais.

Recorremos, então, às *Constituições Sinodais do Arcebispado de Lisboa*, datadas de 1656, que regulavam a realização deste preceito da confissão e da comunhão e que, no seu Título X, parágrafo VI, determinavam as regras a seguir pelos párocos no tocante ao rol que teriam de fazer, anualmente, nas suas freguesias sobre as pessoas de confissão e comunhão. Esta regras referiam-se aos cuidados a ter com o registo dos nomes das pessoas, locais e ruas, se eram de confissão e/ou comunhão e proibiam, expressamente, a utilização de abreviaturas.

O pároco da freguesia no período analisado foi sempre o Padre José Nunes Vieira, este cumpria, aparentemente, com um mínimo de rigor as determinações sinodais.

Esquecia-se com frequência dos sobrenomes das pessoas, excepto para o cabeça do fogo; escrevia o nome das ruas mas a distinção dos fogos só se fazia com base num

traço horizontal que separava um fogo de outro; raramente esquecia a referência sobre a maioria dos indivíduos; e utilizava, sistematicamente, as proibidas abreviaturas.

Acrescentava, contudo, informações sobre profissões, normalmente para pessoas estranhas ao núcleo familiar que constituía o fogo, por exemplo, os criados, e indicava as relações familiares entre os residentes no fogo, com base na pessoa que o encabeçava.

Podemos ainda referir outra determinação das Constituições (Título X, parágrafo VI) que obrigava os párocos a apresentar os róis para registo nos serviços centrais da diocese, daí resultavam inscrições anuais, no final de cada rol, sobre o seu registo nos referidos serviços, pressupondo-se, então, que os mesmos estariam correctamente elaborados.

Tomando como base estas comparações entre as Constituições Sinodais e os Róis da freguesia, permitimo-nos concluir que os róis pareciam cumprir minimamente as regras que determinavam a sua elaboração, sendo de estranhar que um pároco cuidadoso com os Registos Paroquiais, como ficou parcialmente demonstrado com a qualidade dos registos de baptismo, negligenciasse o registo dos sacramentos da confissão e da comunhão.

Na ausência de outros métodos de controlo dos dados e ressalvadas as deficiências encontradas na qualidade das fontes, procedemos à análise do comportamento sociodemográfico da freguesia, reconhecendo os cuidados a ter face a afirmações peremptórias e a conclusões taxativas e precipitadas sobre os pontos em análise.

3. ANÁLISE DEMOGRÁFICA DA FREGUESIA DA AMEIXOEIRA

Os efectivos globais (1750 - 1760)

A freguesia da Ameixoeira não regista um número elevado de habitantes, apesar da sua proximidade de Lisboa. As discrepâncias temporais e a diversidade do tipo de dados que encontrámos sobre a sua população ⁵ não nos impediram de avançar com a conclusão de que, a população rondaria, em média, no século XVIII, os trezentos fregueses, como confirmámos com o estudo dos róis, distribuídos por cerca de oitenta e três fogos.

A análise dos efectivos globais da população e sua evolução, no caso concreto do nosso estudo, remete-nos para os anos compreendidos entre 1750 e 1760 e aos dados fornecidos, exclusivamente, pelos Róis de Confessados. Como tal, uma das primeiras ressalvas a fazer diz respeito a uma falha constante na nossa análise, falha que é inerente às próprias características da fonte utilizada: a ausência dos menores de confissão.

A idade média, por determinação sinodal, da "maioridade de confissão" são os sete anos. Assim sendo, salvo raras excepções, todas as crianças menores de sete anos não surgem registadas nos róis.

Se este hiato é aceitável num estudo genérico da população, ao tentarmos precisar a análise do comportamento demográfico da mesma deparamo-nos com um escolho que tivemos de tentar ultrapassar, sob pena de invalidarmos parte do nosso trabalho, quando é, precisamente, uma das grandes utilidades dos róis o possibilitarem, porque permitem conhecer o número de habitantes da freguesia, a utilização de um instrumento de análise demográfica, ainda que muito grosseiro, que são as taxas brutas da natalidade, da nupcialidade e da mortalidade.

Tornou-se, então, necessário calcular o peso dos "menores" para se proceder, com maior precisão, ao estudo do comportamento demográfico da freguesia.

Surgiram-nos duas hipóteses, de cariz muito diferente: a primeira que implicava a utilização dos Registos Paroquiais, o que no nosso caso era relativamente fácil, permitindo-nos ter em conta os movimentos naturais da população; a segunda, utilizarmos como termo de comparação o peso dos menores de sete anos em regiões onde a população é conhecida por grupos etários e que já foram objecto de estudo.

Para concretizarmos a primeira hipótese tentámos calcular o saldo natural, ou fisiológico, da população, para o período compreendido entre 1740 e 1749, somente para os menores visto que apenas estes nos interessavam, não utilizámos, portanto, o número total de óbitos observados, mas apenas os que diziam respeito a crianças. Feitos os cálculos, chegámos à conclusão de que deveríamos juntar ao total de habitantes da freguesia, em 1750, ano base da análise dos róis com 278 habitantes arrolados, pelo menos, cinquenta e cinco crianças, registando-se, então, uma população total de 333 habitantes.

A segunda hipótese formulada pressuponha a utilização de uma ponderação calculada com base em estudos similares sobre a população de Coruche, em 1789⁶. O peso dos menores registado para a população desta localidade situava-se nos 18%. Ao aplicarmos esta ponderação aos nossos dados obtivemos uma população de 339 habitantes.

As diferenças registadas no resultado da aplicação das duas hipóteses consideradas são mínimas, mesmo para uma população reduzida e, sabemos de antemão que, aos erros prováveis da resolução da primeira hipótese teríamos de acrescentar a ausência de cálculos sobre os movimentos migratórios. Optámos, então, por estabelecer como número mais correcto para a população total, no início da análise dos róis, a média dos dois resultados obtidos: 336 habitantes.

Contudo a utilização deste número, assim calculado, foi reservado para uma análise do comportamento da população relativamente às variáveis micro-demográficas.

Seguidamente procedemos à análise dos efectivos globais da população e sua evolução.

Registámos uma população média recenseada nos róis de 322 pessoas, variando entre 271 e 490, com uma taxa de crescimento anual média de 1,43%, que pode ser considerada elevada se pensarmos que as características gerais da população do Antigo Regime, apontam para um crescimento moderado, normalmente inferior a 1%. O tempo de duplicação correspondente ronda os 41 anos.

Devemos, no entanto, ter em conta que este crescimento não é constante. Podemos mesmo distinguir dois períodos no crescimento da população: o primeiro de 1750 a 1755 e, o segundo, de 1756 a 1760.

No primeiro período o crescimento é moderado, chegando a registar-se uma diminuição da população, de 1750 para 1751 e de 1754 para 1755, podendo-se considerar que existiu uma certa estabilidade no crescimento da população.

O segundo período, inicia-se com um aumento súbito e “violento” da população residente, com uma taxa de crescimento de 64% no ano de 1756, consequência provável da fuga da população de Lisboa, das zonas mais afectadas pelo terramoto de 1755 para as regiões limítrofes⁷, a que se segue uma diminuição da população nos anos seguinte, só voltando a registar-se um aumento dos residentes no ano de 1759. Apesar da população nunca mais ter voltado aos valores anteriores a 1756, julgamos poder afirmar que a ocorrência do terramoto veio alterar o desenrolar “natural” dos acontecimentos, distorcendo uma realidade que deveria ser mais constante.

Uma outra característica dos Róis de Confessados, que determina todas as perspectivas de análise a realizar tendo por base esta fonte, diz respeito à forma como os dados estão organizados: toda a informação respeitante à população das freguesias agrupa a mesma em fogos.

Tal como para a população total recenseada, podemos estabelecer uma média do número de fogos, 83 fogos, com um mínimo de 75 fogos, em 1751, e um máximo de 104 fogos, em 1756. Naturalmente o número de habitações não é tão "elástico", se assim o poderemos dizer, como o de uma população, sujeita a constantes alterações motivadas por causas internas ou externas; provavelmente, em 1756 a totalidade dos fogos disponíveis na freguesia foi ocupada, para além do aumento do número de pessoas por fogo, de que falaremos posteriormente.

A taxa de crescimento anual média dos fogos é de 0,25%. Não havendo termos de comparação para o movimento dos fogos é difícil arriscar uma classificação que considere esta taxa como elevada ou baixa.

As estruturas populacionais (por sexo, idade e estado civil de 1750 a 1760)

A análise global dos Róis permitiu-nos estudar, também, as estruturas da população no que se refere à sua composição por sexo e estado civil, embora, lamentavelmente, quanto às estruturas etárias pouco se possa dizer.

Não havendo um registo da idade dos indivíduos recenseados, os róis apenas nos permitem distinguir dois grupos: os maiores e os menores de confissão. Isto para além de ficarem de fora, como já foi referido, uma parte substancial da população que são os menores de sete anos, que nem constam do rol. A referida distinção que o rol faz, entre maiores e menores, tem, então, por base a existência de maiores de confissão (todos os que tiverem mais de sete anos), mas para os homens menores de 14 anos e para as raparigas menores de 12 anos não há pena de excomunhão a ser aplicada no caso de não cumprirem o preceito da confissão, tão só o pagamento de uma coima⁸, ou seja, são "menores" no tocante ao seu registo nos róis.

Do cruzamento entre os dados fornecidos pelos róis e pelos registos, numa fase posterior do estudo realizado, podemos verificar que o cumprimento desta regra é, por vezes, alterado, registando-se casos de "maioridade" com idades inferiores às prescritas.

Apesar de todas estas dificuldades, tentámos, então, estabelecer comparações entre o peso dos maiores e menores da população recenseada, sublinhando sempre a certeza de que aos "menores" referidos deveríamos juntar os menores de sete anos.

Os resultados obtidos apontam para um peso excessivo dos maiores de confissão e de comunhão, em média 92,7% da população recenseada, com um mínimo registado de 90,7%, em 1754.

A ausência de dados mais pormenorizados sobre a estrutura etária da população inviabiliza a divisão da mesma em grupos funcionais e a execução dos cálculos sobre os seus rácios de dependência, não permitindo ajuizar sobre a juventude ou envelhecimento da população.

Assim sendo, apenas calculámos um rácio de dependência maiores/menores, que aponta para a existência de sete menores para cada cem maiores, que, com todas as ressalvas já feitas, não permite conclusões de relevo.

A Relação de Masculinidade, estabelecendo a relação entre o peso dos efectivos do sexo masculino e do sexo feminino, é mais fácil de realizar. Relativamente à população recenseada a Relação de Masculinidade é sempre favorável aos homens, superiores em número absolutos em todos os anos observados, registando-se o valor mais equilibrado da referida relação, em 1756, com 109,4%.

Se compararmos esta relação de masculinidade com a registada nos nascimentos verificamos existirem grandes discrepâncias, visto que, neste último caso, as variações

são enormes, sendo, como já referimos, os nascimentos femininos em número superior aos masculinos na maioria dos anos analisados.

Relativamente ao Estado Civil da população os dados são mais complexos de analisar, isto porque só em casos excepcionais a sua situação vem declaradamente expressa. Contudo, como o pároco regista os indivíduos que compõem o agregado familiar estabelecendo a sua relação com o cabeça do fogo tornou-se possível a classificação da maioria da população por estado civil, utilizando, em primeiro lugar, os seguintes critérios:

- 1º – classificação expressa do estado civil;
- 2º – a categoria dos casados - obteve-se atendendo a que os elementos dos casais surgem registados um a seguir ao outro, tendo os residentes femininos a classificação de “mulher”;
- 3º – classificação de todos os menores e membros do clero como solteiros (escondendo os últimos possíveis casos de viuvez);
- 4º – todos os outros indivíduos foram classificados como de estado civil desconhecido.

Da aplicação linear dos critérios expostos resultou um peso excessivo dos fregueses de estado civil desconhecido, mais de 50% da população arrolada, 28,8% masculinos e 21,6% femininos.

Não satisfeitos tentámos, mais uma vez, rodear os escolhos encontrados. Para tal, concentrámo-nos nos casos pontuais onde a situação civil dos indivíduos vinha expressa, ou seja, para além dos cabeças dos fogos casados e suas respectivas mulheres, casos onde se regista mais de um casal no agregado e que vem separado dos restantes membros do fogo por um pequeno traço horizontal, podendo o casal ser, ou não, constituído por um filho do cabeça do fogo; casos onde para além do registo da pessoa como filho se segue o seu estado civil, mesmo na ausência do seu respectivo cônjuge; e casos de progenitores do casal referidos como viúvos. Estes casos especiais já tinham sido tidos em linha de conta na primeira classificação efectuada e levaram-nos a pensar que se os casos excepcionais vinham mencionados, então, todos os filhos registados, mesmo os maiores, desde que não houvesse menção de nenhuma situação especial, deveriam ser considerados como solteiros ⁹.

Alargámos esta classificação aos netos e sobrinhos arrolados, por motivos idênticos, mas nenhum outro critério foi aplicado, visto que as tentativas de classificação de pais e sogros na categoria de viúvos não pôde ser confirmada.

Utilizando este novo critério reclassificámos a população, conseguindo reduzir o peso da população de estado civil desconhecido para 31,2% , percentagem ainda muito elevada.

Feitas, mais uma vez, as ressalvas necessárias, chegámos à seguinte classificação: (percentagem média sobre a população total)

- 1º – casados - 34,5%
- 2º – solteiros - 30,6% (em segundo lugar excepto entre 1756 e 1759)
- 3º – estado civil desconhecido - 31,2% (em terceiro lugar excepto entre 1756 e 1759)
- 4º – viúvos - 3,7%.

Começando pelo grupo dos solteiros, registámos, especificamente: a distorção causada pelos menores; a tendência para a superioridade numérica dos efectivos masculinos, 18,3% contra 12,3% de efectivos femininos, o que pode levar a concluir, ainda que com muita insegurança, pela existência de um provável celibato masculino ¹⁰.

Relativamente aos casados, para além do seu peso efectivo no conjunto da população, 34,5%, verificam-se discrepâncias quando analisados por sexo. No caso da população feminina a posição das mulheres casadas é sempre superior à dos outros grupos quando analisados isoladamente, enquanto que no caso dos homens a posição ocupada é a terceira, inferior ao número de solteiros e de homens de estado civil desconhecido.

Os viúvos são o grupo mais reduzido da população e o único onde os efectivos femininos são maioritários, registando-se, ainda para mais, um maior número de viúvos a contrair novo matrimónio.

O grupo dos efectivos de estado civil desconhecido registam uma preponderância nítida dos membros do sexo masculino, provavelmente devido ao número de trabalhadores, "criados", que se encontram na freguesia sem constituírem agregados familiares. Em termos globais são superiores ao número de efectivos solteiros nos anos de 1756 a 1759 e, mesmo relativamente aos casados, são superiores em 1756 e 1757. A sua análise por sexo regista maiores variações. No caso dos efectivos masculinos, o seu número é superior a qualquer outra categoria em sete dos anos analisados e apenas registam um terceiro lugar em dois anos; no caso das mulheres a sua posição é sempre inferior às casadas, ainda que nos últimos cinco anos, de 1756 a 1760, sejam superiores às residentes solteiras, que sofrem, sem dúvida, da "ausência" dos menores de sete anos.

O Comportamento Demográfico da População (1740 - 1760)

Natalidade

Como é facilmente compreensível os registos de que dispomos remetem-nos, não para os nascimentos mas, para o baptismo dos indivíduos na freguesia, pelo que em 245 registos efectuados apenas 237 representam os nascimentos, sendo a diferença entre os dois dados o resultado do baptismo de adultos.

Foi possível registar este facto porque o pároco anotava a data de nascimento dos baptizados, segundo determinações eclesiásticas superiores ¹¹, o que nos permite ainda verificar a falta de cumprimento do preceito que impunha o sacramento do baptismo até aos 8 dias de idade.

Os resultados de que de seguida iremos expor referem-se aos nascimentos, cuja importância é tão relevante para o estudo demográfico de qualquer população.

Registámos, então, 114 registos de nascimentos masculinos e 123 femininos, o que permite estabelecer uma Relação de Masculinidade de 93 homens para 100 mulheres, relação que, como já referimos é pouco usual em populações com um elevado número de efectivos, mas é aceitável em populações reduzidas e para intervalos de tempo curtos.

A média anual de nascimentos é de 11,3, com um máximo no ano de 1756, pelos motivos já indicados, com 19 nascimentos e um mínimo em 1753, com 5 nascimentos, estes últimos todos de crianças do sexo feminino.

As variações constantes do número de nascimentos, sem ordem aparente, a distorção causada pelo súbito e curto aumento da população em 1756 e o reduzido número de anos em análise não nos permitiu estabelecer nenhuma tendência especial, de quebra ou aumento, da curva dos nascimentos.

A distribuição dos nascimentos por meses e estações do ano revela um comportamento idêntico ao de outras freguesias ¹², com uma natalidade de elevada no Inverno e

mínima na Primavera, registando-se um segundo lugar para o Verão, facto pouco usual visto que esta estação costuma registar os níveis mais baixos da natalidade.

A ilegitimidade dos nascimentos registados é de 6,5%, correspondendo a 17 ocorrências, a maioria dos quais se verifica em crianças baptizadas alguns anos após o seu nascimento, pelo que para o estabelecimento desta percentagem utilizámos o total dos registos de baptismos e não o dos nascimentos.

Restava-nos calcular a Taxa Bruta de Natalidade, cálculo possível pela existência dos Róis que nos forneceram dados sobre a população total da freguesia. Utilizámos para este cálculo o número de população média resultante das ponderações já referidas anteriormente, que tentavam atenuar os desvios causados pela ausência do registo dos menores de 7 anos, chegando, então, a uma Taxa Bruta de Natalidade de 34,2‰.

Esta taxa, instrumento de análise grosseiro, revela a capacidade para substituir gerações, renovar a população e mantê-la jovem (evitando o envelhecimento na base), não é fácil, contudo, estabelecer comparações ou concluir se é muito ou pouco elevada face à situação de outras localidades para a mesma época. Se comparada com os dias de hoje a taxa nos parece muito elevada, quando comparada com os resultados obtidos para Coruche e Salvaterra de Magos ¹³, também para o século XVIII, podemos considerá-la baixa, o mesmo acontecendo em confronto com dados fornecidos por outros autores para regiões fora de Portugal ¹⁴.

Concluimos assim que, relativamente à natalidade, na freguesia se cumprem a maioria das práticas da época, ainda que esta não seja tão elevada quanto seria de esperar.

Nupcialidade

Na freguesia da Ameixoeira registam-se apenas 49 casamentos no espaço de 21 anos, uma média de 2.3 uniões por ano, com um máximo registado de 4 casamentos nos anos de 1741, 1744, 1748, 1757, 1760 e sem qualquer acontecimento em 1745.

Se considerarmos a nupcialidade como a variável-chave do sistema demográfico do Antigo Regime ¹⁵, temos, então, com uma Taxa Bruta de Nupcialidade de 6,8‰, uma população pouco enquadrada no referido sistema demográfico, ao contrário do que seria de esperar para o período em análise. Trabalhos efectuados para a Europa no século XVIII apontam para taxas na ordem dos 16‰ ¹⁶, muito mais elevadas que as registadas na freguesia.

Contudo, não devemos esquecer que a diminuta dimensão da freguesia e do tempo de análise, não permite tecer considerações sobre a representatividade deste comportamento.

Um aprofundamento do estudo desta variável passaria pela verificação da Idade Média do Casamento e do peso do celibato definitivo no conjunto da população, análises inviabilizadas pela ausência de dados sobre a idade dos indivíduos que compõem a população da freguesia ¹⁷.

Não sendo um dos nossos objectivos realizar a reconstituição de famílias, a relação entre a nupcialidade e a natalidade só foi estabelecida nos casos onde o cruzamento dos dados dos Róis e Registos assim o permitiram. Daí retirámos a ideia de que o intervalo protogenésico seria normalmente de 1 ano.

Analisada a nupcialidade por meses e estações do ano e comparada com os resultados obtidos para diversas freguesias de Lisboa ¹⁸, concluimos que na freguesia da Ameixoeira o Verão era o período mais "casamenteiro", contrariando a tendência habitual do maior número de acontecimentos ocorrer no Inverno. Explicações? Talvez o carácter rural ou semi-rural da freguesia, em confronto com os hábitos citadinos.

Relativamente à naturalidade e residência dos nubentes predominam os originários da freguesia, com percentagens na ordem dos 53,1% e 80,6%, respectivamente.

Temos, assim, que 42,9% dos homens e 63% das mulheres que contraíram matrimónio eram naturais da Ameixoeira, e que 73,5% dos homens e 87,7% das mulheres nela residiam.

Tais resultados parecem mostrar uma tendência nítida de os indivíduos casarem no local de origem/residência da noiva.

Os nubentes não naturais da freguesia são originários, principalmente, da zona centro do país, 43 casos, sendo 16 de Lisboa; seguindo-se o Norte, com 5 casos e, por fim, o Sul, 2 casos, e as colónias, também, 2 casos, sendo estes últimos resultantes do casamento entre 2 escravos. Não há casamentos com estrangeiros.

Apenas dois dos nubentes não residiam nem na freguesia, nem em Lisboa.

O Estado Civil dos nubentes foi outro dos aspectos analisados. Sendo que, 87,8% dos casamentos foram realizados como primeiras núpcias e, apenas, 12,2% como uniões com viúvos, o que corresponde a 12 casamentos. Destes últimos, distinguimos sete viúvos e cinco viúvas, registando-se que em 3 casamentos ambos os nubentes casavam pela segunda ou terceira vez, caso de uma das mulheres. A situação descrita não suscita grandes comentários.

Mortalidade

Os registos de óbitos permitiram-nos uma breve análise da mortalidade da freguesia da Ameixoeira, entre 1740 e 1760, período durante o qual se registaram 188 ocorrências, em número igual para ambos os sexos.

Corresponde este total a uma média anual de 9 óbitos, com um mínimo de 1 óbito, em 1751, e um máximo de 24 casos, em 1756, provavelmente em resultado do já constatado aumento súbito de habitantes na localidade.

Ao contrário do que sucede com os fenómenos anteriormente analisados, manifesta-se neste caso uma tendência nítida para um acréscimo do número de óbitos nos últimos 11 anos, de 1750 a 1760, com uma média anual de 10,5 casos, contra os 7,5 de média dos primeiros 10 anos, isto apesar de ser no período final que se regista o ano com menor frequência de óbitos.

Recorrendo uma vez mais ao cálculo das taxas brutas, neste caso da mortalidade, encontrámos uma taxa de 26,9‰, taxa manifestamente baixa numa época onde estas rondavam 32‰¹⁹. Mesmo considerando valores na ordem dos 28‰, encontrados por Pierre Guillaume e Jean Pierre Poussou para França²⁰, como normais, a taxa da freguesia agora estudada é baixa. Talvez a localização da freguesia, fora dos limites do centro urbano mais próximo e em local "arejado", como se depreende das descrições feitas na época²¹, seja determinante na existência de uma mortalidade relativamente baixa.

Apesar de não sabermos com precisão a idade dos indivíduos à data do seu falecimento, visto que os assentos não a registam, tentámos estimar a taxa de Mortalidade Infantil com base nos registos onde as designações de: criança, recém-nascido, menor, meninos e outros surgiam²², em número de 93.

Ora, o cálculo desta taxa apenas considera os óbitos de crianças com menos de 1 ano e com as referências encontradas estávamos, certamente, a englobar crianças de maior idade. Recorremos, então, à ponderação estimada por J. M. Nazareth e F. Sousa em

investigações para Coruche e Salvaterra de Magos, que tantas vezes nos serviram de modelo, ponderação esta que refere ser de 55% o peso dos óbitos de menores de 1 ano no total de óbitos infantis ²³. Aplicada a ponderação, dela resultou um total de 51 óbitos de menos de 1 ano, com base no qual calculámos uma Taxa de Mortalidade Infantil de 215,2‰, valor dentro dos parâmetros considerados comuns para a mortalidade infantil que, apesar das grandes variações determinadas pelas condições socio-económicas de cada meio, se situa entre os 180‰ e 260‰ ²⁴.

Analisámos, também, a distribuição dos óbitos por meses e estações do ano. Reportando-nos, neste momento, apenas às estações do ano, verificamos que o Verão se destacava do conjunto com 65 do total de óbitos, seguindo-se a Primavera, com 44 óbitos; o Inverno, com 40 óbitos; e o Outono, com 39 óbitos. Se consideramos o escalonamento aceite como comum na Europa, segundo A. Sauvy ²⁵, onde é indicado um máximo para o Inverno e um mínimo para os meses de Verão, com a ressalva de que nos países quentes esta estação pode atingir o segundo, ou mesmo, o primeiro lugar, temos uma mortalidade compatível com a referida ressalva, embora o terceiro lugar do Inverno possa parecer estranho. Comparando a situação da freguesia da Ameixoeira com a de freguesias lisboetas, onde semelhantes análises foram efectuadas ²⁶, não se encontram paralelismos, mas as referidas freguesias também não seguem o modelo de distribuição proposto por A. Sauvy.

Relativamente aos meses do ano destaca-se o mês de Julho, de maior mortalidade para os homens e crianças, e o segundo no tocante às mulheres.

São os óbitos infantis que determinam o lugar destacado do Verão como estação de maior mortalidade, sendo os meses de Julho, Agosto e Setembro os que registam maior número de assentos.

Quanto à repartição dos óbitos por sexo, relativamente aos óbitos infantis vimos que morriam mais crianças do sexo masculino, 51 óbitos masculinos contra 42 femininos; esta situação inverte-se nos adultos onde se registam 35 óbitos femininos contra 28 masculinos, mantendo-se a mesma tendência no tocante aos indivíduos para os quais desconhecemos totalmente a idade, lamentavelmente tal ocorre em 17% dos registos, com 17 assentos para indivíduos do sexo feminino e 15 masculinos.

A proporção de crianças que morrem é de cerca de metade dos óbitos por ano, embora no ano onde se registam mais óbitos, 1756, representem apenas 25% do total.

O estado civil dos falecidos vem indicado em quase todos os assentos, com a indicação do cônjuge sobrevivente (casados), ou já falecidos (viúvos), a filiação no caso de serem crianças ou, simplesmente, com a indicação de solteiros; restam cerca de 8,5% de óbitos para os quais desconhecemos o estado civil.

Da análise destas informações podemos realçar o enorme peso dos solteiros, em ambos os sexos, 32,4% para os homens e 29,3% para as mulheres, sendo que estas percentagens reflectem o peso das crianças.

No grupo dos casados a percentagem de homens, de 7,4% é inferior à das mulheres, com 11,2%, daqui resultando um maior número de viúvos a residirem na freguesia. Relativamente a este último estado civil as percentagens são idênticas para os dois sexos, 5,3% homens e 5,9% mulheres.

Com a análise dos registos de óbitos concluímos aqui as informações respeitantes ao comportamento e características demográficas da população da Freguesia da Ameixoeira entre 1740 e 1760.

Apresentamos, em síntese, o seguinte quadro:

Taxa de Crescimento Anual Média	1,43%
Tempo de Duplicação em Anos	41 anos
Taxa de Crescimento Anual Média dos Fogos	0,25%
Taxa Bruta de Natalidade	34,2%
Taxa Bruta de Nupcialidade	6,8%
Taxa Bruta de Mortalidade	26,9%
Taxa de Mortalidade Infantil	215,2%

Dele extraímos e propomos as seguintes conclusões: estamos perante uma situação pouco vulgar com uma taxa de crescimento anual média positiva, muito acima dos valores comuns; com taxas de Mortalidade, Natalidade e Nupcialidade relativamente baixas; sendo, unicamente, a taxa de Mortalidade Infantil a que mais se aproxima das situações decorrentes de uma estrutura demográfica de Antigo Regime.

4. ASPECTOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

As características da principal fonte utilizada no trabalho que agora apresentamos em síntese, os Róis de Confessados, determinam que toda a informação nela contida venha agrupada numa estrutura elementar em qualquer população: os fogos. Não devemos cair no erro de, linearmente, os identificarmos com agregados familiares, visto que apenas encontramos neles a informação sobre unidades de residência onde o parentesco pode estar ausente.

Considerado como "...uma estrutura fundamental, porque é no seu interior que se levam a efeito uma grande parte das funções essenciais da sociedade – procriação socialização das crianças, consumo e produção." ²⁷, o fogo, assumiu na nossa investigação, um relevo extraordinário.

No entanto a ausência de alguns dados sobre a composição e características da população, como os referentes à idade e profissão dos indivíduos, dados comuns noutras listas nominativas encontradas em Portugal ²⁸; o facto de não termos como objectivo fazer reconstituição de famílias; e, por último, a utilização "subsidiária" dos Registos Paroquiais determinou que a abordagem efectuada ao estudo dos fogos não seja idêntica a outros trabalhos já conhecidos.

Por outro lado, a utilização de uma série de anos consecutivos de róis e as próprias características da fonte permitiram uma análise da evolução da composição, estrutura e dimensão dos fogos, pouco comum na investigação portuguesa.

Não querendo parecer pretensiosos e ambiciosos tentámos no nosso trabalho testar uma metodologia específica para o tratamento da fonte, visto que a sua utilização nos moldes a que nos tínhamos proposto e, mais uma vez, as suas características específicas, não permitiam uma abordagem metodológica idêntica à utilizada noutros estudos.

Neste momento, no entanto, não cabe descrever em pormenor a metodologia testada ao longo da realização do referido trabalho mas, tão só, apresentar os resultados encontrados com a sua aplicação.

A dimensão dos fogos

Os Róis de Confessados apresentam-nos a informação ordenada em função das ruas existentes na freguesia, estando cada fogo individualizado pela existência de um traço horizontal a toda a sua largura de cada coluna onde os dados estão contidos.

Trata-se de fogos localizados quer em propriedades urbanas, vulgo prédios, ou casa de habitação, quer em propriedades rurais, sendo possível identificar a existência de diversas quintas, onde podia existir mais do que uma residência. Não foi feita, infelizmente, uma identificação completa da organização do espaço, mas as características acima referidas são fáceis de reconhecer.

Relativamente ao número de fogos contabilizados nos róis, já referimos, que atingiram um mínimo de 75 fogos, em 1751, e um máximo de 104, em 1756, correspondendo, possivelmente, este último registo ao máximo de fogos que a freguesia atingia na década de 50. Em média o número de fogos ocupados contava-se em 83 habitações.

A distribuição da população por fogos foi analisada anualmente resultando do conjunto da informação analisada o seguinte quadro.

Número de Pessoas por Fogo (% média)

Fogos com 1 pessoa	10,2 %
Fogos com 2 pessoas	25 %
Fogos com 3 pessoas	16 %
Fogos com 4 pessoas	18,4 %
Fogos com 5 pessoas	13,2 %
Fogos com 6 pessoas	5,7 %
Fogos com 7 pessoas	3,4 %
Fogos com 8 pessoas	2,5 %
Fogos com 9 pessoas	1,4 %
Fogos com 10 ou + pessoas	0,3 %

Daqui realçamos o grande peso dos agregados com, por ordem, 2, 4, 3, 5 e 1 pessoa.

A ocupação média dos fogos varia, anualmente entre 3,4 habitantes, em 1750, e 4,7, em 1756, com uma média para os 11 anos analisados de 3,8 pessoas por fogo.

Assim, apesar da distorção causada pela ausência dos menores, podemos avançar com a ideia defendida por P. Laslett e E. Shorter de que a família reduzida não é apenas nossa contemporânea ²⁹, conclusão corroborada por trabalhos também efectuados sobre Portugal ³⁰.

Mas, qual será a distorção causada pela referida ausência dos menores, calculada, como já vimos, numa percentagem não inferior a 18% da população?

Com a aplicação simples desta ponderação de 18% do total da população obtivemos uma média de 4,7 pessoas por fogo, perdendo a afirmação acima exposta a sua validade. Ou será que esta média ainda pode ser considerada como indicadora de uma família reduzida?

Uma resposta conclusiva só será possível uma vez completada a informação contida nos róis e a sua comparação com outras situações.

A Estrutura e Composição Interna dos Fogos

A análise da estrutura dos fogos exigiu um trabalho comparativo, que se pretendeu bastante completo, sobre as classificações usualmente utilizadas para ordenar os fogos por categorias e classes, visto que as referidas classificações não são totalmente adequadas ao tipo de informação contida nos róis.

A tipologia que se costuma utilizar é a sugerida por P. Laslett, mais conhecida como "Tipologia de Cambridge", só que já vários autores, como R. Rowland ³¹, entre outros, realçaram o facto da sua aplicação ao caso português exigir uma adaptação constante, sendo urgente definir uma tipologia utilizável especificamente para o caso português que permita comparações entre os diversos estudos que se realizem para o nosso país, sem, contudo, inviabilizarem análises comparativas com o resto da Europa.

Não sendo possível, de momento, apresentar em pormenor todo o estudo então realizado limitamo-nos a apresentar a tipologia proposta no nosso trabalho:

CATEGORIA	CLASSES
1 – Isolados	a) viúvos b) viúvas c) solteiros d) solteiras e) estado civil desconhecido
2 – Agregados Não Conjugais	a) irmãos b) outros parentes c) sem parentesco evidente d) irmãos com estranhos e) viúvos com estranhos f) viúvas com estranhos g) celibatários com estranhos h) celibatárias com estranhos i) eclesiásticos com estranhos j) estado civil desconhecido com estranhos k) outros parentes com estranhos
3 – Família Conjugal Simples	a) casal sem filhos b) casal com filhos c) viúvo com filhos d) viúva com filhos
4 – Família Conjugal Simples Com Estranhos	a) casal sem filhos b) casal com filhos c) viúvo com filhos d) viúva com filhos
5 – Agregado Familiar Extenso	a) alargamento ascendente b) alargamento descendente c) alargamento lateral d) combinações
6 – Agregado Familiar Extenso Com Estranhos	a) alargamento ascendente b) alargamento descendente c) alargamento lateral d) combinações
7 – Agregado Familiar Múltiplo	a) unidade secundária ascendente b) unidade secundária descendente c) todas as unidades ao mesmo nível d) combinações
8 - Agregado Familiar Múltiplo Com Estranhos	a) unidade secundária ascendente b) unidade secundária descendente c) todas as unidades ao mesmo nível d) combinações
9 - Indeterminados	

Convém realçar que, ao contrário do que tem sido comum até aqui, tivemos a possibilidade de observar a realidade em movimento ou seja, de estudar qual a evolução da "instabilidade" que caracteriza a estrutura dos fogos, instabilidade essa que F. Lebrun tanto realça³² e que só ocasionalmente temos oportunidade de constatar.

Neste caso verificamos que raros foram os fogos que ao longo dos 11 anos estudados não mudaram de categoria ou, pelo menos, de classe. Estudar em pormenor as sucessivas alterações registadas implica analisar cada agregado/fogo isoladamente, reconstituindo famílias, cruzando na totalidade as fontes disponíveis. Tal não foi possível dada a morosidade da tarefa, ao facto de termos estado a trabalhar por processos manuais e, principalmente, porque não cabia dentro dos objectivos inicialmente propostos.

Assim sendo, resumimos a informação ao mínimo possível e apresentamos os resultados em função das médias anuais obtidas.

O destaque vai para a categoria 3, com preponderância clara da família conjugal simples, família nuclear sem estranhos, tal como já havíamos apontado. Esta categoria atinge, quer em números absolutos, quer em termos percentuais, os valores máximos, com uma percentagem mínima de 34,6% dos fogos, em 1756, e uma percentagem máxima de 50,6% dos fogos, em 1751.

Se a esta categoria adicionarmos a categoria seguinte, a categoria 4, composta pelas mesmas classes, mas que considera a existência de estranhos, ou seja, criados, amas, assistentes, etc., cuja presença é, na maioria dos fogos, ocasional, temporária, a ideia de que a família nuclear é muito mais antiga do que se suponha é reforçada.

A categoria 1, Isolados, surge com uma percentagem média inferior aos 10%; a categoria 2, Agregados Não Conjugais, apresenta-se bastante estável, com percentagens entre os 7%, em 1753, e 16%, em 1756.

Os fogos de tipo 5, Agregados familiares extensos sem estranhos, têm, também, um peso considerável, variando entre 6% e 17,7%, sendo mais frequente o alargamento ascendente, com pais/sogros, classe a). A categoria 6, Agregados familiares extensos com estranhos, é sempre inferior a 10%.

Os agregados familiares múltiplos sem estranhos, categoria 7, só surgem uma vez, em 1760; e com estranhos, categoria 8, em 1756, atingem o seu máximo com 4 agregados, numa percentagem de 3,8% do número total de fogos desse ano.

Resta referir a categoria 9, com fogos de estrutura indeterminado, que atinge a percentagem máxima de 2,9, em 1756, ano onde o aumento súbito e curto da população parece vir distorcer todas as análises evolutivas possíveis de realizar.

As conclusões possíveis são, resumidamente, as seguintes:

- preponderância nítida da família nuclear;
- representatividade mínima dos agregados familiares múltiplos – a coabitação de 2 ou mais casais é praticamente inexistente;
- a família extensa, tem um peso relativamente importante, especialmente porque parece ser comum a coabitação dos pais e/ou sogros, quando viúvos ou sem a presença do respectivo cônjuge, com o casal de base;
- relativa importância dos fogos onde não parecem ter existido relações conjugais de base, com indivíduos isolados ou com coabitação de parentes e/ou estranhos, que representa cerca de 1/4 do total dos fogos.

Toda esta classificação apresentada para os fogos é possível de realizar porque conhecemos para todas as unidades residenciais o cabeça do fogo, assentando o pároco a ligação familiar com o mesmo sempre que ela existia.

Foi com base nesta informação que pudemos também conhecer, ainda que com grandes lacunas, o estado civil da população residente, já exposto.

De realçar que, a designação por nós adoptada de cabeça do fogo para o primeiro arrolado que surge em cada unidade residencial se prende com o facto de não haver correspondência entre fogo e agregado familiar.

Fizemos uma breve análise destes "cabeças dos fogos", por sexo e estado civil, donde realçamos as seguintes conclusões:

- 1ª – a enorme desproporção entre fogos encabeçados por homens e mulheres, atingindo os últimos uma percentagem máxima de 12,3% dos fogos, em 1750 e 1752;
- 2ª – a maioria dos fogos eram encabeçados por homens casados, com uma percentagem mínima de 56,8% dos fogos, em 1750.

A relação entre estas duas conclusões é perfeitamente lógica visto que quando o fogo é constituído por um casal é sempre o homem que encabeça o fogo.

O número de fogos encabeçados por solteiros, aumenta após 1757, com percentagens superiores a 13,5% a partir desse ano, tendo até aí atingido um máximo de 12,3%, em 1750, e um mínimo de 7,4%, em 1755. Ao longo de toda a observação só registámos um fogo encabeçado por uma solteira e em 1756.

Os viúvos encabeçavam um máximo de cinco fogos, em 1750 e as viúvas nove fogos, em 1750, 1756 e 1757, sendo que algumas viviam com filhos maiores.

Os indivíduos de estado civil desconhecido do sexo masculino encabeçavam cerca de 8,6% dos fogos e as mulheres apenas 2% dos fogos.

A composição interna dos fogos segundo o estado civil dos cabeças dos fogos foi também analisada, reflectindo-se em grande parte na classificação dos fogos exposta anteriormente.

A morosidade de uma análise anual desta informação levou-nos a restringir o estudo ao ano de 1750, tomado como ano de base visto ser o primeiro ano sobre o qual trabalhámos, seguindo-se uma breve exposição sobre as tendências gerais de evolução.

Resumidamente constatámos a seguinte situação:

- dos 56,8% dos fogos constituídos por casais 21% vivia com os filhos, 13,6% não tinha filhos (percentagem afectada, certamente, pela ausência dos menores de 7 anos) e 22,2% coabitava com parentes e/ou estranhos;
- os indivíduos viúvos (14 casos) viviam preferencialmente com os filhos (11 casos) e apenas 3 viviam isolados;
- os solteiros viviam tendencialmente sozinhos (7 casos), com parentes e estranhos (2 casos) e só com estranhos, criados/servidores (2 casos);
- os indivíduos de estado civil desconhecido encabeçavam 10 fogos, 6 dos quais onde só residiam criados.

Analisando a evolução registada ao longo dos 11 anos de róis estudados realçamos:

- a continuação da preponderância dos indivíduos casados com e sem filhos (atingindo os primeiros o máximo de 22 agregados, em 1760).
- a existência de estranhos não modifica a natureza dos agregados, pelo que continuamos a encontrar sempre o predomínio da família nuclear.
- as outras categorias não apresentam qualquer tendência evolutiva sofrendo constantes variações.

As estruturas profissionais

Ao longo de todo o estudo fomos sempre encontrando informações, parcelares e inconstantes, sobre as actividades profissionais dos habitantes da freguesia.

Designados como "servidores", este conjunto de indivíduos que rondam uma média de 71 pessoas por ano, apresenta ligações de carácter socio-profissional com os diversos agregados familiares que constituem a maioria dos fogos.

São eles a maioria dos "estranhos" que levaram a um desdobramento da classificação dos fogos e que determinaram o peso, sempre excessivo, das diversas categorias de "desconhecidos" que tivemos de incluir em toda a análise.

Quem encontrámos sob esta designação de "servidores" são fundamentalmente quatro grupos de indivíduos: os criados; os assistentes; os escravos e outros, um grupo indefinido que inclui várias categorias profissionais.

Os criados, constituem o grupo com maior peso, sendo o número de mulheres classificadas como tal idêntico ao dos homens, pelo que consideramos possível englobar neste conjunto de servidores quer os empregados domésticos, segundo a actual designação utilizada para os serviços prestados, quer indivíduos relacionados com tarefas do foro agrícola, dado o carácter rural da freguesia e à expressão "criados de quinta" utilizada pelo pároco, em 1750.

Os assistentes constituem um segundo grupo, de contornos indefinidos, só seria possível concluir algo sobre o âmbito das suas funções se conhecêssemos a profissão da pessoa a quem "assistiam". Sabemos, apenas, que havia "assistentes na horta" e assistentes que viviam com caseiros. As mulheres são, neste caso, em número reduzido, atingindo um máximo de seis casos, em 1756.

Os escravos, contavam principalmente com efectivos masculinos, havendo crianças filhas de mulheres escravas, que, seguindo a legislação da época que considerava a sua situação hereditária, foram classificadas como tal. As suas funções poderiam ser múltiplas, não existindo mais informação.

Por último, temos um conjunto de pessoas de contornos muito vago que inclui: aprendizes e oficiais dos quais desconhecemos o ofício; escudeiros, arpeiros, pagens e bolieiros, ligados a fogos com grande número de empregados e com um "status" social, aparentemente, de nível superior; caseiros, rendeiros, moleiros, cabreiros e hortelãos, que recordam continuamente o carácter rural da freguesia. Os caseiros encabeçavam vários fogos, vivendo com o respectivo agregado familiar, sendo dos poucos casos em que o pároco apontava a profissão do cabeça do fogo.

Temos, também, neste último grupo algumas mulheres, as amas, embora uma delas viva com o padre. O pároco da freguesia coabitava com uma "preta", que exercia funções de governanta da sua casa.

A distribuição destes servidores pelos diversos agregados permitiu-nos concluir que a sua grande maioria residia em fogos encabeçados por solteiros, viúvos e indivíduos de estado civil desconhecido. Relativamente ao total de fogos encabeçados por casados apenas cerca de 1/4 dos mesmos contava com a presença de servidores.

A maioria dos fogos com servidores tinha, apenas, um "criado".

O aprofundamento do estudo das actividades profissionais da população só seria possível com o recurso a outras fontes.

5. CONCLUSÃO

Concluimos com esta breve abordagem sobre os aspectos profissionais da população a síntese que nos propusemos efectuar sobre o comportamento sociodemográfico da população da freguesia da Ameixoeira, entre 1740 e 1760. Muito ficou por analisar, quer no trabalho que anteriormente realizámos, quer de momento, onde, por motivos óbvios, não incluímos toda uma reflexão aprofundada sobre alguns dos agregados considerados como exemplificativos da estrutura familiar da freguesia.

Esperamos, contudo, ter contribuído, de alguma forma para o alargamento do conhecimento da vivência socio-demográfica da população portuguesa no século XVIII, não esquecendo que todas informações contidas nesta exposição são sempre passíveis de uma análise mais elaborada e completa, pelo que sublinhamos a ideia de que as propostas agora avançadas não constituem certezas e de que há uma necessidade premente de realizar mais estudos sobre todas as fontes que se encontrem à nossa disposição, designadamente sobre os Róis de Confessados, estudos que viabilizem uma perspectiva mais segura e globalizante da realidade demográfica portuguesa do passado.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Livros de Róis de Confessados da Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira:

- Livro 1. 1733-1753
- Livro 2. 1754-1781

Livros de Registos Paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira:

- | | |
|-----------------------|--------------|
| – Livro de Baptizados | 1. 1697-1744 |
| – Livro de Baptizados | 2. 1744-1757 |
| – Livro de Baptizados | 3. 1744-1808 |
| – Livro de Casamentos | 1. 1701-1744 |
| – Livro de Casamentos | 2. 1746-1840 |
| – Livro de Óbitos | 1. 1703-1736 |
| – Livro de Óbitos | 2. 1736-1815 |

FONTES IMPRESSAS

CASTRO, João Bautista de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 2.ª edição, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763.

Constituições Sinodais do Arcebispado de Lisboa ..., Lisboa, Oficina de Paulo Craesbeeck, 1656.

CARDOSO, Pe. Luís, *Diccionário Geográfico ou Notícia Histórica ...*, Lisboa, Régia Officina Sylviana e da Academia Real, 1747, Tomo I.

OLIVEIRA, Frei Nicolau d', *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Impressão Régia, 1804.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Norberta Bettencourt, *Exploração de Róis de Confessados duma Paróquia de Guimarães: 1734 - 1760*, Guimarães, Ed. Autora, 1983.

FLEURY, Michel e HENRY, Louis, *Des Registres Paroissiaux à l'Histoire de la Population. Manuel de depouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*, Paris, 1956.

– *Nouveau manuel de depouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*, Paris, INED, 1965.

GUILLAUME, P. e POUSSOU, Jean Pierre, *Demographie Historique*, Paris, Armand Colin, 1970.

LASLETT, Peter, *Household and Family in past time*, Cambridge, Cambridge University Press, 1972.

LEBRUN, François, *A vida conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Edições Rolim, 1983.

NAZARETH, J. Manuel e SOUSA, Fernando de, "Aspectos sociodemográficos de Salvaterra de Magos nos finais do século XVIII", in *Análise Social*, n.º 66, Lisboa, ICS, 1981.

– *A demografia portuguesa em finais do Antigo Regime: aspectos socio-demográficos de Coruche*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, Cadernos da Revista de História Económica e Social, n.º 4, 1983.

– *A demografia portuguesa do Antigo Regime, Samora Correia em 1790*, Lisboa, ICS, Estudos e Documentos - ICS, n.º 17, série « Estudos da população e ecologia humana », n.º1, 1987.

NAZARETH, J. Manuel, *Princípios e métodos de análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, Coleção Métodos, n.º 27, 1988.

NETO, Maria de Lurdes, *A Freguesia de Santa Catarina de Lisboa no 1º quartel do século XVIII: ensaio de demografia histórica*, Lisboa, INE - Centro de Estudos Demográficos, 1959.

– *A Freguesia de Nossa Senhora das Mercês de Lisboa no 1º quartel do século XVIII: ensaio de demografia histórica*, Lisboa, INE - Centro de Estudos Demográficos, 1967.

PORTUGAL, Fernando e MATOS, Alfredo, *Lisboa em 1758: memórias paroquiais de Lisboa*, Lisboa, Câmara de Municipal de Lisboa, 1974.

RODRIGUES, Teresa Ferreira, "Para o estudo dos Róis de Confessados: a freguesia de Santiago em Lisboa, 1630 - 1680", in *Nova História*, n.º 3/4, Lisboa, Guide - Artes Gráficas Lda., 1985.

ROWLAND, Robert, "Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada", in *Ler História*, n.º 3, Lisboa, Regra do Jogo Edições, 1984.

SAUVY, Alfred, *A População*, Lisboa, Ed. Livros do Brasil, s.d.

SHORTER, Eduard, *La naissance de la famille moderne*, Paris, Éd. du Seuil, 1977

NOTAS

1. Ver, por exemplo, as obras de Michel Fleury e Henry Louis, 1956 e 1965.
2. Relembramos os trabalhos de Norberta Amorim, 1983; Robert Rowland, 1984, e Teresa Rodrigues, 1985.
3. Por privilegiarmos o estudo das informações contidas nos Róis de Confessados decidimos restringir o seu período de análise.
4. J. M. Nazareth, 1988, pág. 185 e 186.
5. Consultámos fontes como: Frei Nicolau de Oliveira, 1804; que nos indicava a existência de 75 fogos, ou cerca de 300 pessoas, excluindo menores, estrangeiros, escravos e hospedes; o *Diccionario Geográfico...* do Padre Luis Cardoso, 1747, com 75 vizinhos, a que segundo os cálculos de Maria de Lurdes Neto, 1967, corresponderiam 311 pessoas; em *Lisboa em 1758: Memórias Paroquiais de Lisboa*, Fernando Portugal e Alfredo de Matos, 1974, constam 88 fogos e 338 pessoas; João Bautista de Castro, 1763, apontava 70 vizinhos.
6. J. M. Nazareth e F. Sousa, 1983, pág. 18 .
7. Esta hipótese foi confirmada pelas alterações registadas nos assentos paroquiais.
8. Ver as *Constituições Sinodais*, Título X, Parágrafo III, onde a multa a ser aplicada era de dois arrateis de cera.
9. Aproveitando o cruzamento das fontes confirmámos, tanto quanto possível, a hipótese formulada de classificação dos filhos maiores, tendo os resultados sido positivos em todos os casos analisados.
10. Esta ideia foi confirmada posteriormente pela baixa taxa de nupcialidade registada e pelo casamento das mulheres com homens não residentes na freguesia, correspondendo a 26,5% dos casamentos.
11. No Livro 1 de Baptismos, no fôlio 63 vº, registava-se a seguinte indicação: " Visto em Vizitação de 14 de Novembro de 1719 declare / o dia em que nasceram os baptizados, e fação / observar a Constituição impondo sem Remissão a / pena dellas a quem dilatar o baptismo / por mais de 8 dias / Costa ".
12. Maria de Lurdes Neto, 1959, pág. 79.
13. J. M. Nazareth e F. Sousa, 1983, pág.36.
14. idem, pág. 33/34.
15. J. M. Nazareth e F. Sousa, 1983, pág. 36.
16. idem, pág. 37.
17. Só nos casos onde o cruzamento das fontes foi plenamente conseguido se poderam obter informações sobre a idade dos nubentes, mas tais casos não são representativos.
18. M. L. Neto, 1959, pág. 113 e 1967, pág. 72 .
19. J. M. Nazareth e F. Sousa, 1983, pág. 32.

20. Ver P. Guillaume e J. P. Poussou, 1970, citados por J. M. Nazareth e F. Sousa, 1983, pág. 32.
21. João Bautista de Castro, 1763, apresenta a seguinte descrição: " Afasta-se este Lugar de Lisboa pouco mais de huma légoa para o Norte. Está em hum sítio elevado que o faz alegre, e lograr hum ar salutarifero. ", pág. 447.
22. As designações encontradas foram clarificadas nos casos onde o cruzamento das duas fontes utilizadas foi efectuado, daqui resultando a seguinte classificação:
 - recém-nascidos - crianças de 1 dia a 1 mês de idade
 - criança-de-mama - entre 8 dias e alguns meses
 - criança - entre 1 semana e 4 anos
 - menor - até aos 4 anos
 - menina - entre 1 e 5 anos
 - rapaz/rapariga - menores de confissão dos róis e outros
23. J. M. Nazareth e F. Sousa, 1983, pág. 33.
24. idem, pág. 33.
25. Ver A. Sauvy, *A População*, pág. 94.
26. M. L. Neto, 1959, pág. 146, e 1967, pág. 108.
27. J. M. Nazareth e F. Sousa, 1983, pág. 43.
28. Ver J. M. Nazareth e F. Sousa, 1981, 1983 e 1987.
29. Ver P. Laslett, 1972 e E. Shorter, 1977, citados por J. M. Nazareth e F. Sousa, 1983, pág. 45.
30. J. M. Nazareth e F. Sousa, 1983, pág. 45.
31. R. Rowland, 1984, pág. 13.
32. F. Lebrun, 1983, pág. 64 e 65.

LOS SEFARDIES DE MARRUECOS EN LA GENESIS Y CONSOLIDACION DE LA ACTUAL COLECTIVIDAD JUDIA DE VENEZUELA (1835 - 1880)

JUAN-BTA. VILAR
Universidad de Murcia

PLANTEAMIENTO

La hoy floreciente Asociación de Comunidades Israelitas de Venezuela, con considerable peso social y económico en el país, se vincula estrechamente en sus orígenes y ulterior consolidación a una estimable corriente migratoria desde Marruecos, ciclo abierto a medidos de la pasada centuria y no cerrado sino un siglo más tarde, iniciada la década de 1960.

UN PRECEDENTE: SEFARDIES DE CURAÇÃO Y ANTILLAS BRITANICAS EN LOS ORIGENES DE LA VENEZUELA INDEPENDIENTE. LA COMUNIDAD DE CORO

La llegada de los primeros emigrantes judeo-marroquíes a Venezuela va precedida del asentamiento de judíos de Curaçao y las Antillas británicas en los días mismos de la independencia, a la que ellos contribuyeron en diversa medida, considerándose por tanto con derecho a la atención y apoyo que nunca habían merecido de las autoridades españolas. El caso de Abraham de Meza, anfitrión de Bolívar al llegar a Curaçao como refugiado en septiembre de 1812, es emblemático. Algunos de estos judíos tomaron las armas del lado de los patriotas, otros prestaron su concurso financiero a la empresa, y los más se mezclaron en la contienda para hacer lucrativos negocios, introduciendo armas y vituallas en las áreas controladas por los nacionalistas.

Lograda la independencia, se les veía en Caracas, La Guayra, Maracaibo, Barcelona, Puerto Cabello o Valencia, y también en ciudades colombianas como Cartagena, Santa Marta, Barranquilla o Bogotá. Pero la actitud de rechazo de la población (no obstante la protección oficial que se les dispensó), sumada a las dificultades de la postguerra, de que en parte se hacía responsable a estos asentistas judíos, y a sus correligionarios europeos y norteamericanos, su condición de extranjeros por haber retenido la nacionalidad holandesa y británica, su corto número y la movilidad que les imponía sus negocios, todo se conjuró para impedir que cuajasen hasta época relativamente tardía comunidades organizadas.

La primera en formarse fue la de Coro, en la península inmediata a Curaçao, siéndolo de la mano de David Hoeb y Josef Curiel, ricos comerciantes instalados en esa ciudad hacia 1824. Hoeb, a quien Bolívar concedió la nacionalidad, fue acaso el primer judío público que la obtuvo en las nuevas repúblicas de la América hispana. En torno a ambos se agruparon 25 familias, que constituyeron la primera *kehilá* israelita, con sinagoga y cementerio, de que se tiene noticia en la Iberoamérica independiente ¹.

Los judíos de Coro, y otros establecidos en diferentes puntos de Venezuela, representan un notable precedente de una segunda inmigración judía en el país, a su vez sefardí, llegada de Marruecos desde el lustro 1835-1840. Las conexiones de una y otra,

que sin duda se dieron, es asunto por estudiar. La judeidad asentada en la época de la independencia se hallaba bastante decaída veinte años más tarde, dado que el antisemitismo fue un ingrediente importante en los sucesos revolucionarios de 1831 y 1855, que determinaron la salida del país, o la forzada conversión, de la casi totalidad de los comerciantes judíos de Venezuela, obteniendo los Países Bajos una indemnización de 200.000 florines con destino a quienes se encontraban en posesión de la nacionalidad holandesa ². A mediados del siglo XIX no existían en la república caribeña otros judíos que unos cuantos marroquíes de reciente inmigración. De los antiguos apenas restaba una débil presencia testimonial en Coro.

PRIMEROS INMIGRANTES SEFARDIES DESDE MARRUECOS

A los orígenes de la inmigración judeo-marroquí en Venezuela, determinada por la presión demográfica, difíciles condiciones de vida y secular discriminación sufrida por los judíos en el país de procedencia, se vincula estrechamente el relanzamiento de la española con destino a ese país, a la que aquella aparece conectada, o por mejor decir en la que se halla inserta. Ello tuvo lugar por los años de 1840, una vez normalizadas en el 45 las relaciones diplomáticas entre ambos estados, el término de dos décadas de ruptura desde la independencia. Pionera de esa emigración sería la procedente de las Islas Canarias, que se retrotrae a los años de 1820 y 1830 en medio de la aguda crisis suscitada en las islas por la quiebra del modelo económico que les fuera propio en el Antiguo régimen, fundado en el doble pilar de un comercio colonial en extinción y de una agricultura de exportación – la vid y la barrilla – , arruinada ahora por la competencia de los vinos portugueses y andaluces y por la aparición de la sosa sintética ³.

Por su parte Venezuela practicaba por entonces una política migratoria bastante liberal en su intento de contrarrestar el formidable empuje de su población negra en la primera mitad del siglo XIX. El encargado de negocios de España en Caracas, Fernando de la Vera, en un despacho ⁴ dirigido al ministro español de Estado en 23 de abril de 1854, le manifestará que no sólo las autoridades venezolanas sino los grandes hacendados estaban potenciando la inmigración blanca en el país, al objeto de que el predominio de negros y mulatos no llegara a ser una realidad, como lo era ya en Santo Domingo, y próximo a serlo en Cuba y Colombia.

A tal fin, “las familias más notables de este país”, separada y conjuntamente, venían destacando agentes en Andalucía, Galicia y en particular Canarias, regiones españolas con fuerte presión demográfica, para contratar sirvientes, braceros y colonos. Pretendían por ese medio “... contrarrestar en lo posible la preponderancia numérica de la raza africana, tan temible en un país donde gobierna el número, y aumentar las personas blancas útiles para el servicio doméstico y las faenas del campo”.

Algunos judíos tetuanés y tangerinos, que por motivos mercantiles u otros venían frecuentando los puertos andaluces desde los años de 1810 ⁵, se incorporaron a esta corriente migratoria. A tal efecto pasaron a Algeciras, Málaga, Cádiz e incluso Canarias al objeto de embarcarse para América, no sin antes acogerse, siempre que les resultara factible, al estatuto de protegidos españoles. De esta forma, de acuerdo con las leyes de España y los acuerdos migratorios hispano-venezolanos vigentes, en el caso de que el contratista anticipara el importe del pasaje y corriera con los gastos de instalación y

manutención, el emigrante podía devolver esas sumas en los primeros dos años, facultándose a entrar al servicio de persona diferente al contratista si así lo deseaba, o a ocuparse en actividad distinta a la prevista inicialmente.

Es así como podía soslayarse a caer en manos de desaprensivos, que en ocasiones habían llegado a explotar a los inmigrantes durante cuatro o seis años, so pretexto de hacer efectivas deudas imaginarias, quedando reducidos a la condición fáctica de siervos en un país donde, por fortuna, la abolición de la esclavitud había sido una de las conquistas emblemáticas de la revolución independizadora. Tales abusos, que pese a todo se repetían con harta frecuencia, determinaron que el sistema de contratos terminara siendo prohibido.

Tres años más tarde, la corriente migratoria a Venezuela se hallaba en plena pujanza. Heriberto García de Toledo, nuevo encargado de negocios español, referiría no existir otro país en la América hispana que ofreciera al emigrante mejores condiciones laborales ni perspectivas más halagüeñas para hacer fortuna. En su opinión, entre los países del hemisferio occidental, el emigrante hispanófono "... a ninguno mejor que a Venezuela puede venir" ⁶. Para entonces el inmigrante podía satisfacer el importe de su pasaje y gastos adicionales no ya en dos años sino en apenas seis meses. Por ello, quienes desde Marruecos, o desde Orán y Argel, habían marchado a Gibraltar con propósitos de embarcarse para América, con frecuencia pasaban a algún puerto de España inmediato para acogerse a los ventajas reconocidas a los españoles caso de haberse procurado las certificaciones oportunas en los consulados de sus lugares de origen o en el de Gibraltar.

Un judío marroquí asimilado a los emigrantes que partían de Canarias o Andalucía podía lograr que se le anticipara sin dificultad por los agentes reclutadores el importe del pasaje (entre 500 y 700 reales, según el punto de embarque que escogiese), "...que puede pagar cómodamente en 6 meses de un trabajo llevadero – informa el representante de España en Venezuela ⁷ –, cuya retribución media, [diaria] es de diez reales de nuestra moneda".

Tan pronto el hebreo saldaba su deuda, continuaba un tiempo en la misma ocupación hasta ahorrar lo suficiente para adquirir una recua de tres o cuatro mulas o asnos, pudiendo lograrlo con las economías acumuladas en un año. Se dedicaba entonces al transporte por cuenta de otros, o bien a la venta ambulante, por lo general de telas, ropas confeccionadas y artículos de mercería, si es que no se inclinaba por la opción más común entre españoles consistente en convertirse en pequeño propietario rural y colocar directamente en el mercado urbano sus cosechas y las de otros cultivadores vecinos o asociados.

Según informaciones aportadas por el agente diplomático español últimamente mencionado, todo inmigrado de Canarias "... gana su vida acarreando mercancías o malojo (la hoja del maíz), que cultiva él mismo, y que es fundamento de una fortuna más o menos grande, pero siempre hecha en breve tiempo". Según nuestro informante, cualquier inmigrante laborioso y ahorrativo que llevara seis años en el país, había logrado acumular fortunas entre 50.000 y 100.000 reales, suma ciertamente importante y, desde luego, suficiente para montar un negocio con el que poder vivir el resto de sus días en Venezuela o en el viejo mundo si optaba por regresar a su punto de procedencia.

De forma sistemática no aparecen judíos marroquíes en los registros consulares españoles hasta los años de 1880. Sin embargo se les data aisladamente desde

cincuenta años antes, algunos llegados vía el Brasil ⁸. A su vez en 1864, una Real orden dispuso la preceptiva matrícula de cuantas personas estuvieran en situación de poder probar su nacionalidad española o estatuto de protegido, a fin de que, llegado el caso, pudieran disfrutar de los beneficios de una eficaz protección diplomática ⁹.

Algún judío llegado de Marruecos, por ejemplo varios miembros de la familia Pariente, se acogieron de inmediato a la nueva normativa. Pero tales casos fueron excepcionales, bien porque el número de inmigrantes de tal procedencia fuese a la sazón escaso, bien porque no pudieran acreditar ser protegidos españoles (o de otro país) en sus lugares de procedencia, dado que el sistema de protecciones diplomáticas no se generalizó en Marruecos hasta los años de 1870 ¹⁰, bien porque casi todos los posibles interesados vivían fuera de Caracas y de las ciudades importantes por dedicarse al transporte y al comercio ambulante, o por reticencias a sufrir cualquier tipo de control (con los consiguientes gravámenes pecuniarios), lo que sucedía también con los inmigrantes españoles, refractarios a pasar por los registros consulares, salvo en caso de necesidad.

ALGUNOS INDIANOS NOTORIOS

Se sabe muy poco de la emigración judeo-marroquí anterior a 1870, débil goteo que pasó casi desapercibido, articulado a base de esporádicos aportes de la patria de origen, casi siempre por la vía de Canarias, y algunos emigrantes desviados hasta aquí, como queda dicho, desde Brasil ¹¹. Sarah Leibovici traza ¹² las microbiografías de varios de los emigrados por los años de 1870, y que avanzada la década de los 80, se encontraban de regreso en Tetuán, después de haber logrado algunos de ellos reunir estimables fortunas.

De Isaac A. Bentata llama la atención el que fuese hijo de don Abraham Bentata, protegido español, opulento hombre de negocios y uno de los personajes más influyentes de la comunidad tetuaní, lo que pone de manifiesto que la emigración a América no se circunscribía a individuos pertenecientes a los sectores desheredados o marginales de la *kehilá*. Del viejo Bentata, quien desde 1860 ejercía el importante cargo de administrador de la Caja de los *Aniyim*, es decir de los pobres, la institución comunal más importante, referiría en el 89 Haim Hassan, profesor de la escuela local de la *Alliance Israelite Universelle*, en un extenso e interesante informe, gozar aquel

"... de una gran estima, y su influencia sobre la población es sólo comparable a la del Gran Rabino". Y añade: "El es a quien consulta el *Bet Din* en circunstancias difíciles, él recibe la dimisión de un *Dayyán* y provee a su sustitución, él recibe también el encargo de reunir el *mahamad*; y, asistido de algunos comerciantes, él es quien fija a cada cual el importe de su impuesto personal, el que se ha de pagar al gobierno. Sus atribuciones son por tanto muy extensas y su palabra pesa mucho en todas las decisiones relativas al interés público".

Su hijo Isaac regresó de Caracas en 1890, ayudándole sin duda sus bien situados familiares, casi todos ricos comerciantes, a invertir con acierto su adquirida fortuna. Que esta era cuantiosa parece probarlo el hecho de que al siguiente año Isaac A. Bentata figurase con otros dos indianos, en cabeza de la relación de protectores tetuaníes de la obra filantrópica de la *Alliance*, los tres con 20 francos anuales – unos 80 reales españoles de plata –, dado que la cuota usual era sólo de seis francos.

Más dádivosos fueron todavía Samuel A. Bendelac y su primo Elías H. Bendelac, los otros dos retornados de América que encabezan la relación local de socios de la *Alliance* com 20 francos. En efecto, en 1887 hicieron un donativo adicional a la expresada institución judeo-francesa, en cuyo colegio de Tetuán se habían educado y a la que por tanto lo debían todo, de 500 francos Samuel en memoria de su madre doña Freha A. Bendelac, y de 250 conjuntamente Samuel y Elías en memoria de su abuelo Samuel Bendelac y sus padres Abraham y Haim. Ambos habían hecho fructíferos viajes a Venezuela antes del 87.

En 1877 figuran ya los dos entre los suscriptores tetuaníes en favor de los judíos de Turquía, y su presencia en Tetuán no se constata en los archivos de la *Alliance* ¹³ antes del 74, acaso fecha de regreso de su primera emigración. Asociados a la próspera firma de importación de textiles en Caracas que lleva su apellido, en 1890 marcharon de nuevo con este destino para regresar años más tarde. ? Es este S.A. Bendelac el mismo que con el nombre de Abraham Bendelac, antiguo emigrante en el Noroeste brasileño, Amazonia y Venezuela, y más tarde rico negociante en Tetuán, su ciudad natal, hacía 1900 se daba aquí aires de gran señor, actuaba como cónsul del Brasil y se decía descendiente de un empingorotado linaje sefardí de Salé, reasentado en la urbe tetuaní en el XVIII?

Los listados de socios protectores de la *Alliance*, bastante nutridos en Tetuán por razones obvias, evidencian la movilidad de los judíos tetuaníes, incluso los más ricos, dado que con frecuencia constan como ausentes en Brasil, Caracas o Buenos Aires, lo que parece indicar la existencia de una emigración selectiva de tipo temporal, paralela a la más duradera, aunque no necesariamente permanente, de sus correligionarios menos afortunados, o de quienes hacían las Américas por vez primera. Estos listados se refieren a una época posterior a 1880, fecha límite de nuestra investigación, pero las referencias a la fase previa son tan frecuentes como interesantes.

CONEXIONES A LA PATRIA DE ORIGEN Y ACTIVIDADES ECONOMICAS EN ULTRAMAR

Durante su estancia en Ultramar estos emigrantes cuidaban mantener sus vínculos con la patria de origen, comenzando por la familia, pero también con la *kehilá* matriz, poniendo al día sus cuotas con la *Alliance*, enviando donativos a los rabinos con destino a los pobres y a las obras benéficas sostenidas por la comunidad, y escribiendo a los maestros de la escuela interesándose por la marcha del centro, esperanza cierta del futuro de la colectividad, o solicitando el envío por cuenta del demandante de algún alumno aventajado a quien enseñar el oficio e introducir en el negocio.

En contrapartida, siendo cortos en número, hallándose dispersos por la totalidad de la geografía venezolana, y en razón de su propia movilidad, a los emigrados les resultaba muy difícil constituirse en comunidades organizadas. A diferencia de Argentina, en Venezuela, como en Brasil y Perú, los judeo-marroquíes se instalaron en diferentes localidades menores antes de hacerlo en la capital. En Barcelona, Carúpano, Cumaná y otras. Sólo más tarde en Caracas y su antepuerto de La Guayra ¹⁴. Eran modestos tenderos en telas y mercería, y vendedores ambulantes que iban de un lugar para otro, operando cada cual a sua aire y en su propio distrito, aunque conectados a media docena de proveedores, situados en puntos estratégicos.

“Su existencia era durísima – apunto en otro lugar ¹⁵ con referencia a los tetuaníes, siempre dominantes en el panorama judío de Venezuela –. Dormían hacinados en miserables bohíos, al raso en descampados, o en sus angostas tiendecillas. Se levantaban a las cuatro o cinco de la mañana para hacer los preparativos de la jornada o para ponerse en marcha con sus fardos y poder cubrir así un recorrido agotador. Para ellos no existía el descanso ni la expansión al término de una apretada semana de trabajo. Así un día y otro día. Ni siquiera contaban con los auxilios de la religión por no haber rabinos ni sinagogas. Algunos, al casarse con mujeres del país terminaron abandonando la práctica religiosa y educaron a sus hijos en el cristianismo. Pero la mayoría perseveraron en la fe ancestral y, al término de varios años de esfuerzos, regresaban a Tetuán para tomar mujer y formar un hogar judío”.

Por los años de 1880 las familias así constituidas emprendieron el camino de la emigración. Fue entonces cuando comenzaron a reunirse en pequeños grupos para observar mejor los preceptos mosaicos. Los Benatar, Lasry, Bendelac, Turiel, Levy, Azancot, Nahón, Marrache, Benzacar, Cohén, Hassán, Pariente, Bentata, Serfaty, Abudarham, Pinto y Bensadón, entre otros. Pero el culto propiamente dicho tardó bastante tiempo en ser organizado en Venezuela ¹⁶.

Si los lazos asociativos y las entidades religiosas y filantrópicas se dejaron esperar bastante por los motivos apuntados, ello no impidió que los inmigrados se auxiliaran eficazmente unos a otros, manifestando así su ejemplar y admirable sentido de solidaridad humana:

Es cierto que los que van a Caracas en particular – anota en uno de sus informes a la *Alliance*, fechado en agosto de 1891, Mair Levy, veterano director del colegio de Tetuán ¹⁷ – logran de inmediato un empleo con sus correligionarios ya instalados, que necesitan nuevos operarios en la medida que crecen sus negocios. El niño tetuaní sólo oye en derredor suyo conversaciones sobre América, viajes y negocios. O es su tío quien se marcha, o su padre o su hermano mayor, quienes una vez logrado el éxito, le escriben varias cartas para que venga a reunirse con ellos.

Según lo he referido más arriba, los tetuaníes que emigraban antes, lo hacían en edad madura y en inferior escala que en estos últimos años. Varios motivos les retenían en Tetuán: bien la lejanía de esos países americanos y el temor a emprender una larga travesía, o bien la falta del dinero necesario para cubrir los gastos de un largo viaje. Hoy en día, nada les retiene. Las distancias se han hecho más cortas debido a los progresos de la navegación. Uno se embarca para Caracas con igual facilidad que hace veinticinco años iba a Gibraltar o a Orán, conozco personalmente a varios de estos emigrantes que han hecho hasta seis veces la travesía del Atlántico, y que están dispuestos a hacerla de nuevo. En dos o tres días uno se pone en Málaga, en donde se embarca para América y llega a la Guayra, el puerto de Caracas, veinte días después. Esta es la ruta que siguen quienes marchan por primera vez.

En cuanto al dinero necesario para los gastos del viaje, por lo general lo proporcionan el padre, el hermano, el tío o el primo cuando llaman al emigrante para reunirse con ellos. Otras veces los jóvenes pobres piden prestado ese dinero y pagan intereses. Los más holgados, al concluir su paso por la escuela, convencen a sus padres para que les monten una tienda, donde ganar la suma necesaria, y permanecen en ella hasta conseguirla. Seguidamente emprenden el viaje. Por ello se buscarían en vano en Tetuán (antiguos) alumnos que tengan dieciocho años. Todos se encuentran al otro lado del Atlántico. No nos hagamos ilusiones, la meta en la vida de los tetuaníes es la de

emigrar. Se cuentan hasta 100 emigrantes que se marchan todos los años a América, y este número es relevante respecto a una población de 6.000 almas. Gibraltar, que recibía antes emigrantes tetuaníes, y otras ciudades como Tánger, Rabat y Casablanca, siguiendo el ejemplo de Tetuán, comienzan a su vez a enviar contingentes a América”.

LA ESPECIALIZACION MERCANTIL EN EL RAMO TEXTIL

Habiendo sido tetuaníes, y por extensión tengerinos e israelitas de otras comunidades próximas a Tetuán, como Xauen, Arcila, Larache y Alcazarquivir, los pioneros de la emigración a Venezuela, las oleadas incorporadas desde las ciudades situadas al sur del río Sebú casi siempre optaron por tomar otros derroteros, pues hallándose especializada esta emigración en una actividad económica específica: la importación, distribución y venta detallista de tejidos y manufacturas textiles, y estando controlado el negocio, en lo que a los judíos concierne, por una tupida red de negociantes y vendedores tangerino-tetuaníes, bastante cerrada sobre sí misma, no resultaba fácil penetrar en el sector sin expresa conformidad de los ya instalados. Cabía desde luego ocuparse en otras actividades, pero el transporte de mercancías distaba de ser el lucrativo negocio de otros tiempos, y el comercio de artículos no textiles se veía dificultado para el recién llegado por serios inconvenientes, en particular la ausencia de proveedores seguros y la falta de circuitos de distribución previamente establecidos. En cuanto a las restantes actividades económicas, la incursión en ellas por los propios tetuaníes, fuera por falta de experiencia y capitales suficientes, o por otros motivos, con frecuencia se habían saldado en fracasos.

Por las fechas en que escribe Mair Levy, los judíos oriundos del norte de Marruecos estaban firmemente enraizados en Venezuela. Su especialidad, como queda referido, era la venta de tejidos, ropas confeccionadas, artículos de mercería y otros conceptuados por la ley venezolana como “mercancías secas”. Dado que el panorama fabril del país – datos de 1898 ¹⁸ –, en lo que a textiles se refiere, se reducía a una fábrica de cotonías en Valencia, otras varias en Mérida “... en corta escala [de] alfombras de la teñidas con sustancias vegetales del país, que dan colores muy vivos”, y las semiartesanales de hamacas, chinchorros, sacos y otros tejidos bastos en Barquisimeto, Guanare y Acarigua, aparte los telares familiares dispersos aquí y allá por toda la república, se hacía necesario importar manufacturas textiles en gran escala.

En primer lugar de Gran Bretaña, procedencia de indianas, percales, muselinas y otras telas de bajo costo, aunque también géneros de superior calidad y precio (cachemiras, alpacas, sederías... etc) en competencia con artículos franceses, y en menor medida con otros italianos, españoles y de procedencia diversa. Alemania, por el contrario, dominaba los sectores de la piel y la cordelería, en tanto los Estados Unidos, el de lonas, lienzos resistentes, zarazas y driles.

Dos de las siete principales firmas mayoristas en la importación de textiles en Venezuela eran judeo-marroquíes, lo que evidencia su sólida implantación en el sector: la casa Benatar y la “Bendelac y Cía”. Junto a ellas figuraban “Blohm y Cía”, “Boccardo y Cía”, “Lassere y Cía”, “Leser, Römer y Baach” y “Santana Hermanos y Cía”. Como puede verse foráneas en su mayoría, y en algún caso vinculadas a conocidas firmas judías ashkenasíes.

"Las condiciones usuales de compras en el extranjero – refiere el cónsul español en La Guayra en una interesante memoria ¹⁹ – se tratan generalmente con comisionistas, los cuales abren créditos en cuenta corriente y dan plazos de seis meses, mediante una comisión que varía del 2 al 5% sobre factura".

A su vez, entre las siete empresas que controlaban una parte considerable de la distribución de los textiles importados y su venta menorista, figuran otras dos marroquíes: "Azancot" y "Lasry Hermanos". Las otras eran las ya mencionadas de Lassere y Boccardo, y las firmas "Chaumer y Cía", "Sobulette" y "Garbán". No será necesario insistir en que los tenderos y vendedores ambulantes judíos llegados de Marruecos eran pieza importante en la colocación en el mercado venezolano de las manufacturas importadas por sus correligionarios y compatriotas Bendelac y Benatar, y distribuidas por los almacenistas, a su vez de Tetuán y Tánger, Lasry y Azancot.

Sin embargo la excesiva especialización también collevaba riesgos. En tal dirección apuntaría desde Tetuán el perspicaz Mair Levy en un informe a la *Alliance* de finales de 1891 ²⁰:

"Los tetuaníes no comprenden muy bien el sentido de la emigración. En lugar de abrirse nuevas vías, prefieren seguir la utilizada por quienes les han precedido en el país, que es la del comercio, y en la cual les parece más fácil lograr el éxito. Ninguno buscó ejercer un oficio donde tuviera que trabajar más y tener más paciencia y perseverancia para alcanzar el triunfo. Los resultados obtenidos en varios intentos practicados (por excepción) en tal sentido distan de infundir ánimo a los demás.

En efecto, dado que la inmigración en Caracas es muy importante, y habiéndose constituido allí una colonia tetuaní, algunos intentaron buscar otras vías que las del comercio para hacer fortuna. Se ocuparon en la agricultura, en las plantaciones de cacao, abrieron restaurantes, pero no lograron buenos resultados y retornaron entonces al comercio. Pero sería deseable que el fracaso de algunos no decepcionara a otros, y que los recién llegados realizaran los esfuerzos necesarios para no imitar necesariamente a quienes les han precedido y no caer en la trampa de las ganancias fáciles del comercio, donde les será tanto más difícil tener éxito conforme se vaya saturando (el mercado) por la (creciente) competencia. De hacerlo así, acaso pueda evitarse que llegue el momento en que tengan que buscar fortuna en otros lejanos países, donde les faltará la ayuda tan beneficiosa de sus correligionarios".

CONCLUSIONES

El despegue de la emigración judeo-marroquí a Venezuela, conectada estrechamente a otra española paralela, se remonta a la década de 1840, siendo Tetuán y Tánger, las ciudades marroquíes en mayor contacto con España, los principales puntos de procedencia.

Emigración inicialmente temporal, terminó sedimentando otra definitiva, fundamento básico de la actual e importante colectividad judía venezolana. Rasgo distintivo de los inmigrados sefardíes en Venezuela llegados de Marruecos fue su especialización profesional en el tráfico ambulante y luego en la comercialización de textiles, sector este que terminarían controlando en parte. Es de señalar, a su vez, la estrecha conexión del emigrante con sus puntos de procedencia, el retorno de indianos enriquecidos y la influencia de la repatriación de capitales en el proceso de modernización de la patria de origen.

NOTAS

1. I.S. EMMANUEL Y S. EMMANUEL, *History of the Jews of the Netherlands Antilles*, Cincinnati, 1970.
2. I. AIZEMBERG, "Coro, la primera comunidad judía de América latina contemporánea", *Sefárdica*, 7 (1984), pp. 10-13; J.R. FORTIQUE, *Los motines anti-judíos de Coro*, Maracaibo, 1973.
3. Sobre la inmigración canaria en Venezuela, siempre la española más emergente, véase el libro clásico de M.M. MARRERO, *Canarios en América*, Caracas, 1987. Entre la cuantiosa bibliografía posterior cabe espigar, entre otras, las siguientes aportaciones: N. PERAZZO, *La inmigración en Venezuela, 1830-1850*, Caracas, 1973; J. HERNANDEZ GARCIA, *La emigración canario-americana en la segunda mitad del siglo XIX*, Las Palmas, 1981; A.M. MACIAS HERNANDEZ, "Un siglo de emigración canaria, 1830-1930", en N. Sánchez-Albornoz (comp.), *Españoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*, Madrid, 1988, pp. 166-202.
4. AMAE, Política (Venezuela), leg. 2.710: Despacho del encargado de negocios de España al ministro de Estado, Caracas, 23 abril 1854.
5. J.B. VILAR, *Tetuán en el resurgimiento judío contemporáneo (1850-1870). Aproximación a la historia del Judaísmo norteafricano*. Presentación de M. Garzón Serfaty. Prólogo de S. Leibovici, Biblioteca Popular Sefardí, Caracas, 1985, ps. 193-207.
6. AMAE, Política (Venezuela), leg. 2.710: Despacho del encargado de negocios de España al ministro de Estado, Caracas, 24 enero 1857.
7. *Ibidem*.
8. VILAR, *Tetuán en el resurgimiento...*, op. cit., ps. 70-76. Sobre la emigración judeo-marroquí al Brasil, que abre el ciclo migratorio de referencia con Iberoamérica, véase E. y F. WOLFF, *Os Judeus no Brasil Imperial*, Río de Janeiro, 1970, J.A. GONÇALVES MELLO, *Gente de Nação*, Recife, 1989; R. RICARD, *Notes sur l'emigration des Israelites Marocains en Amerique Espagnole et au Brésil*, París, 1944; I. SALAMA, "El Yishuv israelita del Brasil. La participación de los sefarditas", *Maguen*, 32 (Caracas, 1973), ps. 8-10; E. MOREIRA, "Presencia hebrea en Pará", *Maguen*, 81 (1991), ps. 5-13; M. LIBERMAN, "Judíos en la Amazonia brasileña (siglos XIX-XX)", *Maguen*, 81 (1991); S. LEIBOVICI, "La emigración a América de los sefardies de Marruecos", en M^a A. Bel Bravo [ad alter], *Diáspora sefardí*, Madrid, 1992 ps. 240-246; J.B. VILAR, "Jewis Moroccan immigration to Latin America", *The Alliance Review*, XXV, 45 (1973); VILAR, "Los sefardies del norte de Marruecos y su proyección en el Mediterráneo e Iberoamérica", *Proyección histórica de España en sus tres culturas: Castilla y León, América y el Mediterráneo*, Valladolid, 1993, I, ps. 387-398; VILAR, "La emigración judeo-marroquí a la América Latina en la fase pre-estadística (1850-1880), ponencia presentada en la *Conference of the Latin American Jewish Studies Association*, Filadelfia, noviembre, 1993.
9. AMAE, Correspondencia (La Guayra), leg. 1.929.
10. Sobre la protección española dispensada a judíos marroquíes dentro y fuera de Marruecos, véase: J.B. VILAR, "Ayuda española a Marruecos en la crisis de las protecciones consulares (1878-1879)", *Africa* 381 (1973); VILAR, "Un intento de restringir la protección diplomática española a los judíos marroquíes en Egipto. El caso de Salomón Cohén (1872)", *Maguen*, 60 (1986), ps. 15-24; VILAR (en colaboración con J. INIESTA), "Protección diplomática española a israelitas marroquíes en Egipto. El caso de la familia Nadeh (1889)", *Maguen*, 53 (1984), ps. 40-44; VILAR, "El presente y el futuro de la lengua castellana entre los sefardies de Egipto a través de un informe diplomático español. Un eco de la visita de Abraham Galante a Alejandría en 1907", *Sefárdica*, 3 (B. Aires, 1985), ps. 95-99.
11. Véase referencias en nota 8.
12. S. LEIBOVICI, "Algunos apuntes para la historia de la colonia tetuani de Caracas (1888-1900)", *Maguen*, 50 (1984), ps. 3-11.
13. AIU, Sec. Tétouan, 1863 ss.
14. L.J. BENOLIEL, "Presence judéo-marocaine en Venezuela", en S. Leibovici (ed.), *Mosaïques de notre memoire. Les Judéo-espagnols du Maroc*, París, 1982, ps. 219-231.

15. VILAR, *Tetuán en el resurgimiento...*, p. 74. Véase también VILAR, "Ouverture a l'Occident de la communauté juive de Tétouan (1860-1865), *Mosaïques...* op. cit., ps. 85-128.
16. La primera sinagoga se dejó esperar 1930, la popular "del Conde", por el barrio de Caracas en que se asienta. Las primeras asociaciones de tipo comunal, benéfico o docente son bastante anteriores, siendo las pioneras la "Sociedad de Beneficencia Israelita de Caracas" -1907- y la "Asociación Israelita de Venezuela" -1919- (véase BENOLIEL, "Presente...", pp. 222-223), bien es cierto que con anterioridad diferentes judíos aparecen entre los fundadores y socios de entidades filantrópicas, culturales y recreativas, diversas, algunas de ellas españolas, dentro y fuera de Caracas.
17. AIU, Maroc: Mair LEVY, 1891: *Informe a la Alliance*, Tetuán 7 agosto 1891 (S. Leibovici publica fragmento de la misma traducido al español en "Algunos apuntes..." op. cit.).
18. AMAE, Correspondencia (La Guayra), leg. 1929: Despacho del cónsul Enrique de Pereira al ministro de Estado, La Guayra, 1^o septiembre 1898.
19. *Ibídem*.
20. 14 diciembre 1891

ABREVIATURAS UTILIZADAS

AIU - Archives de l'Alliance Israélite Universelle (Paris)
AMAE - Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores (Madrid)
BNn - Biblioteca Nacional, Madrid

Colaboram neste número

J. Manuel Nazareth
François Guichard
Fernando de Sousa
Teresa Rodrigues
Gilberta Pavão Nunes Rocha
Henrique David
Maria Norberta Amorim
Lorenzo López Trigal
Celso Almuíña
Jorge Carvalho Arroiteia
Marinha Fernandes Carneiro
José Alberto V. Rio Fernandes
Maria da Graça David de Moraes
Paula Guilhermina de Carvalho Fernandes
Maria Teresa Braga Soares Lopes
José João Maduro Maria
Ana Rita Coelho Ribeiro
Juan Bta. Vilar